MAGALHÃES LIMA
UM IDEALISTA IMPENITENTE

colecção PARLAMENTO

Magalhaes_Lima.indd 1 26/10/11 9:55:01

Magalhaes_Lima.indd 2

colecção PARLAMENTO

26/10/11 9:55:01

MAGALHÃES LIMA
UM IDEALISTA IMPENITENTE

António Ventura

Parlamentares da I República
Coordenação **Luís Farinha**

Magalhaes_Lima.indd 3 26/10/11 9:55:01

FICHA TÉCNICA

Título **Magalhães Lima: Um Idealista Impenitente**
Autor **António Ventura**
Coordenação da Série Parlamentares da I República **Luís Farinha**

Edição **Assembleia da República – Divisão de Edições**
Revisão **Conceição Garvão**
Capa e Design **Nuno Timóteo**

Paginação e Pré-impressão **Undo**
Impressão **Norprint**

Tiragem **600 exemplares**
ISBN **978-972-556-571-1**
Depósito Legal XXXX

Lisboa, Novembro 2011

© Assembleia da República
Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 28/2008, de 30 de Julho.

www.parlamento.pt

Magalhaes_Lima.indd 4 26/10/11 9:55:01

Magalhães Lima com as insígnias de Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa.
Edição do Arquivo Democrático. Colecção do autor.

Magalhaes_Lima.indd 5 26/10/11 9:55:01

Postal ilustrado da casa Paulo Emílio Guedes [1904]. Colecção do autor.

Magalhaes_Lima.indd 6 26/10/11 9:55:01

ÍNDICE

Apresentação da Série Parlamentares da I República 9

Introdução 11

Capítulo I | Biografia 17

Capítulo II | Actividade parlamentar e governativa 35

Nas Constituintes de 1911 35
A eleição presidencial de 1911 59
Um candidato que não o era 64
No Senado 68
Ministro da Instrução 74

Capítulo III | Maçon e livre-pensador 77

Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa 79
A missão a França e a Inglaterra em 1909 82
Em plena República 85
A cisão de 1914 92
A Maçonaria Portuguesa está intimamente ligada às maçonarias dos países aliados 94
O turbilhão sidonista ou o Irmão Carlyle no poder 97
A prisão de Magalhães Lima em 1918 99
O significado de uma prisão 106
A fundação da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem 109
Nova candidatura à Presidência da República 111
A reunificação da Família maçónica portuguesa 115
Depois do 28 de Maio 116
As revoltas contra a Ditadura 117

Capítulo IV | Magalhães Lima e a República 121

O Federalismo 121
Reformar a República 125
Reflexões autobiográficas 137

Capítulo V | Magalhães Lima e o Pacifismo 139

A Liga Portuguesa da Paz 142
A fundação da Liga e o papel de Magalhães Lima 143
Outros elementos preponderantes 144

Capítulo VI | Magalhães Lima visto pelos seus contemporâneos 149

Apêndice documental 169

Apêndice iconográfico 189

Fontes e Bibliografia 223

Índice remissivo 233

Magalhaes_Lima.indd 8 26/10/11 9:55:01

Apresentação da Série Parlamentares da I República

A série Parlamentares da I República reúne um conjunto de estudos monográficos sobre a actividade política de doze individualidades republicanas que se distinguiram no Congresso, como deputados ou como senadores. Sendo este o principal enfoque, os estudos não deixarão, contudo, de valorizar a sua concomitante actividade como líderes partidários, a actuação como ministros ou como Presidentes da República, ou ainda o seu empenhamento de homens com uma vida cívica relevante, quer como publicistas, quer como conferencistas ou pedagogos.

Na base dos critérios apontados, foram tidas em conta as seguintes individualidades: Álvaro de Castro, António Granjo, António José de Almeida, António Maria da Silva, Bernardino Machado, Manuel de Brito Camacho, Francisco Pinto da Cunha Leal, José Domingues dos Santos, João Pereira Bastos, Sebastião de Magalhães Lima, António Maria de Azevedo Machado Santos e Amílcar da Silva Ramada Curto. Algumas destas individualidades acompanharam o novo regime desde a implantação até à sua queda, constituindo, por isso mesmo, um bom barómetro do projecto republicano, tanto na sua concepção e constitucionalização, como na acção política propagandística ou nas realizações parlamentares e governativas. Quase todos eles se encontram, de um modo ou de outro, associados aos momentos mais marcantes da I República e alguns, como António Granjo ou Machado Santos, "Heróis da Rotunda", foram também seus mártires. Num regime que, de partido único se transfigurou, no pós-guerra, em multipartidário de partido dominante, a escolha destes deputados teve ainda em conta a necessidade de fazer representar as principais famílias e sensibilidades políticas, dos *democráticos* do centro aos *nacionalistas*, aos *esquerdistas* e aos *radicais* e *socialistas*.

As monografias reúnem, além de uma componente biográfica, um conjunto de campos de análise da actividade política destes republicanos, como deputados e ministros, mas também como altos funcionários, diplomatas e activistas cívicos. Num anexo documental, os autores darão a conhecer peças documentais únicas, pelo seu estilo e singularidade – de discursos no Congresso a textos doutrinários ou panfletários, de artigos de imprensa a conferências ou estudos temáticos com incidência parlamentar, governamental ou diplomática.

A colecção acompanha o ciclo comemorativo do I Centenário da República, prevendo-se a publicação das obras no período que medeia de 2008 a 2013. Como autores, conta com um vasto leque de historiadores consagrados, oriundos das diferentes academias do país, mas também com um conjunto de jovens investigadores, cujos estudos de especialização – em teses de mestrado ou de doutoramento – versaram sobre o tema em causa.

Magalhaes_Lima.indd 9 26/10/11 9:55:02

Pela amplitude dos temas tratados e pela qualidade esperada dos trabalhos em curso, a série Parlamentares da I República virá a constituir, por certo, um importante contributo para o estudo dos homens e da acção política de um tempo apaixonante da História portuguesa recente, ainda envolto em nuvens de penumbra e controvérsia.

O coordenador da série
Luís Farinha

Magalhaes_Lima.indd 10 26/10/11 9:55:02

Introdução

A 25 de Janeiro de 1929, a Loja Bartolomé Masó, de Cuba, celebrava as honras fúnebres em memória de Magalhães Lima. Nessa sessão, Antonio Iraizoz y del Villar, e Grão-mestre da Grande Loja da Ilha de Cuba, referia-se ao homenageado, que conhecera de perto quando foi ministro plenipotenciário em Portugal, como "uma das figuras mais nobres e preclaras da República Portuguesa"[1].

Sebastião de Magalhães Lima foi amortalhado com a bandeira que estivera hasteada no cruzador *São Rafael,* durante a revolução de 4 e 5 de Outubro de 1910, oferecida pelos marinheiros numa manifestação de apreço que o comoveu e marcou para sempre. Tendo falecido a 7 de Dezembro de 1928 na Casa de Saúde das Amoreiras, o seu corpo foi transportado para o Grémio Lusitano, onde ficou depositado em câmara ardente na sala da biblioteca, coberta de crepes negros: "As paredes do grande salão da biblioteca foram completamente cobertas de grandes panos negros, pendendo de cada lado da casa caveiras e tíbias. Ao fundo, por detrás da cabeça do grande tribuno, o simbólico altar de mármore, sobre o qual se via, em metal dourado, as insígnias maçónicas: o esquadro e o compasso. Mais ao fundo da sala, encostado à parede, um busto da República envolto em crepes e, ao lado, uma almofada negra, sobre a qual foram colocadas as condecorações que Magalhães Lima possuía – a Grã-Cruz da Torre e Espada e da Legião de Honra"[2].

Centenas de personalidades civis e militares, muitas das quais maçons ou antigos maçons, então divididas entre apoiantes e adversários da Ditadura, mas também inúmeros populares anónimos desfilaram perante o corpo de um homem que marcou profundamente a sua época. "Ao Grémio Lusitano acorreu ontem uma verdadeira multidão, prestando assim a última homenagem ao grande defensor do povo. Um grupo de alunas do Asilo de São João velou o cadáver durante algum tempo. Algumas das educandas choravam de saudade pelo seu grande amigo. Constantino Mendes, *o Norte*, uma figura típica de Lisboa, protegido por Magalhães Lima, chorava também convulsivamente a um canto da sala. O Dr. Borralho, o velho e conhecido notário, entrou na câmara ardente, beijou o cadáver e saiu chorando. Viam-se lágrimas em muitos homens. Operários que, cerca das cinco horas, largaram a sua faina, lá foram também velar o cadáver do eminente defensor das prerrogativas populares. Mulheres, especialmente mulheres do povo, aquelas que não sabem escrever o

[1] Antonio Iraizoz y del Villar, *El Apóstol de la Democracia Portuguesa. Sebastián de Magalhães Lima*, Havana, Imp. Avisador Comercial, 1929, p. 5

[2] "A Morte de Magalhães Lima", *Diário de Notícias,* n.º 22583, de 9 de Dezembro de 1928, p. 6.

Magalhaes_Lima.indd 11 26/10/11 9:55:02

seu nome nas listas tarjadas de negro, também passaram ontem no palácio do Grémio Lusitano. Muitos milhares de pessoas lá foram ontem. O nome de todas é impossível publicar"[3]. De facto, não seria exequível reproduzir aqui os nomes, mesmo os mais sonantes, das longas relações publicadas pela imprensa da época, de si já muito podadas. Naturalmente que entre eles avultavam destacados maçons como Gago Coutinho, Adães Bermudes, Alexandre Ferreira, os comandantes Afonso Cerqueira, Pereira da Silva e Henrique Lopes de Mendonça, ou o jovem Adelino da Palma Carlos. Mas também figuras públicas que não estavam ligadas à Maçonaria como Columbano ou Júlio Dantas. Os operários da Carris, reunidos em assembleia-geral, exaram um voto de pesar e decidiram fazer-se representar no funeral, tal como os operários do Arsenal da Marinha. Os jornalistas compareceram em massa, mesmo os que estavam nos antípodas de Magalhães Lima, como Eduardo Schwalbach, para quem a amizade se sobrepunha a diferenças acessórias. Vários partidos apelaram aos seus militantes para compareceram nas cerimónias fúnebres – a Esquerda Democrática, o Partido Socialista, o Partido Republicano Português, o Partido Republicano Radical, a União Liberal Republicana. Os deportados políticos no Funchal enviaram um telegrama. Os grémios – faces profanas das lojas maçónicas – comissões do Partido Republicano Português, centros republicanos, grémios excursionistas, associações sindicais, de instrução, foram dezenas e dezenas os que estiveram presentes ou se fizeram representar. Mesmo antigos adversários assinalaram presença, como Brito Camacho. O general Luís Augusto Ferreira de Castro que, em 1914, encabeçou a cisão que dividiu profundamente o Grande Oriente Lusitano Unido, e ainda nessa época animava o que restava do antigo Grémio Luso-Escocês, fez-se representar pelo general João Pinto de Magalhães. A Ordem Mista Maçónica Internacional – O Direito Humano – também esteve presente.

Artur Portela deixou algumas impressões sobre o funeral, que terá tido, segundo a imprensa, a comparência de mais de vinte mil pessoas[4]: "O enterro do Dr. Magalhães Lima fica na história. É, sem dúvida, a maior manifestação republicana destes últimos trinta anos. Os velhos recordavam-se do funeral de Heliodoro Salgado, mas achavam-no pequeno, quase mesquinho, comparando-o com o cortejo de ontem. (…) O enterro, na Avenida, demorou hora e meia a passar. Quando chegámos ao alto da Rotunda avistámo-lo lá muito em baixo nos Restauradores. Ao longo do percurso, alas de povo. E havia lágrimas, destas que caem sem ruído, sem agitação, sem cólera. São assim as lágrimas de fé e de vontade. (…) Os estudantes iam em fila indiana, passo seguro e lento, sóbrios na sua capa negra e no seu rosto leal e inteligente. Eram centenas. (…) Os vendedores de jornais ontem de manhã, madrugada fria, desfilaram na sala do Grémio Lusitano onde estava o ataúde de Magalhães Lima. (…) A cidade despovoou-se. O trânsito paralisou. Estava frio, mas o Sol doirado, refulgente, foi sempre, sempre, envolvendo o ataúde num esplendor de glória. Quando chegámos aos Prazeres, então desapareceu. Testemunha incómoda que a

[3] *Idem*.

[4] "Uma Figura. Impressões rápidas do funeral do Dr. Magalhães Lima", *Diário de Lisboa*, n.º 2354, de 10 de Dezembro de 1928, p. 5.

Magalhaes_Lima.indd 12 26/10/11 9:55:02

tempo se retira. (…)". A urna foi levada aos ombros por sargentos da Armada, pegando nas borlas o ministro da Instrução, Cordeiro Ramos, o governador civil de Lisboa, major João Luís de Moura, os comandantes Sousa Dias e Afonso Cerqueira, e os generais Roberto Baptista, Vieira da Rocha, Abel Hipólito e Pereira Bastos[5]. Os tempos eram outros. As ruas e o percurso estavam fortemente vigiados por forças policiais e no cemitério não houve discursos.

Tinham decorrido poucos meses depois da Revolta do Castelo (20 de Julho) contra a Ditadura, quando os ecos da derrota das revoltas de Fevereiro do ano anterior ainda se faziam sentir, com as centenas de deportações, prisões e demissões. O funeral de Magalhães Lima constituiu uma manifestação algo estranha e até contraditória, só possível num contexto igualmente estranho, em que as diversas forças que procuravam controlar a nova situação ainda se debatiam. Assim se explica a presença do ministro da Instrução, Gustavo Cordeiro Ramos, que foi ao Grémio Lusitano apresentar as condolências em nome do governo, desse governo chefiado por Vicente de Freitas no qual Salazar ocupava a pasta das Finanças. O ministro escreveu no cartão que deixou: "Por si e pelos restantes membros do governo[6]." Cordeiro Ramos, que fez parte do primeiro turno do velório, integrou em 1935 a comissão da Câmara Corporativa que redigiu o parecer favorável ao projecto de lei de José Cabral que proibirá a Maçonaria. Pelo Grémio Lusitano também passaram Cunha Leal e Luís Barreto de Cruz, chefe do protocolo da Presidência da República, em representação do general Óscar Fragoso Carmona.

Sebastião de Magalhães Lima foi uma figura paradoxal do movimento republicano português. Considerado como um dos patriarcas do republicanismo luso, fez parte do Directório do Partido Republicano Português durante muitos anos, nos finais do século XIX, e teve um papel destacado na propaganda, tanto na imprensa, na qual foi uma presença constante na direcção de jornais como *O Século* e *Vanguarda*, como na qualidade de prolífero publicista e conferencista. Da sua geração académica fizeram parte João Franco, Júlio de Vilhena, Guerra Junqueiro, Cândido de Figueiredo, João Penha, Gonçalves Crespo, Eduardo Vilaça e Teixeira de Queirós. Livre-pensador e maçon, foi de longe o político republicano com maior renome além-fronteiras, utilizando esse prestígio em benefício, primeiro da obra de propaganda republicana e depois da consolidação da jovem República Portuguesa. No plano internacional poucos contemporâneos tiveram a sua projecção. Foi amigo de Victor Hugo, Kropotkine, Frédéric Passy, Anatole France, Gladstone, Jean Jaurés, Amilcare Cipriani, Millerand, Salmeron, Max Nordeau e Pi y Margal. No entanto, a sua carreira política depois de 1910 foi modesta, tomando assento na Assembleia Constituinte, depois no Senado, com raras presenças, e ocupando a pasta da Instrução no Governo saído da Revolução de 14 de Maio de 1915, que derrubou Pimenta de Castro. Uma experiência brevíssima de apenas um mês.

No *Diário de Notícias* de 10 de Dezembro de 1928, António José de Almeida – foi eleito sucessor de Magalhães Lima como Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa,

[5] "O Funeral de Magalhães Lima", *Diário de Notícias*, n.º 22584, de 10 de Novembro de 1928, p. 5.
[6] "O Funeral de Magalhães Lima", *Diário de Notícias*, n.º 22584, de 10 de Dezembro de 1928, p. 1.

Magalhaes_Lima.indd 13 26/10/11 9:55:02

cargo que não assumiu por razões de saúde – deixou um depoimento sobre aquele homem, do qual tantas vezes discordara, mas com o qual se sentia irmanado em ideais superiores: "Magalhães Lima não foi nem um aliciador nem um chefe, no vulgar sentido da palavra. Jamais conspirou. Nunca teve partido ou clientela atrás de si. Foi um tribuno fulgurante e audaz, que, sobretudo, fica estereotipado na nossa história contemporânea como um propagandista.

Mas de facto, ele, como poucos, dirigiu, chefiou, conduziu os homens que o ouviram falar da tribuna republicana e todos aqueles a quem, de uma forma ou de outra, chegou a sua palavra, que tantas vezes foi a palavra messiânica.

Sem exibições nem artifícios, sincero, leal, espontâneo e vibrante, ele seduziu e arrebatou, como poucos oradores o têm conseguido, as multidões embevecidas. O povo adorava-o; os homens de maior cultura sentiam-se fascinados ao ouvi-lo. Os adversários estimavam-no; os adeptos consideravam-no um ídolo.

Como poucos, Magalhães Lima dispôs, em Lisboa e em todo o país, de uma popularidade que se conservou íntegra, compacta e fremente, até à sua morte.

E em toda uma agitada multidão, cuja alma estava sedenta de justiça e cujo coração batia imperturbadamente a hora das mais legítimas reivindicações sociais, era impressionante por esse famoso orador, eloquente e singelo, que se impunha não só pelo seu verbo que, por vezes, foi o verbo de oiro, mas pela austeridade da sua vida, quer dizer pela rigidez de conduta que, no dizer de Demóstenes, valia mais do que as palavras mais belas. Ele mesmo não conhecia a influência que tinha, nem se apercebia da maneira por que actuava sobre o espírito das massas, buscadoras de justiça, que andam, desde os confins da História, envoltas no seu sonho, a bater-se pelos direitos humanos. Nisso, talvez, residiu a sua grande, enorme força.

Assim como se dirigem navios, se disparam torpedos e se fazem deflagrar minas, a distância, pelas ondas hertzianas, sem, no momento, se dar conta do estranho fenómeno, assim ele influenciou a alma portuguesa, tantas vezes, sem ela dar por isso e sempre com a firmeza e com a segurança de uma força inevitável e quase fatal[7]."

Sobre o carácter de Magalhães Lima e o seu espírito tolerante falam inúmeros episódios, como o que se segue: criticando as reservas de Magalhães Lima à revolta de 31 de Janeiro, Heliodoro Salgado escreveu palavras terríveis contra o caudilho republicano, palavras recordadas em 1898, quando os sectores mais radicais passaram ao ataque contra as figuras históricas do partido, acusadas de moderação. Eis um exemplo do que Salgado então escreveu a propósito da demissão do directório do futuro Grão-Mestre da Maçonaria: "Magalhães Lima não se substitui. Felizmente, mentecaptos daquela força há poucos nas nossas fileiras. Mas ninguém pense em o substituir; o que é preciso é pôr alguém no lugar daquele estafermo[8]." Mais tarde, apesar das ofensas recebidas, Magalhães Lima ajudará Heliodoro Salgado num momento particularmente difícil da sua vida: "[…] devo relatar um episódio passado com Heliodoro Salgado. Este intrépido companheiro procurou-me um dia para me

[7] António José de Almeida, "Magalhães Lima, Condutor de Povos", *Diário de Notícias*, n.º 22583, de 9 de Dezembro de 1918, p. 1.

[8] Heliodoro Salgado, "O Sr. Magalhães Lima", *A Batalha*, 21 de Abril de 1898, p. 1.

Magalhaes_Lima.indd 14 26/10/11 9:55:02

fazer uma revelação pungente acerca da sua situação: – Estou absolutamente privado de recursos, exclamou. E venho pedir uma intervenção imediata e urgente da sua parte." Rejeitando a realização de uma subscrição, Magalhães Lima propôs-lhe que escrevesse um artigo semanal remunerado para o jornal *Vanguarda*. E assim fez: "Ele abraçou-me com alvoroço e declarou que era a única solução que o satisfazia moralmente[9]."

Foram exemplos como este que construíram o prestígio de que gozava, e que era transversal na sociedade portuguesa.

Magalhães Lima foi uma personalidade singular nessas décadas que antecederam a mudança de regime e durante a curta experiência da Primeira República. Assistiu ao desabar da Monarquia Constitucional, ao alvor de uma nova esperança representada pela República. Sempre republicano e fiel aos seus ideais, assistiu à queda do novo regime, embora tenha feito tudo o que esteve ao seu alcance para lhe corrigir o rumo. Morreu quando a Ditadura Militar ainda se consolidava, no meio de ambiguidades e contradições. Mas raros políticos portugueses do seu tempo tiveram a popularidade, o prestígio internacional e a honradez exemplar que Magalhães Lima sempre pôde ostentar ao longo da sua vida.

[9] Magalhães Lima, *Episódios da Minha Vida/Memórias e Documentos*, Lisboa, Livraria Universal de Armando J. Tavares, s. d., Vol. I, p. 219.

Magalhaes_Lima.indd 15 26/10/11 9:55:02

Capítulo I
Biografia

Sebastião de Magalhães Lima nasceu no Rio de Janeiro, Brasil, a 30 de Maio de 1850, filho de Sebastião de Carvalho Lima, natural de Aveiro e proprietário em Eixo, que emigrou para o Brasil e ali casou com Leocádia Pinto de Magalhães, cujo pai, Guilherme Pinto de Magalhães, dirigia em terras brasileiras o Banco Hipotecário. A família vivia desafogadamente e regressou a Portugal em 1854 ou no ano seguinte, fixando-se na quinta que possuía na sua terra natal, e ali o jovem Sebastião aprendeu as primeiras letras pela mão do capelão da casa, o padre José Joaquim Ferreira Tavares. Ainda conheceu José Estêvão, figura prestigiada e liberal, natural de Aveiro, com o qual ainda tinha laços familiares.

Em 1859 – ano em que nasceu o seu irmão Jaime, escritor e pensador de mérito – o pai enviou-o para Lisboa a fim de prosseguir os estudos no Colégio Alemão, do conhecido professor Anton Hermann Roeder, que funcionava no palacete do conde de Cabral (na Rua do Prior em Lisboa). Naquela escola familiarizou-se com diversas línguas e foi condiscípulo de Jaime Batalha Reis, Barbosa Colen e Simões Margiochi. Desde muito novo manifestou uma natural propensão para a escrita, como recordará nas suas memórias: "Frequentava eu o colégio, quando, aos doze anos de idade, senti os primeiros impulsos da revolta. Jaime Batalha Reis, meu companheiro no internato, lia assiduamente Alexandre Dumas, Pai, com quem aprendeu muito, segundo a sua própria confissão. Eu lia avidamente Shakespeare, Schiller, Goethe, e a clássica *Messiada* de Klopstock, da qual cheguei a esboçar uma pálida tradução. Com Francisco Simões Margiochi fundei um pequeno jornal mensal, *Ensaios Literários*, no qual publiquei traduções do famoso escritor inglês. A leitura destes autores despertou as minhas qualidades éticas. Comecei a idealizar o amor, que se traduzia para mim num sentimento de bondade e de justiça. Revoltava-me contra tudo o que era cruel, arbitrário e injusto[1]."

Em 1869, concluía os estudos preparatórios no liceu do Porto, matriculando-se nas disciplinas de Filosofia, História e Latim, estreando-se nas lides literárias e jornalísticas: "Publicava-se então no Porto um jornal muito interessante, *O Pirilampo*. Saía à noite, distribuía-se pela cidade em carros com lanternas de cores. Era director desta publicação, que teve dias de sucesso, o meu amigo Gualdino de Campos, depois redactor do *Primeiro de Janeiro*. Tanto insistiu comigo, esse querido companheiro, que

[1] Magalhães Lima, *Episódios da Minha Vida*, Vol. I, p. 41 e 42.

Magalhaes_Lima.indd 17 26/10/11 9:55:02

me resolvi a escrever o primeiro artigo, atacando violentamente o movimento da Saldanhada, que ele colocou no lugar de honra. Daí por diante repetiu-se a insistência e eu comecei a tomar gosto em escrever para o público. E com que extremo prazer eu celebrava essas tentativas literárias! Punha-me de joelhos em cima da cama, abria os jornais e de longe contemplava-os, ufano e desvanecido!...

Creio que terá sucedido coisa idêntica a todos os novatos nas letras. É um tributo, que se paga invariavelmente ao nosso orgulho de ver o nome em letra redonda. *O Pirilampo* marcou a minha entrada no jornalismo. Desde então nunca mais deixei de escrever. O jornalismo é uma verdadeira paixão. Para ele me senti inclinado desde criança, considerando-o como a única e a verdadeira profissão que exerci na terra. Apesar de as circunstâncias me terem obrigado a aceitar alguns cargos políticos, posso afirmar que sou jornalista e que jornalista morrerei."[2]

Depois dessa passagem pelo Porto, Magalhães Lima matriculou-se na Universidade de Coimbra, em 15 de Outubro de 1870. Frequentou o curso de Direito, onde, no 1.º ano, numa aula, pediu a palavra para dissertar sobre o tema de Mutualidade de Serviços, matéria de que era especialista o doutor Joaquim Maria Rodrigues de Brito, lente do curso de Direito Natural. Foi colega de José Frederico Laranjo, futuro dirigente progressista e catedrático da mesma faculdade, de Alves da Veiga, chefe da revolta portuense de 31 de Janeiro de 1891 e até de João Franco.

Em 21 de Março de 1871, publicou o seu primeiro ensaio literário intitulado *Miniaturas Românticas* (Coimbra, Imprensa da Universidade). A 8 de Maio, proferiu um discurso na Associação dos Artistas de Coimbra e publicou um artigo sobre Edgar Allen Poe em *O Peregrino*, jornal literário da Lusa Atenas. A 12 de Fevereiro de 1872, dava à estampa *Actualidade, estudo económico-social (por M. L. estudante do 3.º ano jurídico)* impresso na Imprensa Portuguesa, do Porto, que foi saudado por Antero de Quental: "Encontro no seu livro os dotes dum espírito moço, aberto ao sopro dos ventos vivificantes que se levantam com o amanhecer dum dia novo da humanidade. Encontro nele também (pediu-me que fosse sincero) os defeitos do escritor moço, que afirma ideias boas e justas, duma maneira porém ainda indecisa a que se não define dum modo positivo na coerência e exposição. (…). O que para mim é essencial é que o seu livro me revela aquelas qualidades que costumam fazer (depois de muitas páginas e ensaios mais ou menos felizes) os escritores sérios: talento, boa-fé, estudo. É quanto basta para eu lhe dar os meus parabéns pelo seu livro. Quanto ao mais, o desenvolvimento espontâneo do seu próprio pensamento, irá mostrando, muito melhor do que eu, os lados fracos ou incompletos das suas concepções actuais. O que me alegra intimamente é vê-lo pôr o pé na grande e sólida estrada da escola proudhoniana: por esse caminho vai-se direito e sente-se o terreno cada vez mais firme. Há oito anos que estudo Proudhon, e cada dia acho mais que aprender nele. Não fala só à inteligência, fala-me a todas as minhas potências humanas. Na convivência dum tal Mestre não se ficará tão sábio (quero dizer erudito, etc.) como nas dos outros; mas adquire-se, como em nenhuma outra escola, a inteira compreensão do que é a grande verdade humana, individual, social, nacional e afectiva.

[2] *Idem*.

Magalhaes_Lima.indd 18 26/10/11 9:55:02

Ora isto é que é o essencial, não lhe parece? Assim, pois, na comunhão da grande escola proudhoniana, saúdo-o, meu caro Magalhães Lima, e digo-lhe avante! Como a um irmão nas crenças. Creia-me sempre, seu muito afeiçoado

Antero de Quental."[3]

Também Oliveira Martins saudou a estreia do jovem escritor: "Por via do meu editor me chegaram às mãos, primeiro a sua carta, depois o seu livro *A Actualidade*, que acabo de ler. Uma e outro vêm tão cheios de entusiasmo e de inteligência que são um sintoma precioso de que a mocidade portuguesa (aonde buscá-la senão aí, em Coimbra?) contém em si elementos de renovação no meio neste mundo estafado e velho que nos acotovela a cada passo.

O movimento das ideias modernas, meu caro, tem o carácter profundo duma renovação como que religiosa, quer dizer, da consciência: não bastam portanto para o compreender estudo nem talento: é necessário ter o sentimento das grandes coisas do Espírito humano.

O essencial pois é crer, crer nisto que me escreve e que basta o modo porque o diz para que se veja aí a expressão duma fé (…). Quanto eu sinto não estar em contacto (além deste contacto relativamente frio e pouco comunicativo da palavra escrita, com a mocidade académica que daqui a uns anos virá remoçar os parlamentos, a administração, a justiça, a fazenda, e que pode trazer consigo a força numa sã e grande Revolução! Pelo que me revela o seu carácter intelectual pressinto que existe aí uma labareda latente. Oxalá veja depressa a luz.

Estou agora em Espanha, mas sempre que queira dar-me o prazer de notícias suas pode escrever-me para casa do editor. Aqui e em toda a parte disponha de mim como confrade na Revolução.

J. P. de Oliveira Martins[4]".

Magalhães Lima começou a colaborar, em Fevereiro de 1872, no jornal *Correspondência de Coimbra*, dirigida pelo Dr. Manuel Emídio Garcia, com uma notícia de Aveiro (n.º 18 de Fevereiro) e alguns artigos: "Evolução da liberdade humana" (n.º 19 de Maio); "Economia política e socialismo" (n.º de Setembro). Em Junho do mesmo ano conheceu João Bonança, iniciando a colaboração no seu jornal *O Trabalho*, no qual publicou "Cartas Académicas (n.º de Julho), "A celebração dos domingos entre os povos civilizados (n.º de Outubro), "A Federação como ideal de governo perfeito" (n.º de Novembro). Em Dezembro fez uma palestra na Associação dos Artistas, em Coimbra, intitulada "Revoluções da Humanidade", depois publicada em o *Tribuno Popular* (Ano XVII, n.º 1759, 11 de Janeiro de 1872). Ainda no mesmo mês e ano, usou da palavra na Associação dos Artistas de Coimbra e numa comemoração popular do Natal, em Aveiro, exaltando a figura do Cristo e considerando que Sócrates, sacrificando-se pela Verdade, fora um verdadeiro precursor do cristianismo.

[3] Publicada inicialmente em Magalhães Lima, *O Socialismo na Europa*, p. 46 a 48; Álvaro Neves (coord.), *A Vida dum Apóstolo. Sebastião de Magalhães Lima. Escritor*, Lisboa, Imprensa Lucas & Cia, 1931, p. 303 e 304.

[4] *Idem*, p. 48 e 49: *Idem*, p. 304 e 305.

Magalhaes_Lima.indd 19 26/10/11 9:55:03

Em Coimbra, juntamente com outros estudantes de Direito – Augusto Manuel Alves da Veiga, Alves de Morais e Almeida Ribeiro – fundou o jornal *República Portuguesa*, que se publicou entre 1 de Maio e 24 de Julho de 1873, com a colaboração de Silva Pinto e de Albano Coutinho. Nessa época surgiu outro periódico de referência, *O Espectro de Juvenal* (1872-1873), redigido por Gomes Leal, Guilherme d'Azevedo, Luciano Cordeiro, Silva Pinto e Magalhães Lima. Era impresso em Lisboa na Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves. Luciano Cordeiro deixou a redacção depois do n.º 2 e Gomes Leal abandonou-o depois do n.º 3. Os últimos números foram redigidos integralmente por Magalhães Lima e por Silva Pinto.

A 8 de Fevereiro de 1873 discursava no Teatro Académico sobre "A Reacção e o Século" e, no dia seguinte, comentava, no periódico *Correspondência de Coimbra,* o livro de Oliveira Martins *Teoria do Socialismo*. A 15 de Março aparecia o seu livro *Padres e Reis*, (Porto, Imprensa Portuguesa) que se esgotou em oito dias. Prosseguia, entretanto, os estudos universitários. Na cadeira de Direito Administrativo o Doutor Manuel Emídio Garcia deu para estudo e relatório o tema: "Território e população nas suas relações com a administração". Magalhães Lima escreveu o relatório intitulado *A sociologia aplicada à administração pública*, saído dos prelos da Imprensa Literária de Coimbra. Em 9 de Abril de 1874, publicou no Porto o opúsculo *O Papa perante o Século (refutação do ultramontanismo)* que teve uma ampla repercussão e provocou grande polémica na imprensa. A 8 de Maio, participou numa grande reunião de liberais, na Associação dos Artistas.

Em breve ocorreria um episódio que o tornou ainda mais notado entre os estudantes. A 27 de Junho, o destacado republicano espanhol Emílio Castelar esteve em Coimbra; Magalhães Lima correspondia-se com ele e, por acaso, encontraram-se em Aveiro, onde o jovem estudante passava férias e o político espanhol viajava de comboio: "Em Coimbra ignorava-se absolutamente a chegada do ex-presidente da República espanhola, que tanto dera que falar por ocasião do golpe de estado de Pavia. Dei-me pressa, ao chegar à Lusa Atenas, em prevenir não só os lentes mas também os estudantes republicanos daquele tempo, que os havia em grande número. Seguro do efeito das minhas diligências, voltei ao Hotel Mondego, com o fim de me pôr à disposição de Emílio Castelar. Visitámos todos os monumentos, tendo-se dado, durante o trajecto, um episódio interessante. Na igreja de Santa Cruz, o organista, querendo dar uma prova da sua admiração pelo insigne espanhol, sentou-se ao órgão e tocou o Hino da Carta! Castelar, um pouco fatigado, adormeceu, tendo sido depois despertado com grande mágoa nossa, para o trazer à realidade terrena. Não sei o que o organista teria pensado do caso. A sua desilusão foi, certamente, grande. Mas a nossa ainda havia sido maior, quando ele teve a extravagante ideia de homenagear Castelar com o hino real! À noite, segundo a palavra de ordem, juntaram-se em frente do Hotel Mondego, onde se alojara o ilustre viajante, milhares de pessoas, entre as quais se destacavam lentes de nomeada como José Falcão, Bernardino Machado, António Jardim, Mendonça Cortez, e outros.

Tinham acorrido também duas filarmónicas para darem relevo à manifestação. Qual não foi o meu espanto – frequentava o quarto ano de Direito – quando me vi rapidamente cercado por professores e estudantes, que me impunham a necessidade

Magalhaes_Lima.indd 20 26/10/11 9:55:03

de celebrar o grande homem, cujo nome se tornara universal, com um discurso, proferido em nome da Academia.

Foi um dos momentos mais graves da minha vida. Pedi apenas para me deixarem dar um pequeno passeio, o que fiz, procurando rapidamente arquitectar o discurso, que devia pronunciar. Meia hora depois, estava em frente do Hotel, e, subindo a umas pedras, que acidentalmente se encontravam em monte, procurei, com o fogo da mocidade, concretizar na luminosa figura, que tinha perante mim, a Democracia na sua mais alta e mais bela expressão ateniense. As minhas palavras despertaram não aplauso delirante da Academia senão também a consagração do maior orador daquele tempo, que desceu à rua para, carinhosamente, me abraçar e beijar."[5]

A 7 de Dezembro começou a colaborar na revista conimbricense, de Sérgio de Castro, *O Mosaico*, onde publicou diversas críticas de livros. Na Biblioteca Republicana Democrática, de Carrilho Videira, apareceu então o folheto da autoria de Charles Lemonnier *Os Estados Unidos da Europa*, traduzido por Magalhães Lima.

Terminada a formatura em Direito, em 3 de Junho de 1875, os condiscípulos e amigos ofereceram-lhe um banquete no Hotel Central, que foi presidido pelo dr. Júlio Henriques. Nessa mesma noite discursou no Teatro Académico, durante a representação dos *Lazaristas*, tendo estado presente o seu autor, António Enes. Fez uma viagem a Madrid na companhia de Trigueiros de Martel, onde contactou com grandes figuras republicanas espanholas como Pi y Margall e Nicolau Salmeron, e reencontrou Emílio Castelar. Em Julho, começou a colaborar no jornal *Democracia*, no qual publicou críticas literárias e deu à estampa o romance *A Senhora Viscondessa* (Coimbra, Imprensa Comercial e Industrial). Mudou a sua residência para Lisboa, onde se estabeleceu com banca de advogado na Rua dos Douradores.

Na capital prosseguiu e intensificou a sua actividade política. Em 25 de Março de 1876, participou num banquete no palácio do célebre "Monteiro dos milhões", para celebrar a vitória dos republicanos franceses nas eleições. Foi fundado nessa época o Centro Republicano Democrático e, a 3 de Abril, em casa do médico Isidoro Viana era eleito o Directório do Partido Republicano Democrático Português, do qual Magalhães Lima fazia parte. Nesse mesmo ano foi eleito sócio honorário da associação El Fomento de Las Artes, de Madrid.

Essa sua ligação a Espanha prosseguiu em 1877 com a publicação do livro *Costumes Madrilenos as minhas notas de um viajante*, em que comentava a relação entre os povos peninsulares, nem sempre amistosa. Continuou com a sua actividade forense que acabaria por abandonar em 1879, ano marcado por uma enorme polémica decorrente da sua intervenção, em 30 de Janeiro, na assembleia-geral do Banco Nacional Ultramarino, de que era accionista, criticando duramente a administração. Publicou, a esse propósito, o opúsculo *A questão do Banco Nacional Ultramarino*. A 26 de Junho, assumia a direcção do *Comércio de Portugal*, órgão do comércio e indústria portuguesa.

No ano de 1880, intensificou a sua militância política. Pela primeira vez usou da palavra num comício republicano, a 7 de Março, no Teatro dos Recreios, sob a

[5] *Episódios da Minha Vida*, Vol. I, p. 97 e 98.

presidência de Elias Garcia. Dois dias antes havia proferido uma conferência no Clube Mouzinho da Silveira sobre política republicana. A 8 de Abril participou na reunião da Comissão da Imprensa para comemorar o Tricentenário Camoniano, sendo eleito seu secretário. A 10 de Junho, assistia a uma reunião da qual saiu a fundação da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. Candidato republicano a deputado pelo círculo n.º 98 (Santos), apresentou o seu programa político num comício realizado a 15 de Agosto, nas Janelas Verdes, mas não foi eleito no sufrágio realizado em 5 de Setembro. Fundou então o periódico *Comércio e Indústria*, no qual se publicaram dezenas de biografias de comerciantes e industriais portugueses, acompanhadas das respectivas fotografias. Algumas dessas biografias foram de sua autoria, como as de Henry Burnay, David Corazzi, Ernesto Chardron e Simões Margiochi. Em Dezembro, depois de uma reunião em casa de João de Almeida Pinto, na Rua do Arco da Graça, fundou o diário *O Século*, cujo primeiro número sairia a 4 de Janeiro de 1881.

A 23 de Janeiro seguinte discursou por ocasião da fundação do Clube Henriques Nogueira e, no dia 27, foi um dos milhares de portugueses que acompanharam a deposição de uma coroa de bronze no túmulo do patrono do clube, discursando na ocasião no cemitério dos Prazeres. Durante o mês de Março participou nas movimentações de protesto contra o tratado de Lourenço Marques, discursando no comício realizado pelo diário *O Século*, no Teatro D. Fernando, à Rua do Olival, o mesmo sucedendo no dia 13, em novo comício promovido por aquele jornal na Rua de São Bento e presidido por Teófilo Braga. No dia 27, proferiu novo discurso no comício contra o tratado de Lourenço Marques, realizado na capital nortenha e presidido por Alves da Veiga, tendo decorrido à noite um banquete no Grande Hotel oferecido pelo Centro Republicano do Porto. A 3 de Julho, presidiu à sessão inaugural do Clube Razão e Justiça, na Rua do Livramento.

Em Agosto envolveu-se em nova campanha eleitoral como candidato republicano pelo círculo n.º 98 (Santos). As eleições decorreram a 21 de Agosto, mas foi necessário um novo acto em 11 de Setembro, para desempate, tendo Magalhães Lima recebido 940 votos, sem, contudo, conseguir ser eleito.

Durante o ano de 1882, foi uma presença constante em diversas realizações republicanas. A 15 de Janeiro, discursava na sessão inaugural do Centro Eleitoral Republicano de Belém, a 22 falava na inauguração de uma aula de ensino primário pelo Método de João de Deus, na Associação Escolar e Eleitoral Pinto Ribeiro, num acto presidido por Teófilo Braga; a 23 discursou na sessão de aniversário no Clube Henriques Nogueira. No mês seguinte esteve presente na inauguração do Clube Eleitoral Democrático (na Rua da Fé, 20) e no sarau a favor do operário Paulo Rodrigues. A 12 de Março, interveio no comício, realizado no Teatro do Salitre, sob a presidência de Elias Garcia, contra os tributos apresentados pelo Governo no Parlamento. Foi então nomeada uma comissão para redigir o protesto a entregar às Câmaras, constituída por Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, Silva Lisboa, Jacinto Nunes e por ele próprio. A 16 proferia uma conferência sobre "Deveres da Democracia", no Clube Fernandes Tomás, interrompida pela intervenção policial; foram presos o conferente e João Rodrigues dos Santos. No dia 21, entregou na Câmara dos Pares, com Silva Lisboa, a referida representação contra os impostos. Ainda em Março de

Magalhaes_Lima.indd 22 26/10/11 9:55:03

1882, começou a colaborar na *Enciclopédia Republicana* e na *Galeria Republicana*, em que escreveu artigos sobre Jacinto Nunes (n.º 5, Março), Rafael Bordalo Pinheiro (n.º 11, Junho) e Castelo Branco Saraiva (n.º 43, Outubro de 1883). A 25 de Agosto, participou na reunião dos republicanos do círculo n.º 98, numa das salas da redacção de *O Século*, onde renovou a sua candidatura às eleições suplementares. Em 15 de Outubro, discursou no comício eleitoral do círculo n.º 98, de Lisboa, onde obteve 801 votos no sufrágio de 5 de Novembro.

A 6 de Janeiro de 1883, Sebastião de Magalhães Lima deslocou-se a Tomar para fazer uma conferência de propaganda e a 14 do seguinte discursava na inauguração do Clube da Montanha. Publicou então o *Processo judicial do testamento falso e subtracção da herança de D Cândida Adelaide Guilhermina Duarte em Vale do Pereira, sendo autora Maria Isabel Pereira Duarte, e réus Maria Teresa de Jesus Garcia, Vitoriana Augusta Pereira da Silva, Maria Augusta Cordeiro Pelo, O. Mariana Reis Vieira da Silva, João Carlos de Valadas Mascarenhas e o tabelião António Luis Falcão Rodrigues. – Escrivão Joaquim Ferreira Fernandes, na seda vara* (Primeira parte e única, Oficina Tipográfica da Empresa Luterana de Lisboa. Opúsculo de 63 páginas).

A 1 de Fevereiro discursou na sessão de homenagem à memória de Gambetta, no Teatro Aveirense, e no dia seguinte manifestava-se contra o real de água, no comício realizado no Centro Republicano de Aveiro. Em 14 seguinte participou na manifestação cívica comemorativa do aniversário da morte de Xavier de Paiva, um cortejo com cerca de 500 pessoas, saído do Centro Republicano Democrático, com destino ao Cemitério Oriental, onde com Magalhães Lima usaram da palavra Gomes Leal e Paulo da Fonseca. A 11 de Março, discursou em Évora, na inauguração de uma biblioteca popular, iniciativa do Centro Democrático local. Em Julho, foi eleito membro do Directório do Partido Republicano Português, em congresso, com Elias Garcia, Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, Bernardino Pinheiro, Teixeira de Queirós, Sabino de Sousa, Silva Lisboa e Castelo Branco Saraiva.

Em 13 de Janeiro de 1884, discursou no aniversário do Clube da Montanha, no dia 16 sobre José Estêvão no Clube José Estêvão, e no dia 20 apresentava o abolicionista José do Patrocínio, na sessão solene do 3.º aniversário da Associação Escolar e Eleitoral Pinto Ribeiro. A 3 de Fevereiro, falou na sessão inaugural da aula de ensino pelo método de João de Deus, no Clube Escolar e Eleitoral Democrático 15 de Setembro de 1820, em Sacavém, e, no dia seguinte, participou na inauguração do Centro Republicano 15 de Outubro de 1820, no Poço do Bispo, sob a presidência de Elias Garcia. Nos meses seguintes prosseguiu a sua actividade política, com uma sessão no Clube José Estêvão (18 de Março); a 13 de Abril fez um discurso perante 8000 pessoas, no Teatro do Rato, contra o projecto da reforma penal apresentado às Cortes por Lopo Vaz; a 14 de Abril acompanhou Teófilo Braga, Teixeira de Queirós, Gomes da Silva, Jacinto Nunes e Silva Lisboa ao Parlamento, onde entregaram a representação aprovada na véspera, no comício do Rato; a 20 de Abril tomou parte no banquete realizado na Quinta dos Espadeiros, em Almada, onde foi deliberado protestar contra a "lei das rolhas"; em Julho – mês em que *O Século* lançava uma violenta campanha contra o rei e as instituições monárquicas – percorreu diversas localidades do Algarve na companhia de Jacinto Nunes e Anselmo Xavier; a 24 Agosto, esteve na homenagem a Manuel Fernandes Tomás; a 31 de Dezembro, discursou no ban-

Magalhaes_Lima.indd 23 26/10/11 9:55:03

quete oferecido por Trigueiros Mardel, realizado no Hotel Bragança. Uma semana antes – a 23 – tinha sido julgado e condenado a um mês de prisão pelo artigo "Bandidos Célebres", publicado em 29 de Julho.

> "SENTENÇA
>
> Atendendo a que pelos autos fols. 6 e 9, confissão do réu e depoimento das testemunhas se acha provado que nesta cidade se publica o jornal político intitulado *O Século*, de que é editor João Augusto Torres.
>
> Atendendo a que o editor do referido jornal declinou a sua responsabilidade para o autor do artigo incriminado, responsabilidade que o bacharel Sebastião de Magalhães Lima aceitou, como se vê do termo a iff. 26.
>
> Atendendo a que o jornal incriminado, constante de folhas 3, além do titulo Bandidos Célebres, contém matéria injuriosa e ofensiva a el-rei, pois se exprimiu o seguinte modo: '*O Século* presta hoje nova e sincera homenagem aos 7 portugueses mandados assassinar no Funchal, por ordem de el-rei, no dia 29 de Junho de 1884'.
>
> Atendendo a que a manifestação do pensamento é uma das garantias mencionadas no artigo 145.º § 30 da Carta Constitucional, ficando todavia o cidadão, que dela se aproveita, responsável pelos abusos que cometer no exercício desse direito.
>
> Por estas razões, e em conformidade com o artigo 169.º da reforma penal, levando em conta a circunstância atenuante o comportamento do réu, condeno o bacharel Sebastião de Magalhães Lima, a um mês de prisão e um mês de multa a 500 réis por dia, e mais o condeno nas custas e selos. – Lisboa, 23 de Dezembro de 1884."[6]

Em 1885, continuou a intensa actividade de propaganda. A 3 de Janeiro participou no sarau realizado no Clube Eleitoral Democrático da Freguesia de S. José a favor das vítimas das prepotências monárquicas, e, no dia seguinte, esteve na inauguração do Clube Democrático Fernão Vasquez, em São Sebastião da Pedreira. No dia 11 deslocou-se a Santarém onde, em casa de Augusto José Mendes Pedroso, foi eleita a comissão encarregada de fundar o Clube Democrático Guilherme de Azevedo. A 18 discursou na sessão comemorativa do Clube da Montanha, a 25 no banquete oferecido no Hotel Borges a Rafael Bordalo Pinheiro e Alfredo Morais Pinto e a 29 de Março, no aniversário do Centro Escolar e Eleitoral Democrático de Cacilhas. A 25 de Abril, deu entrada no Limoeiro para cumprir os 30 dias de prisão a que tinha sido condenado anteriormente, saindo em liberdade no dia 25 de Maio. A 12 de Junho, visitou a localidade de Chamusca, na companhia de Anselmo Xavier. Em Junho era dado à estampa o volume *A Revolta. I Protestos e afirmações,* com a capa ilustrada por Rafael Bordalo Pinheiro. Em 13 de Dezembro, foi eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa, juntamente com Elias Garcia, Consiglieri Pedroso, Manuel de Arriaga, Teixeira de Queirós e Teófilo Braga, integrados na minoria

[6] *A Vida dum Apóstolo, Jornalista*, p. 143.

Magalhaes_Lima.indd 24 26/10/11 9:55:04

republicana. Tomou posse a 3 Janeiro de 1886, propondo uma sindicância aos actos das vereações de Lisboa e Belém, desde 1881. Publicou em seguida *A Revolta. II processo da Monarquia*. Não há notícia de outras actividades neste ano, mas no seguinte voltaram a registar-se numerosas intervenções suas. A 23 de Janeiro de 1887, presidiu à sessão inaugural do Centro Fraternidade Republicana, a 27 de Fevereiro discursou no comício, realizado no Teatro das Variedades ao Rato, contra o monopólio dos tabacos, e a 27 de Março, num comício celebrado na quinta do Ferreira, com mais de 2000 pessoas. Mas não conseguiu ser reeleito para a Câmara de Lisboa em 16 de Outubro. Pelo contrário, continuou a integrar o directório republicano, sendo reeleito em 22 de Dezembro, no congresso extraordinário do Partido Republicano Português (PRP), juntamente com Elias Garcia, Sousa Brandão, Bernardino Pinheiro, Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso e Jacinto Nunes. A 5 de Janeiro de 1888, usou da palavra no banquete que reuniu os delegados àquele conclave, única actividade recenseada neste ano.

Em 1889, voltamos a encontrá-lo em comícios de protesto contra o Governo, a 14 de Abril e a 19 de Maio, este último na Torrinha, sob a presidência de Teófilo Braga, sendo dissolvido à cutilada pela polícia. Durante os incidentes então registados foram presos Eduardo Maia e António Ferreira Chaves. A 2 de Junho, discursou no comício em protesto contra as violências policiais e, a 2 de Junho, fez uma conferência sobre o Centenário da Revolução Francesa no Centro Fraternidade de Lisboa. Em Novembro ausentou-se para o estrangeiro e de regresso, em 1 de Dezembro, foi recebido com uma grande manifestação de apreço.

Ocorreram entretanto alguns eventos marcantes. Em Outubro morrera o rei D. Luís, sucedendo-lhe no trono D. Carlos. A 15 de Novembro, era proclamada a República no Brasil, país onde residia uma numerosa colónia portuguesa e cujas remessas tinham uma enorme importância na economia lusa. Em Janeiro de 1890, ocorreu o Ultimato inglês, que desencadeou uma onda de protestos por todo o país e um enorme descontentamento capitalizado pelos republicanos. A 22 daquele mês, discursou na sessão comemorativa do Clube Fraternidade Republicana, e a 9 de Junho assinou, com Eduardo Maia, uma representação protestando contra a violação, em Setúbal, do artigo 145.º § 3.º da Carta Constitucional.

Em Coimbra, defendeu Afonso Costa, num processo de abuso de liberdade de imprensa, conseguindo a sua absolvição. Mas a sua projecção internacional começava a pesar na sua actividade. Entre 3 de Julho e 1 de Dezembro, viajou para Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Holanda e Itália em missão de propaganda republicana e federalista. Os contactos estabelecidos naqueles países, com os sectores maçónicos e progressistas de várias tendências, conferiram-lhe uma notoriedade cada vez maior além-fronteiras.

A 7 de Janeiro de 1891, Magalhães Lima foi de novo eleito para o Directório do PRP, com Teófilo Braga, Jacinto Nunes, Manuel de Arriaga, Bernardino Pinheiro, Azevedo e Silva e Homem Cristo. Publicou os livros *Pela Pátria e Pela República* e *O Socialismo na Europa*.

A 25 de Junho, partia de novo para o estrangeiro. Deslocou-se a Espanha, para tomar parte no Congresso Universal de Livre-Pensamento, realizado em Madrid, integrado nas comemorações do centenário da descoberta da América, e que

acabou por ser suspenso por Sagasta. Regressou a Portugal a 2 de Novembro, com uma calorosa recepção popular, mas voltou ao país vizinho, em 24 de Junho de 1893, para participar na conferência de Badajoz, onde se reuniram republicanos portugueses e espanhóis defensores do federalismo. Publicou então o livro *La Fédération Ibérique*, com tradução de Louis Mariano, onde expunha as suas ideias quanto a uma Federação Ibérica.

Em 1894, participou num ciclo de conferências organizado no Ateneu Comercial de Lisboa, apresentando uma comunicação intitulada "A Questão Social". Também publicou o livro *O Primeiro de Maio*, igualmente sobre uma temática de cariz social à qual dispensava cada vez maior interesse.

Em 24 de Setembro de 1896 eram aprovados os estatutos da Associação dos Jornalistas, de que foi fundador e figura tutelar; em Dezembro, assinava a escritura pela qual abandonava a direcção e propriedade de *O Século* – era o fim da sua relação com um jornal que marcara profundamente.

Em 1897, participou com grande destaque nos preparativos da comemoração do Centenário da Viagem de Vasco da Gama à Índia; em nome da respectiva Comissão Executiva percorreu a Espanha, a França, a Inglaterra, a Bélgica, a Holanda e a Suécia em missão de propaganda do evento, dando conta dessa deslocação numa conferência proferida na Sociedade de Geografia, em 11 de Novembro, intitulada "O Centenário no Estrangeiro", publicada de imediato. Começou a colaborar no jornal *Folha* do *Povo* e em 25 de Setembro, não foi reeleito para o Directório do PRP. Publicou o livro *L'Ouvre Internationale* e iniciou a colecção Biblioteca Popular de Orientação Socialista, de parceria com Teixeira Bastos, escrevendo o livro *Paz e Arbitragem*, uma temática que lhe era particularmente cara. Decididamente, o tempo de *O Século* passara. Magalhães Lima lançou-se noutro projecto jornalístico em Janeiro de 1898, ao assumir a direcção política do jornal *A Folha do Povo*, mas não ficou por aí. Em Outubro, iniciou a sua colaboração no diário *Vanguarda* cuja direcção assumiu rapidamente e que seria, durante alguns anos, a sua tribuna privilegiada de intervenção, nela publicando centenas de artigos de fundo e de textos de cariz diverso. Deslocou-se à Bélgica, onde fez uma conferência sobre federalismo na Universidade Livre de Bruxelas e publicou, na Biblioteca de Orientação Socialista, um pequeno volume com o mesmo título – *O Federalismo*. Em Lisboa participou no Congresso Internacional da Imprensa (Outubro).

Nessa época, vamos encontrá-lo muito empenhado nas questões da paz e da arbitragem internacional. Fez na Sociedade de Geografia uma conferência intitulada "A Paz e a Guerra", publicada em folheto, mas sem esquecer a intervenção cívica e partidária. A 6 de Maio do mesmo ano, discursava num comício de protesto contra as novas medidas tributárias do Governo, mas é bem visível uma preferência por outros campos de acção, que o levaram a participar no Congresso Internacional do Livre-Pensamento[7], acompanhado pelo seu amigo e colaborador Fernão Botto-Machado, que descreveu mais tarde a viagem de ambos àquela cidade e a participação nas diversas sessões do congresso, com elogio ao papel de Magalhães Lima e a

[7] Ver a esse propósito, Magalhães Lima, *O Congresso de Roma*, Lisboa, Tipografia de *O Diário*, 1904.

Magalhaes_Lima.indd 26 26/10/11 9:55:04

intervenção de Belén Sarraga de Ferrero, directora de *La Conciencia Libre*[8]. Ambos terão viajado em conjunto mais do que uma vez, a avaliar pela forma como Magalhães Lima denominara Botto-Machado como "seu companheiro em mais que um congresso internacional".[9]

Também esteve no Congresso Internacional da Imprensa em Viena de Áustria (Setembro). Em 18 de Dezembro de 1904, foi-lhe tributada uma calorosa homenagem pública no Coliseu dos Recreios em Lisboa, com a edição de um número único intitulado *Consagração*, no qual colaboraram dezenas de amigos e admiradores.

Em 1905, é visível um empenhamento cada vez maior de Magalhães Lima na Maçonaria, tanto em Portugal como no estrangeiro, que culminará, dois anos depois, com a sua eleição para o cargo de Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Discursou a 4 de Fevereiro de 1907, na escola 31 de Janeiro e, a 24, participou num comício contra a lei de imprensa. O seu antigo condiscípulo João Franco estava à frente do Governo e a luta política intensificou-se. Magalhães Lima participou activa e vigorosamente na oposição à Ditadura, denunciando as violências e a repressão: "O 18 de Junho [de 1907] foi uma reprodução, em grande, do 4 de Maio. Hintze foi fraco. João Franco foi brutal. Por isso na estação do Rocio se aglomerou a populaça num protesto. Logo pela noitinha, começaram grupos a circular pelo Rossio, discutindo acaloradamente e o Suíço e o Martinho haviam sido invadidos, apresentando o largo um aspecto fantástico. À chegada de Afonso Costa, Magalhães Lima e outros, o povo tivera um estremecimento de alegria e a multidão formava grupos por toda a parte e discutia com fogo a marcha dos acontecimentos. Foi um silvo agudo da locomotiva que os fez estremecer, amontoando-se sobretudo o povo na estação e nos cafés, por sobre mesas e cadeiras e contando para os que estavam em baixo e que iam voltado (...)

Logo que chegou o comboio e se soube que ele tinha fugido Calçada do Carmo acima, houve uma desilusão e a ordem do varrer, a brutalidade, o escorraçar a pontapé, tudo isso marcou a fuga trágica. Quadro negro e de sangue, que ficou na história, e que não se esquecerá mais! Viu-se a dona dum quiosque do Rocio bater-se como uma heroína, garotos de jornais avançarem contra a guarda, povo sem armas levantar barricadas no Martinho, com pedaços e mesas, com garrafas, com tudo que lhes vinha às mãos. Noite negra e estranha, semeada de gritos e de descargas, de maldições e de loucura, com sombras fugindo, com a alucinação e o delírio de João Franco transmitido às tropas, à polícia, ao povo (...)

Contra Magalhães Lima e os seus camaradas que foram à estação, instaurou-se esse processo célebre chamado *processo dos 21*, por suposta sedição".[10] Para evitar a prisão, Magalhães Lima fixou-se em Paris, onde tinha tantos amigos e correligioná-

[8] Fernão Botto-Machado, "A Caminho de Roma", in *Crenças e Revoltas*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1908, p. 183 a 188.

[9] Fernão Botto-Machado, "O Nosso Melhor Diplomata", in *Consagração*, número único, Dezembro de 1904, p. 4.

[10] Archer de Lima, *Magalhães Lima e a sua Obra. Notas e Impressões*, Lisboa, Tipografia de A Editora, 1911, p. 274 e 275.

Magalhaes_Lima.indd 27 26/10/11 9:55:04

rios. Nessa cidade fez uma conferência, a 28 de Janeiro de 1908, analisando a situação portuguesa e sua possível evolução. Regressou ao país depois do Regicídio, em Março, colaborou na homenagem nacional a Teófilo Braga e na edição do livro dedicado àquele professor do Curso Superior de Letras. Participou no Congresso do Livre-Pensamento em Lisboa (Abril). Em 1909, fez conferências na capital nortenha, sobre livre-pensamento (28 de Fevereiro), participou num comício anticlerical em Lisboa (1 de Agosto) e nas comemorações do centenário de José Estêvão (Outubro).

O Partido Republicano irá conhecer uma significativa inflexão nos Congressos de Setúbal e depois no do Porto, já em 1910, tendo Afonso Costa proposto que Magalhães Lima fosse ao estrangeiro, em missão de propaganda, aproveitando a sua projecção fora das nossas fronteiras. No final de 1909, deslocou-se a França e a Inglaterra, regressando a Portugal para participar no Centenário de Alexandre Herculano, em Abril de 1910.

Em Julho daquele ano partia de novo para o estrangeiro numa missão crucial para os republicanos: obter apoio e compreensão para a mudança de regime que estava na forja. Encontrava-se em Paris quando ocorreu a Revolução de Outubro de 1910 que instaurou o regime republicano. No Hotel Central, onde se encontrava hospedado, fez içar a primeira bandeira republicana verde-rubra no estrangeiro: "Na Cité Bergère, um pequeno bairro de hotéis e pensões de família, existia no n.º 8 o Hotel Central, onde me albergara durante o meu exílio no tempo de João Franco. Tornara-se naturalmente esta pensão o *rendez-vous* dos republicanos, que habitavam ou estavam de passagem em Paris, por essa ocasião (…). Pelo mesmo motivo, compartilhavam comigo da mesma encantadora hospitalidade francesa o honrado chefe da Carbonária, Luz de Almeida, e o brilhante escritor Aquilino Ribeiro, o qual aparecia frequentemente a almoçar no restaurante Grüber, do Boulevard Poissonnière, com o nosso bravo Leal da Câmara, que muito contribuiu para o descrédito da Monarquia portuguesa com a sua admirável colaboração da *Assiete au Beurre*.

O notável operador Ângelo da Fonseca, o poeta João de Barros e José da Costa Amorim, constituíram como que a guarda avançada deste pelotão.

Mais tarde, quando, por voto do congresso partidário, fui eleito com José Relvas, a fim de prepararmos a atmosfera, para o reconhecimento oficial da República pelas nações estrangeiras, voltei a instalar-me no mesmo hotel, que se tornou um pequeno canto de Portugal, e onde diariamente me avistava com os Srs. Alves da Veiga, Ângelo da Fonseca, João de Barros, José da Costa Amorim e outros (…). Logo a seguir à proclamação da República o ministro monárquico em Paris, Sousa Rosa, me perguntou pelo telefone quando desejava tomar conta da legação. Depois da minha longa propaganda feita em Paris e noutras capitais em favor do reconhecimento oficial do novo regime era a pergunta realmente naturalíssima. Muitos amigos meus, jornalistas e sociedades literárias, antecipadamente contavam que a minha nomeação para aquele posto se tornasse efectiva.

Não sucedeu, porém, assim e não me queixo por isso. Quando o ministro dos Estrangeiros do Governo Provisório me perguntou qual era a legação que eu desejava, logo declarei que só em Paris poderia ser útil à República pelas minhas relações e pelo prestígio de que gozava na capital francesa. Foi-me oferecida uma embaixada extraordinária ao Brasil e à República Argentina. Declinei a honra por me parecer

Magalhaes_Lima.indd 28 26/10/11 9:55:04

que era inoportuna, visto a República portuguesa não estar ainda reconhecida por aquelas nações. Depois fui indicado para ocupar a legação de Londres, que não aceitei. E como havia compromissos tomados para Paris a favor de João Chagas, entendi que não devia levantar quaisquer dificuldades ao Governo, resolvendo não aceitar outro cargo, em que os meus serviços não corresponderiam à aspiração de bem servir a minha Pátria. Houve quem comentasse este facto com palavras que extremamente me penhoraram.

A minha resolução foi, porém, inabalável: não aceitar qualquer outro cargo da República, e disso me orgulho para provar a todos que tinha apenas um objectivo em vista: servi-la em consciência e plena responsabilidade dos meus actos. Assim me tenho conservado e assim espero morrer. E devo esclarecer que os diferentes cargos de deputado, senador e ministro da Instrução Pública os exerci sem deles me aproveitar pecuniariamente beneficiando com os respectivos honorários escolas e estabelecimentos de assistência."[11]

Ainda em Paris, fez uma conferência sobre o Portugal republicano no Café du Globe, a 8 de Outubro de 1910, publicada de imediato, depois do seu regresso a Portugal, onde foi alvo de manifestações de respeito e admiração, nomeadamente dos marinheiros republicanos que ele sempre defendera no passado: "Tomei na imprensa uma defesa calorosa daqueles meus correligionários, que constituíam a guarda avançada das ideias republicanas em Portugal. Nunca eles esqueceram o facto e, como era natural, uma vez proclamada a República, entenderam que me deviam manifestar publicamente a sua reconhecida simpatia. Foi isto que originou a manifestação dos marinheiros na minha volta de Paris, e que foi uma consequência da consagração do povo no meu regresso a Lisboa. O povo entendeu que me devia honrar com uma das maiores manifestações, que por essa ocasião de ardor republicano se produziram. Nunca esquecerei essa noite admirável, inolvidável, para o meu coração de português e de republicano. Alguns milhares de pessoas aguardavam a minha chegada na gare do Rocio. Foi indescritível o entusiasmo, que não cessou até ao acto eleitoral (…). Como porém, isto fosse julgado ainda pouco, os amados marinheiros dirigiram-se ao ministro do Interior para lhe comunicar a sua intenção de completar o impulso popular com uma nova manifestação, que foi logo fixada com grande aprazimento do dr. António José de Almeida.

Mil e trezentos marinheiros desfilaram diante da minha casa para me oferecerem a primeira bandeira republicana que tinha sido içada a bordo do *São Rafael*. Uma comissão composta de cinco marinheiros subiu a minha casa, e, desdobrando a bandeira, exclamou: "Aqui a tem, pertence-lhe de direito". Pode bem imaginar-se a minha emoção, levada até às lágrimas. Na rua, os aplausos tocavam as raias do delírio. Da redacção de *O Mundo* havia-se estabelecido um foco eléctrico para a janela de onde me foi dado agradecer tão enternecedora prova de solidariedade.

A bandeira, que guardo como um tesouro inestimável, envolverá o meu cadáver, quando chegar o meu dia final.

[11] Magalhães Lima, *Episódios da Minha Vida*, Vol. I, p. 300 a 306.

Magalhaes_Lima.indd 29 26/10/11 9:55:04

É a única maneira de corresponder a uma demonstração de tanto carinho."[12]

Foi nomeado para a comissão encarregada de inquirir sobre os serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros (24 de Novembro). A 5 de Março de 1911 saía o último número da *Vanguarda* sob a sua direcção. O diário tinha cumprido a sua missão e iniciou outra fase, dirigido por Feio Terenas. A 28 de Abril, Magalhães Lima foi eleito deputado às Constituintes pelo Círculo Oriental de Lisboa, mas a sua participação será reduzida, com frequentes deslocações ao estrangeiro e também com períodos de ausência por motivos de saúde. A 19 de Junho, assistiu à primeira Sessão da Assembleia Nacional Constituinte e, a 20 de Junho, teve 12 votos para Presidente da Assembleia e 18 para Vice-Presidente. Em 21 de Junho, foi eleito, por 94 votos, para a Comissão de Constituição. A 29 de Junho, na eleição da Comissão de Legislação Operária tem 43 votos, e na de Relações Estrangeiras é eleito por 105 votos. A 3 de Julho, lê à Assembleia Constituinte o projecto da Constituição de que foi relator e o de vencimentos do Presidente da República. Por estar fatigado, a leitura do documento coube a Eduardo de Abreu, também responsável pela redacção da proposta; aprovada, promovia Machado Santos a almirante. Na Comissão de Petições obteve 44 votos. Adoeceu a 6 de Julho, e a 18 era-lhe concedida licença parlamentar para se ausentar para o estrangeiro. A 24 de Agosto, recebeu apenas um voto na eleição para Presidente da República, e, no dia seguinte, foi eleito senador por 171 votos. Em Itália, a convite dos republicanos italianos, proferiu conferências em Ravena, Florença e Génova. A sua actividade parlamentar será analisada em detalhe em capítulo autónomo.

O prestígio de que gozava reflectiu-se na inauguração do Centro Escolar Republicano Dr. Magalhães Lima, a 12 de Agosto de 1911, numa iniciativa da Associação do Registo Civil[13]. O acto decorreu no Coliseu de Lisboa, com a presença e as intervenções de Ladislau Piçarra, Machado Santos, Tavares de Melo, Reis Gonçalves, Gonçalves Neves, Agostinho Fortes, o tenente-coronel Sousa e Albuquerque e o capitão Augusto Taveira, entre outros. Foram lidas cartas de Manuel de Arriaga, Afonso Costa, Bernardino Machado, Tomás Cabreira, António Maria da Silva e Eduardo de Abreu. Ausente por motivos de saúde, Magalhães Lima enviou uma mensagem, na qual agradecia a distinção e afirmava que "as fórmulas políticas não bastam para consolidar a democracia. É preciso mais, é preciso que a conquista do pão acompanhe a conquista da liberdade".[14]

Em 16 de Outubro de 1911, Magalhães Lima foi eleito para o Directório do Partido Republicano Português, num momento em que a unidade do velho partido se desfazia, e passava aquele a representar apenas a facção dirigida por Afonso Costa, com a designação oficiosa e nunca consagrada de Partido Democrático. Mas o velho propagandista prosseguiu, no estrangeiro, o seu périplo ao serviço do novo regime. Na Suíça proferiu uma conferência na Maison du Peuple de Lausanne (9 de Novembro),

[12] *Idem*, p. 306 a 308.

[13] "A Sessão inaugural do Centro Escolar Democrático Dr. Magalhães Lima decorreu no meio de grande civismo", *O Mundo*, n.º 3927, de 14 de Agosto de 1911, p. 3.

[14] "As Grandes Festas da República", *Vanguarda*, n.º 7559, de 14 de Agosto de 1911, p. 1.

Magalhaes_Lima.indd 30 26/10/11 9:55:04

intitulada "Le Portugal Libre Penseur", publicada no ano seguinte. Em 11 de Fevereiro 1912, deslocou-se a Espanha, acompanhado por Botelho de Sousa, Tavares de Meio e Ventura Coelho; proferiu conferências em Sevilha, Córdova, Madrid e Valência, algumas publicadas em jornais de grande divulgação nos sectores progressistas espanhóis, como *El Libre Pensamiento Internacional*, *El Problema Internacional* e *La Ciência Internacional*.

De volta a Portugal, fez uma conferência no Teatro da República, em Leiria, sobre o Turismo em Portugal (17 de Abril) e esteve no congresso ordinário do Partido Republicano Português realizado em Braga, entre os dias 27 e 29 de Abril de 1912, presidindo à sessão de encerramento. Ainda no âmbito do livre-pensamento, participou na preparação do Congresso Internacional do Livre-Pensamento, programado para 1913 em Lisboa, e efectuou em 21 de Maio uma conferência sobre o Cremacionismo – outra das causas pela qual pugnou –, na sede da Associação do Registo Civil.

Em Abril de 1913, encontrava-se de novo na Suíça; o regresso a Lisboa deu-se em Setembro. Não participou, por isso, no Congresso do Partido Republicano Português realizado em Abril, na cidade de Aveiro, no qual não foi eleito para o Directório mas sim para o Conselho Arbitral. Em Outubro, participou com papel destacado no Congresso Internacional do Livre-Pensamento ocorrido em Lisboa.

Em Maio de 1914 estava em Paris. No retorno a Lisboa, no mês de Julho, confrontou-se com a maior crise registada no seio da Maçonaria Portuguesa desde 1869, com a cisão de numerosas Lojas do Rito Escocês, como se verá em capítulo específico. No ano seguinte, agravou-se a situação política nacional, com a formação do Governo presidido pelo general Pimenta de Castro, apoiado pelo Presidente da República Manuel de Arriaga. Neste quadro de luta, alguns deputados reunidos em Congresso no Palácio da Mitra, em Santo Antão do Tojal, em 4 de Março de 1915, nomearam Magalhães Lima para integrar uma comissão encarregada de velar pela salvaguarda e cumprimento da Constituição, juntamente com Bernardino Machado, José de Castro, Caetano Gonçalves e Pereira Vitorino. O confronto entre o Governo, apoiado por Manuel de Arriaga, e sectores republicanos polarizados em torno do Partido Republicano Português levou à Revolução de 14 de Maio, ao derrube de Pimenta de Castro, facto considerado por muitos como uma segunda proclamação da República. A revolução foi dirigida por destacados elementos afonsistas e maçons, como Norton de Matos, Sá Cardoso, Leote do Rego, José Freitas Ribeiro e António Maria da Silva. Do governo saído da revolução fizeram parte Magalhães de Lima e José de Castro. Por decreto da junta revolucionária, o Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa foi nomeado ministro da Instrução Pública, cargo exercido apenas até 19 de Junho.

Enquanto senador, Magalhães Lima participou na eleição de Teófilo Braga para completar o mandato presidencial interrompido com a demissão de Manuel de Arriaga, mas não se candidatou nem à Câmara dos Deputados nem ao Senado a 13 de Julho.

A guerra, que entretanto começou a assolar a Europa e outras partes do mundo, levou-o a colocar-se de imediato ao lado dos Aliados, o que afirmou inequivocamente no discurso pronunciado no banquete em homenagem a essas nações, ocorrido em 17 de Dezembro no Teatro de São Carlos; tratava-se do início de uma

Magalhaes_Lima.indd 31 26/10/11 9:55:05

campanha prosseguida no ano seguinte, com Tavares de Melo, por França e Itália, a partir de 8 de Maio. A 11 de Maio, chegou a Toulouse, onde foi cumprimentado por uma delegação de estudantes brasileiros e portugueses. No dia 20 fez uma conferência intitulada "Le Portugal et la Guerre" no teatro do Capitole. Seguiram-se outras conferências em Montpellier e Bordéus, e a 13 de Junho, no Amphithéatre Richelieu, na Sorbonne; a 27 de Junho na Ópera Municipal de Marselha; a 21 de Junho no teatro Quirino, em Roma, de onde seguiu para Florença, Bolonha e Milão. Regressou a Portugal em Novembro e prefaciou o livro de Fabra Ribas, *O Socialismo e o Conflito Europeu*.

No início de 1917, empreendeu uma nova digressão pelo estrangeiro; voltou a Lisboa em 15 de Março, e no dia imediato deu uma entrevista ao jornal *O Mundo*. A 5 de Maio foi homenageado numa sessão no Teatro de São Carlos, numa iniciativa da Junta Patriótica de Arroios. A 20 de Maio, fez uma conferência no Porto (Teatro Águia de Ouro), decorrendo à noite um banquete no Palácio de Cristal, oferecido pelos maçons portuenses. A 14 de Julho, presidiu a uma sessão solene na Associação do Registo Civil, intervindo a polícia, que o deteve por breves momentos.

A 5 de Dezembro, começou a revolução chefiada por Sidónio Pais, triunfante plenamente no dia 8. Magalhães Lima participou num congresso na Serra da Estrela, sobre problemas da região, a 25 de Agosto de 1918. As vicissitudes por ele sofridas durante o Sidonismo serão descritas no capítulo sobre a sua actividade como livre-pensador e maçon. A 23 de Maio de 1919, foi-lhe oferecido um grande banquete no Palácio de Cristal, no Porto, e a 1 de Junho, teve lugar uma manifestação no Coliseu dos Recreios, presidida por António José de Almeida, durante a qual lhe foram entregues as insígnias da Grã-cruz da Ordem Militar de Torre e Espada, com um banquete, à noite, no Hotel de Inglaterra. A 10 de Outubro, a Casa dos Jornalistas Franceses ofereceu um jantar em sua honra. Mas os tempos não corriam de feição para idealistas. Na eleição presidencial de 6 de Agosto recebeu um voto.

A 23 de Janeiro de 1920, Magalhães Lima foi eleito presidente perpétuo dos Amigos-Defensores do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, estando sempre muito ligado à promoção e à valorização da obra daquele artista de quem foi amigo. A 10 de Junho, era assinada a portaria que nomeou a comissão incumbida de promover e dirigir a celebração do Centenário da Revolução de 1820, à qual presidiu. A 15 de Agosto, discursava no Congresso do Livre-Pensamento em Setúbal. Em Novembro partiu para França, onde assistiu a uma sessão da Association Polyglotique de Paris. Posteriormente, seguiu para a Bretanha, na companhia de Pádua Franco. Regressou a Lisboa a 20 de Dezembro. No ano seguinte, participou em Outubro no Congresso da União Internacional da Imprensa, reunido em Genebra; já em Portugal foi homenageado pelos alunos do Centro Escolar que tinha o seu nome.

Regressou a Lisboa em 16 de Março de 1922, vindo de Paris. Em Abril participou no Congresso Nacional de Educação Popular, com uma tese intitulada "A Educação Moral como Base da Sociedade"; a 14 desse mês, promoveu a reunião da qual saiu a Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, de que foi presidente efectivo, cabendo a presidência honorária a Teófilo Braga.

Em 1923, prefaciou o livro sobre o Congresso Nacional Municipal de 1922. Na eleição presidencial realizada a 6 de Agosto, recebe mais uma vez um voto isolado,

Magalhaes_Lima.indd 32 26/10/11 9:55:05

não obstante ter havido um movimento de promoção da sua candidatura, presidido por Teófilo Braga.

A 7 de Fevereiro de 1924, por iniciativa de Álvaro Neves, constituindo-se sob a sua presidência a Comissão Teófilo Braga, cujo principal fim era a publicação de um livro *In-Memoriam*. A 23 de Fevereiro discursou sobre Teófilo Braga como político e idealista na sessão teofiliana. No dia seguinte participou na romagem aos Jerónimos, onde junto da urna de Teófilo foi distribuída uma folha com um texto de sua autoria. Em Março fez uma conferência sobre Rafael Bordalo Pinheiro, moralizador político e social, junto do monumento no Campo Grande. Presidiu à comissão nomeada para erecção de um monumento ao Marquês de Pombal, em Lisboa.

A idade avançada e problemas de saúde determinaram um decréscimo da sua actividade, o que não o impediu, em 1925, de publicar a segunda edição de *A Cremação de Cadáveres* e *Rafael Bordalo Pinheiro Moralizador Político e Social*, o texto da conferência proferida no ano anterior.

O triunfo do golpe militar de 28 de Maio marcou o início de uma nova fase da sua vida, no meio de confusas disputas entre no campo golpista e diferentes leituras da nova situação no campo republicano. Em véspera do golpe – 7 de Maio – discursou no funeral do seu velho amigo Tomé de Barros Queirós. Em 1927 deslocou-se a Londres, onde participou no Congresso da União Internacional das Associações de Imprensa, evento participado por outros portugueses: Gaspar Baltazar, Tavares de Melo (que acompanhou Magalhães Lima como secretário particular), Bernardo Lucas e Paulo Osório. A sessão inaugural realizou-se no Guiedhall sob a presidência do Lorde Mayor. A 16 de Outubro, discursou na inauguração do monumento a Teófilo Braga, no jardim da Estrela, em cerimónia na qual todo o Governo da Ditadura esteve presente[15], e a 2 de Novembro usou da palavra no funeral de Luís Derouet – a sua última intervenção pública.

A 22 de Dezembro, assinou o testamento cerrado, redigido no cartório do notário Borralho Júnior, tendo servido de testemunhas Artur Ernesto Cruz Magalhães, Santos Loureiro e António Marques Simões. A 5 de Dezembro de 1928 deu entrada na Casa de Saúde das Amoreiras, vindo a falecer às 23 horas e 58 minutos do dia 7, vitimado por uma infecção na bexiga e complicações cardíacas. No seu funeral incorporaram-se mais de vinte mil pessoas, de todas as categorias sociais.

A imprensa da época publicou extractos do seu testamento:

"Professei, toda a minha vida, o ideal republicano, socialista e livre-pensador, à defesa do qual me consagrei desde os bancos das escolas. Por ele sofri calúnias de adversários e ofensas e malquerenças dos próprios correligionários. Tudo isso, porém, esqueço e perdoo, assim como perdoo e esqueço todos os agravos e todas as injúrias de que por vezes fui vítima. Odiado pela reacção clerical e perseguido pelos inimigos seculares da Maçonaria, tendo suportado o exílio, e, mais do que uma vez, a prisão nas condições mais afrontosas, por amor dos meus princípios e da liberdade que amei apaixonadamente, segui o meu caminho em linha recta, sem tibiezas nem desfaleci-

[15] *Grande Oriente Lusitano Unido. Relatório do Conselho da Ordem Relativo ao Ano de 1927 (era vulgar),* Lisboa, Tipografia Minerva Peninsular, 1928, p. VII.

Magalhaes_Lima.indd 33 26/10/11 9:55:05

mentos. De nada tenho que me arrepender. Cumpri o meu dever. Procurei ser coerente e consequente em todos os actos da minha vida, visando sempre o mesmo objectivo supremo de manter íntegra a minha unidade moral. Nunca nutri vaidades ou ambições de qualquer espécie, nem alimentei invejas de quem quer que fosse. No aplauso da própria consciência, encontrei forte compensação de todos os esforços a todas as perseguições e desilusões sofridas.

Morro com a convicção de nunca ter praticado o mal e de haver espalhado todo o bem que pude. Os cargos e as honrarias, assim como a lisonja e as ovações, nunca lograram embriagar-me ou toldar o meu entendimento. Direi mesmo que nunca me deslumbraram.

Foi na convivência dos homens e no conhecimento das coisas que aprendi a ser bom e tolerante. Democrata por temperamento e feitio, seduziu-me sempre a simplicidade e encantou-me a modéstia. São as duas grandes virtudes duma verdadeira democracia. No amor do povo me eduquei e fortaleci. Nele, e só nele, encontrei o civismo, o espírito de sacrifício que devem caracterizar os leais servidores da Pátria. E, por isso, aqui deixo consignado o meu profundo, o meu inolvidável reconhecimento ao grande e heróico povo português, que tanto amei e que tão dedicado e fiel me foi em todas as vicissitudes da minha existência.

Na minha qualidade de republicano, congratulo-me por ter assistido, em vida, ao triunfo dos ideais, aos quais dediquei numa propaganda ininterrupta, sincera e desinteressada de mais de cinquenta anos, a maior e a melhor parte da minha mocidade. Mais alta compensação não podia, por certo, ambicionar um apóstolo que, se não encontrou na terra a realização completa dos seus sonhos, morre, no entanto, com a convicção de que a liberdade não é uma palavra vã e de que a fé e a confiança são os mais sólidos esteios das almas bem formadas. Como socialista, exorto os meus amigos e correligionários a que, nos seus trabalhos de propaganda, principalmente se interessem pela sorte dos pequenos e humildes, pela emancipação dos que sofrem e vivem escravizados, lutando sem tréguas nem repouso, para que cesse o estado de guerra em que temos vivido. Como livre-pensador, quero e determino que o meu enterro seja feito civilmente."[16]

Desaparecia, assim, uma das figuras mais marcantes do Republicanismo português.

[16] *A Vida dum Apóstolo, Jornalista*, p. 322 e 323.

Magalhaes_Lima.indd 34 26/10/11 9:55:05

Capítulo II

Actividade parlamentar e governativa

Nas Constituintes de 1911

Tal como sucedeu com muitas figuras históricas do Partido Republicano Português, Magalhães Lima foi eleito para as Constituintes de 1911, pelo círculo n.º 34 (Lisboa Oriental). Os resultados eleitorais naquele círculo, noticiados pela imprensa, foram os seguintes: 1.º Afonso Costa – 17594; 2.º Afonso de Lemos – 16408; 3.º Anselmo Braamcamp Freire – 16530; 4.º António José de Almeida – 16468; 5.º António Landislau Parreira – 16308; 6.º Luz de Almeida – 16212; 7.º Bernardino Machado – 16351; 8.º José Afonso Pala – 16068; 9.º Sá Pereira – 16159; 10.º Magalhães Lima – 16873.

A participação de Magalhães Lima nos trabalhos da Assembleia Constituinte não foi muito intensa, como se prova pela análise do respectivo *Diário*. Eleito na sessão de 20 de Junho[1], em primeiro escrutínio, para a Comissão de Constituição, a votação foi a seguinte: João Duarte de Menezes – 127; José Barbosa – 106; Magalhães Lima – 94; Machado Santos – 55; Teixeira de Queiroz – 65; Correia de Lemos – 53; Eduardo de Abreu – 58; Joaquim Pedro Martins – 47; Listas brancas – 3. Na sessão de 23 de Junho, o deputado Francisco Correia de Lemos comunicou à Câmara que se achava constituída a Comissão de Constituição, da qual o participante ficou presidente e relator e secretário, respectivamente, Magalhães Lima e José Barbosa.[2]

Na sessão de 29 de Junho, Magalhães Lima não recebeu votos suficientes para ser eleito para a Comissão de Legislação Operária, ficando em segundo lugar na votação para a Comissão de Negócios Estrangeiros, com 105 votos, enquanto Teixeira de Queiroz, o mais votado, recolheu 111.[3]

Na sessão de 3 de Julho, leu à Assembleia o projecto da Comissão de Constituição. Magalhães Lima era o relator, mas a saúde não lhe permitiu participar plenamente nos trabalhos que se iriam seguir. O projecto era apenas uma base de

[1] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte,* Junta Preparatória, 2.ª Sessão, 20 de Junho de 1911, p. 8.
[2] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte,* 5.ª Sessão, 23 de Junho de 1911, p. 1.
[3] *Idem*, 10.ª Sessão, 29 de Junho de 1911, p. 7.

Magalhaes_Lima.indd 35 26/10/11 9:55:05

trabalho. Elaborado pela Comissão, reflectia, em grande medida, o pensamento de Magalhães Lima sobre a nova República Portuguesa, descentralizada, fortemente influenciada pelo federalismo, em sintonia com o velho programa de 1891. Muito longe, por isso, da versão que viria a ser aprovada. Magalhães Lima anunciou então: "Sr. Presidente, se V. Ex.ª permite, eu vou ler o projecto da Constituição cuja elaboração nos foi confiada.

Projecto de Lei n.º 3

Srs. Deputados. – Cumprindo o honroso mandato de vós recebido, estudámos os projectos de Constituição que nos foram enviados por intermédio da Presidência desta Assembleia, e ainda aqueles de que, por outra forma, tivemos conhecimento. Agradecendo aos autores desses projectos o haver-nos proporcionado elementos para o nosso trabalho, consignamos o seu patriótico empenho em assegurar à Nação Portuguesa uma lei orgânica.

O nosso esforço consistiu em encontrar uma fórmula conciliadora, sem ofender os princípios democráticos nem lesar os interesses nacionais. Se o conseguimos ou não di-lo-á a Assembleia Nacional Constituinte, que discutirá como entender e se pronunciará livremente sobre o projecto de lei que ao seu exame submetemos, com a solene afirmação de havermos procedido desinteressadamente e movidos pelo desejo de bem servir a nossa Pátria e a República.

Lisboa e sala da Comissão da Constituição Política, 3 de Julho de 1911. = Francisco Correia de Lemos, Presidente = José Barbosa, Secretário = José de Castro = João de Menezes = Sebastião de Magalhães Lima, Relator.

A Assembleia Nacional Constituinte, sancionando a revolução de 5 de Outubro de 1910, e afirmando a sua confiança inquebrantável nos superiores destinos da Pátria, dentro de um regime de liberdade e de justiça, estatui, decreta, e promulga a seguinte Constituição Política da República Portuguesa:

Da Nação e sua soberania

Artigo 1.º A Nação Portuguesa, livre e independente, adopta para seu Governo a forma de República Democrática, definida nesta Constituição.

Art. 2.º A República tem por fim assegurar a Independência e a integridade da Pátria, a tranquilidade e a ordem na vida nacional, proteger e guardar a liberdade e os direitos individuais, e promover o bem-estar e o progresso do povo português.

Art. 3.º Para o efeito da sua Independência e do reconhecimento e inviolabilidade das garantias políticas e direitos dos cidadãos, o território da República Portuguesa é constituído:

> Pelas províncias do Minho, Douro, Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Baixa, Estremadura, Alentejo e Algarve, e pelos arquipélagos da Madeira e Porto Santo, e dos Açores, na Europa;

Magalhaes_Lima.indd 36 26/10/11 9:55:05

Pelas províncias de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola e respectivas dependências, na África Ocidental;
Pela província de Moçambique e respectivas dependências, na África Oriental;
Pelo Estado da Índia, com as Ilhas de Goa, Salsete, Bardez, Damão, Diu e suas dependências, na Ásia Ocidental;
Pela província de Macau, com as ilhas da Taipa e Coloane, na Ásia Oriental;
Por Timor e suas dependências, na Oceânia.

§ Único. A Nação Portuguesa não renuncia aos direitos que tenha sobre territórios não especificados no presente artigo.

Art. 4.º A Nação exerce, por delegação voluntária, a soberania que essencialmente nela reside.

Art. 5.º São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judicial. A Independência e harmonia destes poderes constituem condição indispensável da efectividade das garantias constitucionais.

Do Poder Legislativo

Art. 6.º O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso da República, formado por duas secções, que se denominam Conselho Nacional e Conselho dos Municípios.

§ 1.º Os membros do Congresso são representantes da Nação e não dos círculos ou municipalidades que os elegem.

§ 2.º Ninguém pode ser ao mesmo tempo membro dos dois Conselhos que formam o Congresso.

Art. 7.º O Conselho Nacional é eleito por sufrágio directo e o Conselho dos Municípios pelos vereadores em exercício à data da eleição, e ambos nos termos e pela forma que a lei determinar.

§ 1.º Os membros do Conselho Nacional denominam-se Deputados do Povo e os do Conselho dos Municípios Deputados dos Municípios. Os primeiros não podem ser eleitos contanto menos de 25 anos de idade e os segundos menos de 35. Cada província elege, no Continente Europeu, cinco Deputados dos Municípios; nas ilhas adjacentes, cada arquipélago, dois; no ultramar, cada provincial, um.

§ 2.º As eleições dos dois Conselhos do Congresso terão lugar dentro de quarenta dias a contar no termo da legislatura, e serão convocadas pelo Poder Executivo, de acordo com os Presidentes dos dois Conselhos. Na falta de convocação, os colégios eleitorais reunir-se-ão por direito próprio.

Art. 8.º O Congresso da República reúne-se na capital da Nação, por direito próprio, a 31 de Janeiro de cada ano, se por lei não vier a ser determinado outro dia, e funcionará três meses da data da abertura, só podendo ser prorrogado e adiado por deliberação própria e convocado extraordinariamente pelo Poder Executivo ou pela quarta parte dos seus membros.

Cada legislatura durará três anos e a abertura e o encerramento das sessões dos dois Conselhos do Congresso serão nos mesmos dias.

Art. 9.º As duas secções do Congresso funcionarão separadamente em sessões públicas, salvo, quanto à publicidade, deliberação em contrário, por maioria de votos, da respectiva secção.

As deliberações serão tomadas por maioria de votos, achando-se presente, em cada uma das secções, a maioria absoluta dos seus membros.

§ Único. A cada um dos Conselhos do Congresso compete verificar e reconhecer os poderes dos seus membros, eleger a sua Mesa, organizar o seu Regimento interno, regular a sua polícia e nomear os seus empregados.

Art. 10.º Os Deputados aos Conselhos do Congresso são invioláveis pelas opiniões e votos que emitirem no exercício do seu mandato. O seu voto é livre e independente de quaisquer insinuações ou instruções.

Art. 11.º Nenhum Deputado aos Conselhos do Congresso poderá ser preso nem processado criminalmente, enquanto for válido o seu mandato, sem prévia licença da sua respectiva secção, a não ser em flagrante delito de crime a que corresponda pena maior na escala penal. Neste caso, levado o processo até a pronúncia exclusive, a autoridade processante remeterá os autos ao Conselho respectivo do Congresso para decidir se o arguido deve ser suspenso e se o processo deve seguir no intervalo das sessões ou depois de terminado o mandato. O julgamento competirá ao Alto Tribunal da República.

Art. 12.º Os membros do Congresso terão, durante as sessões, um subsídio, fixado no fim de cada legislatura para a seguinte, nos termos de leis especiais.

Art. 13.º Nenhum membro do Congresso, depois de eleito, poderá celebrar contratos com o Poder Executivo, nem deste aceitar mercê honorífica ou receber emprego retribuído ou comissão subsidiada.

Exceptuam-se desta proibição:

1.º As missões diplomáticas;
2.º As comissões ou comandos militares;
3.º Os cargos de acesso e as promoções legais.

§ 2.º Nenhum Deputado poderá, porém, aceitar nomeação para as missões, comissões ou comandos, de que tratam os n.os 1.º e 2.º do parágrafo antecedente, sem licença do respectivo Conselho, quando da aceitação resultar privação do exercício das funções legislativas, salvo nos casos de guerra ou naqueles em que a honra e integridade da Nação se acharem empenhadas.

Art. 14.º Nenhum Deputado poderá servir lugares nos conselhos administrativos, gerentes ou fiscais de empresas ou sociedades constituídas por contrato ou concessão especial do Estado ou que deste haja privilégio não conferido por lei genérica, subsídio ou garantia de rendimento (salvo o que, por delegação do Governo, representar nelas os interesses do Estado) e outrossim não poderá ser concessionário, contratador ou sócio de firmas contratadoras de concessões, arrematações ou empreitadas de obras públicas e operações financeiras com o Estado.

§ Único. A inobservância dos preceitos contidos neste artigo ou no antecedente importa, de pleno direito, perda do mandato e anulação dos actos e contratos neles referidos.

Magalhaes_Lima.indd 38 26/10/11 9:55:05

Do Conselho Nacional

Art. 15.º Os Deputados ao Conselho Nacional são eleitos por três anos.
Art. 16.º É privativa do Conselho Nacional a iniciativa:

a) Sobre impostos;
b) Sobre fixação das forças de terra e mar;
c) Sobre a discussão das propostas feitas pelo Poder Executivo;
d) Sobre a pronúncia dos membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo, de acordo com o disposto na presente Constituição;
e) Sobre a revisão da Constituição;
f) Sobre a prorrogação e o adiamento da sessão legislativa.

Do Conselho dos Municípios

Art. 17.º O Conselho dos Municípios é eleito por seis anos.

Todas as vezes que houver de se proceder a eleições gerais para o Conselho Nacional, o Conselho dos Municípios será renovado em metade dos seus membros.

§ 1.º Para a primeira renovação do Conselho dos Municípios decidirá a sorte sobre os membros que devem sair e nas subsequentes a antiguidade da eleição de cada um.

Se o número dos Deputados deste Conselho for ímpar, acrescentar-se-lhe-á uma unidade e o quociente da divisão por dois indicará o total da primeira renovação.

§ 2.º O Deputado dos Municípios, eleito em substituição de outro, exercerá o mandato pelo tempo que restava ao substituído.

Art. 18.º Ao Conselho dos Municípios compete privativamente aprovar ou rejeitar, por votação secreta, as propostas de nomeação dos governadores-gerais ou comissários da República, para as províncias do Ultramar, e dos juízes do Supremo Tribunal de Justiça.

Das atribuições do Congresso da República

Art. 19.º Compete privativamente ao Congresso da República:
1.º Fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las;
2.º Velar pela observância da Constituição e das leis e promover o bem geral da Nação;
3.º Orçar a receita e fixar a despesa da República anualmente, tomar as contas da receita e despesa de cada exercício financeiro e votar anualmente os impostos;
4.º Autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos e realizar outras operações de crédito, estabelecendo ou aprovando previamente as condições em que devem ser feitos;
5.º Regular o pagamento da dívida pública interna e externa;

Magalhaes_Lima.indd 39 26/10/11 9:55:05

6.º Organizar a defesa nacional e fixar anualmente, sob informação do Poder Executivo, as forças de terra e mar;
7.º Conceder ou negar a entrada de forças estrangeiras, de terra e mar, dentro do território da República ou dos seus portos;
8.º Criar e suprimir empregos públicos, fixar-lhes as funções, atribuir e estipular-lhes os vencimentos.
9.º Regular o comércio internacional e interno;
10.º Criar e suprimir alfândegas, postos alfandegários e entrepostos;
11.º Legislar sobre a navegação dos rios que banhem territórios nacionais ou se estendam a territórios estrangeiros;
12.º Determinar o peso, o valor, a inscrição, o tipo e a denominação das moedas;
13.º Fixar o padrão dos pesos e medidas;
14.º Criar bancos de emissão, legislar sobre a emissão bancária e tributá-la;
15.º Resolver sobre os limites dos territórios da Nação com os das nações vizinhas;
16.º Resolver sobre os limites das divisões administrativas do país, entre si;
17.º Determinar, por leis especiais, a organização, administração e governo das divisões administrativas que compõem a Nação;
18.º Autorizar o Poder Executivo a declarar a guerra, se no caso não couber o recurso à arbitragem ou esta se malograr, e a fazer a paz;
19.º Proceder, por meio de comissões de inquérito de algum dos seus Conselhos, ao exame de qualquer objecto da sua competência;
20.º Resolver definitivamente sobre tratados e convenções;
21.º Legislar sobre o serviço dos correios e telégrafo;
22.º Prover à segurança das fronteiras;
23.º Declarar em estado de sítio, com suspensão total ou parcial das garantias constitucionais, um ou mais pontos do território nacional, no caso de agressão iminente ou efectiva por forças estrangeiras ou de comoção interna;

§ 1.º Não estando reunido o Congresso, exercerá esta atribuição o Poder Executivo.

§ 2.º Este, porém, durante o estado de sítio, restringir-se-á, nas medidas de repressão contra as pessoas, a impor a detenção em lugar não destinado aos réus de crimes comuns.

§ 3.º Reunido o Congresso, o Poder Executivo lhe relatará, motivando-as, as medidas de excepção que houverem sido tomadas e por cujo abuso são responsáveis as autoridades respectivas.

24.º Legislar sobre o direito civil, comercial e criminal e sobre o respectivo processo;
25.º Legislar sobre a naturalização de estrangeiros;
26.º Organizar o Poder Judicial nos termos da presente Constituição;
27.º Conceder amnistia, e, nos casos do artigo 44.º, comutar e perdoar penas;
28.º Legislar sobre as terras e minas de propriedade da Nação;

Magalhaes_Lima.indd 40 26/10/11 9:55:05

29.º Destituir os membros do Poder Executivo nos termos da Constituição;
30.º Prorrogar e adiar as suas sessões;
31.º Decretar todas as leis necessárias à execução integral da Constituição.

§ Único. Só é matéria constitucional a que fixa as atribuições e os limites respectivos dos poderes políticos e os direitos políticos e individuais dos cidadãos. Toda a matéria não constitucional pode ser modificada, revogada ou interpretada pelas legislaturas ordinárias.

Da iniciativa, formação e promulgação das leis e resoluções

Art. 20.º Salvo as excepções do artigo 16.º, a iniciativa de todos os projectos de lei compete indistintamente a qualquer dos membros do Congresso ou do Poder Executivo.

Art. 21.º O projecto de lei adoptado num dos Conselhos do Congresso será submetido ao outro; e este, se o aprovar, enviá-lo-á ao Poder Executivo, como lei da República, para a promulgação.

Art. 22.º A fórmula da promulgação é a seguinte: "O Congresso da República decreta e eu promulgo em nome da Nação a lei (ou resolução) seguinte."

Art. 23.º O projecto de uma secção do Congresso, mandado na outra, voltará à primeira, que, se aceitar as emendas, o enviará, assim modificado, ao Poder Executivo, para a promulgação.

§ 1.º Se não aprovar as emendas, serão estas, com o projecto, submetidas ao estudo de uma comissão mista de membros das duas secções do Congresso, em número igual.

O texto que pela comissão mista for adoptado será por esta remetido ao Poder Executivo, que o promulgará.

§ 2.º Se a comissão mista não chegar a acordo sobre o texto a adoptar, será promulgado como lei o texto adoptado na última votação da Câmara iniciadora do projecto.

Art. 24.º Os projectos definitivamente rejeitados não poderão ser renovados na mesma sessão legislativa.

Do Poder Executivo

Art. 25.º A autoridade directora dos negócios internos e externos da República Portuguesa será exercida pelo Poder Executivo.

Art. 26.º O Poder Executivo é de delegação temporária do Poder Legislativo. O chefe deste Poder exercerá a acção presidencial nas relações gerais do Estado.

Art. 27.º O chefe do Poder Executivo, nas relações gerais do Estado, tanto internas como externas, representará a Nação como Presidente da República Portuguesa.

Art. 28.º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Ministros do Interior, da Justiça e Cultos, das Finanças, da Guerra, da Marinha, dos

Magalhaes_Lima.indd 41 26/10/11 9:55:06

Negócios Estrangeiros, da Educação Nacional, do Ultramar, da Agricultura, Comércio e Indústria, e das Obras Públicas e Comunicações.

§ Único. O aumento ou diminuição dos Ministérios não é matéria constitucional.

Da eleição do Presidente da República

Art. 29.º A eleição do Presidente da República realizar-se-á em sessão especial do Congresso, reunido por direito próprio, no último ano e no 60.º dia anterior ao termo de cada período presidencial.

O escrutínio será secreto e a eleição será por maioria de dois terços dos votos dos membros das duas secções do Congresso. Se nenhum dos candidatos tiver, porém, obtido essa maioria na terceira votação, continuará a eleição somente entre os dois mais votados, sendo finalmente eleito o que tiver maioria.

§ Único. No caso de vacatura da presidência, por morte ou qualquer outra causa, os dois Conselhos, reunidos em Congresso da República por direito próprio, procederão imediatamente à eleição de um novo Presidente, que exercerá o cargo durante o resto do período presidencial do substituído.

Enquanto se não realizar a eleição, ou quando, por qualquer motivo, houver impedimento transitório do exercício das funções presidenciais, os Ministros ficarão conjuntamente investidos na plenitude do Poder Executivo.

Art. 30.º Só pode ser eleito Presidente da República o cidadão português, maior de 35 anos, no pleno gozo dos direitos civis e políticos, e que não tenha tido outra nacionalidade.

Art. 31.º São inelegíveis para o cargo de Presidente da República:

a) As pessoas das famílias que reinaram em Portugal;
b) Os parentes consanguíneos ou afins em 1.º ou 2.º grau, por direito civil, do Presidente que sai do cargo, mas só quanto à primeira eleição posterior a esta saída.

Art. 32.º O Presidente eleito que for membro do Congresso perde imediatamente, por efeito da eleição, aquela qualidade.

Art. 33.º O Presidente é eleito por quatro anos e não pode ser reeleito durante o quadriénio imediato.

O Presidente deixa o exercício das suas funções no mesmo dia em que expira o seu mandato, assumindo-as logo o eleito.

Art. 34.º Ao tomar posse do cargo, o Presidente pronunciará, em sessão conjunta dos Conselhos do Congresso, sob a presidência do mais velho dos Presidentes, esta declaração de compromisso:

> "Afirmo solenemente, pela minha honra, manter e cumprir com lealdade e fidelidade a Constituição da República, observar as leis, promover o bem geral da Nação, sustentar e defender a integridade e a Independência da Pátria Portuguesa".

Magalhaes_Lima.indd 42 26/10/11 9:55:06

Art. 35.º O Presidente não pode ausentar-se do território nacional sem permissão do Congresso, sob pena de perder o cargo.

Art. 36.º O Presidente receberá um subsídio que será fixado antes da sua eleição e não poderá ser alterado durante o período do seu mandato.

§ Único. Nenhuma das propriedades da Nação, nem mesmo aquela em que funcionar a Secretaria da Presidência da República, pode ser utilizada para cómodo pessoal do Presidente ou de pessoas da sua família.

Art. 37.º O Presidente pode ser destituído pelos dois Conselhos reunidos em Congresso mediante resolução fundamentada e aprovada pela maioria de dois terços dos seus membros e que claramente consigne a destituição, ou em virtude de condenação por crime de responsabilidade.

Das atribuições do Poder Executivo

Art. 38.º Compete privativamente ao Presidente da República, como chefe do Poder Executivo:

1.º Nomear livremente os Ministros de entre os cidadãos portugueses elegíveis e demiti-los;

2.º Convocar o Congresso extraordinariamente, quando assim o exija o bem da Nação;

3.º Dar conta anualmente da situação do país ao Congresso, indicando-lhe as providências e reformas urgentes, em mensagem, que remeterá aos Presidentes das duas secções do Congresso, no dia da abertura da sessão legislativa;

4.º Indicar em mensagens especiais ao Congresso as reformas ou medidas que julgar convenientes;

5.º Promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso, expedindo os decretos, instruções e regulamentos adequados à boa execução das mesmas;

6.º Sob proposta dos Ministros, prover todos os cargos civis e militares e exonerar, suspender e demitir os respectivos funcionários, na conformidade das leis e ficando sempre a estes ressalvado o recurso aos tribunais competentes;

7.º Representar a Nação perante o estrangeiro e dirigir a política externa da República, sem prejuízo das atribuições do Congresso;

8.º Propor as nomeações a que se refere o artigo 18.º desta Constituição;

9.º Declarar, por si ou seus agentes responsáveis, o estado de sítio em qualquer ponto do território nacional, nos casos de agressão estrangeira ou grave comoção interna, nos termos dos §§ 1.º, 2.º e 3.º do n.º 23.º do artigo 19.º desta Constituição;

10.º Negociar tratados de aliança, de comércio, de paz e de arbitragem e ajustar outras convenções internacionais, submetendo-as à ratificação do Congresso.

Os tratados de aliança serão submetidos ao exame do congresso em sessão secreta;

11.º Dispor da força armada, não podendo, porém, assumir o seu comando;
12.º Administrar superiormente as finanças do Estado e propor o orçamento;
13.º Prover a tudo quanto for concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da Constituição.

Dos Ministros

Art. 39.º Todos os actos do Presidente da República deverão ser referendados, pelo menos, por um Ministro. Os actos do Presidente da República, incluindo aqueles a que se refere o artigo 38.º, n.os 3.º e 4.º, não referendados, pelo menos, por um Ministro, são nulos de pleno direito, não poderão ter execução e ninguém lhes deverá obediência.

Art. 40.º Os Ministros não podem acumular o exercício de outro emprego ou função pública, nem ser eleitos para a Presidência da República, ou para o Congresso.

§ 1.º O membro do Congresso que aceitar o cargo de Ministro perderá o mandato.

§ 2.º Aplicam-se aos Ministros as proibições e outras disposições enumeradas no artigo 14.º e seus parágrafos.

Art. 41.º Os Ministros não podem comparecer nas sessões do Congresso, devendo, porém, enviar-lhe relatórios acerca dos assuntos que qualquer dos Conselhos lhes indicar e comparecer, para dar informações e esclarecimentos, perante as comissões permanentes ou extraordinárias do Congresso.

Art. 42.º Os Ministros são obrigados a dirigir ao Congresso, na abertura das suas sessões, relatórios anuais do estado da administração a seu cargo.

Art. 43.º Cada Ministro é responsável pelos actos que legalizar ou praticar.

Os Ministros serão julgados, nos crimes de responsabilidade, pela autoridade competente para o julgamento do Presidente da República.

Dos crimes de responsabilidade

Art. 44.º São crimes de responsabilidade e determinam a destituição do Presidente e dos Ministros os actos do Poder Executivo que atentarem:

1.º Contra a existência política da Nação;
2.º Contra a Constituição e o regime Republicano democrático;
3.º Contra o livre exercício dos poderes do Estado;
4.º Contra o gozo e o exercício dos direitos políticos e individuais;
5.º Contra a segurança interna do país;
6.º Contra a probidade da administração;
7.º Contra a guarda e o emprego constitucional dos dinheiros públicos;
8.º Contra as leis orçamentais votadas pelo Congresso.

§ Único. A condenação por qualquer destes crimes implica a perda do cargo e a incapacidade para exercer funções públicas e não prejudica a acção das justiças ordinárias.

Magalhaes_Lima.indd 44 26/10/11 9:55:06

Do Poder Judicial

Art. 45.º O Poder Judicial da República terá por órgãos um Supremo Tribunal de Justiça, com sede na capital, e tantos juízes e tribunais distribuídos pelo país, quantos as necessidades da administração da justiça exigirem.

Art. 46.º Os juízes da República são vitalícios e inamovíveis, e só por sentenças judiciais poderão ser suspensos ou demitidos.

Art. 47.º Uma lei especial determinará a organização do Poder Judicial, a responsabilidade dos seus membros e a forma e processo da sua acusação e julgamento.

Art. 48.º O Poder Judicial da República, desde que nos feitos submetidos a julgamento qualquer das partes impugnar a validade da lei ou acto do Poder Executivo invocados, apreciará a sua legitimidade constitucional ou conformidade com a Constituição e princípios nela consagrados, e bem assim a conformidade do processo parlamentar ou formação da lei com os respectivos preceitos da Constituição.

Art. 49.º As sentenças e ordens do Poder Judicial serão executadas por oficiais judiciários privativos, aos quais a autoridade ou autoridades competentes serão obrigadas a prestar auxílio quando invocado por eles.

Art. 50.º Os vencimentos dos juízes serão determinados por lei e não poderão ser diminuídos enquanto permanecerem em suas funções.

Art. 51.º Haverá um tribunal, denominado Alto Tribunal da República, que terá a seu cargo o julgamento privativo e sem recurso dos crimes de responsabilidade do Presidente da República, dos Ministros, dos Deputados e dos seus co-réus.

Este tribunal será constituído pelo Supremo Tribunal de Justiça em sessão plena, que julgará de direito, assistido de um júri de vinte e um membros do Congresso, eleitos por escrutínio secreto de lista incompleta que não conterá mais de catorze nomes e que julgará de facto.

Funcionará neste tribunal como Ministério Público um delegado escolhido pelo Conselho Nacional de entre os seus membros.

De como se adquire, perde e recupera a qualidade de cidadão português

Art. 52.º São cidadãos portugueses:

1.º Os nascidos em território português, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este por serviço da sua nação;
2.º Os filhos de pai português e os ilegítimos de mãe portuguesa, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio em território português;
3.º Os filhos de pai português, que estiver ao serviço da República Portuguesa em país estrangeiro, embora não estabeleçam domicílio em território português;
4.º Os que nascem em território português de pais incógnitos, ou de nacionalidade desconhecida;
5.º A mulher estrangeira, que casa com cidadão português;
6.º Os estrangeiros naturalizados.

Magalhaes_Lima.indd 45 26/10/11 9:55:06

§ Único. A naturalização não subtrai o naturalizado às obrigações por ele anteriormente contratadas no país de origem.

Art. 53.º Perde a qualidade de cidadão português:

1.º O que se naturalize em país estrangeiro. Pode, porém, recuperar essa qualidade regressando a território português com ânimo do domiciliar-se neste, e declarando-o assim perante a municipalidade do lugar que eleger para seu domicílio;
2.º O que sem licença do Governo aceite funções públicas, graça, pensão ou condecoração de qualquer Governo estrangeiro. Pode, contudo, reabilitar-se por lei especial;
3.º A mulher portuguesa que casar com estrangeiro, salvo se não for, por esse facto, naturalizada pela lei do país de seu marido.
Dissolvido, porém, o matrimónio, pode recuperar a sua antiga qualidade de portuguesa regressando a território português com ânimo de domiciliar-se neste e declarando-o assim perante a municipalidade do lugar que eleger para seu domicílio.
4.º O que tomar armas contra a Pátria ou se concertar com estrangeiros com o mesmo fim ou para atentar contra as instituições políticas da República Portuguesa. Neste caso, a perda da qualidade de cidadão português será imposta por sentença.

Dos direitos e garantias individuais

Art. 54.º A Constituição garante a portugueses e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

1.º Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.
2.º A lei é igual para todos, mas só obriga aquela que for promulgada nos termos desta Constituição.
3.º A República Portuguesa não admite privilégio de nascimento, desconhece foros de nobreza, extingue os títulos nobiliárquicos e de conselho e bem assim as ordens honoríficas e todas as suas prerrogativas e regalias, à excepção da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.
4.º A liberdade de consciência e de crença é inviolável.
5.º O Estado reconhece a igualdade política e civil de todos os cultos e garante o seu exercício nos limites compatíveis com a ordem pública e os bons costumes desde que não ofendam os princípios do direito público português.
6.º Dentro do território da República Portuguesa ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, nem perguntado por autoridade alguma acerca da religião que professa.

Magalhaes_Lima.indd 46 26/10/11 9:55:06

7.º Ninguém pode, por motivo de opinião religiosa, ser privado de um direito ou isentar-se do cumprimento de um dever cívico.
8.º O culto particular ou doméstico de qualquer religião é absolutamente livre e independente de restrições legais.
9.º É também, livre o culto público de qualquer religião nas casas para isso destinadas e que poderão sempre tomar forma exterior de templo; mas, no interesse da ordem pública e da liberdade e segurança dos cidadãos, uma lei especial fixará as condições do seu exercício.
10.º Os cemitérios terão carácter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública, os princípios do direito público português e a lei.
11.º O ensino ministrado nos estabelecimentos públicos será laico. O ensino primário será obrigatório e gratuito.
12.º A República assegurará a educação progressiva da mulher de maneira a permitir-lhe o exercício da capacidade política e civil.
13.º São mantidas as leis que extinguiram a Companhia de Jesus, as sociedades nela filiadas e as congregações religiosas e ordens monásticas.
14.º O pensamento, seja qual for a forma da sua expressão, é livre, sem dependência de caução, censura ou autorização prévia, mas o abuso deste direito é punível nos casos e pela forma que a lei determinar.
15.º A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas, não podendo intervir a autoridade pública senão para manter a ordem, com tanto que o seu fim e os meios empregados nada representem de ilícito ou de perigoso para a segurança dos indivíduos ou do Estado.
16.º Em tempo de paz e não estando suspensas as garantias, qualquer [um] pode entrar no território nacional ou dele sair, levando consigo os seus bens, como e quando lhe convier, independentemente de passaporte, salvo o prejuízo de terceiro.
§ Único. Os actos e contratos das agências de emigração não instituídas pelo Estado ficam, porém, sujeitos à lei especial, de cuja promulgação dependerá a abolição do passaporte em todo o território da República.
17.º É garantida a inviolabilidade do domicílio. De noite e sem consentimento do cidadão, só se poderá entrar na casa deste a reclamação feita de dentro ou para acudir a vítimas de crimes ou desastres; e de dia, só nos casos e pela forma que a lei determinar.
18.º Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, excepto nos casos taxativamente declarados na lei.
19.º Ainda sem culpa formada, ninguém será conduzido à prisão, ou nela conservado estando já preso, se prestar fiança idónea, nos casos em que a lei a admitir.
20.º À excepção do flagrante delito, a prisão não poderá executar-se senão por ordem escrita da autoridade competente.
21.º Em todos os casos e em todas as comarcas do território da República, será feito o primeiro interrogatório dos arguidos que estiverem detidos,

Magalhaes_Lima.indd 47 26/10/11 9:55:06

em presença de advogado constituído ou oficioso, dentro das primeiras vinte e quatro horas imprerrogavelmente, a contar do momento da prisão, ficando sujeitos às respectivas responsabilidades penais, que serão logo efectivadas de ofício, os funcionários de qualquer categoria, que contribuírem para se infringir esta disposição, quer demorando a entrega dos detidos ao poder judicial, a qual deve ser feita, em regra, em acto seguido à prisão ou no máximo prazo de vinte e quatro horas, quer obstando, sob qualquer pretexto, a que se faça o interrogatório, que é obrigação judicial preferente a todas as outras.

§ 1.º No interrogatório deve o juiz averiguar, discriminadamente, todos os caracteres do delito que ao detido possa ser imputado, a fim de o mandar, imediatamente, em liberdade mediante termo de identidade gratuito e sem selo, se lhe couber processo de polícia correccional, ou para lhe admitir fiança e declarar o montante desta, também imediatamente, se ao delito imputado couber processo correccional ou processo de querela em que tenha de aplicar-se pena maior não fixa.

§ 2.º Nos delitos por abuso de liberdade de imprensa nunca será exigido mais do que o termo de identidade e nunca será permitida a detenção prévia, mas somente o interrogatório do arguido, para que este logo deduza, querendo, a sua defesa e ofereça as suas provas, conforme se determinará na respectiva lei.

22.º A incomunicabilidade dos detidos só pode ordenar-se antes da pronúncia e quando ao crime corresponder pena maior fixa, não excedendo nunca as quarenta e oito horas, contadas desde o momento em que é ordenada pelo juiz, e não obstando a que o detido comunique, durante uma hora, pelo menos em cada dia, com seus pais, filhos, mulher, marido e irmãos sobre assuntos diversos dos da culpa e sempre na presença da autoridade.

23.º Ninguém será conservado em custódia por mais de oito dias, contados do momento da primitiva detenção, salvo se o respectivo despacho não puder ser dado dentro desse prazo, em consequência de diligências judiciais requeridas pelo preso, devendo, porém, ainda neste caso, fundamentar-se expressamente o prolongamento da prisão preventiva, que imprevisivelmente terminará ao cabo de um novo período de oito dias, o mais tardar.

24.º Não haverá prisão por falta de pagamento de custas ou selos.

25.º A instrução dos feitos crimes será contraditória, assegurando aos arguidos, antes e depois da formação da culpa, todas as garantias da defesa.

26.º Ninguém será sentenciado senão pela autoridade competente, por virtude de lei anterior e na forma por ela prescrita.

27.º É mantida, em toda a sua plenitude, a independência do Poder Judicial. Nenhuma autoridade poderá avocar as causas pendentes, sustê-las ou fazer reviver os processos findos.

28.º À excepção das causas que por sua natureza deverem pertencer a juízos especiais, não haverá foro privilegiado.

29.º Fica abolida a pena de morte, reservadas as disposições da legislação militar em tempo de guerra.

30.º Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. Portanto, não haverá em caso algum confiscação de bens, nem a infâmia do réu se transmitirá aos parentes, em qualquer grau que seja.

31.º Os processos criminais findos, poderão ser revistos, em qualquer tempo, em benefício dos condenados, pelo Supremo Tribunal de Justiça, para reformar ou confirmar a sentença.

§ 1.º Uma lei especial determinará os casos e a forma da revisão, que poderá ser requerida pelo condenado, por qualquer do povo, ou *ex-officio* pelo Procurador-Geral da República.

§ 2.º Na revisão não podem ser agravadas as penas da sentença revista.

§ 3.º As disposições do presente número são extensivas ao foro criminal militar.

32.º É garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude, salvo a expropriação por necessidade, conveniência ou utilidade pública, mediante indemnização prévia.

33.º As minas pertencem ao proprietário do solo, salvo as limitações que forem estabelecidas por lei a bem da exploração deste ramo de indústria.

34.º É reconhecida a dívida pública.

35.º É garantido o livre exercício de qualquer género de trabalho, cultura, indústria ou comércio, observadas as leis e regulamentos de polícia e higiene.

Só o Congresso da República, e nos casos de reconhecida conveniência ou utilidade pública, poderá conceder o exclusivo de qualquer exploração comercial ou industrial.

36.º Os inventos industriais pertencerão aos seus autores, aos quais a lei garantirá um privilégio temporário ou indemnizará do prejuízo sofrido, quando ao interesse público convenha a vulgarização do invento.

37.º A lei assegurará também a propriedade das marcas de fábricas e de comércio.

38.º Aos autores de obras literárias e artísticas é garantido o direito exclusivo de reproduzi-las pela imprensa ou por qualquer outro processo técnico. Os herdeiros dos autores gozarão desse direito pelo tempo que a lei determinar.

39.º Ninguém é obrigado a pagar contribuições que não tenham sido votadas pelo Congresso ou pelas corporações administrativas legalmente autorizadas a lançá-las e cuja cobrança não se faça pela forma prescrita em lei. Todo o funcionário público que intente exigir ou exija uma contribuição sem os requisitos indicados neste número incorrerá no delito de concussão.

40.º É mantida a instituição do júri.

41.º O sigilo da correspondência é inviolável. A autoridade que infringir este preceito será demitida e processada *ex-officio* por abuso do poder.

42.º É garantido o direito à assistência pública;

43.º Todo o cidadão poderá apresentar por escrito ao Poder Legislativo e aos Ministros, reclamações, queixas ou petições, e expor qualquer infracção da Constituição, requerendo perante a competente autoridade a efectiva responsabilidade dos infractores.

44.º A República Portuguesa regulará por lei especial a instituição dos bens de família (*homestead).*

45.º Dar-se-á o *habeas corpus* sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência, ou coacção, por ilegalidade, ou abuso de poder.

A garantia do *habeas corpus* só se suspende nos casos de estado de sítio por sedição, conspiração, rebelião ou invasão estrangeira.

Uma lei especial regulará a extensão desta garantia e o seu processo.

46.º A todo o empregado do Estado ou de particulares é garantido o seu emprego, com os direitos a ele inerentes, durante o serviço militar a que for obrigado.

47.º O estado civil e os respectivos registos são da exclusiva competência da autoridade civil.

48.º Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos, civis ou militares, observadas as condições de capacidade especial que a lei estatuir.

49.º É garantido o direito a recompensas por serviços prestados à pátria ou à humanidade.

50.º A lei não tem efeito retroactivo.

51.º Todo o cidadão tem o direito de ser indemnizado pelo Estado todas as vezes que haja sido preso ou processado criminalmente e venha a provar-se a sua inocência completa.

O juiz, autoridade ou tribunal, que reconhecer essa inocência completa, assim o declarará no seu despacho, decisão ou sentença, fixando desde logo a importância da respectiva indemnização.

52.º É garantido aos assalariados, nos termos de leis e regulamentos especiais, o direito de cessarem colectiva e pacificamente o trabalho.

53.º Nenhum dos três poderes do Estado pode, separada ou conjuntamente, suspender a Constituição ou restringir os direitos nela consignados, salvo nos casos taxativamente expressos nela.

Art. 55.º A especificação das garantias e direitos expressos na Constituição não exclui outras garantias e direitos não enumerados, mas resultantes da forma de governo que ela estabelece e dos princípios que consigna.

Da revisão constitucional

Art. 56.º A Constituição da República Portuguesa será revista de dez em dez anos, a contar da promulgação desta e, para esse efeito, terá poderes constituintes o Congresso cujo mandato abranger a época da revisão.

Magalhaes_Lima.indd 50 26/10/11 9:55:06

§ 1.º A revisão poderá ser antecipada de cinco anos se for aprovada por dois terços da totalidade dos membros do Congresso ou reclamada por dois terços das municipalidades de todo o território da República.

§ 2.º Não poderão ser admitidas como objecto de deliberação propostas de revisão constitucional que não definam precisamente as alterações projectadas, nem aquelas cujo intuito seja abolir a forma Republicana democrática do governo ou alterar a representação das províncias no Conselho dos Municípios.

Disposições gerais

Art. 57.º Todos os portugueses são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e a integridade da Pátria e da Constituição e a defendê-las dos seus inimigos internos e externos.

Art. 58.º A força pública é essencialmente obediente e não pode reunir ou deliberar sem consentimento da autoridade legítima, nem formular petições ou representações colectivas.

Art. 59.º Os oficiais de terra e mar somente poderão ser privados das suas patentes por sentença com trânsito em julgado.

Art. 60.º Leis especiais providenciarão acerca da organização das forças militares de terra e mar em todo o território da República.

Art. 61.º Leis especiais baseadas na autonomia e descentralização compatíveis com a unidade da Nação, prontidão e eficácia da defesa nacional, e recursos financeiros dos municípios, reorganizarão a administração local, tanto do continente e ilhas adjacentes como das províncias ultramarinas.

Art. 62.º O Conselho Nacional e o Conselho dos Municípios serão eleitos nas condições que forem determinadas nas respectivas leis orgânicas.

Art. 63.º Para os condenados por crimes e delitos eleitorais não há indulto. Pode todavia o Conselho, a propósito de cuja eleição foram cometidos aqueles crimes ou delitos, conceder a amnistia, quando a votem dois terços dos seus membros e só depois de os condenados haverem cumprido metade da pena, quando esta seja de prisão. A amnistia não pode abranger as custas e selos do processo, as multas e as despesas de procuradoria.

Art. 64.º Os crimes de responsabilidade, a que se refere o artigo 44.º, serão definidos em lei especial, que regulará também a acusação, a forma de processo e o julgamento dos membros do Poder Executivo e será votada e promulgada impreterivelmente por esta Assembleia Nacional Constituinte.

Art. 65.º O cidadão investido em funções de qualquer dos três poderes do Estado não poderá exercer as de outro.

Art. 66.º A República Portuguesa, sem prejuízo do pactuado nos seus tratados de aliança, aceita o princípio da arbitragem como o melhor meio de dirimir as questões internacionais.

Art. 67.º Os empregados públicos são estritamente responsáveis pelos abusos e omissões que praticarem no exercício das suas funções, e por não tornarem efectivamente responsáveis os seus subalternos.

Magalhaes_Lima.indd 51 26/10/11 9:55:06

Art. 68.º Uma lei especial estatuirá sobre as incompatibilidades políticas e outra sobre a acumulação de empregos públicos remunerados.

Art. 69.º Continuam em vigor, enquanto não revogadas, as leis até hoje existentes, no que explicita ou implicitamente não for contrário ao sistema de governo adoptado pela Constituição e aos princípios nela consagrados.

Art. 70.º Aprovada esta Constituição, será logo promulgada pela Mesa da Assembleia Nacional e assinada pelos membros desta.

Disposições transitórias

Art. 71.º O primeiro Presidente da República Portuguesa será eleito no dia seguinte àquele em que tiver sido aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte a Constituição e depois de fixado o seu subsídio.

A eleição será por escrutínio secreto e maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte com poderes verificados até à véspera.

Se, depois de realizado o segundo escrutínio, se verificar não haver maioria absoluta, o terceiro escrutínio será por maioria relativa entre os dois candidatos mais votados no segundo.

O primeiro mandato presidencial terminará no dia 5 de Outubro de 1915.

§ Único. Para esta eleição não haverá a incompatibilidade a que se refere o artigo 40.º desta Constituição.

Art. 72.º Promulgada a Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte passará a elaborar a lei sobre os crimes de responsabilidade e a lei orgânica das províncias ultramarinas, não podendo ocupar-se nas suas sessões diurnas de qualquer outro assunto.

Promulgadas essas duas leis, o presidente da Assembleia Nacional marcará sessão para o dia seguinte às 11 horas da manhã, a fim de se proceder à eleição, pela Assembleia, do primeiro Conselho dos Municípios.

§ 1.º Os primeiros deputados dos Municípios serão eleitos de entre os deputados à Assembleia Nacional Constituinte maiores de 35 anos. Serão em número de 52 e os restantes membros da Assembleia Nacional Constituinte formarão o primeiro Conselho Nacional do Congresso da República.

§ 2.º A eleição obedecerá aos seguintes princípios:

a) A eleição será por escrutínio secreto e maioria de votos dos deputados presentes;
b) Nenhum deputado poderá ser eleito por uma província a que não pertença o círculo que representa na Assembleia;

§ Único. É, porém, elegível como representante das províncias ultramarinas qualquer membro da Assembleia, maior de 35 anos.

Art. 73.º O mandato do primeiro Conselho dos Municípios não se renovará pela metade dos seus membros.

Magalhaes_Lima.indd 52 26/10/11 9:55:07

Art. 74.º O mandato do primeiro Congresso da República expira quando, finda a sessão legislativa de 1914, se houver constituído o novo Congresso nos termos prescritos pela presente Constituição.

Art. 75.º As vagas que ocorrerem no primeiro Conselho Nacional serão preenchidas se esta secção do Congresso houver sido reduzida a menos de 155 membros.

As vagas do primeiro Conselho dos Municípios serão preenchidas na forma do disposto no artigo 72.º e seus parágrafos enquanto a outra secção do Congresso tiver mais de 155 membros. Para o preenchimento destas vagas fica, porém, dispensada a exigência da alínea b) do § 2.º do artigo 72.º.

Sala das sessões da Comissão da Constituição, 3 de Julho de 1911 = Francisco Correia de Lemos, Presidente = José Barbosa, Secretário = José de Castro = João de Menezes = Sebastião de Magalhães Lima, Relator."[4]

Magalhães Lima prosseguiu: – "Sr. Presidente, embora seja do regimento nomear-se um relator para cada projecto de lei, eu peço dispensa do regimento para que todos os membros da comissão possam ser considerados relatores.

O Sr. Presidente: – Espero que o projecto da Constituição possa ser distribuído amanhã, pelos Srs. Deputados: se assim suceder, amanhã mesmo marcarei o dia em que ele deve entrar em discussão na ordem do dia.

Magalhães Lima: – Mando ainda para a mesa o seguinte projecto que vou ler:

Projecto de Lei n.º 4

A Assembleia Nacional Constituinte decreta e promulga a lei seguinte:

Artigo 1.º O Presidente da República Portuguesa receberá anualmente 12:000$000 réis de honorários e réis 6:000$000 para despesas de representação normal.

Art. 2.º A Secretaria da Presidência da República funcionará numa das dependências do Palácio Nacional de Belém.

§ Único. O secretário-geral da Presidência receberá 2:400$000 réis anuais e o secretário particular 1:600$000 réis.

Art. 3.º Quando tenha de receber missões militares ou navais estrangeiras, o Presidente da República far-se-á acompanhar de um oficial do exército ou da armada, que os respectivos Ministérios nomearão, de ocasião, exclusivamente para esse fim.

Art. 4.º As pessoas da família do Presidente da República não podem ter lugar de preferência nos actos públicos.

Art. 5.º As quantias fixadas no artigo 1.º e no § único do artigo 2.º são livres de quaisquer deduções.

Art. 6.º Nos termos do artigo 36.º da Constituição, o subsídio de que trata o artigo 1.º da presente lei não poderá ser alterado durante o período do mandato presidencial.

[4] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, 13.ª Sessão de 3 de Julho de 1911, p. 5 a 12.

Magalhaes_Lima.indd 53 26/10/11 9:55:07

Sala das sessões da Comissão de Constituição, 3 de Julho de 1911. = Francisco Correia de Lemos, Presidente = José Barbosa, Secretário = José de Castro = João de Menezes = Sebastião de Magalhães Lima, Relator."[5]

Na mesma sessão, Eduardo Abreu interveio para apresentar uma proposta elaborada por Magalhães Lima sobre Machado Santos e o reconhecimento do seu papel na revolução republicana: "O Sr. Magalhães Lima redigiu e estava encarregado de apresentar o projecto de lei que aqui tenho. Há pouco declarou-me que tinha de ler o projecto de Constituição Política da República, e por isso me pedia para o substituir no encargo da apresentação deste projecto. Aceitei tão honrosa missão com que me honrou o meu amigo Dr. Magalhães Lima, de alma, vida e coração. Porquê?

Na madrugada de 5 de Outubro de 1910, qualquer observador teria notado, nas ruas e praças desta capital, vestígios de sangue, denunciando a luta armada travada durante quarenta e oito horas.

O proletário, o artista, o operário, o trabalhador, o mais humilde filho do povo, ao lado do marinheiro e do soldado, com as baionetas caladas na boca das espingardas, passeavam na mais fraterna convivência, patrulhando as ruas e praças de Lisboa, garantindo a vida e a propriedade dos seus habitantes.

As bocas dos canhões da Rotunda ainda fumegavam e no Tejo as peças dos cruzadores ainda irradiavam calor, denunciando o trabalho da véspera, vomitando metralha sobre o antro dos adiantamentos.

Tinha-se extinguido o último ruído de qualquer coche fúnebre de 3.ª ou 4.ª classe, conduzindo misteriosamente ao cemitério o cadáver de um brioso coronel, que morrera no seu posto, como quem cumpre o seu dever, amortalhado, talvez, na última bandeira das quinas, e sem que um clarim soasse convidando o regimento a prestar-lhe as honras fúnebres.

E como se a marinha de guerra quisesse mostrar ao mundo que nela e em todas as revoluções há também quem triunfe, quem morra e quem se mate, um bravo marinheiro varava o cérebro com um tiro de revólver.

Na morgue, que visitei no dia 7, vindo de longe, continuava à exposição dos crentes da República, o braço e o espírito da revolução.

Ali, como nos cemitérios e nos hospitais, palpitava a dor, a saudade, a desolação, pois era um filho procurando por um pai; uma esposa pelo marido, um amigo por outro amigo.

Os covais recebiam os últimos mortos; os hospitais acolhiam os últimos feridos, tal era a madrugada de 5 de Outubro, ao surgir a hora da República Triunfante.

À porta do quartel-general da Divisão chegava o Triunfador, que com o povo e os seus brilhantes companheiros de armas de mar e terra, tinham liquidado a monarquia.

Exausto, quase sem forças, de voz sumida entrega o comando superior ao general Carvalhal, e pede que se vá à Câmara, proclamar a República, e nomear o Governo.

[5] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte,* 13.ª Sessão de 3 de Julho de 1911, p. 12.

Magalhaes_Lima.indd 54 26/10/11 9:55:07

O soldado abatia a espada perante o poder civil. E quando os Ministros lhe chamaram almirante, ele, com honrada e sincera modéstia, declinou noutros bravos a glória da empresa, falando apenas na Assembleia Constituinte.

Soou a hora de, perante esta Assembleia, apresentar um projecto de lei, para cuja discussão peço dispensa do regimento.

A Assembleia Nacional Constituinte, tendo na mais alta consideração o feito heróico do tenente da administração naval António Maria de Azevedo Machado Santos, que, nos dias 4 e 5 de Outubro findo, deu as mais exuberantes provas de valentia, coragem e amor pátrio, concorrendo pelo seu procedimento digno e alevantado para a disciplina e êxito feliz do movimento revolucionário de que resultou a proclamação da República, desejando galardoar, por uma forma condigna e perfeitamente de acordo com a opinião pública, decreta:

> Artigo 1.º É promovido, no quadro dos oficiais da Administração Naval, a capitão-de-mar-e-guerra o segundo tenente António Maria de Azevedo Machado Santos.
> § Único. A antiguidade desta promoção é contada, para todos os efeitos legais, desde 5 de Outubro de 1910.
> Art. 2.º Quando no quadro dos oficiais de marinha for promovido, sucessivamente, a contra-almirante e vice-almirante o capitão-de-mar-e-guerra que neste posto se lhe siga imediatamente em antiguidade será, simultaneamente, promovido no seu quadro, a contra-almirante e a vice-almirante, o capitão-de-mar-e-guerra António Maria de Azevedo Machado Santos.
> Art. 3.º O referido oficial fica perpetuamente colocado fora do quadro das respectivas classes, e só é obrigado ao pagamento da patente do posto a que ascende e não fica sujeito à disposição do n.º 1.º do artigo 46.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908.
> Art. 4.º É concedida ao capitão-de-mar-e-guerra da administração naval, António Maria de Azevedo Machado Santos, a pensão anual vitalícia de 3 000$000 réis livres de quaisquer direitos e impostos.

Lisboa, Sala das Sessões em 28 de Junho de 1911. = Os Deputados, Magalhães Lima = Manuel de Arriaga = António Macieira = José Barbosa = João Luis Ricardo = Sebastião Baracho = Albina Pimenta de Aguiar = João de Menezes = Inocêncio Camacho Rodrigues = António Afonso Garcia da Costa = Albano Coutinho = Manuel de Sousa da Câmara = Eduardo Abreu = António Maria da Silva = António Maria da Cunha Marques da Costa = Francisco Teixeira de Queiroz = Júlio do Patrocínio Martins = Carlos Amaro = José de Castro = Luis Maria Rosette = Manuel Jorge Forbes de Bessa = Tomás da Fonseca = Tiago César Moreira Salles = Amílcar Ramada Curto = João Gonçalves = Miguel Abreu = Fernão Botto-Machado = Faustino da Fonseca = João José Luís Damas = Aquiles Gonçalves = Eusébio Leão = Pedro Amaral Botto-Machado = José M. de Moura B. Feio Terenas = José Bernardo Lopes da Silva = Sá Pereira = António Amorim de Carvalho = Alfredo Maria Ladeira = José Maria Pereira = Pereira Coelho = Ângelo Vaz = Aureliano Mira Fernandes = Carlos Calixto = Manuel Bravo = Emídio Guilherme Garcia Mendes = António França Borges = M. Fernandes Costa = Carvalho Mourão = José Cupertino Ribeiro Júnior = Carlos Maria Pereira = João Fiel

Magalhaes_Lima.indd 55 26/10/11 9:55:07

Stockler = Tito Augusto de Morais = José Mendes Cabeçadas Júnior = Celestino Germano Paus de Almeida = José Maria de Pádua = José de Abreu = Gastão Rodrigues = Estêvão de Vasconcelos = Francisco de Salles Ramos da Costa = António Valente de Almeida = Francisco Luís Tavares = Manuel Goulart de Medeiros = José Machado de Serpa = Joaquim Pedro Martins = Alexandre Braga = Afonso de Lemos = Gaudêncio Pires de Campos = João Carlos Rodrigues de Azevedo = João Barreira = Luís Inocêncio Ramos Pereira = A. Pires Pereira Júnior = Ezequiel de Campos = Domingos Pereira = João Carlos Nunes da Palma = Miguel Augusto Alves Ferreira = Francisco Correia de Lemos = Anselmo Augusto da Costa Xavier = Henrique José Caldeira Queiroz = Luís de Mesquita = António Pires de Carvalho = Evaristo Luís das Neves Ferreira de Carvalho = José Luís dos Santos Moita = José Jacinto Nunes = Baltasar de Almeida Teixeira = José da Silva Ramos = Fernando Bissaia Barreto = António Joaquim Granjo = Adriano Mendes de Vasconcelos = António José Lourinho = Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais = António Bernardino Roque = Alberto de Moura Pinto = Jorge Frederico Velez Caroço = Joaquim António de Mello Castro Ribeiro = António Augusto Cerqueira Coimbra = Joaquim José Cerqueira da Rocha = Adriano Augusto Pimenta = Joaquim José de Sousa Fernandes = Artur Augusto da Costa = Inácio de Magalhães Basto = Carlos Henrique da Silva Maia Pinto = José Bessa de Carvalho = Elísio de Castro = Artur Rovisco Garcia.

O Sr. Magalhães Lima: – Requeiro a V. Ex.ª que se faça a votação nominal sobre o projecto de lei que foi lido pelo Sr. Eduardo Abreu (*Apoiados*).

O Sr. Presidente: – Os Srs. Deputados que aprovam que haja votação nominal, tenham a bondade de levantar-se.

Foi aprovada."[6]

A 5 de Julho de 1911, Magalhães Lima foi eleito para a Comissão de Petições, com 44 votos, juntamente com Teixeira de Queiroz, Anselmo Xavier, Nunes da Mata, Eduardo Abreu, Faustino da Fonseca, Germano Martins, Narciso da Cunha e Bessa de Carvalho.[7]

Na sessão de 6 de Julho começou a discussão do projecto de Constituição, mas Magalhães Lima retirou-se, como relator oficial, dos trabalhos da Assembleia Constituinte, por motivo de doença. Esta circunstância não lhe permitiu defender as ideias expressas no seu projecto. No entanto, no espólio de Magalhães Lima, foram encontrados apontamentos, certamente destinados ao discurso que tencionava proferir ao apresentar o projecto da Constituição da República. Foram publicados depois da sua morte por Álvaro Neves, e são esclarecedores quanto ao seu pensamento acerca da futura Constituição:

"Se sou o primeiro a romper o fogo é isso devido a um mero acto de cortesia. Que ninguém se iluda. E com ufânia devo declarar que, se aceitei o nobre e difícil encargo, e consenti na minha candidatura, foi principalmente para ter a satisfação, aliás bem legítima, bem justificada, de assinar o pacto fundamental do novo regime pelo qual trabalhei a melhor parte da minha existência, com o afinco, o amor e devoção que se pode consagrar a um grande ideal.

[6] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte,* 3 de Julho de 1911, p. 12 e 13.
[7] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte,* 14.ª Sessão, 5 de Julho de 1911, p. 17.

Magalhaes_Lima.indd 56 26/10/11 9:55:07

Ocioso e inútil se torna repetir que a Revolução de 5 de Outubro foi um feito épico que assombrou o mundo em que os selvagens do Ocidente, como ironicamente nos chamavam, deram uma lição aos povos civilizados. Foi o maior desforço que podíamos tirar das acusações com que julgavam deprimir-nos. A proclamação da República, que se realizou, nesta sala, no memorável e histórico dia 19, excedeu em grandeza moral e em civismo tudo o que se podia esperar, e todos nós guardamos ainda no fundo dos nossos corações o eco dessa extraordinária solenidade que nos reuniu, ligou, vinculou, estreitou e identificou num mesmo pensamento, num mesmo sentimento, e na mesma vontade – o pensamento da pátria redimida, o sentimento da solidariedade nacional e internacional e a vontade firme e inabalável de viver, de progredir, de prosperar. Todos conservam ainda no seu espírito a impressão desse momento inolvidável em que povos entre lágrimas santas nos demos o ósculo da paz, sem receio dos episódios trágicos que ensanguentaram a grande Revolução Francesa. O século XX não é o século XVIII, e essas cenas não poderiam repetir-se, dada a transformação dos costumes e o império da ciência e das indústrias. A consolidação será o terceiro e último capítulo desta grandiosa obra emancipadora, para a qual todos contribuíram cada qual com o seu quinhão, velhos e novos, homens de acção e homens de pensamento. Na construção de um edifício entram por igual as grandes e pequenas pedras. Tudo é preciso. E uma República não pode nem deve regatear a justiça aos seus servidores. Lugar para todos e justiça para todos.

A consolidação da República é para nós uma questão de vida ou de morte. Se a proclamação sancionou juridicamente a Revolução, a consolidação valorizá-la-á. É a cúpula dourada do soberbo edifício. No dia próximo em que a República for consolidada, o que tanto monta dizer em que vida portuguesa for normalizada, dar-me-ei por largamente compensado de todos os esforços. Que maior recompensa poderíamos desejar, para coroar a nossa vida política? É a recompensa moral, a recompensa espiritual, que vale por todas as recompensas materiais, por todos os cargos e por todas as honrarias. Por isso poderão bem imaginar a emoção profunda e intensa de que me sinto possuído ao vir dizer hoje à Câmara: – Aqui está um Projecto de Constituição.

O que procurámos, sobretudo, foi conciliar, quanto possível, as opiniões emitidas nos diferentes projectos que nos chegaram às mãos, estabelecer uma plataforma, onde coubessem todos os votos e todas as aspirações democráticas, fixar um ponto de convergência para todas as *nuances*.

O maior estadista inglês, Disrael, definiu a política como uma concessão permanente. Se a concessão assenta sobre uma base de tolerância e de respeito recíproco é racional esse modo de ver, porque a transigência, neste caso, implica bom senso e patriotismo, desejo de acertar e de contribuir lealmente para a hora comum. Não devemos perder de vista que uma Constituição, no actual momento histórico, é uma obra de defesa republicana, uma obra de concórdia, de carácter transitório e não permanente. O futuro pertence à mocidade, que os atenienses compararam a uma casa cheia de oiro que não se trocaria por todas as riquezas asiáticas; a mocidade com que Péricles engrandeceu a sua gloriosa Atenas.

Uma Constituição é a lei das leis, a nossa Bíblia. Todos os direitos essenciais se devem conter nela, bem claros e bem explícitos, de modo a evitar todos os

Magalhaes_Lima.indd 57 26/10/11 9:55:07

abusos e todas as usurpações do poder. Por isso nos assiste o dever de torná-la, quanto possível, perfeita em harmonia com as indicações da opinião pública, com as aspirações civilizadoras do nosso tempo, e com os artigos do nosso programa partidário, não esquecendo que temos de legislar para o país e não exclusivamente para Lisboa. As capitais são, em geral, dotadas de um espírito mais radical, que se torna mister contrabalançar com o resto da nação. Não esqueçamos que o estrangeiro nos acompanha de perto e que todos os nossos gestos e palavras são discutidos e comentados, ao sabor de cada um e nem sempre com justiça e imparcialidade.

Na sua primeira reunião a Comissão estabeleceu alguns princípios sobre os quais todos os seus membros se mostravam de perfeito acordo:

Ministros responsáveis individualmente;

Revisão da Constituição de dez em dez anos, e, antes se for aprovada por dois terços do poder legislativo, ou requerida por dois terços das municipalidades;

A forma republicana democrática de governo nunca poderá ser objecto de uma proposta de revisão;

As relações recíprocas do poder legislativo e executivo estabelecem-se por meio de mensagens.

Congresso da República denominámos o poder legislativo, por se nos afigurar que este termo era mais expressivo e quadrava com as novas instituições melhor do que qualquer outro, como expressão de uma mentalidade superior. O Congresso é composto de duas secções: o conselho nacional e o conselho dos municípios. O individualismo afirma-se na primeira e o organismo nacional na segunda. O nosso fim é restabelecer a vida dos municípios que tão alto e patriótico papel representaram na nossa história passada; trazei-os à actividade política. A tradição do Partido Republicano é federalista e dentro dessa tradição nos devemos manter. Pela federação dos municípios chegaremos às federações regionais, sem desfazer a unidade política da nação. A função do Estado deve ser apenas administrativa e executiva, fazendo cumprir a lei e mantendo a ordem.

Porque se compõe o Congresso Republicano de duas secções? Pela mesma razão por que há tribunais de primeira e segunda instância, não como recurso, mas como equilíbrio e uma compensação. E, a propósito, referia-me o dr. João de Menezes o episódio de Washington. Conta-se que o fundador da poderosa república norte-americana, estando a tomar chá e achando-o muito quente o vertia repetidamente para outra chávena. "Porque faz isso? perguntaram-lhe: "Para o temperar", respondeu. É por isso, que eu advogo a ideia das duas Câmaras – para temperar as paixões.

É certo que a Constituição de 1822 não tinha duas Câmaras; é certo que a República Espanhola e que a República de 1848 também não tinham duas câmaras. Mas também não é menos certo que não há hoje uma única república que não divida o Poder legislativo. Os senhores Machado Santos e Botto-Machado que são dois radicais, também perfilham esta opinião.

Uma constituição depende principalmente de quem a executa. Faço votos porque todos se compenetrem da missão e da responsabilidade. Soubemos ser revolucionários,

Magalhaes_Lima.indd 58 26/10/11 9:55:07

saibamos ser homens de governo. Acima dos homens e dos partidos está o sagrado interesse da República."[8]

Magalhães Lima conservou-se fisicamente afastado dos debates parlamentares. Partiu para Itália e depois para França, onde tratou a saúde e proferiu diversas conferências. Não se encontrava por isso em Portugal quando a Constituição foi votada e, do mesmo modo, esteve ausente na eleição do Presidente da República[9] – convalescia no Hotel Royal, em Monte Estoril – e na sua eleição para o Senado, na qual recebeu 171 votos, integrado na lista n.º 4.[10]

A eleição presidencial de 1911

A eleição do primeiro Presidente da República Portuguesa merece algumas considerações.

Embora alheio pessoalmente à iniciativa, a candidatura de Magalhães Lima à Presidência da República foi lançada nos meios maçónicos portugueses. A iniciativa partiu da Loja Fiat Lux, de Lisboa, que enviou uma circular a todas as Oficinas do Grande Oriente Lusitano Unido:

"No momento actual a preocupação de todos os espíritos para os quais os destinos da Pátria são alguma coisa de grande e de absolutamente ligado à existência do homem livre, consiste no estabelecimento definitivo da Constituição pela qual hão--de ser guiados os actos e manifestações da nossa Nacionalidade.

É fora de dúvida que a nossa Respeitável Oficina desejaria que o nosso país se regesse por uma Constituição rasgadamente democrática e assim acata em princípio as ideias que algumas respeitáveis Lojas deste Vale têm exposto em documentos lançados à publicidade, e não procura de modo algum desvirtuar essas opiniões ou criar adeptos a um credo contrário. O momento, porém, é que não parece atado para a discussão talvez violenta, e o embate quiçá tumultuoso, que poderia resultar se os espíritos altamente patrióticos e tão democraticamente inspirados, não quisessem, em holocausto ao Bem comum da Pátria, ceder – sem quebra de princípios–, um pouco do seu Ideal.

A questão da sim ou não existência de um Presidente da República Portuguesa quando discutida entre portugueses – se o nosso país recebesse o tratamento de neutralidade a que de direito poderia esperar das nações que o mundo reconhece como mais avançadas umas e como muito mais cultas outras – seria um facto comezinho de mais ou menos custosa resolução, mas com um fim atingível.

Mas como nas entrelinhas das notícias telegráficas e nas indiscrições das conversas de gente bem informada se lê qualquer coisa que nos dá a entender uma como

[8] *A Vida dum Apóstolo, Tribuno,* p. 70 a 74.
[9] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte,* 59.ª Sessão, 24 de Agosto de 1911, p. 2
[10] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte,* 60.ª Sessão, 25 de Agosto de 1911, p. 16.

Magalhaes_Lima.indd 59 26/10/11 9:55:07

que insinuação internacional de uma República Presidencial, esta Respeitável Oficina, julgando poder concorrer dentro da exiguidade dos seus merecimentos, para o grande Bem que representa o mais pronto e menos trabalhoso conseguimento da resolução do problema constitucional, resolve fazer um apelo à fraternidade de todos os seus Irmãos deste Oriente sugerindo-lhes:

1.º Que dadas as circunstâncias do momento e do lugar, e sem quebra dos seus princípios, façam reverter todo o trabalho de que são capazes a sua grande actividade, competência e amor pátrio, para uma escrupulosa fiscalização da latitude de poderes conferíveis a um chefe de uma República Presidencial.
2.º Que admitida a hipótese da Assembleia Nacional aprovar uma constituição Republicana Presidencial, todas as Lojas deste Oriente, com a força das respectivas colectividades dentro da nossa Ordem e com o trabalho individual de cada um dos seus Obreiros no mundo profano, preconizem as vantagens que à República e ao País e à Maçonaria adviriam, do facto da eleição presidencial recair sobre o nosso Sapientíssimo Grão-mestre Dr. Sebastião de Magalhães Lima, a cujas elevadas qualidades de ilustração, de honestidade e de benquerença entre nós, há que juntar a alta condição da sua inconfundível individualidade em todos os centros intelectuais do mundo, onde o seu nome é de entre portugueses o mais justamente conhecido e apreciado.

E como o Projecto de Constituição começou já a ser discutido na Assembleia Nacional, urge reunir todos os esforços para que os alvitres que apresentamos sejam transformados numa acção prática, com a máxima urgência, pedindo-vos queirais ter a bondade de nos comunicar por escrito se estais dispostos a cooperar connosco para o conseguimento dos fins que nos propomos alcançar."[11]

Esta iniciativa foi apoiada de imediato por outras Oficinas, com destaque para a Loja *Obreiros do Trabalho*, também de Lisboa, que recordará, mais tarde: "Votada a aristocrática Constituição – causa fundamental de todos os males que ora atingem o novo regime e a Pátria, e conquanto não modificássemos o nosso pensamento acerca da dignidade presidencial, defendemos a candidatura do nosso Sapientíssimo Grão--Mestre à Presidência da República."[12]

Foi divulgado um manifesto, datado de Agosto de 1911, intitulado "Ao Povo Português e à Assembleia Nacional Constituinte", no qual se condensavam as razões que justificavam a eleição de Magalhães Lima, combinando os serviços prestados à República com a sua projecção internacional:

"Portugueses! Srs. Deputados da Nação!

[11] Circular da Loja Fiat Lux, sem data, com duas páginas.

[12] "A Respeitável Loja Obreiros do Trabalho respondendo à Prancha Aberta da Maçonaria do Porto de 2-2-1914, e apresentando alvitres à consideração de todos aos maçons portugueses", Manifesto datado de 16 de Fevereiro de 1914. Folha volante com duas páginas.

Magalhaes_Lima.indd 60 26/10/11 9:55:08

O Presidente da República deve ser um cidadão que, pelas suas viagens, relações pessoais, categoria, ilustração e serviços prestados à Democracia, tanto em Portugal como no estrangeiro, goze de simpatias na Europa e nela a sua individualidade seja bem conhecida.

Dadas as circunstâncias em que Portugal se encontra e em vista da proclamação da República, o nosso primeiro Chefe de Estado tem uma grande missão a cumprir, tem de ser conciliador, tem de se impor por uma larga e incontestável folha de serviços à Nação e ao Partido Republicano e pela acção pessoal e política que porventura exercesse no país e no estrangeiro, ainda no tempo da monarquia.

Ora, sem desprimor para qualquer dos valiosos elementos de que dispõe o Partido Republicano, ninguém está nessas condições como o Sr. Dr. Magalhães Lima, cuja inteligência, honestidade, ilustração e influência na Europa ninguém se atreverá a contestar.

Publicista distinto, glória da imprensa, orador dos mais eminentes e republicano democrata desde os bancos da Universidade, a sua acção tem sido vasta e decisiva em todos os tempos, fazendo todos os sacrifícios que a Democracia e o país lhe exigiam, sem encargo algum para o partido ou para a nação. Em todas as lutas ele figurou, desde os primitivos tempos do Partido Republicano cujo desenvolvimento se lhe deve em grande parte, e as suas campanhas contra a monarquia e a realeza deram brado e contribuíram enormemente para a demolição dessas instituições que desacreditaram e arruinaram Portugal.

E se o nosso país é conhecido e algo respeitado lá fora, esse facto se deve à propaganda tenaz, benéfica e activa de Magalhães Lima que, pelas suas relações pessoais, pelas inúmeras simpatias de que goza na Europa, pela sua pena brilhante e pela sua palavra eloquente e calorosa, tem percorrido diversas nações, à sua custa e muitas vezes sem que lhe solicitem esses serviços, no intuito de honrar o nosso país, representando-o em congressos internacionais maçónicos, da imprensa, do livre-pensamento e da paz, declarando bem alto que nós somos um povo livre, trabalhador, inteligente e civilizado, merecendo por isso o conceito das demais nações.

Em 1890, quando Portugal recebeu a afronta do *Ultimatum* inglês, Magalhães Lima percorreu logo a Europa, fazendo conferências e escrevendo artigos em diversos jornais, no intuito de esclarecer a nossa situação.

Por ocasião do Centenário da Índia, e sendo director da Sociedade de Geografia, desempenhou igual missão, atraindo o estrangeiro a Portugal.

Em 1904, por iniciativa de admiradores seus, foi alvo de uma extraordinária manifestação internacional, depois de ter vindo do congresso internacional do livre-pensamento reunido em Roma, sendo-lhe dedicado um número único intitulado *Consagração* e colaborado por individualidades de todas as classes tanto portuguesas como estrangeiras, ao mesmo tempo que lhe era oferecido um grande banquete, no Coliseu de Lisboa. E podemos afirmar que nenhum português obteve até hoje manifestação idêntica, por isso, nela colaboraram os homens mais eminentes na ciência, na advocacia, nas letras, na imprensa e na política da Europa.

Surge mais tarde a criminosa ditadura franquista. Mal se respirava em Portugal. A imprensa e a liberdade de reunião eram sufocadas. No estrangeiro desacreditava-se

Magalhaes_Lima.indd 61 26/10/11 9:55:08

o nosso país e em especial o Partido Republicano. Magalhães Lima, depois das perseguições ao seu jornal, resolve, sem incumbência de espécie alguma, ser mais uma vez "o nosso melhor diplomata", como o público já o classificou, e parte para o estrangeiro, onde a imprensa, acreditando na injustificada fama de que João Franco era um bom administrador, defendia esse funesto político.

E não foi sem grande custo que Magalhães Lima, apesar das suas relações pessoais e políticas e da sua situação na Europa, conseguiu levantar a sua campanha em favor de Portugal e da Democracia, esclarecendo a nossa verdadeira situação política pondo a claro os crimes da Ditadura Franquista e prevendo acontecimentos extraordinários que com efeito se deram, em consequência das infâmias praticadas pelos sete bandidos que então estavam no poder.

Decisiva e poderosa foi a acção exercida por Magalhães Lima, a ponto de João Franco pensar em solicitar do governo francês que expulsasse do seu território o nosso melhor diplomata. E entretanto os jornais monárquicos defensores da Ditadura caíam a fundo sobre Magalhães Lima, denunciaram-no às iras do poder, caso ele regressasse ao país nessa época.

Fracassado o movimento de 28 de Janeiro, dá-se o Regicídio; João Franco e a sua quadrilha de salteadores caem do poder. D. Manuel, imbecil do Bragança é aclamado rei, e Magalhães Lima pode voltar a Portugal, depois de ter prestado relevantíssimos serviços de que ninguém o havia incumbido.

Mais tarde, o grande parlamentar Dr. Afonso Costa verbera os maiores escândalos da monarquia, como a questão Hinton; ao mesmo tempo descobrem-se as roubalheiras do Crédito Predial, em que estavam envolvidos vários trunfos monárquicos, entre os quais o imoralão e cínico José Luciano de Castro.

No Porto, reúne-se o Congresso do Partido Republicano e, por proposta do Afonso Costa, resolve que uma missão composta dos Srs. Dr. Magalhães Lima, José Relvas e Dr. Bernardino Machado, vá ao estrangeiro dizer toda a verdade e esclarecer a nossa situação política.

Prepara-se também a revolução, a cujo plano não é estranho Magalhães Lima. E a propósito, devemos dizer que foi em casa dele que muitas reuniões se efectuaram e em que tomaram parte Cândido dos Reis, Miguel Bombarda, Machado Santos, António Maria da Silva, e vários oficiais do Exército e da Armada.

Ao mesmo tempo, reconhece-se a necessidade de que Magalhães Lima parta sem demora, a fim de preparar a opinião pública no estrangeiro, pois que ninguém melhor do que ele poderia fazê-lo – diga-se mais uma vez e bem alto, para que se tome isso na devida consideração. Dentro em pouco, a imprensa começa a dar conta de conferências e artigos de Magalhães Lima, feitos no estrangeiro a favor de Portugal, fazendo ver a necessidade da mudança de regime e revelando os crimes da monarquia e da realeza. É então que a imprensa mundial principia a interessar-se pela nossa situação política, convencendo-se de que a República se impunha no nosso país.

Depois segue para o estrangeiro o Sr. José Relvas a ligar-se a Magalhães Lima. Há conferências políticas com diversos homens de Estado e com a imprensa, a qual publica a nota oficial do Partido Republicano, entregue por aqueles dois missionários.

Magalhaes_Lima.indd 62 26/10/11 9:55:08

O Sr. Dr. Bernardino Machado é estranho aos trabalhos da missão, porque apesar de eleito, não quis acompanhar os seus colegas nem tomar parte nesses trabalhos úteis para o país. Ignoram-se os motivos dessa atitude.

José Relvas, terminada a missão, regressa a Portugal, e Magalhães Lima fica no estrangeiro. Recuperada a sua liberdade de acção, prossegue na sua grande obra redentora, num trabalho activo e extenuante. As suas conferências e artigos são reproduzidos em toda a imprensa europeia e americana e até em Madagáscar.

É um trabalho de sete meses consecutivos, que facilitou extraordinariamente a boa disposição das nações em favor da República Portuguesa. Ninguém o pode contestar, e a prova é que o Governo Provisório não teve dificuldades nem lutou com a opinião pública estrangeira, porque esta já estava preparada pela propaganda de Magalhães Lima em prol da mudança de regime.

A República e o país estão gozando dos benéficos resultados do trabalho desse eminente democrata que tem as simpatias do povo português e da Europa – afirme-se bem alto para desprestígio de quaisquer intriguistas ou invejosos que talvez dos serviços e da influência do mesmo cidadão se tenham aproveitado, diga-se de passagem.

As duas maiores e mais colossais manifestações que se tem feito em Portugal impõem Magalhães Lima à consideração e respeito de todos.

Proclamada a República, Magalhães Lima ainda se demorou alguns dias em Paris a receber as felicitações e aclamações do estrangeiro, bem como diversas homenagens que lhe haviam preparado.

É depois que regressa a Lisboa, onde o povo invade por completo a estação do Rocio e todas as ruas do trajecto até sua casa. Ninguém, absolutamente ninguém, por mais que a imprensa largamente pretendesse traduzir o que foi essa manifestação, pode descrever as aclamações de que Magalhães Lima foi alvo. A multidão esmagava-se em todo o percurso. Mais tarde, a briosa corporação da nossa marinha de guerra depois de lhe ser concedida a devida autorização, promove, numa noite, a sua homenagem ao grande cidadão, saindo do Arsenal de Marinha em direcção à casa de Magalhães Lima. Foi estupendo e fantástico o que se passou quando a comissão de marinheiros lhe entrega a mensagem e o envolve, oferecendo-lha, também, na bandeira encarnada e verde que fora arvorada, ao romper da revolução, no cruzador *São Rafael*.

São as maiores e mais colossais manifestações que se têm feito em Portugal, apesar de Magalhães Lima ser um simples cidadão e agora um Deputado por Lisboa.

Realizam-se as eleições e o resultado é este: Magalhães Lima, o Deputado mais votado em todo o território da República Portuguesa, circunstância suficiente para o eleger primeiro Presidente da República se não houvesse tantas outras, como as que já citámos.

Tudo isto é para ponderar e ter em conta e ainda o facto de ele se alhear sempre de grupos e *cotteries*, pois só teve e tem em vista os interesses do país e da República,

As suas relações e influência no estrangeiro e ainda a circunstância de ser o Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa são de alta vantagem para os interesses da Nação, e por conseguinte a sua investidura na Presidência da República impõe-se por todos os motivos, desde que está resolvido haver presidente.

Magalhaes_Lima.indd 63 26/10/11 9:55:08

E como os quatro grupos que elaboraram este manifesto se inspiram unicamente nos interesses da nação e da República, tomam a liberdade de expor a sua opinião sobre o assunto ao povo português e aos Srs. deputados à Assembleia Nacional Constituinte.

Pede-se a todas as comissões e colectividades republicanas que enviem sem demora, antes de se aprovar a Constituição, representações aos deputados dos seus círculos, solicitando-lhe que sejam os intérpretes desta vontade popular.

Não se trata, pois, de fazer imposições aos deputados, mas do manifestar-lhes a vontade popular que deve ser acatada, O Partido Republicano protestou, com fundamento e razão, quando, no tempo da monarquia, as reclamações do povo não eram atendidas pelo Parlamento. Protestou, e muito justificadamente, quando o Parlamento desprezou a grandiosa manifestação de 2 de Agosto, promovida pela Junta Liberal, presidida pelo saudoso e eminente homem de ciência dr. Miguel Bombarda. Pois bem: não deve agora suceder mesmo, isto é, a vontade popular não deve ser desatendida pelos deputados que proclamaram a República em 19 de Junho último, na Assembleia Nacional Constituinte.

E como dessa Assembleia faz parte grande número de maçons, os seus irmãos, que constituem um dos numerosos grupos que elaboram este documento, lembram-lhes os seus deveres que a instituição a que pertencem lhes impõe relativamente ao seu chefe supremo, tanto mais tratando-se dum acto de justiça e das conveniências do país.

A Assembleia Nacional Constituinte, aprovando o sistema presidencial e não elegendo Magalhães Lima Presidente da República na presente conjuntura, praticará a injustiça mais flagrante, concluindo-se logicamente que os seus deputados não são os verdadeiros intérpretes da vontade popular, como democraticamente deviam sê-lo.

E se duvidam do que afirmamos, adoptem o sufrágio universal para que se convençam de que o povo entende e deseja que o primeiro Presidente da República Portuguesa seja Magalhães Lima."[13]

Um candidato que não o era

O diário *O Intransigente*, de Machado Santos, procurou obter uma entrevista do potencial candidato, salientando que ele lutava "contra uma doença pertinaz e grave".[14] Magalhães Lima apenas respondeu que "nada posso dizer-lhe neste momento, porque julgo pouco oportuno falar". Também o jornal *O Mundo*[15] o ten-

[13] *República Portuguesa. Documentos históricos referentes à 7.ª Eleição Presidencial e Candidatura do Senhor Dr. Sebastião de Magalhães Lima,* Lisboa, Imprensa Lucas, 1923, p. 7 a 12.

[14] "Quem será o Presidente?", *O Intransigente*, n.º 280, de 2 de Agosto de 1911, p. 1.

[15] "Na Véspera da Eleição Presidencial. Belas Palavras de Magalhães Lima", *O Mundo*, n.º 3936, de 23 de Agosto de 1911, p. 1.

Magalhaes_Lima.indd 64 26/10/11 9:55:08

tou ouvir, e foi desta vez bem sucedido. Magalhães Lima encontrara-se a recuperar de uma doença não identificada no Hotel Royal, no Monte Estoril. Luís Derouet pediu-lhe um comentário, ao que ele respondeu: "Nunca pus a minha candidatura à Presidência da República, amigos e correligionários combateram, é certo, pelo meu nome, suponho que, em razão das minhas relações com o estrangeiro, ela podia ter alguma oportunidade neste momento. Que não sou porém candidato prova-se facilmente com este meu isolamento a que a saúde me forçou e onde mal chegam os ecos da agitada luta presidencial." Mas o jornalista insiste: "Mas admitamos que é V. candidato e diga-nos desse modo o que pensa." "Ah, Nesse caso o que eu faria era convocar para uma reunião todos os meus colegas da Assembleia Constituinte, sem excepção de um só, a fim de estudar a situação e de me orientar sobre o caminho a seguir. Aí, seguro do apoio da grande maioria dos deputados, é que eu resolveria, porquanto tenho a impressão de que a futura presidência deva ser uma questão de união e de defesa da República, e sobretudo a continuação da obra enorme do Governo Provisório, que não pode por forma alguma ser interrompida ou alterada na essência, sob pena de se cometer um erro político de consequências graves para o futuro. Tenho informações de que o elemento popular me acolheria excelentemente. Alguns correligionários graduados, certamente na melhor das intenções, pensam porém o contrário, pois me acham democrata demais. A verdade, todavia, é que semelhante apreensão se não justifica, visto que não desejarão por certo um presidente azul e branco, nem tão pouco ousarão contestar que o ser democrata não seja professar um ideal largo de emancipação social. Longe de me aborrecer o epíteto, ele só me honra pois, como muito me honra a circunstância de alguns outros ligarem à palavra democrata um sentido restrito de demasiada intimidade com elementos populares. Ainda aqui há, no entanto, um demasiado escrúpulo dos nossos correligionários, por isso que um presidente tem que estar em contacto permanente com as necessidades, os desejos, e os interesses do povo, que pela sua obra de 4 e 5 de Outubro, conquistou direito à consideração dos dirigentes. Uma República sem espírito democrático é para mim uma coisa incompreensível. E é esse espírito que se torna necessário fomentar no sentido de evitar o personalismo, que não fará senão prejudicar a marcha da República. Ao culto dos homens é mister, em resumo, antepor o culto das ideias, tornando a democracia inteiramente impessoal (…)

Luís Derouet contrapôs: "Mas sabe V. que se argumentou com algumas suas relações no estrangeiro para…

Magalhães Lima: Ah! Isso é outra área, das chancelarias que veriam com maus olhos a minha candidatura! Mas trata-se evidentemente de um novo absurdo, porque hoje nenhuma potência ousaria intervir nos negócios internos da República, além de que me seria fácil provar, pela correspondência que mantenho diariamente com jornalistas estrangeiros, que tanto nos ajudaram a desacreditar e a derrubar o antigo regime e que continuam a auxiliar-nos dedicadamente na tarefa construtiva, que o meu nome seria favoravelmente acolhido lá fora. De resto, é certo que mantenho de longa data, e ainda agora mantenho, relações com certos espíritos avançados para o nosso meio. Mas esses espíritos em toda a parte, pela sua alta cultura, formam opinião e são venerados por todos os intelectuais do mundo. Recordo-lhe

Magalhaes_Lima.indd 65 26/10/11 9:55:08

a propósito o Sr. Briand, hoje reputado um dos mais notáveis homens do Estado, e em cuja candidatura para a Presidência da República já se tem falado. Que foi Briand? Um anarquista! Olhemos porém para a Inglaterra, onde John Burns, o famoso grevista das docas de Londres em 1867, é hoje ministro do Trabalho, e sem sairmos desse país ideal de liberdade atentemos ainda nos seus colegas de ministério LLoyd George e Churchill. Quem poderia ser mais avançado? Estas acusações poderiam ter afinal uma razão de ser no princípio do século XIX. Mas com as transformações das sociedades modernas o radicalismo que se anunciou em mim e em Bernardino Machado, como que para afastar candidatos, não deve meter medo a ninguém! (…)

Se eu fosse o eleito procuraria quanto possível organizar um ministério de concentração republicana em que estivessem representadas todas as *nuances* políticas, tornando efectivas e duradoiras as conquistas preciosas já realizadas e que em dez meses nos colocaram a par das nações mais cultas. Veja-se por exemplo a lei da separação que é para nós uma questão de vida ou de morte e sobre a qual repousam todas as conquistas futuras. Eu não compreendo mesmo os receios com respeito a esta lei, visto que nada, absolutamente nada os justifica. Podem talvez os bispos, representantes da Roma papal, tentar os seus protestos que no fundo são mais ou menos platónicos. Mas os nossos padres, que com a lei garantiram a sua existência e conquistaram foros de cidadãos portugueses, porque até aqui não passavam de cidadãos romanos, esses não podem senão recebê-la com reconhecimento. Ousarei mesmo dizer que a lei da separação é uma verdadeira garantia para o futuro da República. O povo identificou-se por tal forma com ela, que a considera hoje como a sua verdadeira obra. Alterá-la ainda que levemente, o mesmo seria provocar uma perturbação pública. O povo tem um amor pela lei da separação que chega até ao fanatismo e julgaria um atentado a sua transformação, a não ser que esta proviesse do seu próprio autor (…)"

Questionado ainda sobre quais seriam os seus primeiros actos se fosse eleito Presidente da República, Magalhães Lima prosseguiu: "Em primeiro lugar, todos os esforços republicanos deverão convergir no mesmo sentido; depois deverá estabelecer-se uma plataforma onde caibam todas as aspirações, desde as mais moderadas às mais avançadas, apelando para o bom senso, para a disciplina e para o patriotismo de todos. O futuro presidente terá a meu ver, a fim de efectivar esta dupla obra de conciliação de ideias e de homens, de percorrer o país; inspirando confiança e mostrando que a República é um ideal de justiça que pode abrigar sob as suas dobras todos os portugueses dignos desse nome. Em seguida deveria também empreender uma viagem ao estrangeiro, a fim de provar às potências os nossos intuitos e os desejos de mantermos com todos as melhores relações. Urge quanto antes restabelecer a verdade perante o mundo, mostrando aos povos que somos uma nação digna da sua solidariedade, e que o novo regime, alicerçado na ordem e no respeito à lei, está firmemente assegurado, apesar da triste herança da monarquia dos adiantamentos, mostrando-se a situação cada vez mais desanuviada e fazendo-nos prever um futuro de progresso e de prosperidade (…)

Como não apresento a minha candidatura e não desejo que os meus amigos encarnicem a luta que o bloco já torna tão ardente, voltarei para o meu posto de com-

Magalhaes_Lima.indd 66 26/10/11 9:55:08

batente, ao lado do povo que tanto amo e de quem tenho recebido os maiores testemunhos de estima e de simpatia. Se for preciso recomeçar a minha vida para defender a Liberdade fá-lo-ei sem a menor hesitação. Sempre com a Liberdade contra a Reacção, venha esta de onde vier! O que enfim lhe posso assegurar é que vigiarei de perto a marcha da República e que qualquer recuo ou estacionamento será absolutamente impossível, seja qual for o governo. Tenho de resto uma absoluta confiança no espírito republicano que hoje domina o país, e que, acredita, ninguém já hoje poderá sofrear. O meu temperamento foi sempre o de um propagandista e nessa situação me conservarei ao lado dos meus amigos com a mocidade espiritual e a dedicação republicana que felizmente não me abandonaram ainda."

A votação esteve longe das esperanças dos que lançaram a candidatura de Magalhães Lima, ainda que à sua revelia. Se bem que mais de metade dos deputados constituintes fossem maçons, no activo ou a coberto, a verdade é que o resultado foi decepcionante: na eleição realizada a 24 de Agosto de 1911, Manuel de Arriaga ganhou com 121 votos, seguido de Bernardino Machado com 86, Duarte Leite com 4 e Magalhães Lima com apenas um voto. O Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa recolhera uma votação insignificante. Este episódio demonstrou claramente que os interesses dos grupos partidários em formação e também pessoais, se sobrepuseram, irremediavelmente, aos princípios e aos ideais maçónicos. A Loja Obreiros do Trabalho reagiu violentamente com um documento emitido a 19 de Setembro de 1911, no qual revelou os nomes dos deputados maçons que não votaram em Magalhães Lima e decidiu: "1.º Protestar perante todas as lojas da obediência contra o procedimento anti-maçónico dos irmãos abaixo designados, que sendo deputados às Constituintes, abandonaram os altos interesses da nossa instituição, não votando para a Presidência da República, no candidato proposto e defendido por esta e outras respeitáveis oficinas, com o que, consciente ou improficientemente, proporcionaram uma vitória aos elementos reaccionários e consequentemente um tremendo desaire para a nossa augusta ordem.

2.º Chamar a vossa especialíssima atenção para as facilidades que, nos últimos tempos, se tem geralmente proporcionado, ao recrutamento de adeptos.

3.º Consultar-vos sobre se há ou não conveniência em que cada oficina proceda desde já a urna rigorosa selecção nos seus quadros, irradiando todos os irmãos que não tenham cumprido, sem motivo justificado, o n.º 3.º do artigo 29.º da nossa Constituição, visto serem estes elementos os principais propulsores do enfraquecimento e descrédito da Maçonaria Portuguesa"[16]. O citado artigo da Constituição definia as obrigações dos maçons, uma das quais era "concorrer com todas as suas faculdades para o bem da Ordem."[17]

[16] Circular de 19 de Setembro de 1911, p. 4.

[17] Isto é, da Ordem Maçónica. "Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Suplemento, 31 de Dezembro de 1907, p. 9.

Magalhaes_Lima.indd 67 26/10/11 9:55:08

No Senado

Quando a câmara alta saída das Constituintes de 1911 começou a funcionar, a 26 de Agosto daquele ano, Magalhães Lima, membro do mesmo, encontrava-se ausente, "com licença do Senado".[18] Compareceu, pela primeira vez, em 16 de Abril de 1912, facto saudado por José de Castro – seu Grão-mestre Adjunto – em termos calorosos: "Sr. Presidente, meus senhores: não posso deixar de congratular-me com a Câmara pelo facto de estar entre nós o ilustre senador Sr. Dr. Magalhães Lima (*Apoiados*).

O Sr. Magalhães Lima representa para a democracia portuguesa e ainda mesmo para a democracia internacional, um dos papéis mais brilhantes que um homem político pode representar (*Apoiados*).

Ele vem desde longa data lutando e trabalhando em favor da República (*Apoiados*); ele vem desde longa data empregando todos os seus esforços, que têm sido valiosos e persistentes, toda a sua inteligência que é privilegiada e todo o seu talento que é enorme, em benefício da República (*Apoiados*); e vendo-o agora aqui, depois de haver estado ausente tanto tempo desta casa, não podia deixar de apresentar-lhe os meus cumprimentos e saudá-lo em meu nome e certamente no da Câmara que me acompanha (*Apoiados*).

O ilustre Senador esteve ausente, por certo, ainda para trabalhar em benefício da República (*Apoiados*), pois que todo o tempo de que pode dispor o emprega em benefício da Pátria e da República (*Apoiados*).

Não podemos deixar de nos congratular nesta ocasião e, ao mesmo tempo, considerar a ausência de S. Ex.ª desta casa, não como faltas que houvessem de contar-se não justificadas, mas sim como serviço prestado em benefício da República."[19]

Magalhães Lima respondeu à saudação: "Sr. Presidente: em breves palavras, mas muito afectuosas e muito enternecidas, apraz-me declarar que o meu afastamento temporário dos trabalhos parlamentares não significa da minha parte, nem de modo algum podia significar menos consideração para com os meus ilustres colegas que muito respeito, e entre os quais conto antigos amigos e camaradas das primeiras horas.

No Senado ou fora dele, aqui ou seja aonde for, estou sempre no meu posto de velho propagandista do ideal republicano.

O meu afastamento foi devido única e exclusivamente a trabalhos doutra ordem a que não é alheio o prestígio da República e da Pátria Portuguesa, que tem sido sempre o meu fito e o objectivo de todos os meus trabalhos e de toda a minha vida, desde que adversários meus procuraram especular com a minha ausência e desde que V. Ex.ª apelou para todos os Senadores para que comparecessem às sessões de

[18] "Relação nominal dos Senadores com nota dos que se acham ausentes no serviço da República, ausentes com licença do Senado e com faltas justificadas e não justificadas, *Diário do Senado*, Sessão n.º 67, de 12 de Abril de 1912, p. 5.

[19] *Diário do Senado*, Sessão n.º 69, de 16 de Abril de 1912, p. 3 e 4.

Magalhaes_Lima.indd 68 26/10/11 9:55:08

modo a regular a boa marcha dos trabalhos, entendi do meu dever retomar o meu lugar e pôr-me inteiramente à disposição de V. Ex.ª e dos meus colegas.

E, como há uma compensação para todas as coisas da vida, vim, com surpresa, encontrar aqui uma compensação, não aos meus trabalhos, mas às minhas intenções, nas palavras boas, generosas, imerecidas, que uma velha amizade traiu, do meu querido amigo José de Castro.

Comovidamente lhas agradeço, exprimindo aqui a todos a minha solidariedade na obra que é comum e que por igual reclama o concurso de todos; e nunca esse concurso de patriotismo, de trabalho fecundo e de união de vontades foi mais preciso do que no actual momento histórico."[20]

Na sessão de 17 de Abril de 1912, Bernardino Machado fez a seguinte proposta:

> "Sr. Presidente: por parte da Comissão dos Negócios Estrangeiros, proponho ao Senado que seja agregado a esta comissão o Sr. Dr. Magalhães Lima (…)
>
> *O Sr. Presidente*: – Os Srs. Senadores que aprovam que o Sr. Dr. Magalhães Lima seja agregado à Comissão dos Negócios Estrangeiros tenham a bondade de se levantar.
>
> Está aprovado."[21]

Na sessão de 1 de Maio de 1912, Magalhães Lima apresentou uma saudação ao operariado a propósito da efeméride que se comemorava. *O Diário do Senado* regista o ocorrido:

> "*O Sr. Presidente*: – O Sr. Magalhães Lima pediu a palavra para um 'negócio urgente', que é uma saudação ao operariado. Os Srs. Senadores que permitem que fale têm a bondade de se levantar.
>
> Foi permitido.
>
> *O Sr. Magalhães Lima*: – Pedi a palavra para mandar para a Mesa uma saudação ao operariado português; julgo inútil justificá-la porque está no espírito de todos (*Apoiados*). É a seguinte:
>
> O Senado da República Portuguesa, reunido no dia consagrado à manifestação dos trabalhadores, saúda-os, em nome da solidariedade humana.
>
> Magalhães Lima.
>
> Bernardino Machado.
>
> António Xavier Correia Barreto.
>
> Amaro Azevedo Comes.
>
> *O Sr. Ministro do Fomento (Estêvão de Vasconcelos)*: – Sr. Presidente: Associo-me a esta proposta com uma autoridade especial. Faz dois ou três

[20] *Idem*, p. 7.
[21] *Diário do Senado*, Sessão n.º 70, de 17 de Abril de 1912, p. 6.

Magalhaes_Lima.indd 69 26/10/11 9:55:09

anos que eu, no Parlamento monárquico pedi, como o Sr. Magalhães Lima pede, que fosse considerada urgente a saudação que eu desejava enviar ao operariado português. O Parlamento monárquico recusou esta urgência, por consequência eu, com muita autoridade, com muito prazer me associo à proposta do Sr. Magalhães Lima, e com tanta maior autoridade e prazer que posso afirmar bem alto que, depois de 5 de Outubro, tenho mantido os compromissos que defendia antes de 5 de Outubro (*Apoiados*).

É preciso que os operários compreendam que a República é um regime honesto e honrado, que a República não é um regime ruinoso como o foi a monarquia, e não devem levantar dificuldades que vão dar lá fora a impressão de que o nosso país não é susceptível de ser administrado com ordem.

Vozes: – Muito bem.

O Sr. Pais Gomes: – É simplesmente para me associar, com entusiasmo, à proposta do Sr. Magalhães Lima.

O Sr. Sousa Júnior: – É também para me associar à proposta do Sr. Magalhães Lima.

O Sr. Ladislau Piçarra: – Eu associo-me com toda a simpatia à proposta do Sr. Magalhães Lima.

O Sr. Rovisco Garcia: – Sr. Presidente: não só em meu nome pessoal, mas também em nome do Partido Evolucionista, presto homenagem aos trabalhadores portugueses, visto que isto é uma manifestação política.

O Sr. Miranda do Vale: – Em nome da União Republicana, associo-me também à homenagem prestada.

O Sr. Faustino da Fonseca: – Pedi a palavra para lamentar que as reclamações...

O Sr. Presidente: – Não posso dar a palavra a V. Ex.ª senão sobre o assunto em discussão.

O Orador: – Isso mesmo. Aprovo a saudação. Mas a saudação perante reclamações representa um acordo com os trabalhadores. Desejo que se traduza em factos a administração republicana, regularizando as horas de trabalho, os salários, etc.

Isto para que as reclamações dos operários se tornem uma realidade.

A saudação foi aprovada, por unanimidade."[22]

Na Sessão de 14 de Maio de 1912, o Senado aprovou o parecer subscrito por Magalhães Lima sobre a convenção com a Bélgica, para o estabelecimento de uma linha telegráfica entre Angola e o Congo Belga. Era do seguinte teor:

"Parecer n.º 137

Senhores Senadores. – A vossa Comissão de Negócios Estrangeiros, tendo examinado a convenção assinada em 18 de Janeiro de 1912 entre Portugal e a Bélgica, para o estabelecimento de uma linha telegráfica entre a

[22] *Diário do Senado*, Sessão n.º 79, de 1 de Maio de 1912, p. 18.

Magalhaes_Lima.indd 70 26/10/11 9:55:09

nossa colónia de Angola e o Congo Belga, é de parecer que ele deve merecer a vossa aprovação.

Sala das sessões da comissão, em l de Maio de 1912 = Bernardino Machado = Magalhães Lima = Afonso de Lemos = Artur Rovisco Garcia."[23]

Em 23 de Maio de 1912, Magalhães Lima integrou a comissão representante do Senado numa sessão na Sociedade de Geografia:

"*O Sr. Presidente*: – Tenho de comunicar à Câmara que o Senado foi convidado para se fazer representar na sessão solene que se realiza hoje na Sociedade de Geografia.

Vou portanto nomear a comissão que há-de representar o Senado.

A comissão é composta dos Srs. Senadores Tasso de Figueiredo, Magalhães Lima, Tomás Cabreira, Peres Rodrigues e Adriano Pimenta."[24]

Na sessão de 31 de Maio de 1912, Magalhães Lima foi um dos subscritores do projecto de lei que fixava a pensão a atribuir anualmente ao patriarca resignatário de Lisboa, D. José Neto:

"Projecto de lei n.º 173

Artigo 1.º Ao cardeal patriarca resignatário, José Neto, será, a contar do dia l de Julho próximo futuro, abonada a pensão de 1:200$000 réis anuais, e paga, em duodécimos, pelo Ministério das Finanças, da verba destinada a pensões eclesiásticas.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1912 = Os Senadores, Alfredo José Durão = Amaro de Azevedo Gomes = Nunes da Mata = José Miranda do Vale = Afonso de Lemos = Manuel Goulart de Medeiros = Magalhães Lima = António Xavier Correia Barreto = Luís Fortunato da Fonseca = Ladislau Piçarra = António Bernardino Roque.

Este é perfeitamente democrático, porque põe o ex-patriarca de Lisboa no mesmo pé de igualdade em que se acham os outros membros da igreja."[25]

Na sessão de 13 de Junho de 1912, Magalhães Lima propôs um voto de sentimento pela morte de Frederico Passy e a representação do Senado na consagração camoniana de Paris. Passy, amigo pessoal de Magalhães Lima, fora Prémio Nobel da Paz em 1901, e fundara, com William Randal Cremer, a União Interparlamentar da Paz.

[23] *Diário do Senado*, Sessão n.º 88, de 14 de Maio de 1912.
[24] *Diário do Senado*, Sessão n.º 95, de 23 de Maio de 1912, p. 18.
[25] *Diário do Senado*, Sessão n.º 102, de 31 de Maio de 1912, p. 7.

Magalhaes_Lima.indd 71 26/10/11 9:55:09

"*O Sr. Magalhães Lima*: – Eu creio, Sr. Presidente, que o Senado da República Portuguesa não pode senão honrar-se, lançando na acta da sessão de hoje um voto de sentimento que proponho pela morte do grande apóstolo da paz, o grande obreiro da civilização, que se chamou Frederico Passy, cuja nobre existência, bem rara nos tempos de egoísmo que vão correndo, foi toda consagrada ao bem da Humanidade e à prática da justiça entre os homens e os povos pela arbitragem obrigatória como meio jurídico de resolver todos os conflitos internacionais. Neste sentido pediria que fosse enviado para Bruxelas, ao Senador M. Bernaert, antigo presidente do conselho e actual presidente da União Interparlamentar da Paz, um telegrama, concebido pouco mais ou menos nos seguintes termos:

O Senado da República Portuguesa, deplorando a perda do glorioso apóstolo Frederico Passy, consagra na sua obra o grande benfeitor da Humanidade.

E uma vez que estou com a palavra, devo lembrar que se realiza hoje, em Paris, a inauguração do busto de Camões, prolongamento da Pátria Portuguesa. A Câmara não pode alhear-se dessa grande manifestação e cumpre-nos naturalmente enviar um telegrama de congratulação, aderindo à apoteose da homenagem que se realiza, pedindo ao presidente da homenagem que se realiza, que represente o Senado no referido acto.

O Sr. Afonso de Lemos: – Sr. Presidente: é possível que na Câmara dos Deputados ninguém se lembre destes dois pontos que acabam de ser tocados pelo Sr. Magalhães Lima. Parecia-me por isso que não seria mau participar à Câmara dos Deputados que vamos enviar estes telegramas porque, querendo aquela Câmara associar-se a esta ideia, os telegramas iriam em nome do Congresso em vez de figurarem só como sendo do Senado.

O Sr. Presidente: – A única coisa que posso fazer é comunicar ao Presidente da Câmara dos Deputados que já se fez isso. Mais nada. E isto só como questão particular.

São aprovadas as propostas do Sr. Magalhães Lima relativas ao voto de pesar e aos telegramas."[26]

A partir de 6 de Julho de 1912, Magalhães Lima esteve de novo ausente do Senado e só regressou a 16 de Dezembro – uma presença pontual, seguida de outro afastamento dos trabalhos. Na sessão de 24 de Fevereiro de 1913, foi enviada para a mesa um parecer da Comissão de Infracção e Faltas às sessões de Francisco Correia de Lemos, Magalhães Lima, Ribeiro Seixas, Sousa Júnior e João de Freitas.[27]

A questão foi discutida em 12 de Março de 1913:

"Senhores Senadores. – Por motivo de doença devidamente comprovada faltaram a diversas sessões desta Câmara os Senadores: Dr. Francisco

[26] *Diário do Senado*, Sessão n.º 110, de 13 de Junho de 1912, p. 2 e 3.
[27] *Diário do Senado*, 49.º Sessão ordinária do 3.º período da 1.ª legislatura, p. 10.

Magalhaes_Lima.indd 72 26/10/11 9:55:09

Correia de Lemos, Dr. Magalhães Lima e Dr. Ribeiro Seixas, a quem, nos termos legais, deve ser abonado o subsídio; assim o entende a vossa Comissão de Infracções e Faltas.

Ainda a mesma Comissão entende que devem ser relevados das faltas dadas os Senadores Drs. Sousa Júnior e João de Freitas, o primeiro por motivo de serviço público no Porto e ainda por doença não justificada e o segundo por doença de pessoa de família muito próxima.

Sala das sessões, em 24 de Fevereiro de 1913. = Anselmo Xavier = Silva Barreto = Feio Terenas.

O Sr. Miranda do Vale: – É para requerer a V. Ex.ª que consulte o Senado sobre se entende que seja adiada a discussão deste parecer, quanto à primeira parte *sine die*. Quanto à última parte pode discutir-se já.

O Sr. Sousa Júnior (sobre o modo de votar): – Eu entendo que nós não podemos fazer essa votação, porque é contra a lei.

Há uma lei que diz que os Srs. Senadores podem justificar as suas faltas por motivo de doença, recebendo o subsídio e eu creio que o Senado não pode revogar essa disposição da lei.

O Sr. Miranda do Vale: – Sr. Presidente: desde o momento em que vem ao Senado um parecer é para ser discutido e votado. Entendo que o parecer não é suficientemente claro. A lei é clara e diz que só são abonadas as faltas, quando o atestado de doença é enviado com esse intuito. Ora a Comissão não nos diz a razão por que o Sr. Magalhães Lima mandou o seu atestado de doença, é por isso que o parecer não vem devidamente elucidado, é que propus o adiamento da discussão da 1.ª parte. Portanto, desejo que o parecer não seja discutido nos termos em que está, até que a Comissão dê os esclarecimentos precisos.

O orador não reviu.

O Sr. Anselmo Xavier: – A comissão não pode avaliar dos intuitos de cada um (*Apoiados*).

Os doentes mandaram os seus atestados; não se pode saber se querem ou não querem receber os subsídios; isso não é das atribuições da Comissão.

Mandaram os seus atestados, portanto nós não temos mais nada a dizer.

Enquanto a dois Srs. Senadores a comissão não abonou os subsídios, porque não justificaram as faltas com atestado de doença.

É só isto."[28]

Na sessão de 15 de Dezembro de 1913, foi apresentado um atestado médico de Sebastião de Magalhães Lima, onde se demonstrava o tratamento recebido em Paris.[29] A situação continuou durante todo o ano seguinte, e na sessão de 27 de Julho

[28] *Diário do Senado*, 61.ª Sessão ordinária do 3.º período da 1.ª legislatura, p. 21.
[29] *Diário do Senado*, Sessão n.º 10, de 15 de Dezembro de 1913, p. 3.

Magalhaes_Lima.indd 73 26/10/11 9:55:09

de 1914, surge nova comunicação de Magalhães Lima sobre a impossibilidade de comparência às sessões por conselho médico.[30]

Durante o governo de Pimenta de Castro, o seu nome não consta dos participantes na reunião do Congresso realizada no Palácio da Mitra, em Santo Antão do Tojal, a 15 de Março de 1915, a mesma onde foi eleito membro de uma comissão encarregada de velar pelo cumprimento da Constituição, juntamente com Bernardino Machado, José de Castro, Caetano Gonçalves e Pereira Vitorino.[31]

Ministro da Instrução

No seguimento da Revolução de 14 de Maio de 1915 que derrubou o governo de Pimenta de Castro, Magalhães Lima integrou o novo governo com a responsabilidade da pasta da Instrução, a partir do dia 17 do mesmo mês, até 19 de Junho de 1915. Foi uma experiência breve de apenas um mês, durante a qual as medidas mais importantes tomadas foram as seguintes:

> 9 de Junho – Decreto n.º 1630, que autoriza a transferência para os arquivos dos livros de registo paroquial com mais de cem anos.
> 1 de Junho – Decreto n.º 1637, que cria um curso especial de educação feminina em Lisboa.
> 15 de Junho – Decreto n.º 1657, que cria o Conselho Superior de Belas Artes.
> Quanto à sua participação no Senado, regressou aos trabalhos a 27 de Maio de 1915. A 13 de Junho não foi candidato nem a Deputado nem a Senador, terminando assim a sua breve e recheada de percalços carreira parlamentar.

Episodicamente, depois de ter deixado a pasta da Instrução, surgiram na câmara alta algumas referências a medidas por si tomadas, como sucedeu na Sessão de 20 de Julho de 1915:

> "O Sr. Goulart de Medeiros, com a publicação do decreto n.º 1559 quis esclarecer a lei. A seguir o Sr. Magalhães Lima, Ministro da Instrução, publicou um outro decreto com o fim expresso de anular o do seu antecessor, que era verdadeiramente conforme à lei e portanto constitucional, sendo certo que o dele era anti-constitucional, visto que o n.º 1.º do artigo 4.º é contrário ao artigo 35.º da lei orçamental n.º 226, de 30 de Junho de 1914. Embora não concorde com parte deste decreto n.º 1602, pela razão já exposta, não podia

[30] *Diário do Senado*, Sessão n.º 1, de 27 de Julho de 1914, p. 4.
[31] Rocha Martins, *Pimenta de Castro, Ditador*, Lisboa, Edição do Autor, s. d., p. 73 a 75.

Magalhaes_Lima.indd 74 26/10/11 9:55:09

deixar de me submeter a ele. Ainda que mau, é melhor um decreto que nenhum."[32]

E também na de 14 de Agosto de 1915, é referido numa intervenção de Agostinho Fortes: "*O Sr. Agostinho Fortes*: – Sr. Presidente, pedi a palavra para mandar para a Mesa uma proposta.

Chamo para ela a atenção de S. Ex.ª o Sr. Ministro de Instrução.

Sr. Presidente: sendo a primeira vez que uso da palavra na presença do Sr. Ministro de Instrução, seja-me permitido apresentar as homenagens que são devidas ao seu talento, ao seu espírito republicano e à sua brilhante inteligência que faz dele um dos mais belos ornamentos da nossa medicina, e uma das figuras de maior relevo no nosso magistério universitário.

As brilhantes qualidades de S. Ex.ª, como disse, dão-me a certeza de que não deixará de aprovar incondicionalmente a minha proposta, que é do teor seguinte:

Leu.

Não pode representar esta proposta, da minha parte, o mais pequeno desprimor nem a mais leve sombra de descortesia para com S. Ex.ª a quem presto justamente a minha homenagem; mas é que na nossa terra, desde que a República se implantou, continuam os velhos vícios do tempo da monarquia, e quase até se têm agravado os males antigos.

Têm-se acumulado leis e decretos única e simplesmente, muitas vezes, por interesses materiais, que nem sempre vêm à supuração, em vez de se fazer obra homogénea ligada e concatenada.

Assim, ainda ontem, lendo algumas propostas que vêm a esta Câmara no orçamento da instrução, vi, com grande mágoa, que por uma simples medida orçamental se pretende, nada mais nada menos, que uma remodelação completa dos cursos dos liceus, com a criação de uma oitava classe, ou a hilariante criação de liceus universitários que eu, pelo menos, não sei o que sejam ou, quiçá, não queira saber o que, na realidade, pretendem ser.

Isto quase parece uma ironia, para não dizer que é uma insânia.

Evidentemente o problema da instrução é tão grave e importante que ninguém por mais alto, por mais amplo que seja o horizonte das suas faculdades intelectuais e de energia se pode considerar apto a fazer esse trabalho, só por si, sem a colaboração de diversos indivíduos de reconhecida competência e largas aptidões.

O problema é vasto: não foi o Ministro da Instrução que referendou o decreto de que me estou ocupando quem o elaborou, nem o actual Ministro contribuiu em nada para semelhante diploma.

S. Ex.ª encontrou esse documento assinado e pronto, de ponto em branco, na sua pasta, e, muito naturalmente, convencido de que prestava um bom serviço, deu-lhe a publicidade necessária para o transformar em lei. O curso de educação feminina a que me vou referindo tem uma história e bem curiosa que ela é. Conhecem-se um pouco, embora não perfeitamente, os cordelinhos, reteve-se-me o plebeísmo, com

[32] *Diário do Senado*, Sessão n.º 15, de 20 de Julho de 1915, p. 4.

que se conseguiu fazer caminhar até as colunas do *Diário do Governo* tão extraordinário documento, que, a meu ver, é atentatório da Constituição por não ter vindo ao Parlamento receber a sanção da única fonte legítima da soberania nacional.

O Sr. Magalhães Lima, com aquela bondade, franqueza que o caracteriza, digo bondade e fraqueza porque sou um dos seus velhos amigos, ouviu uma comissão ou um indivíduo; ficou entusiasmado com o que à sua alma ingénua e boa se afigurou obra excelente e benemérita que na aparência, diga-se, o é, e, sem pensar que *batet anguis in herbis,* deu todo o assentimento ao que com palavras tão melifluamente patrióticas se lhe pedia. Mas, nesse documento, Sr. Presidente, há verdadeiros alçapões; criam-se por eles lugares que já estão sobrescritados; há ali coisas que obedecem unicamente ao intuito de proporcionar a colocação de certas individualidades, que não procuro, nem desejo saber quem sejam, mas que o curioso facilmente poderá conhecer pela leitura atenta e meditada dalguns artigos. Representa isto, segundo o meu critério, uma ilegalidade, um acto menos digno do nosso apoio, e da sanção daqueles a quem como nós a República confiou a sua defesa. E esta, Sr. Presidente, faz-se sobretudo pela aplicação dos mais intransigentes princípios de moralidade política e administrativa.

Quando ouço falar em defesa da República, lembro-me que são esses que abusam da boa fé dum Ministro para arrancarem a este medidas que, fundamentalmente boas, são deturpadas por interesses individuais, os mais perigosos inimigos da República. Vai ficar o curso de educação feminina, segundo a letra do decreto a que me refiro, adstrito ao Liceu de Maria Pia.

Todos sabem que o Liceu de Maria Pia não é, pelo menos na opinião pública, um dos estabelecimentos públicos em que a República seja vista com melhores olhos o que, como todos sabem também, já deu azo a uma sindicância, cujos resultados desconheço, mas presumo favoráveis aos sindicados como sempre acontece entre nós.

É certo que o Sr. Ministro de Instrução, o Sr. Presidente da República mesmo, têm ali sido recebidos por entre galas e flores, com discursos laudatórios e todas as exteriorizações do afecto ao regime, mas a verdade é que, a darmos crédito com que se tem dito até na imprensa, sem que ninguém haja saído em contradita, não se morre ali de amores pela República.

E, a este respeito, seja-me permitido citar um facto que me asseguram ser verdadeiro, e ao qual alguns jornais do tempo fizeram merecidos e justos comentários. Quando um Sr. Presidente da República, não importa citar-lhe o nome, que todos conhecem, visitou esse Liceu, algumas professoras ostentaram ao peito o retrato do rei D. Manuel em pequenas medalhas que por aí se encontram ainda à venda à laia de amuletos, o que evidentemente revelava quais eram as suas ideias políticas. O caso em si é ridículo e mesquinho e apenas serve para dar a nota de quanto pode o facciosismo ainda nos espíritos feminis, mais gentis e amáveis. Foi uma incorrecção, tola por inútil."[33]

[33] *Diário do Senado*, Sessão n.º 34, de 14 de Agosto de 1915, p. 7.

Magalhaes_Lima.indd 76 26/10/11 9:55:09

Capítulo III

Maçon e livre-pensador

O protagonismo de Magalhães Lima como livre-pensador e figura de primeiro plano na Maçonaria Portuguesa e Universal justifica que lhe dediquemos um capítulo específico e substancial. Foi essa vertente que forjou, em larga medida, uma projecção internacional sem paralelo no quadro político republicano português do seu tempo.

Sebastião de Magalhães Lima foi iniciado maçon quando ainda era estudante de Direito em 1874, na Loja Perseverança, n.º 74 de Coimbra com o nome simbólico de "João Huss", reformador e mártir da intolerância religiosa. Na sequência da sua vinda para a capital, foi regularizado em Lisboa, na Loja Obreiros do Trabalho n.º 160; possuía então o grau 7.º do Rito Escocês Antigo e Aceito. Foi depois investido nos graus 20.º, 25.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º e, finalmente, no 33.º, o mais elevado do Rito Ecocês Antigo e Aceito, em 13 de Maio de 1907. A coberto – fora da loja por falta de pagamento ou de frequência – em 14 de Agosto de 1891, foi filiado na mesma Loja Obreiros do Trabalho em 11 de Maio de 1892. Deixou aquele Oficina, para fundar a Loja Gomes Freire n.º 177, em 31 de Dezembro de 1892. Novamente a coberto em 8 de Julho de 1896, foi regularizado na Loja Livre Exame n.º 200, de Lisboa, em 10 de Setembro de 1904. De novo a coberto da Loja Livre Exame em 12 de Novembro de 1906, integrava o núcleo de fundadores da Loja Solidariedade n.º 270, em 22 de Novembro do mesmo ano, nela se conservando até à sua morte.

Magalhães Lima desempenhou as funções de presidente do Conselho da Ordem em 1906 e 1907. Em 22 de Março deste ano, foi eleito pela primeira vez Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, e depois, sucessivamente reeleito até à sua morte. Acumulou o cargo de Grão-mestre com o de Soberano Comendador do Supremo Conselho dos Grandes Inspectores Gerais do grau 33.º do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e sua Jurisdição. Em 15 de Fevereiro de 1909, foi nomeado Venerável Honorário da Loja Progredior n.º 272, do Porto, em 15 de Fevereiro de 1909 e da Loja A Luz do Norte n.º 224, também daquela cidade, em 22 de Março de 1909; era membro honorário da Loja Montanha n.º 214, desde 21 de Fevereiro de 1906, da Loja 5 de Outubro n.º 351, do Funchal, a partir de 18 de Maio de 1914, e também da Loja Cosmos, do Grande Oriente de França. Foi garante da amizade entre o Grande Oriente Lusitano Unido, o Grande Oriente de Espanha, o Grande Oriente do Brasil, a Grande Loja de França e a Grande Loja Cosmos de Chihuahua, México.

Magalhaes_Lima.indd 77 26/10/11 9:55:10

Internacionalmente, começou a ser notado em 1894, ao representar a Maçonaria Portuguesa na Conferência Maçónica Internacional de Antuérpia.[1] Não assinalámos a sua presença na Conferência Maçónica de 1900, no Porto[2], mas participou no Congresso Maçónico Interpeninsular, realizado em Lisboa nos dias 21, 22 e 23 de Junho de 1905, onde se apresentou como relator da Tese A – "A moral social fundou-se nisto – aperfeiçoar o homem para o tornar feliz. Poderemos realizar este elevado fim entre povos acorrentados a preconceitos religiosos, como sucede em Espanha e Portugal? Deverá a Maçonaria manter-se neutral entre as diversas confissões religiosas? Tal neutralidade deverá ser observada pelos Estados, e, como consequência, não se impõe separação das igrejas, meio fundamental para a emancipação das consciências e do poder civil?"[3] De 14 a 16 de Setembro de 1906 marcava presença na Conferência Maçónica da Figueira da Foz, com a tese "Considerando que a revolução é uma forma de evolução, qual o valor científico das doutrinas pacifistas?"[4]

Esteve no Congresso do Livre-pensamento de Paris, realizado nos dias 3, 4, 5 e 6 de Setembro de 1905; integrava a delegação do Grande Oriente Lusitano Unido, acompanhado por Tomás Cabreira e Apolinário Pereira. Discursou no Palácio do Trocadero, perante 4000 pessoas, elogiando a lei da separação vigente em França: "A lei da separação da Igreja e do Estado, votada em princípio pelo parlamento francês, será amanhã um facto – assim o esperamos – que a história registará como um dos maiores acontecimentos do nosso século. Tal lei é um nobre exemplo!"[5] O Grande Oriente de França ofereceu um banquete a 300 convidados, concedeu a Magalhães Lima um lugar de honra na mesa da presidência, da qual se dirigiu aos convivas em discurso.[6] A 8 de Dezembro apresentava no Grémio Lusitano uma conferência sobre o Congresso de Paris, onde salientava o papel central da Ordem Maçónica: "a Maçonaria tem uma nobre missão a cumprir na emancipação social."[7]

A 26 de Novembro de 1906 participou numa sessão no Palácio Maçónico, onde apresentou o projecto da Universidade Popular, a cuja comissão organizadora presidiu, secretariado por Feio Terenas.[8] Desde 1906 que o Grão-mestre Adjunto,

[1] *Conférence Maçonnique Universelle d'Anvers du 21e au 24e jour du 5 mois 5894 (21 au 24 juillet 1894),* Bruxelles, P. Weissenbruch, Imprimeur du Roi, p. 8.

[2] *Conferência Maçónica realizada no Porto nos dias 9 e 10 de Abril de 1900*, Lisboa, Tipografia e Papelaria, 1900, p. 47.

[3] *Congresso Maçónico das duas Potências da Península Ibérica Espanha e Portugal realizado em Lisboa, no palácio do Grande Oriente Lusitano Unido. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa – Templo José Estêvão, nos dias 21, 22 e 23 de Junho de 1905,* Lisboa, A Liberal – Oficina Tipográfica, 1905, p. 3.

[4] *Sup.·. Cons.·. dos GGr.·. IInspect.·. GGer.·. do Gr.·. 33.·. do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e suas Colónias. Memória sobre a sua Origem, Organização e Trabalhos 1908*, Lisboa, Grémio Lusitano, 1909, p. 9 e 10.

[5] "O Congresso de Paris", *O Vintém das Escolas*, n.º 24, Série 3.ª, de 16 de Setembro de 1905, p. 2.

[6] "Discurso pronunciado pelo Dr. Magalhães Lima. Delegado do Grande Oriente Lusitano unido no Grande Oriente de França", *O Vintém das Escolas*, n.º 25, 3.ª Série, de 1 de Outubro de 1905, p. 2.

[7] "Discurso pronunciado por Magalhães Lima, em sessão magna do Grémio Lusitano, no dia 8 do corrente", *O Vintém das Escolas,* n.º 30, 4.ª Série, de 16 de Dezembro de 1905, p. 7.

[8] "Universidade Popular", *O Vintém das Escolas*, n.º 21, Série 3.ª, 1 de Agosto de 1905, p. 6; *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Novembro de 1906, p. 10.

Magalhaes_Lima.indd 78 26/10/11 9:55:10

Francisco Gomes da Silva, vinha assumindo interinamente o grão-mestrado, depois da resignação do Grão-mestre general Ferreira de Castro, descontente com uma votação desfavorável na Grande Loja. Esta situação prolongou-se até Março do ano seguinte, em que foi eleito o novo Grão-mestre, Magalhães Lima, com uma grande maioria de 703 votos, a grande distância de Bernardino Machado, com 99, e de Luís Augusto Ferreira de Castro, com 45.[9] Outros tiveram votações inexpressivas. O grão-mestrado de Sebastião de Magalhães Lima será o mais longo da História do Grande Oriente Lusitano, mas frequentemente interrompido pelas suas deslocações ao estrangeiro.

Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa

A investidura de Magalhães Lima decorreu a 19 de Maio de 1907, tendo recebido dias antes, o grau 33.º do Rito Escocês Antigo e Aceito. Na sua primeira mensagem como Grão-mestre, definia aquilo que, em seu entender, devia competir à Maçonaria: "Pairando acima dos partidos que se digladiam em pugnas pessoais, estéreis e dissolventes num choque de egoísmos e de vaidades irritantes, a maçonaria, que tem uma feição própria, exclusiva, sem preferências por este ou por aquele grupo, por este ou por aquele indivíduo, sob o mais rigoroso anonimato, à semelhança do mineiro que arranca da treva um mundo de luz, deve actuar no meio profano, de uma maneira eficaz e decisiva, por um combate incessante, tenaz e persistente, contra a reacção, qualquer que seja o aspecto que revista, contra o fanatismo, contra o prejuízo, contra o preconceito, adaptando-se à sua época e tornando-se assim uma instituição útil e respeitada."[10]

Em Setembro de 1907 viajava com destino à capital francesa, para evitar a prisão, no seguimento dos incidentes ocorridos em Lisboa contra a Ditadura de João Franco. Pelo decreto n.º 45, de 17 daquele mês, evocava a necessidade de "nos ausentar para o estrangeiro em serviço da Ordem", delegava as suas funções na pessoa do Grão-mestre Adjunto, Francisco Gomes da Silva.[11] Após o Regicídio, Magalhães Lima regressou a Portugal e reassumiu as suas funções no Grande Oriente Lusitano Unido. O primeiro decreto assinado por si datava de 28 de Abril de 1908. A 30 de Maio dirigia uma mensagem à Grande Dieta, no qual descrevia a forma como fora tratado pelos congéneres europeus durante o exílio forçado: "O vosso Grão-mestre, o

[9] *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, 30 de Abril de 1907, p. 8.

[10] "Mensagem do Sapientíssimo Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, Ir. Dr. Magalhães Lima, 33.º", *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Maio de 1907, p. 10. Também publicado em folheto: *Ao Povo Maçónico. Mensagem do Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa S. de Magalhães Lima eleito em 22 de Março de 1907*, Lisboa, Tipografia Favorita de F. A. Martins de Almeida, 1907, p. 16.

[11] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, Setembro de 1907, p. 8 e 9.

Magalhaes_Lima.indd 79 26/10/11 9:55:10

que tanto monta dizer ao Grande Oriente Lusitano Unido, foi recebido carinhosa e entusiasticamente pelas maçonarias francesa e belga, tendo realizado quatro conferências, as três primeiras em Paris, nas Lojas Cosmos, Garibaldi, e Clemente Amitié, do Grande Oriente de França, e a quarta na Loja Os Amigos Filantropos do Grande Oriente Belga, todas coroadas do maior sucesso.

Em todas elas o guiou a mesma e única preocupação de servir leal e desinteressadamente a nossa querida pátria, honrando-a, enaltecendo-a, defendendo-a, acreditando-a, tornando-a respeitada, e provando que o Portugal de amanhã está destinado a ser o mesmo Portugal, heróico e indomável de outrora, que encheu as páginas da humanidade com os seus feitos épicos.

O Conselho da Ordem do Grande Oriente de França dispensou-lhe a honra de o receber em sessão plenária, distinção excepcional que raramente é concedida a qualquer estrangeiro. Tendo assistido a vários banquetes, um de 300 talheres, da Loja Cosmos, com o concurso da Grande Loja e do Supremo Conselho de França e um representante da Maçonaria Alemã; outro da Loja A República, que é composta de 40 deputados e de outras sumidades políticas; outro, no Café Riche, que lhe foi oferecido pelo Conselho da Ordem do Grande Oriente de França, e outro ainda, do Grande Oriente Belga, no café Esperança, de Bruxelas – em todas essas manifestações constatou, com orgulho e desvanecimento, quanto o Grande Oriente Lusitano Unido era considerado e respeitado pelas potências maçónicas estrangeiras. E se não pôde acudir ao amável convite dos maçons suíços, foi por absolutamente lhe escassear o tempo para tal. Mas espera completar a sua obra de solidariedade, no próximo Congresso Internacional Maçónico que deverá realizar-se em Roma, nos dias 9 a 14 do próximo mês de Outubro e que promete ser um verdadeiro acontecimento."[12]

Em Setembro viajou de novo, com o propósito de participar no Congresso da Imprensa, em Berlim; esta deslocação foi aproveitada para visitar a Grande Loja do Rito Real de York.[13] O planeado Congresso de Roma foi adiado por causa de um conflito interno na Maçonaria Italiana. Pelo decreto n.º 32, de 15 daquele mês, "tendo de nos ausentar para o estrangeiro", Magalhães Lima entregava mais uma vez os poderes a Francisco Gomes da Silva, "em cujo zelo e são critério inteiramente confiamos".[14] A 5 de Novembro já está de novo em funções como Grão-mestre.

Em 1909, na habitual mensagem à Grande Dieta, desta vez datada de 19 de Maio, procedia ao balanço da sua actividade no país: "As visitas que fiz às Lojas do Porto, Leiria e Figueira da Foz foram coroadas do melhor êxito. Acompanharam-me, à capital do norte, dois Respeitáveis Irmãos, representantes do Supremo Conselho, um representante da Grande Dieta e delegados de outras Oficinas. A recepção foi

[12] *À Grande Dieta da Maçonaria Portuguesa. Mensagem do Grão-mestre*, Lisboa, Tipografia Favorita, 1908, p. 5 e 6.

[13] *Sup.·. Cons.·. dos GGr.·. IInspect.·. GGer.·. do Gr.·. 33.·. do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e suas Colónias. Memória sobre a sua Origem, Organização e Trabalhos 1908*, Lisboa, Grémio Lusitano, 1909, p. 16.

[14] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, Julho – Setembro de 1908, p. 17.

Magalhaes_Lima.indd 80 26/10/11 9:55:10

calorosa e entusiástica, e, tanto a sessão magna das Lojas conjuntas, como o banquete de 150 talheres que nos foi oferecido, no Palácio de Cristal, excederam toda a nossa expectativa. A instalação da Loja Libertas, que, por esta ocasião, se realizou, revestiu o aspecto de um verdadeiro acontecimento. A todos os Ilustres e Respeitáveis Irmãos daquele Vale, aqui deixamos consignada a mais sincera expressão da nossa solidariedade e ainda o testemunho pessoal do nosso maior reconhecimento pelas provas de fraterno acolhimento com que nos distinguiram e honraram.

A recepção da Maçonaria de Leiria foi, em tudo digna do justo renome de que goza, pela autoridade incontestada dos seus dirigentes. Tanto na sessão da Loja Gomes Freire, como na manifestação que se lhe seguiu, reinou sempre a mais ardente e a mais calorosa confraternidade.

Com a mesma gentileza sem par nos acolheu a Maçonaria ao Vale da Figueira da Foz em que todos os nossos Irmãos da Respeitável Loja Fernandes Tomás rivalizaram em carinho e cortesia nunca até hoje desmentidos."[15]

Em Outubro, partia para França e depois para a Grã-Bretanha, acompanhado pelo Grande Tesoureiro, Carlos Amaro Correia de Azevedo (Pai). Neste segundo momento da viagem era investido em Edimburgo, Escócia, do grau de Mark Master.

Na mensagem de 21 de Março de 1910 dirigida à Grande Dieta, Magalhães Lima apresentava a retrospectiva da actividade desenvolvida no ano anterior, com destaque para o crescimento da Ordem, a participação na Junta Liberal, mas também revelava alguns pormenores sobre a sua visita à Grã-Bretanha: "De verdadeiro e extraordinário êxito foi também a nossa viagem a Inglaterra. As relações entre os dois Grandes Orientes quase não existiam. Tornava-se indispensável reatá-las, no interesse do país e da nossa Augusta Ordem. E foi esse o objectivo que guiou o vosso Grão-mestre e o vosso Grande Tesoureiro na peregrinação, desde há muito projectada ao País de Gales. Pensando que a investidura de grau, no Real Arco, nos havia de ser proveitosa, para a visita às Lojas de Londres, dirigimo-nos, em primeiro lugar, a Edimburgo, onde lográmos o prazer de ser recebidos, com as honras e os carinhos que se dispensam a companheiros que se amam, e, onde, de facto, fomos investidos no grau de Mark Master do antiquíssimo rito escocês que remonta à Idade Média e que constitui a verdadeira tradição da Maçonaria.

Com esse título que, mais do que nenhum outro, nos recomendava aos nossos Irmãos londrinos, fomos recebidos, na grande e poderosa cidade, num banquete fraterno de 400 talheres, a que presidiu o Grão-mestre Adjunto Lorde Ampthill em nome do Grão-mestre efectivo, o duque de Connaught, pela Respeitável Loja Jubilee Masters de que é Venerável o nosso ilustre irmão Alfred Robbins. Não se calcula o entusiasmo que reinou, durante este ágape, que lembrava, pela sua opulência, os antigos ágapes romanos. À saudação de Lorde Ampthill, respondeu o vosso Grão-mestre com um discurso que mereceu as honras de ser publicado na íntegra, nas revistas maçónicas de Londres. Estava dado o primeiro passo para uma aproximação que

[15] *À Grande Dieta da Maçonaria Portuguesa. Mensagem do Grão-Mestre*, Lisboa, Tipografia A Favorita, 1909, p. 4.

Magalhaes_Lima.indd 81 26/10/11 9:55:10

depois se realizou com inteiro êxito. Todas as Oficinas da Obediência da Grande Loja de Inglaterra nos disputaram, com verdadeiro interesse. No International Masonic Club e na Belle Sauvage, foi obrigado o vosso Grão-mestre a usar novamente da palavra, em meio de aplausos e de palmas vibrantes. Esta missão, que ficará como uma das mais belas e gloriosas páginas da Maçonaria Portuguesa, foi coroada do mais completo sucesso. Já se evidenciaram alguns dos seus benefícios imediatos. Mas muitas outras serão as vantagens mediatas que se hão-de fazer sentir para o país, num futuro mais ou menos próximo."[16]

Estas palavras são proféticas. A viagem de Magalhães Lima a Inglaterra em 1909, que teve referências destacadas na imprensa maçónica britânica[17], facilitou e abriu as portas para a importantíssima missão desenvolvida por ele, entre outros destacados republicanos, nos meses de Junho e Julho de 1910, para preparar o advento da República.

A missão a França e a Inglaterra em 1909

No esteiro das decisões no Congresso Republicano do Porto, organizou-se uma delegação destinada a França e a Inglaterra para efectuar diligências no sentido da aceitação, por parte dos respectivos governos, de uma mudança de regime em Portugal. Se no caso francês isso não parecia oferecer qualquer problema, o mesmo não se podia esperar da Grã-Bretanha, dadas as relações entre as duas famílias reais e a influência do marquês do Soveral, embaixador de Portugal em Londres. Estes factores determinavam cuidados acrescidos na escolha dos representantes republicanos, cuja delegação era encabeçada por Magalhães Lima. O protagonismo justificava-se por ser um livre-pensador e o Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, com inúmeros contactos e cumplicidades em toda a Europa. Seria acompanhado por José Relvas, membro do Directório do Partido Republicano, abastado proprietário ribatejano, que financiou a viagem, sendo o terceiro elemento Bernardino Machado, antigo Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, antigo ministro e conselheiro de Estado da Monarquia, convertido ao republicanismo em 1903. Mas este último acabou por não integrar o grupo, por razões desconhecidas, e substituído, já em Paris, por Alves da Veiga, um dos chefes da malograda revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, no Porto, igualmente maçon, detentor do grau 33.º do Rito Escocês Antigo e Aceito desde 1889.

José Relvas partiu de Lisboa em Junho de 1910 em direcção a Paris, onde se encontrou com os demais membros da delegação. Alves da Veiga estava na capital

[16] *À Grande Dieta da Maçonaria Portuguesa. Mensagem do Grão-Mestre*, Lisboa, Tipografia A Favorita, 1910, p. 7.

[17] Veja-se, por exemplo, *The Freemason*, n.º 2116, de 25 de Setembro de 1909, p. 194, com o artigo "Welcome to the foreign brethern" e a "Reply by Mr. Magalhães Lima".

Magalhaes_Lima.indd 82 26/10/11 9:55:10

francesa e cuja acção se confinou aos contactos com políticos e jornalistas franceses; e Magalhães Lima, que já se encontrava igualmente em Paris, responsável pelas diligências feitas nessa cidade e pela deslocação a Londres, na companhia de José Relvas. Óscar Araújo, colaborador de Magalhães Lima e seu agente pessoal junto do *lobby* liberal e da imprensa britânica, juntou-se à missão, já na capital inglesa. Os contactos estabelecidos no ano anterior por Magalhães Lima em Inglaterra seriam preciosos. Jorge Morais esclareceu a identidade dos interlocutores de Magalhães Lima, figuras centrais da Maçonaria inglesa: "A Grande Loja Unida de Inglaterra tinha então, como Grão-mestre, o duque de Connaught e Strathearn, Arthur William Patrick Albert (1850-1942), Príncipe da Grã-Bretanha e da Irlanda, Duque da Saxónia, Príncipe de Saxe-Coburg-Gotha, terceiro filho (e favorito) da Rainha Vitória e irmão do Rei Eduardo VII. Afilhado do duque de Wellington, o herói de Waterloo, Arthur seguiu a carreira das armas e fez serviço no Exército: esteve na África do Sul e no Canadá, na Irlanda, no Egipto e na Índia. Foi feito general (1893), marechal-de--campo (1898), comandante-em-chefe na Irlanda (1900-1904) e inspector-geral das Forças (1904-1907). Em 1909 era comandante-chefe das Forças no Mediterrâneo. Entre 1911 e 1916 será governador-geral do Canadá. Retirado da vida pública desde 1928, morrerá, aos 92 anos, em Bagshot Park. O duque de Connaught, iniciado maçon em 1874, foi Grande Vigilante da Grande Loja Unida de Inglaterra em 1877, Grão-mestre Distrital em Bombaim em 1887 e Grão-mestre em 1901, sucedendo neste cargo a seu irmão, que o mantivera durante 27 anos até aceder ao Trono de Inglaterra; o próprio Connaught empunhará o malhete – martelo, símbolo do poder exercido – durante 38 anos. É de tradição na Maçonaria inglesa que, sendo um membro da Família Real o titular do mais alto cargo na Ordem, disponha ele de um Pró--Grão-mestre que se encarregue da gestão quotidiana da Grande Loja; esta função era exercida, em 1909, por Lorde Arthur Oliver Villiers Russel (1869-1935), o 2.º barão Ampthill. A iniciação maçónica de Lorde Ampthill está registada na Apolio University Lodge (n.º 357), em Oxford. Pertenceu aos quadros das Lojas Bard of Avon e Royal Alph e à Grand-Master's Lodge, n.º 1. Exercerá o cargo de Pró-Grão--mestre de 1908 até falecer, em 1935. Em sessão da Grande Loja, em Junho de 1909, sob o malhete de Ampthill, é lida e aprovada uma prancha – ou carta – que atrairá a Londres, três meses depois, a Maçonaria portuguesa – há muito ansiosa do reconhecimento explícito de 'regularidade maçónica' por parte da Grande Loja de Inglaterra. Dizia a prancha: 'O Comité de Assuntos Coloniais e Estrangeiros pôs-se em contacto com um largo número de Grandes Lojas estrangeiras com o propósito de obter informações [conducentes a determinar] que restrições, se alguma, devem ser impostas às Lojas trabalhando sob a Grande Loja Unida de Inglaterra no que respeita a visitas mútuas'. Em linguagem profana, a prancha expressava a intenção da Maçonaria inglesa de proceder à actualização dos seus ficheiros, estabelecendo quais as Obediências estrangeiras reconhecidas para efeitos de contacto oficial. Nesse 'largo número' de Potências abordadas incluía-se o Grande Oriente Lusitano."[18]

[18] Jorge Morais, *Com Permissão de Sua Majestade. Família Real inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*, Lisboa, Occidentalis, 2005, p. 92 e 93.

Magalhaes_Lima.indd 83 26/10/11 9:55:10

Vejamos sumariamente como decorreu a missão. José Relvas instalou-se no Hotel Central, em Cité Bergère, onde Magalhães Lima habitualmente se alojava na capital francesa, também o ponto de encontro para José Alves da Veiga. Redigiram uma "Nota Oficial do Partido Republicano", publicada, primeiro, no jornal *L'Indépendance Belge* e depois em muitos outros periódicos belgas, italianos, ingleses, norte-americanos e brasileiros. A embaixada começou por estabelecer contacto com Jean Bernard, correspondente do *L'Indépendence Belge* e depois com o redactor-principal do jornal *Le Temps*, André Tardieu. Em 10 de Junho, Magalhães Lima e José Relvas avistam-se com Jean Herbette, director do jornal *Le Siécle*, de quem obtinham a promessa de mais artigos e entrevistas na imprensa francesa. Dois dias depois, a delegação republicana foi recebida por Eugène Etienne, membro da Assembleia Nacional e Secretário de Estado do Interior. Em 15 de Junho, os delegados republicanos tiveram uma entrevista com o director do *Le Temps* e visitaram a redacção do *L'Action*, voltaram a encontrar-se com Jean Bernard, do *L'Independance Belge*, estabeleciam contacto com Jules Hedeman, chefe de redacção do *Le Matin*. A presença do Presidente da República brasileira, Hermes da Fonseca, animou os republicanos portugueses a multiplicarem os esforços no sentido de lhes ser proporcionada uma entrevista com o Chefe de Estado, mas em vão. Porém, o balanço dos contactos estabelecidos em França foi muito positivo, alicerçados nas relações antigas entre Magalhães Lima e a Maçonaria francesa, tinha uma forte influência política dessa no Estado. Mais importante e complexa era a etapa seguinte, que levou a Londres os delegados portugueses.

No início de Julho de 1910, os portugueses já se encontram na capital inglesa. Magalhães Lima dirigiu-se a Bagshot Park, no Surrey, residência pessoal de campo do duque de Connaught, onde deixou o seu cartão-de-visita e cumprimentos. O duque mandou um familiar entregar um cartão de retribuição no hotel onde os portugueses estavam hospedados, numa atitude de grande cordialidade e muito promissora. Os contactos desenvolvidos foram numerosos, com políticos e jornalistas, como Francis Hirst, director do *The Economist*, D. Braham, redactor do *The Times*, Henry William Massingham, jornalista destacado do Partido Liberal e editor do *The Nation*, no qual Magalhães Lima escreveu vários textos, e David Lloyd George, membro do governo. Conseguiram ser recebidos no Foreign Office, embora, por razões diplomáticas, não por Sir Edward Grey, o titular da pasta, mas pelo Subsecretário Sir Thomas Mackinnon Wood. As influências exercidas asseguraram, no futuro, a compreensão da Grã-Bretanha no caso de uma alteração de regime em Portugal. Além de garantir que a Grã-Bretanha não toleraria uma intervenção espanhola no caso da proclamação da República em Portugal, Wood manifestava que "a aliança era com Portugal, D. Manuel II seria rei enquanto o seu povo quisesse. Não se mantinham tronos contra a vontade dos governados".[19]

José Relvas, sempre muito crítico nas suas *Memórias*, em relação a algumas figuras de primeiro plano do republicanismo português, não poupou elogios a Magalhães Lima: "Devo prestar homenagem ao espírito de transigência que sempre animou Magalhães Lima no decurso da nossa missão. As suas convivências com

[19] Jorge Morais, *op. cit.*, p. 152.

Magalhaes_Lima.indd 84 26/10/11 9:55:10

radicais franceses, belgas e italianos, uma relativa intimidade com Kropoktine, o célebre historiador e revolucionário russo, as suas próprias tradições, inclinavam-no facilmente para uma orientação, que nunca podia ser em rigor a de um homem de Estado, com as suas inerentes responsabilidades. Mas compreendendo com perfeita clareza as vantagens que resultariam duma atitude definida em presença dos elementos moderados da França e da Inglaterra, nem se opôs a que fosse essa a orientação seguida, antes a favoreceu e acentuou em todas as conferências com as personalidades políticas e com os jornalistas. A sua apresentação distinta, a simpatia que fácil e prontamente inspirava, a clareza e simplicidade das suas palavras, a sua atitude muito correcta numa inteligente reserva, todas estas condições foram sensivelmente favoráveis para o êxito da missão."[20]

Depois desta importantíssima missão, José Relvas regressou a Lisboa. Magalhães Lima ficou em Paris e participou, em 10, 11 e 12 de Setembro, na Conferência Maçónica Internacional de Bruxelas[21]. Voltava à capital francesa em 18 de Setembro seguinte, para participar juntamente com Marchetti, no banquete do Grande Oriente de França e da Associação dos Livres Pensadores em honra de Miguel Morayta. Dois dias depois assistia ao banquete da Suprema Câmara de Ritos.[22]

Por estes motivos manteve-se distante, fisicamente, dos trabalhos preparatórios da revolução republicana, onde a Maçonaria teve um papel importante. Nesse contexto, a reunião de 29 de Setembro foi decisiva. Nos apontamentos de Simões Raposo, um dos intervenientes da reunião, lê-se que Relvas, além da sua condição de membro do Directório do PRP, estava "em representação do Grão-mestre da Maçonaria, Sebastião de Magalhães Lima"[23]. Situação curiosa essa, reveladora do grau de confiança que Lima nele depositava, uma vez que o proprietário ribatejano não era ainda maçon. Só o será em 19 de Abril de 1911, ao ser iniciado por comunicação, pelo Grão-mestre, e depois filiado na Loja Acácia.

Em plena República

Regressando a Portugal depois da proclamação da República, Magalhães Lima reassumiu as funções como Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, num momento em que o Grande Oriente Lusitano Unido irá crescer de forma notável até 1913. De facto, a proclamação da República representou um triunfo da Maçonaria.

[20] José Relvas, *Memórias Políticas*, prefácio de João Medina, introdução e notas de Carlos Ferrão, Lisboa Terra Livre, 1977, Vol. I., p. 88 e 89.

[21] *Conférence Maçonnique Internationale a Bruxelles. Compte Rendu des Séances Les 9, 10 et 11 septembre,* Bruxelles, Typographie et Lithographie E. Guyot, 1912, p. 9.

[22] *Sup.·. Cons.·. dos GGr.·. IInspect.·. GGer.·. do Gr.·. 33.·. do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e suas Colónias. Anuário dos seus Trabalhos 1910 e 1911,* Lisboa, Tipografia Leiria, 1912, p. 28 e 29.

[23] *A Maçonaria e a Implantação da República*, Lisboa, Grémio Lusitano – Fundação Mário Soares, 2010, p. 223 e 225.

Magalhaes_Lima.indd 85 26/10/11 9:55:10

Durante a I República, entre 1910 e 1926, ela estará presente em todos os níveis da vida política, social, económica e cultural do nosso país. O número de maçons, de lojas e de triângulos aumentou muitíssimo.[24] Em Março de 1910, o Grande Oriente Lusitano Unido contava com 97 Lojas e 58 Triângulos. Em igual data de 1911, seis meses após a Revolução, aqueles números subiram para 122 Lojas e 79 Triângulos. Quanto aos efectivos maçónicos, sempre relativamente a Dezembro de cada ano, o GOLU tinha 2916 obreiros em 1910, 3971 em 1911 e 4035 em Dezembro de 1912.

Na mensagem à Grande Dieta de 21 de Março de 1911, Magalhães Lima apontava duas linhas de actuação – a educação e a defesa da República: "A reorganização da Universidade Popular, cujo programa acompanha esta mensagem, obedece à nova fase reconstrutiva em que entrou a Maçonaria. É preciso instruir, é preciso educar. Educar sobretudo! Se Locke considerava a educação uma obra de humanidade; se João Jacques Rousseau a considerava uma obra da natureza; se Pestallozzi a considerava uma obra da mãe; Herbart, o grande pedagogo alemão, considerava-a uma obra da família, do Estado e da sociedade. Há-de ser a escola a nossa maior riqueza e a nossa maior vitória no futuro, rútila vitória contra a qual serão impotentes todos os exércitos do mundo. É preciso organizar, disciplinar, orientar a sociedade portuguesa, nos moldes de uma democracia pura, racional, positiva e humana. E tal é a missão da Maçonaria, no presente momento, missão de cooperação em tudo o que tenda a emancipar as consciências, missão de solidariedade na grande obra comum – a transformação dos costumes – sem o que todos os esforços se tornarão estéreis e inúteis. E tal é também a missão da Universidade Popular que procurará elevar os espíritos sobre a base de uma consciência colectiva, como o meio mais sólido e eficaz de evitar uma regressão ao passado. Mais alto, sempre mais alto, como dizia o poeta.

Na actual conjuntura, torna-se indispensável congregar todas as forças maçónicas, em volta da luminosa bandeira da Pátria. É este o dever que a todos se impõe pela altíssima responsabilidade que a cada um de nós cabe na grande obra a realizar – obra de verdadeira redenção nacional.

A unidade de acção é uma consequência lógica da unidade de pensamento. E para a atingir exige-se que todos compreendam e pratiquem os seus deveres cívicos. Maçonaria una, alheia à política de facção e indiferente ao tumultuar das paixões que se digladiam no mundo profano – tal deve ser o lema do nosso estandarte.

Não basta só que nos digamos solidários: é mister provar que o somos, harmonizando os nossos actos com as nossas palavras. Na actual conjuntura, repetimos, a acção da Maçonaria não pode ser indiferente aos progressos do país. Unamo-nos e mostremos quanto a nossa instituição é valiosa, intervindo em actos do mundo profano, por uma cooperação patriótica e eficaz.

A Maçonaria é hoje uma grande força, e maior será, sem dúvida, quando o princípio de fraternidade, sobre o qual se baseia, se tornar uma realidade viva.

[24] A. H. de Oliveira Marques, "A Maçonaria e a I República Portuguesa", in *Ensaios de Maçonaria*, Lisboa, Quetzal Editores, 1988, p. 61 a 69.

Magalhaes_Lima.indd 86 26/10/11 9:55:11

A união da Maçonaria significará a vitória da democracia em Portugal."[25]

Em 4 Setembro de 1911, Magalhães Lima, teve de viajar para o estrangeiro; estando também ausente o Grão-mestre Adjunto, José de Castro, nomeava, pelo decreto n.º 173, um Conselho de Governo composto pelo Presidente da Grande Dieta, José António da Costa Júnior, e pelos Presidentes das Câmaras Litúrgicas.[26] Saiu de Lisboa a 6 de Setembro, dirigindo-se a Ravena onde assistiu à inauguração da Casa do Povo; a 15 esteve em Roma. Em 20 esteve na inauguração do Congresso Maçónico Internacional, onde foi convidado a falar em nome das potências maçónicas estrangeiras. Em 23, dia da última sessão do Congresso, propôs que a seguinte reunião tivesse lugar em Lisboa, o que foi aprovado, seguindo-se um banquete no Grande Hotel, ao qual assistiram cerca de 500 convivas. Em 29 estava em Turim, viajando para Paris, onde chegou a 3 Outubro. Nesta última cidade assistia em 18 de Outubro a um banquete, em que tomaram parte os principais representantes dos diversos grupos propagandistas da Paz. A convite dos maçons e livres-pensadores suíços partiu para Lausanne, onde chegou a 27 de Outubro, proferindo um discurso na Sociedade Esperança. Nesse mesmo dia fez na Casa do Povo uma conferência intitulada "Da monarquia clerical à República laica". Em 28 seguiu para Genebra, onde realizou outra conferência sobre as escolas laica e racionalista, o anticlericalismo e do livre-pensamento. Na Suíça teve ocasião de cooperar na fundação da Fraternidade Maçónica Internacional. A 8 de Novembro estava de novo em Paris, para uma nova conferência, desta vez na Loja Cosmos. De regresso a Portugal, passou em 25 de Novembro por San Sebastian e depois por Madrid, chegando a Lisboa a 27 de Novembro de 1911, e promulgou a nova Constituição da Maçonaria Portuguesa a 2 de Janeiro do ano seguinte. Mas, a 7 de Fevereiro, anunciava uma nova ida ao estrangeiro "por alguns dias"[27]. Desta vez, a deslocação foi só a Espanha. Partiu a 15 de Fevereiro por Vila Real de Santo António, dirigindo-se a Ayamonte, Huelva, Córdova e Sevilha, onde esteve dois dias, partindo depois para Madrid, acompanhado pelo Grão-mestre do Grande Oriente Espanhol, Miguel Morayta. Em Madrid assinou, a 20 daquele mês, um Tratado de Aliança e Amizade entre o Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa e o Grande Oriente Espanhol, representado pelo seu Grão-mestre.[28] No dia 24 de Fevereiro, Magalhães Lima foi alvo de uma homenagem na Loja Ibérica, de Madrid, com a presença de Miguel Morayta, durante a qual discursaram destaca-

[25] "Mensagem do Grão-mestre à Grande Dieta da Maçonaria Portuguesa", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Suplemento do mês de Outubro, 1911, p. 172 e 173. Também editado em folheto: *À Grande Dieta da Maçonaria Portuguesa. Mensagem* do Grão-mestre, Lisboa, Tipografia A Liberal, 1911, p. 9 e 10.

[26] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Setembro de 1911, p. 149

[27] Decreto n.º 7, de 7 de Fevereiro de 1912, *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Fevereiro de 1912, p. 3.

[28] "Relações inter-maçónicas. Tratado de Aliança e Amizade", *Idem*, p. 4 a 6.

Magalhaes_Lima.indd 87 26/10/11 9:55:11

dos maçons espanhóis, entre os quais Luís Morote[29], um jornalista e político espanhol que tão bem conhecia Portugal e os republicanos portugueses. Magalhães Lima encerrou a sessão a firmando: "A revolução portuguesa foi a apoteose de uma raça que, em luta homérica, se emancipou de velhos prejuízos, eliminando para sempre a origem do mal que nos matava lentamente. Em Portugal não se vivia. Não há pátria onde não existe a liberdade e a justiça. Agora é um Portugal novo que surge para a vida, um Portugal laico que se afirma e se ergue sobre as ruínas de um passado vergonhoso."[30] Em Madrid, Magalhães Lima ainda pronunciou duas conferências, uma no Ateneu, a pedido da Liga Anticlerical Espanhola, e outra na Associação da Imprensa, sobre "Ciência e Internacionalismo".[31] Regressou a Portugal a 29 de Fevereiro. Em 20 Março, na Mensagem à Grande Loja, Magalhães Lima fazia o balanço de mais uma missão no estrangeiro: "Percorri a Itália, percorri a Suíça, e, em ambos os países, que se impõem à nossa admiração, o primeiro por uma cultura moderna, integral, que rivaliza com a dos povos cientificamente mais adiantados e o segundo pelo seu inigualável civismo, verifiquei que a Maçonaria exerce, no mundo profano, como factor social organizado, uma acção dirigente, efectiva e real.

Com isso nos devemos todos congratular, e tanto mais quanto é certo que o Congresso Internacional Maçónico, realizado no pretérito ano, em Roma, a 22 de Setembro, para celebrar a queda do poder temporal do Papa, em que tomei parte, como representante do Grande Oriente Lusitano Unido, constituiu uma verdadeira apoteose dos esforços e do heroísmo do povo português.

Logo na reunião preparatória do Sublime Areópago dos Cavaleiros Kadoschk, que se efectuou na noite de 19 de Setembro, o nosso Poderoso Irmão Leti, que presidia, apreciando, num belo discurso as causas e os efeitos da revolução republicana, discurso que foi depois publicado em volume e que me foi oferecido,[32] terminava por estes termos, lisonjeiros e fraternos, a que devemos corresponder com o mais carinhoso e enternecido reconhecimento: 'Vai para o povo português, brilhante e generoso, que sabe, como nós, quantas dores e sacrifícios custa a liberdade; vai para os seus homens ilustres que trataram de o emancipar; vai para o nosso insigne Irmão Magalhães Lima que resume todas as palpitações e todos os idealismos daquele povo, o nosso pensamento, e vai ainda o coração da Maçonaria Italiana'.

Impossível se me torna descrever o que foi a inauguração solene do congresso que se realizou, no vasto Teatro Nacional, sob a presidência do Grão-mestre honorário, Ernesto Nathan, o síndico de Roma que transformou o Capitólio romano, a antiga fortaleza dos Césares, em cidadela do livre-pensamento.

[29] Morote publicara em 1908 o livro *De la Dictadura a la República*, Madrid-Valência, F. Sempere y Compañía, Editores, s. d., p. 286.

[30] "A Loja *Ibérica* de Madrid", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Fevereiro de 1912, p. 33.

[31] "Uma Jornada triunfal", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Fevereiro de 1912, p. 39 a 42.

[32] *Sublime Areópago dei Cavalieri Kadoshc all'Oriente di Roma, All'Ill Potensissimo F Magalhães Lima 33.º Gran Maestro e Soberano Gran Commendatore della Masoneria Portoghese,* Tip. Bodoni di G. Solognesi, p. 19.

Magalhaes_Lima.indd 88 26/10/11 9:55:11

Foi-me confiada a difícil tarefa de falar em nome das potências estrangeiras. Creio haver-me desempenhado do espinhoso encargo, a contento de todos, porque os aplausos irromperam de todas as bocas, unânimes e vibrantes. Ao Grande Oriente. Lusitano Unido – e à República Portuguesa couberam as honras desta memorável sessão. Posso afirmá-lo sem exagero (…) A discussão, em que tomaram parte insignes personalidades, correu sempre com a maior elevação. Dir-se-iam as sessões de uma verdadeira academia científica. A todas presidiu o ilustre Grão-mestre, o notável escultor, autor do monumento de Giordano Bruno, erigido na Praça das Flores, de Roma, Heitor Ferrari. Foi, na sessão de encerramento, que eu propus para que fosse Lisboa a cidade escolhida para sede do primeiro Congresso. Por unanimidade e no meio de caloroso entusiasmo, foi votada esta proposta, que constitui certamente uma honra para nós, e à qual nos cumpre corresponder com a galanteria, a gentileza e o reconhecimento que o facto impõe.

O banquete que se realizou, no Grande Hotel, para encerramento dos trabalhos, a que assistiram 500 convivas, foi um novo triunfo para Portugal. Apenas o Grão-mestre terminou a sua saudação, os assistentes reclamaram, em alta voz, que eu usasse da palavra. Assim o fiz e não tenho senão a desvanecer-me, por mais esta demonstração de solidariedade, dirigida na minha pessoa, ao Grande Oriente Lusitano Unido.

De todos os pontos da linha me chegaram convites para visitar as Oficinas italianas. Em Florença, em Génova, em Turim, tive ocasião de constatar a força da Maçonaria Italiana, pelo número e pela qualidade dos seus Obreiros, pelas suas instalações modelares e pela orientação racionalista que preside aos seus trabalhos.

Na minha passagem por Paris, realizei uma conferência, na Loja Cosmos, de que sou membro honorário, sob a presidência do antigo ministro de Estado e Poderoso Grão-mestre Mesureur. E aqui me cabe dizer que foram valiosos e relevantíssimos os serviços que nos prestou o Conselho da Ordem do Grande Oriente de França, nesta mesma ocasião em que e tramava na sombra uma conspiração contra a República Portuguesa, que mais tarde vem a lume e para a qual eu contribuí, por se me ter afigurado que era dever de bom patriota denunciar um crime premeditado contra as instituições que tantos sacrifícios representavam.

Para satisfazer o convite dos maçons suíços, fui a Lausanne, onde também fiz uma conferência. Não tive que me arrepender pela resolução tomada, porque o acolhimento que me foi dispensado excedeu a minha expectativa. No banquete que me foi oferecido tomaram a palavra cinco lentes da Universidade, assim como o Poderoso Grão-mestre, e o síndico da cidade, o nosso devotado e simpático Irmão Maillefeu (…)"[33]

Magalhães Lima não esqueceu a situação política que então se vivia, com as cisões no Partido Republicano Português, apelando para a unidade em torno de questões fundamentais: "Se pela acção da Maçonaria se conseguir estabelecer uma

[33] *À Grande Loja da Maçonaria Portuguesa. Mensagem do Grão-mestre*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1912, p. 3 a 6. Também publicado no *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Abril de 1912, p. 129 a 139.

Magalhaes_Lima.indd 89 26/10/11 9:55:11

plataforma para os deputados e senadores que compõem actualmente os diversos grupos políticos, por felizes se devem dar todos os que sinceramente amam a pátria e a liberdade. O patriotismo sobreleva a todas as paixões pessoais. E a Maçonaria, sendo um campo neutro, aberto a todas as *nuances* políticas, melhor do que qualquer outra instituição, poderá operar uma convergência de opiniões, com o que a República Portuguesa muito terá a lucrar."[34]

Magalhães Lima foi participar no Congresso Internacional Maçónico de Genebra (Setembro), delegando mais uma vez os poderes no Grão-mestre Adjunto, José de Castro, durante a sua permanência no estrangeiro.[35] Mas, como José de Castro não estava no país – só regressará em Novembro –, foi constituído um Conselho de Governo presidido pelo coronel António Xavier Correia Barreto, e formado pelo Presidente do Conselho da Ordem, Manuel de Sousa Câmara, e pelo Secretário do Conselho da Ordem, José Carlos Alberto da Costa Gomes. Há notícia de ter estado na Holanda, no Congresso de Educação Moral de Haia, em Munique (Congresso do Livre-Pensamento), de ter feito conferências na Bélgica e em França, propagandeando o futuro Congresso Maçónico de Lisboa, que estava agendado para 5 de Outubro de 1913, e finalmente, de ter participado em reuniões maçónicas em Praga e Lausanne. Em Dezembro foi reeleito Grão-mestre, com 975 votos, o mesmo sucedendo a José de Castro, para Grão-mestre Adjunto, com 735 votos. Mas a sua permanência fora de Portugal prolongar-se-á ainda por mais algum tempo.

Em 1913, a mensagem à Grande Loja, tradicionalmente feita pelo Grão-mestre foi proferida por José de Castro[36], que elogiou a "obra verdadeiramente patriótica do nosso sapientíssimo Grão-mestre Dr. Magalhães Lima, que no estrangeiro tem levantado o nome de Portugal e da Maçonaria Portuguesa da maneira mais nobre, a mais simpática e a mais proveitosa, sendo muito digno dos nossos mais calorosos aplausos pela intensa propaganda a favor do Congresso Maçónico Internacional, que em Outubro se realizará entre nós, devido à sua brilhante iniciativa e amor entranhado pela nossa Augusta Ordem". Magalhães Lima não participou, por isso, no Congresso Nacional Maçónico realizado em Lisboa, nos dias 2 a 6 de Abril de 1913, no Palácio Maçónico, Templo João Estêvão. A abertura dos trabalhos esteve a cargo do Grão-mestre Adjunto, José de Castro[37].

Em Setembro, Magalhães Lima já estava em Portugal, retomando as funções de Grão-mestre. Por circular de 4 de Setembro, o Conselho da Ordem informava que tinha decidido adiar o Congresso Maçónico Internacional de Lisboa por coincidir,

[34] *Idem*.

[35] Decreto n.º 36, de 12 de Agosto de 1912, *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Agosto de 1912, p. 379 e 380.

[36] "Mensagem do Grão-mestre Adjunto à Grande Loja da Maçonaria Portuguesa", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 4, Abril de 1914, p. 97 a 103.

[37] *Congresso Nacional Maçónico realizado em Lisboa no Palácio do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, Templo José Estêvão, nos dias 2, 3, 4, 5 e 6 de Abril de 913*, Lisboa, Tipografia Bayard, 242 p.

Magalhaes_Lima.indd 90 26/10/11 9:55:11

no tempo, com o Congresso dos Livres-pensadores.[38] Ao mesmo tempo, decidiu dar continuidade às resoluções internas sobre a organização de um congresso maçónico nacional, a realizar na cidade do Porto em 1914.[39] No decurso do Congresso Internacional do Livre-pensamento, promoveu uma sessão magna comemorativa do 3.º aniversário da proclamação da República, a 5 de Outubro de 1913, no Grémio Lusitano, sob a presidência de Magalhães Lima, com a presença de numerosos maçons estrangeiros que participavam na supracitada reunião[40].

Mas o ano de 1914 será de grandes perturbações no seio da Maçonaria Portuguesa, agitada pelos debates em torno de uma nova constituição do Grande Oriente Lusitano Unido. Magalhães Lima participou no Congresso Maçónico Nacional do Porto, em Junho de 1914.[41] Tal como ocorrera no ano anterior, coube a José de Castro a leitura da mensagem à Grande Loja, em 31 de Março.[42] Em Maio, surgia a notícia de que Magalhães Lima, acompanhado por Otto Karmin, iria assistir ao congresso maçónico de cinco Lojas inglesas. O Conselho da Ordem emitiu uma circular, de 26 de Junho, onde se divulgava a nova data do congresso maçónico adiado em 1913: ficava para os dias 4 a 8 de Outubro de 1914[43], mas tal tão virá a suceder. A Loja Trabalho n.º 219, do Funchal, dirigiu uma circular a todas as Oficinas da Obediência acerca da grave situação vivida em Portugal. Apresentava algumas sugestões com vista às eleições legislativas próximas, nomeadamente que as Lojas dentro de cada círculo eleitoral deviam proceder à escolha prévia dos candidatos mais aptos ao exercício de funções públicas e, caso esses candidatos fossem maçons, os mesmos deviam assinar, antes, um compromisso "em que se obriguem sem sofismas a obter renúncia aos seus mandatos desde que a maioria dos seus eleitores maçons assim o exija e bem assim a considerar o seu mandato como imperativo"[44]. Por outro lado, deviam comprometer-se perante um programa mínimo enunciado, com 12 pontos, sendo o último a "eleição para Presidente da República do Sapientíssimo Grão-mestre Dr. Magalhães Lima". As eleições presidenciais teriam lugar, de acordo com a Constituição, em 1915.

Magalhães Lima já se encontrava em Lisboa quando eclodiu um grave conflito no seio do Grande Oriente Lusitano Unido.

[38] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 9, Setembro de 1913, p. 333 e 234.
[39] *Idem*, p. 234 e 235.
[40] "Festas e sessões magnas", *A Bateria*, n.º 2, Outubro de 1913, p. 1.
[41] *Congresso Maçónico Nacional realizado no Porto nos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de Junho de 1914*, Relatório, s. l., s. d., 1914, p. 384.
[42] "Mensagem do Grão-mestre Adjunto à Grande Loja da Maçonaria Portuguesa", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 3, Março de 1914, p. 36 a 41. Abril de 1914, p. 97 a 103.
[43] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 6, Junho de 1914, p. 131 a 134.
[44] Datado de 10 de Junho de 1914. Folha solta. Arquivo do Grémio Lusitano.

Magalhaes_Lima.indd 91 26/10/11 9:55:11

A cisão de 1914

Na sua maioria, os integrantes das Oficinas do Grande Oriente Lusitano Unido eram republicanos, não alheios às lutas sectárias que acabaram por afectar as relações entre maçons. Combatendo-se em público, nas páginas dos jornais, na tribuna da Assembleia, nas sessões e nos comícios, como poderiam conviver fraternalmente nos templos? Essa foi a razão que levou à paralisação de numerosas Oficinas a partir de 1913 e à sua posterior desaparição. A alegada proximidade entre o GOLU e a facção chefiada por Afonso Costa não podia deixar de causar prejuízos. Esta confusão entre Maçonaria e luta partidária teve efeitos negativos e levou muitos obreiros a afastarem-se dos trabalhos maçónicos. A relativa unidade, mantida desde 1869, e marcada por algumas cisões pontuais que não afectaram o fundamental do corpo maçónico luso, acabou por ser quebrada em 1914, embora as razões da crise responsável pela fractura não se inscrevam, pelo menos publicamente, na ordem política. O conflito surgiu a propósito do projecto de nova Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido, considerado por alguns maçons como contrário aos acordos de 1869, unificadores dos diversos Orientes e dos vários ritos. Os órgãos dos poderes executivo e legislativo do Grande Oriente (Grão-mestre, Grão-mestre adjunto, Conselho da Ordem e Grande Loja) apoiavam o projecto, repudiado pelo Supremo Conselho do 33.º grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal, para quem, além da violação dos princípios de 1869, o novo texto cerceava a autonomia dos ritos. Em 28 de Julho, o Supremo Conselho dirigiu ao Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, também o Soberano Grande Comendador do Rito Escocês, Sebastião de Magalhães Lima, uma mensagem de protesto contra disposições do projecto de Constituição em debate na Grande Loja Simbólica onde se pretendia formar uma federação de Lojas de todos os ritos em substituição da federação de Ritos, existente desde 1869. A 31, o Supremo Conselho dava conhecimento aos obreiros e às Oficinas do seu rito, em Portugal e colónias, do teor de uma mensagem, com data de 28, dirigida ao Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, advertindo que, se o Grande Oriente aprovasse o projecto constitucional em discussão, quebrando, em seu entender, o pacto federativo de 1869, recuperaria a sua autonomia e independência. A 5 de Agosto, a Grande Loja Simbólica do Grande Oriente Lusitano Unido declarou manter e ratificar a votação já feita dos artigos da nova Constituição, contestados pelo mesmo Supremo Conselho. Em 7, Sebastião de Magalhães Lima, em mensagem ao Supremo Conselho, declarava não ser possível harmonizar as duas partes divergentes da Maçonaria, motivo da deposição do seu mandato de Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho. Em 11, o Supremo Conselho reagia com uma mensagem ao Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, na qual lamentava a atitude do seu destinatário e justificava as suas opções. Três dias depois, o Supremo Conselho procedia às suas eleições gerais e reelegeu para todos os cargos os anteriores dignitários com excepção dos de Soberano Grande Comendador, para o qual elegia o general Luís Augusto Ferreira de Castro seu Soberano Grande Comendador e o coronel André Joaquim de Bastos para Grande Orador Ministro do Estado, cargo vago pela demissão de membro efectivo

Magalhaes_Lima.indd 92 26/10/11 9:55:12

José Pinheiro de Melo. Participou às potências maçónicas escocesas o resultado das suas eleições. Em 21, o Supremo Conselho declarou, em decreto da mesma data, que reassumia a sua autonomia desde a mesma data, esclarecendo as causas do seu procedimento, e regulava o funcionamento futuro do Rito Escocês Antigo e Aceito em Portugal. A 26, segundo o decreto n.º 57, a Grande Loja do Grande Oriente Lusitano Unido autorizava o Grão-mestre a proceder à imediata reorganização de um novo Supremo Conselho, pela forma mais conveniente, o que indiciava a existência de dois Supremos Conselhos paralelos e rivais.

Em 1 de Setembro, Sebastião de Magalhães Lima, José Pinheiro de Melo e António Joaquim Ribeiro eram irradiados por um decreto do Supremo Conselho, por alegadamente terem contribuído para a criação de um Supremo Conselho que consideravam espúrio, seguindo-se outro diploma, datado de 11, de irradiação do Rito Escocês Antigo e Aceito de Rosendo Carvalheira, Serafim António Vasques, Fortunato Augusto da Silva, Guilherme António de Abreu e João Pinheiro de Melo, por integrarem o novo Supremo Conselho do Grande Lusitano Unido.

Em 9 de Novembro era finalmente publicada a nova e polémica Constituição da Maçonaria Portuguesa. A cisão consumava-se irremediavelmente. O Supremo Conselho do grau 33 separou-se daquela obediência e recuperou a autonomia plena, no que foi acompanhado, em Setembro de 1914, por 18 Lojas e um Triângulo, exemplo seguido por outras Oficinas nos meses posteriores. Apoiado por várias potências maçónicas estrangeiras, o Supremo Conselho constituiu o Grémio Luso-Escocês, sua face profana, cujo dirigente máximo e Soberano Grande Comendador era o general Ferreira de Castro. A essa estrutura aderiram algumas dezenas de Lojas e de Triângulos do Rito Escocês, representando cerca de um terço dos maçons portugueses. Passaram assim a existir dois Supremos Conselhos do Rito Escocês rivais e as relações entre as duas potências maçónicas lusas não podiam ser piores, com ataques mútuos, irradiações, a criação de oficinas concorrentes e até cisões em Lojas, dando origem a duas diferentes, embora com o mesmo nome, como foi o caso da Loja Montanha.[45]

Mas as actividades decorriam com aparente normalidade. A 5 de Outubro, Magalhães Lima presidia, no Templo José Estêvão, a uma sessão solene comemorativa do aniversário da implantação da República.[46]

[45] As peças principais deste processo, que existem em folhas soltas, podem ser encontradas no volume *Sup.·. Cons.·. dos GGr.·. IInspect.·. GGer.·. do Gr.·. 33.·. do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e suas Colónias. Anuário dos seus Trabalhos no Triénio de 1913 a 1915*, Lisboa, Tipografia Leiria, s. d., p. 176, onde estão todos os textos do Supremo Conselho, e nos Boletins Grande Oriente Lusitano Unido.

[46] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 10, Outubro de 1914, p. 283 e 284.

Magalhaes_Lima.indd 93 26/10/11 9:55:12

A Maçonaria Portuguesa está intimamente ligada às maçonarias dos países aliados

Em 1915, surgiam poucas referências a Magalhães Lima no âmbito da Maçonaria, certamente mobilizado pela sua participação na vida política. Na mensagem de 20 de Março à Grande Dieta, aludia à cisão e aos seus efeitos nefastos, abordava a questão da guerra, obstáculo à realização do Congresso Internacional de Lisboa, para o qual já havia a adesão de representações do Brasil, da Itália, França, Espanha, Bélgica e de algumas repúblicas da América do Sul. Mas a situação política interna não foi esquecida: "Nunca é demais repetir que a Maçonaria se deve manter inteiramente alheia aos conflitos partidários. As paixões do mundo profano são incompatíveis com os sentimentos altruístas, com a serenidade e a tolerância que caracterizam os verdadeiros maçons. Para lamentar é que em alguns obreiros a obcecação política sobreleve ao Espírito maçónico. Compunge-nos o espectáculo que a cada passo nos oferecem os políticos com as suas condenáveis e criminosas campanhas. Mas mais nos compunge ainda o facto de haver, muitas vezes, entre os combatentes, maçons caracterizados que, esquecendo os seus princípios, se agridem mutuamente, senão brutalmente.

É indispensável convencê-los de que, acima dos seus ódios, está o supremo interesse da Pátria e da República, que reclama e exige a união e a colaboração sincera e desinteressada de todos os que militam nas fileiras maçónicas, a bem da Razão, da Liberdade, do Direito e da Justiça."[47]

Deslocou-se ao Porto, a Aveiro e Viana do Castelo, para visitar Oficinas locais, e tentar chamar à obediência algumas lojas que seguiram o Supremo Conselho. Em Dezembro, parte das Lojas do Porto promoveram uma homenagem a Magalhães Lima e enviaram ao Conselho da Ordem um retrato do Grão-mestre acompanhado por uma mensagem, afirmando-se "admiradores sinceros e respeitosos do primoroso talento do nosso Sapientíssimo Grão-mestre, o eminente cidadão Sebastião de Magalhães Lima, das suas qualidades de intransigente e fervoroso culto maçónico e da obra inconfundível e brilhantíssima que o seu nome tem firmado, no livro, no jornal e na propaganda da República e do Livre-Pensamento pelos diversos países".[48]

A eclosão da Grande Guerra e o seu curso subsequente também justificaram as posições de Magalhães Lima, em mensagem ao general Joffre, ao Supremo Conselho da Bélgica e ao Grande Oriente de Itália, onde prestava conta da sua solidariedade na luta pela Justiça e pela Liberdade. Neste contexto, algumas Oficinas

[47] "Mensagem do Grão-mestre à Grande Dieta", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 3, Março de 1915, p. 54.

[48] Assinavam esta mensagem as Lojas Liberdade e Progresso, Luz do Norte, Luz e Vida, Ordem e Trabalho, Isis e Igualdade. *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 12, Dezembro de 1915, p. 253 e 254.

Magalhaes_Lima.indd 94 26/10/11 9:55:12

recuperavam uma causa antiga, a eleição do Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa à Presidência da República. Por exemplo, a Loja Trabalho n.º 219, do Funchal, que publicou em 10 de Junho de 1915 uma circular a todas as Oficinas da Obediência, com propostas políticas, uma das quais a "eleição para presidente da República do Sapientíssimo Grão-mestre Dr. Magalhães Lima".[49]

Reeleito Grão-mestre em Dezembro de 1915, com António Maria da Silva como Grão-mestre Adjunto, endereçou, em Janeiro de 1916, uma saudação a todas as potências maçónicas, a propósito da guerra, manifestando a esperança no "triunfo do Direito e da Justiça sobre o imperialismo nefasto e a tirania mais odiosa".[50] Em Março, ocorria a Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal, que se tornava, assim, oficialmente beligerante, e isso reflectiu-se na mensagem à Grande Dieta deste ano: "A Maçonaria Portuguesa está intimamente ligada às maçonarias dos países aliados. A causa dos aliados é a nossa própria causa, a causa da Honra e do Dever. A nossa sorte está dependente da sua sorte. Com eles teremos de sofrer as consequências da guerra quaisquer que elas sejam. Há dois sistemas, um em frente do outro, que equivalem a dois espíritos antagónicos: o despotismo e a liberdade. E a Maçonaria, embora não seja nem possa ser política, no sentido estreito, mesquinho e egoísta da palavra, sempre se assinalou, em todos os tempos e através todas as vicissitudes, a favor da liberdade contra o despotismo. Sendo, pois, a causa dos aliados a causa da Liberdade, do Direito e da Justiça, é lógico que a Maçonaria se solidarize com eles para todos os efeitos.

Estou convencido de que, terminada a guerra, as maçonarias dos países aliados, a que se juntarão outras de alguns países neutros, estão destinadas a formar um bloco num sentido liberal e progressivo. A luta entre as duas correntes maçónicas existia já. Mas há-de acentuar-se ainda mais no futuro. E serão os Grandes Orientes os porta-vozes da generosa aspiração de todos aqueles que nutrem o amor dos princípies, por eles combatem e os desejam ver praticados maçónico e profanamente (…)

Perante a guerra que a Alemanha nos declarou, qual deverá ser a atitude da Maçonaria Portuguesa? Qual a sua missão e como realizá-la? A acção maçónica tem e pode exercer-se por várias maneiras: por uma intensa propaganda oral e escrita, tanto em Lisboa como nas províncias, e principalmente nas províncias e no estrangeiro, para a qual espero contribuir pessoalmente, a fim de esclarecer o público sobre as razões que nos levaram à guerra. São razões de ordem jurídica e de ordem moral, porque para nós os tratados não são pedaços de papel. Honramos os compromissos tomados pela nação tornando-nos dignos de nós mesmos.

Mas a acção maçónica deve ainda estender-se ao campo da assistência: fundação de hospitais de sangue, enfermagem, socorros a feridos, a órfãos, a viúvas, estabelecendo com as sociedades humanitárias, como a Cruz Vermelha, uma estreita solidariedade quanto aos meios a empregar e aos fins a atingir.

[49] Folha solta. Arquivo do Grémio Lusitano.

[50] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 1, Janeiro de 1916, p. 1 e 2.

Magalhaes_Lima.indd 95 26/10/11 9:55:12

Entre outras iniciativas, julgamos oportuno lembrar a Associação, ultimamente fundada em Paris, para os órfãos da guerra, de origem maçónica.

A Associação Nacional dos Órfãos da Guerra, criada por um grande movimento de solidariedade popular, recolhe imediatamente, sem formalidades, qualquer que seja o seu número, sobre todos os pontos do território, os filhos cujos pais caiam no campo da honra e educa-os até à maioridade nas suas colónias.

A obra dos órfãos da guerra é a obra da União Sagrada, que não deve ser apenas uma palavra. É mister e é urgente realizá-la. Não se compreende, no actual momento em que a Pátria periga, qualquer divisão entre portugueses, e muito menos entre maçons. Ergam-se os corações! Esqueçamos retaliações; esqueçamos agravos, que não se compadecem com os intuitos da nossa instituição e abracemo-nos como irmãos que somos, romeiros do mesmo ideal e cruzados da mesma causa.

União Sagrada, sim, união de todos os maçons, o que tanto monta dizer união de todos os portugueses num único pensamento, num único sentimento e numa única vontade. E seremos fortes e temidos. E da nossa força resultará a vitória e a imortalidade.

Sus! Pela Pátria ameaçada! E que a vossa abnegação, receba as bênçãos de vossas mães e de vossos pais. Mulheres de Portugal! Ajudai-nos nesta obra santa de redenção mundial.

Pelo nosso esforço manteremos a nossa independência nacional, a nossa integridade territorial, o património sagrado que nos legaram os nossos maiores, e que por nós derramaram o seu precioso sangue."[51]

Em Maio, Magalhães Lima viajou mais uma vez para o estrangeiro em missão de propaganda, desta vez a favor das nações aliadas e da intervenção de Portugal, delegando os seus poderes no Grão-mestre Adjunto[52]. Em 1 de Novembro, participou em França numa reunião internacional maçónica, presidida pelo general Peigné, com representantes de Portugal, Itália, Espanha, França e Bélgica, assumindo o compromisso "de trabalhar pela preparação de uma Europa nova, na qual a Justiça e a Liberdade sejam a base da sociedade das nações para cujo fim contam com o apoio das Potências Maçónicas Latinas e Anglo-saxónicas"[53]. Há notícia de uma nova ausência do país, com regresso em 15 de Março. Certamente por isso coube a António Maria da Silva a leitura da mensagem à Grande Dieta, a 21 daquele mês[54]. A 29 de Abril de 1917, nas instalações do Grémio Lusitano, decorreu uma sessão de homenagem ao ministro de Itália em Lisboa, Attilio Serra, maçon, onde discursaram

[51] "Mensagem do Grão-mestre à Grande Dieta", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 3, Março de 1916, p. 37 a 39. Também publicado em folheto autónomo com 8 páginas.

[52] Decreto n.º 12, de 8 de Maio de 1916, *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 10, Outubro de 1914, p. 283 e 284.

[53] *Idem*.

[54] "Mensagem do Grão-mestre Adjunto à Grande Dieta", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 10, Outubro de 1917, p. 99 a 103. Também publicado em folheto autónomo, com 7 páginas.

Magalhaes_Lima.indd 96 26/10/11 9:55:12

Magalhães Lima e o "Poderoso Irmão Afonso Costa, Presidente do ministério"[55]. Em sessão solene promovida a 13 de Maio por vinte Lojas e pelo Conselho da Ordem, Magalhães Lima foi homenageado pelo décimo aniversário da sua primeira eleição como Grão-mestre[56]. Ausente de Portugal por ocasião das comemorações do centenário de Gomes Freire de Andrade, Magalhães Lima endereçou uma mensagem à comissão organizadora, para salientar o alto significado da efeméride celebrada, "num momento em que os gloriosos soldados de Portugal, os bravos marinheiros da República combatem pela Civilização contra a barbárie, pela Liberdade contra o despotismo"[57].

O turbilhão sidonista ou o Irmão Carlyle no poder

Em Setembro Magalhães Lima delegava de novo os poderes no Grão-mestre Adjunto[58]; encontrava-se em Paris quando Sidónio Pais tomou o poder em Dezembro de 1917. De imediato regressou a Lisboa, não sem medidas defensivas, como explicava: "Quando em Paris tive conhecimento da vitória de Sidónio Pais, logo fiz tenção de me precaver contra futuros ataques. E assim, ao chegar a Lisboa, resolvi não ir para minha casa, mas sim para o Hotel Frankfurt, onde permaneci durante quase um ano. Não me arrependi desta decisão por me convencer de que a dar-se um atentado, mais facilmente me assassinariam em casa do que no hotel."[59] A 29 de Janeiro de 1918 dirigia uma mensagem ao povo maçónico, poucos dias após a malograda revolta dos marinheiros – 7 e 8 de Janeiro – contra Sidónio: "A Liberdade e a República confundem-se. A Maçonaria, defendendo a República, regime legal do nosso país, mantém-se dentro do seu programa. Não conspira nem precisa de conspirar. Conjurando o perigo reaccionário, é solidária com todas as maçonarias do mundo. Os seus intuitos são bem conhecidos. Não se prestam a sofismas nem a falsas interpretações. Iludem-se, pois, os que a consideram capciosamente, com fins inconfessáveis, uma instituição diferente do que realmente é. O artigo 38.º da Constituição vigente interdiz às lojas a política militante e a participação dos maçons, colectivamente nas lutas dos partidos e nas campanhas eleitorais. Como cidadãos são os seus obreiros livres para exercer a sua acção política, mas como maçons devem abster-se de intrometer o nome da Maçonaria nas lutas eleitorais ou partidárias. Também não

[55] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 4, Abril de 1917, p. 56.
[56] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 5, Maio de 1917, p. 68 a 70.
[57] Magalhães Lima, *Centenário de Gomes Freire de Andrade. Á Comissão Promotora da Celebração do Centenário,* s. d., s. l., folheto com 4 páginas.
[58] Decreto n.º 10, de 14 de Setembro de 1917, *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 9, Setembro de 1917, p. 89 e 90.
[59] *Episódios da minha Vida,* Vol. I, p. 316.

Magalhaes_Lima.indd 97 26/10/11 9:55:12

poderão existir lojas de que, pela composição do seu quadro e pelas admissões dos obreiros, se possa inferir o propósito do predomínio exclusivo de uma classe, de uma seita religiosa ou de uma facção política.

Isto é claro e expresso. Todos os pretextos para desacreditar a Maçonaria caem pela base. Não têm fundamento. Obedecem a um sentimento de perversidade, originado no pavor que aos conspiradores das trevas causa uma instituição de Luz e de Verdade. Os criminosos odeiam efectivamente a luz que lhes denuncia os manejos. E o mesmo sucede com a Reacção relativamente à Maçonaria. Nem provocamos nem consentiremos que nos provoquem. A nossa missão é mais alta. Está acima do tumultuar das paixões profanas. Não se confunde com as violências dos homens, nem com as retaliações dos partidos."[60]

Os tempos eram difíceis. Muitos maçons foram presos por envolvimento das tentativas de revolta contra Sidónio, mas, mesmo nesse clima hostil, começaram contactos com o Grémio Luso-Escocês para uma hipotética reunificação da família maçónica portuguesa. Em Março, na tradicional mensagem à Grande Dieta, Magalhães Lima evocava Gomes Freire, por ocasião do centenário da sua morte, com evidentes referências à conjuntura da época: "Ninguém, por mais poderoso, poderá contrariar o Espírito da democracia, que segue a sua evolução lenta, natural e lógica. E eis o motivo por que me não assustam os períodos efémeros, que, por vezes, interrompem a sua marcha ascensional. São as sombras que tornam a luz mais viva e intensa (…) Atentem todos no que se passou com a nobre e altiva figura do General Gomes Freire de Andrade, o Venerando Grão Mestre da Maçonaria Portuguesa, cujo centenário foi celebrado tão luzidamente por este Grande Oriente, no mês de Outubro do ano pretérito.

No jornal que então dirigíamos [*Vanguarda*], perguntávamos em 26 de Maio de 1903 – data bem memorável para a história da liberdade em Portugal – o octogésimo aniversário do encerramento do famoso liberal e patriota, na torre de São Julião da Barra.

Para que serviu afogar em sangue as revoluções que em 1817 se deram em Portugal, em Pernambuco, e nas quais se via um prenúncio de futuros acontecimentos? Para que serviu a instauração do odioso processo contra Gomes Freire, a sua execução infame e a sua sacrílega redução a cinzas? Extinguiram estas o fogo ardente que devorava todos os peitos? Conseguiram, talvez emudecer as vozes que clamavam energicamente em prol de um regime onde houvesse direitos e deveres? Não. A onda cresceu. As vozes tornaram-se mais possantes, a energia reanimou os irresolutos e as algemas da escravidão foram despedaçadas aos clarões rútilos de um sol da liberdade.

Tornava-se necessário calar a sua voz e para isso lá estava a masmorra escura. Julgavam os tiranos que um frémito de liberdade quando sai espontâneo de peitos que sofrem resignados, se extingue, pela anulação daqueles que mais se distinguem na direcção do movimento. Desaparecem os que militavam nas fileiras. Outros chefes da

[60] "Ao Povo Maçónico", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 1, Janeiro de 1918, p. 3.

Magalhaes_Lima.indd 98 26/10/11 9:55:12

mesma fé e animados do mesmo patriotismo vêm substituir os que faltam e um dia de mais ampla liberdade raia enfim!

Gomes Freire de Andrade desapareceu. As suas cinzas, tragou-as o mar. Mas a sua obra não ficou incompleta. E o que 1817 não conseguiu ver, viu 1820. Havia uma necessidade imperiosa de respirar a plenos pulmões um ar de franca liberdade. Gomes Freire foi ignominiosa e infamemente riscado da lista dos paladinos da liberdade. Mas Fernandes Tomás, Borges Carneiro, Silva Carvalho prosseguiram com mais êxito a obra que aquele brioso militar encetara.

A Liberdade vela. Não morre. Não pode morrer, porque é superior a todas as perseguições e a todas as arremetidas."[61]

Durante o sidonismo, muitos maçons destacados foram perseguidos ou obrigados ao exílio, como Bernardino Machado, Afonso Costa, Norton de Matos e Leote do Rego, entre outros. Passaram pelas prisões António Maria da Silva, José de Castro, os coronéis Correia Barreto, João Pereira Bastos, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, Liberato Pinto, o major Joaquim Marreiros, José Barbosa. Depois do primeiro atentado contra Sidónio, registado a 6 de Dezembro de 1918, grupos de militares e civis assaltaram a sede do Grémio Lusitano, na noite de 8 para 9, com grande violência e, por extensão, grandes destruições. O mesmo sucedeu na sede da Associação Pró Pátria, na Calçada do Sacramento. Outros assaltos foram perpetrados contra os templos das Lojas Montanha, em Lisboa, Luz e Vida no Porto, União, na mesma cidade. Também foram assaltadas instalações de lojas vinculadas ao Grémio Luso-Escocês no Porto – Lojas Luz e Vida, Luz do Norte e União – e em Guimarães, a Loja Lusíadas[62].

A prisão de Magalhães Lima em 1918

A 14 de Dezembro, um novo atentado foi bem sucedido. O Presidente-rei caía sob as balas de José Júlio da Costa, em cujo bolso era encontrada uma carta de Magalhães Lima. Foi o suficiente para este ser detido no Hotel Frankfurt, e levado para o Governo Civil, não sem momentos de grande perigo de vida:

"Aquela noite foi verdadeiramente trágica. Álvaro de Castro, que tinha adoptado o processo de andar a monte, mandara-me dizer por um amigo comum, Kemp Serrão, que um revolucionário nunca se deve deixar prender. Eram onze horas e meia da noite. Perguntei ao mensageiro o que é que me poderia suceder.

– Podem-me matar? – acrescentei.

– Pois é isso mesmo o que o Álvaro receia.

[61] "Mensagem do Grão-mestre à Grande Dieta", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 3, Março de 1918, p. 13 a 16.

[62] *Supremo Conselho do 33.º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e seus Domínios e Jurisdição. Comissão Central*, Lisboa, Tipografia Comércio e Indústria, 1919, p 3.

Ponderei que era tarde para mudar de processos e que aceitaria as consequências da minha conduta.

– Fará o que entender, replicou.

Com efeito, às duas e meia da madrugada alguém batia violentamente à porta do meu quarto.

– Abra em nome da lei, gritaram de fora.

Apesar de me sentir seriamente doente com uma infecção, abri a porta para dar entrada às feras. Um aluno da Escola de Guerra avançou para mim na intenção de me agredir.

– Não se bate num preso, exclamou o chefe do bando.

Enquanto me vestia, muito à pressa, um dos agentes policiais segredava-me:

– Não se deixe conduzir a pé pelo Chiado.

– Isso é bom de dizer, respondi eu. A esta hora não há já automóveis no Rossio.

– Eu me encarregarei de o arranjar, se me dá licença, volveu o mesmo agente.

E em poucos minutos, trazia o carro que me devia conduzir ao Governo Civil, onde eles tomaram lugar com os canos das espingardas voltados para fora, para conter o público no devido respeito.

Sidónio Pais havia sido assassinado poucas horas antes. A minha prisão filiava-se na suspeita de que a Maçonaria tivesse contribuído para o emocionante acontecimento, o que era redondamente falso, como depois se provou.

Eu fui especialmente visado como chefe da Maçonaria. Ao entrar no Governo Civil vi canos de espingardas apontados para mim. O comandante da polícia levantava os braços como quem procurava acalmar a excitação geral.

Esperei duas horas no gabinete do mesmo comandante a fim de ser examinado pelos médicos, que alvitraram a minha ida para uma enfermaria, dado o meu estado de saúde. Estou convencido de que se tivesse sido obrigado a entrar num calaboiço, teria sido assassinado naquela mesma noite.

Ao cabo de uma longa espera veio buscar-me um tenente, chamado Vinagre, que meteu o braço no meu, de revólver em punho. Atravessei o longo corredor no meio de imprecações e doestos.

– Nada receie, dizia-me o bravo tenente; se o alvejarem, morreremos ambos.

Cheguei à enfermaria do Governo Civil são e salvo, o que não impediu que se dessem vários episódios durante a minha estada ali. Uma noite fui sobressaltado por uma gritaria infernal que se produzira na rua. – Queremos a cabeça de Magalhães Lima, gritava ferozmente a alfurja, que do subterrâneo tinha vindo à rua. Esperava resignadamente o linchamento porque não haveria dique possível para opor àquela vaga.

Um desconhecido assomou bruscamente à varanda e gritou:

– Magalhães Lima já não está aqui.

Foi um banho de duche. No meio da confusão perguntavam alguns alucinados:

– Onde estará?

– Talvez nos Paulistas, conclamavam vários. Neste intermédio chegou a cavalaria da guarda republicana, e pôs ponto à fúria dos canibais.

Magalhaes_Lima.indd 100 26/10/11 9:55:13

Depois de ter feito o meu depoimento-protesto contra aquela brutalidade, que nada justificava, visto que contra a minha pessoa nem sequer fora instaurado processo, fui conduzido uma noite num carro da Cruz Vermelha para o Hospital de S. José, acompanhado pelo mesmo tenente Vinagre e pelo médico Dr. Manuel Bravo.

Ali me conservei durante cerca de quarenta dias, sem ser interrogado sequer!

O intuito era manifesto: ferir a Maçonaria no seu chefe, por uma falsa suspeita arranjada adrede para esse fim. Foi uma infâmia inqualificável.

Ainda no Hospital, onde à entrada o director, Sr. Dr. Lobo Alves, me tinha afirmado que aquele quarto fora mandado reservar para mim pelo Presidente da República, se deu um episódio que caracteriza bem a selvajaria dos peles-vermelhas, meus assaltantes. Eu estava incomunicável, ao contrário dos outros meus companheiros: António Maria da Silva, Homem Cristo, Germano Martins, Beja da Silva, que gozavam a permissão de receber visitas. A polícia rendia-se de quarto em quarto de hora. Uma noite um dos agentes de revolver à cinta e carabina a tiracolo entrou no meu quarto bruscamente, abriu a janela revelando o seu intuito de me agredir. – O senhor não pode entrar no meu quarto nem abrir a janela, disse, ao que ele retorquiu:

– Descanse. Vim hoje aqui para liquidar as minhas contas com o senhor.

Homem Cristo, que passeava no corredor, ouviu estas palavras deu o grito de alarme e correu ao telefone a participar o caso para o Governo Civil. Os empregados acorreram com receio; o polícia foi substituído e eu escapei dum assassínio premeditado.

O Dr. Germano Martins estava num quarto particular do primeiro andar. Com uma gentileza que nunca esquecerei cedeu-mo, por estar mais perto dos empregados e com o fim de evitar mais tentativas. Foi ali que eu uma madrugada recebi a notícia da morte do infatigável republicano Augusto José Vieira que tanto e tão radicalmente trabalhou em vida pela liberdade de consciência.

Veio depois Monsanto e a restauração da República.

Os meus companheiros já tinham sido postos em liberdade e eu continuava ainda incomunicável.

O povo não esquece nunca os seus amigos. Um dia fui surpreendido pela marcha sobre o Hospital de milhares de pessoas à frente das quais se encontrava o Dr. Lopes de Oliveira, que intimou o director a pôr-me imediatamente em liberdade, sob pena da multidão o fazer, se ele a isso se opusesse. O polícia que me guardava fugiu. E o Dr. Lopes de Oliveira declarou-me que estava livre em nome do povo. Assim se operou a minha libertação.

Cabe-me aqui fazer um comentário ao torpe e abusivo procedimento havido para comigo. É certo que fui um dia procurado no Hotel por José Júlio Costa, que se inculcava um velho republicano alentejano. Estava eu de cama e disse-lhe que o não podia atender por me encontrar bastante doente. Muito nervoso, ele aceitou as minhas razões a chorar e, beijando-me depois a mão, exclamou:

– O senhor é o homem mais honrado de Portugal.

Não compreendi bem a sua agitação, nem aquela amável exclamativa.

Magalhaes_Lima.indd 101 26/10/11 9:55:13

Algumas outras vezes, me procurou ainda, sendo eu obrigado a recusar a sua visita pelo meu estado de saúde. Apenas uma vez o vi por conseguinte. Quando entrei na prisão o comandante da polícia perguntou-me se eu sabia porque estava preso. Respondi-lhe que o ignorava absolutamente. Ele então mostrou-me um retrato de José Júlio da Costa e acrescentou: 'Dizem que o assassino é maçon e daí a geral indignação contra o senhor corno grão-mestre da maçonaria.'

Expliquei então que me recordava de ter visto uma vez aquele indivíduo, que não ousara sequer revelar-me a mais leve intenção criminosa, que eu teria logo repelido naturalmente; que ele não era maçon e por isso mesmo era indignidade o que se estava praticando e que não podia obedecer senão a intuitos acintosos e perversos. Acrescentou o comandante que eu nada tinha a recear: que a minha prisão era meramente preventiva a fim de defender a minha vida contra quaisquer ataques imprevistos. O próprio José Júlio da Costa escreveu uma carta a pessoa amiga em que dizia, pouco mais ou menos, o seguinte: 'Tenho sofrido tudo; quiseram-me matar pela sede; atiraram-me dois tiros à queima-roupa e tudo tenho suportado resignadamente. O que não posso nem poderei nunca suportar, e o que mais me custa é que o Sr. Magalhães Lima, que eu considero um santo, esteja a sofrer por minha causa.'

Quando o sidonismo não tivesse outras vergonhas a manchá-lo, tem certamente esta da minha prisão como um estigma de que nunca poderá ilibar-se.

Fui na mesma noite da minha prisão mandado para a enfermaria do Governo Civil, como já disse. A polícia vigiava-me de perto, como se fosse um bandido famoso. O comandante da polícia visitava-me quase todas as madrugadas e era ele quem me comunicava as notícias do dia, por não me ser permitido ler jornais. Numa dessas noites de grande algazarra na rua, o Dr. Germano Martins, que fora agredido à entrada do Governo Civil, penetrou na enfermaria com uma contusão na cabeça. Avistámo-nos de longe, por estarmos em extremos opostos, com um olhar significativo de quem muito se quer.

O comandante comunicou-me uma noite que eu teria de seguir para o Hospital de São José no dia imediato. Protestei que não partiria sem deixar as minhas declarações escritas. Retorquiu-me que não era preciso visto, que a minha prisão era meramente preventiva, e eu não tinha processo instaurado.

– Pouco importa, acrescentei, o que se torna indispensável é que eu deixe o meu depoimento escrito antes de partir.

– Se assim o deseja, volveu, mandar-lhe-ei amanhã o escrivão e o ajudante para esse fim.

Efectivamente, no dia seguinte, veio o chefe Tinoco para reduzir a auto as minhas declarações, que foram formais e categóricas.

Durante os trinta e tantos dias que estive no Hospital de São José ninguém me interrogou, porque o não podia fazer, visto não haver base jurídica para isso. De modo que me encontrei simplesmente à mercê duma polícia selvagem, e do carinho inexcedível do ilustre médico Dr. Moreira Júnior, a quem não serei suficientemente agradecido, e dos meus enfermeiros, que mais me trataram como um doente comum do que como um preso político.

Apesar de todas as precauções eu poderia evadir-me, se tivesse querido. Não o fiz para que não pudessem considerar-me de alguma maneira cúmplice e ainda para

Magalhaes_Lima.indd 102 26/10/11 9:55:13

demonstrar aos canibais, meus perseguidores, que não receava as suas arremetidas. Esperei, tranquilamente, a hora da justiça. A hora chegou, e ao povo a devo. Tinha a certeza de que através das amarguras que sofri o momento de resgate não podia falhar. Era uma questão de tempo. Tal é a minha confiança na justiça. E essa confiança mantem-se no meu espírito com a mesma intensidade. Pela justiça e pela verdade me tenho sacrificado, por elas continuarei a sacrificar-me, e delas espero a reparação para todas as malsinações, para todas as violências e para todas as iniquidades.

Com quanto todos estivessem convencidos da minha inocência, a principiar pelo presidente do ministério, a autoridade permitia diariamente a afixação de cartazes nas esquinas das ruas, apontando-me como criminoso, mandados colocar pelos inimigos da Maçonaria, ao mesmo tempo que me afirmava nada ter a recear. É uma singular maneira de manter a ordem pública. Mas isto deu-se em pleno sidonismo, sem embargo do propósito em contrário, que apregoavam os seus sectários.

Esse período bárbaro e cruel parece ter esquecido a muitos. A história, porém, não deixará de o apreciar como deve, e isso bastará a uma das suas vítimas como a mais completa desafronta.

Também por ocasião do regicídio, estando eu exilado em Paris, me foram atribuídos intuitos, que estiveram bem longe do meu espírito. E assim como Rocha Martins, com invulgar imparcialidade, se encarregou de me desforçar contra as calúnias que o sidonismo havia arremessado sobre a minha pessoa, assim também o meu velho condiscípulo, João Franco, por ocasião da celebração das bodas de oiro do nosso curso, aproveitou o ensejo para declarar espontaneamente com a autoridade que lhe assistia como antigo presidente do ministério, referindo-se à morte de D. Carlos, que eu não tinha as mãos tintas no sangue do regicídio."[63]

Enquanto esteve na prisão, Magalhães Lima foi reeleito Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido em Dezembro de 1918. Mas os ecos do ocorrido fizeram-se sentir no Parlamento onde, aliás, estavam maçons no activo ou a coberto.

Na sessão da Câmara dos Deputados, realizada a 13 de Dezembro, sob a presidência do Dr. António Lino Neto, o Dr. Maurício Armando Martins Costa, em negócio urgente, fez veemente protesto contra o assalto afrontoso feito à sede do Grémio Lusitano.

Foi secundado pelos deputados José Augusto de Melo Vieira, Adriano Marcolino de Almeida Pires, João Tamagnini de Sousa Barbosa – em nome do governo, porque então era Secretário de Estado das Finanças, – Joaquim Crisóstomo da Silveira Júnior, João de Castro, Adelino Mendes e Francisco Pinto da Cunha Leal que afirmou: "Por suspeitas, estão nas cadeias dez mil presos políticos." No encerramento dos trabalhos, o deputado Maurício Martins Costa aproveitava a presença do Secretário de Estado do Interior, para voltar a reclamar justiça contra o referido assalto ao Grémio Lusitano, dizendo: "Para conhecimento do Governo, vou ler, nesta casa, o que a tal propósito diz um homem honrado, venerando e respeitabilíssimo cidadão, cujos cabelos embranqueceram numa luta espiritual de cinquenta anos sem uma descrença, sem um desfalecimento, em prol da democracia, da liberdade, da

[63] *Episódios da minha Vida,* Vol. I, p. 316 a 325.

bondade e da justiça e que, pela coerência de todos os seus actos, pelo seu justo prestígio internacional, pelos seus serviços à nação e sobretudo pela rara isenção do seu carácter bem merece ser ouvido com o maior acatamento.

– O Dr. Magalhães Lima... (*interrupção do Sr. António Sardinha*). Não pode o Sr. Sardinha nem ninguém pôr em dúvida o carácter honrado de Magalhães Lima; e é a autoridade que daí provem que eu saliente perante V. Ex.ª e perante a Câmara, a propósito das informações que S. Ex.ª vem prestar-nos com a responsabilidade do seu nome, sobre o assalto ao Grémio Lusitano."

E terminado o seu discurso Maurício Costa disse: "Escusado é lembrar os melindres da situação internacional que dos factos podem provir. Conhece-os o Governo como eu, pressente-os naturalmente o país. Prometeu o Secretário de Estado do Interior (António Bernardino Ferreira) nomear uma comissão de inquérito. Em seguida o deputado Francisco da Cunha Leal, citou factos concretos, sobretudo passados no Porto, e maus-tratos infligidos a presos políticos[64].

Ainda no mesmo dia, no Senado, Machado Santos proferia uma intervenção particularmente acutilante, antecedido por Canto e Castro, Secretário de Estado da Marinha:

"Ouvi com toda a atenção o que disse o ilustre titular da pasta da marinha; mas declaro que fiquei na mesma ignorância em que estava.

S. Ex.ª disse que o prolongamento do estado de sítio era preciso pelos acontecimentos que se haviam dado e eu não sei a que acontecimentos S. Ex.ª se refere, porque enunciar simplesmente o 12 de Outubro e a greve nada elucida, como não elucida também o que foi esse atentado, e o Parlamento nada sabe, porque a própria imprensa, que está amordaçada, pouco disse a tal respeito.

Qual a origem desses factos?

Que motivos houve para encarcerar dez mil homens?

O Sr. Canto e Castro (Secretário de Estado da Marinha): – O número não é exacto.

O Orador: – Pode V. Ex.ª dizer-me quantos são os presos políticos?

O Sr. Canto e Castro (Secretária de Estado da Marinha): – Não chega a mil.

O Orador: – Só mil estão em Elvas. V. Ex.ª desconhece tudo; não está ao facto da que se passa no país.

V. Ex.ª não sabe quantas criaturas estão presas: são aos milhares. O Sr. Secretário de Estado da Guerra devia sabê-lo. Estará esse seu colega no Gabinete melhor informado que V. Ex.ª? Estou certo de que também o não está! Afora alguns culpados, há milhares de inocentes nas prisões. E o grande mal é entregar-se a instrução dos processos a indivíduos que vão desempenhar essa missão mediante uma gratificação mensal. Quanto mais demorar o serviço, mais rende.

Isto é tremendo porque nunca acabam os motivos de inquietação e de revolta. Por cada inocente preso, levantam-se, pelo menos, dez indivíduos contra o Governo (…)

[64] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 7, 13 de Dezembro de 1918, p. 21.

Magalhaes_Lima.indd 104 26/10/11 9:55:13

Vou ler à Câmara um documento que me foi enviado pelo sapientíssimo Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, o grande homem de bem, que é conhecido em todo o mando pela sua Maldade e honradez, o Sr. Dr. Magalhães Lima.

Leu.

Mando este documento para a Mesa, a fim de V. Ex.ª, Sr. Presidente, o pôr à disposição dos Srs. Senadores que o queiram ler.

Quer dizer: Foi com o conhecimento da polícia que se assaltou o Grémio Lusitano!

Eu gostaria muito que o Governo me pudesse responder a este ponto; mas, como já disse, S. Ex.ª o Sr. Secretário de Estado da Marinha, que é uma criatura bem-intencionada e honestíssima – o nosso conhecimento data de há muitos anos – não está ao facto do que se passa no país.

Depois do assalto ao Grémio Montanha e ao grupo Pró-Pátria, instalados na Calçada do Sacramento, os assaltantes foram levar os destroços ao Governo Civil!

Em seguida ao 12 de Outubro, já o declarei, há pouco em aparte, ao ilustre colega, que me antecedeu no uso da palavra, debaixo de forma e comandados pelo Rocha Corticeiro alguns indivíduos foram assaltar as redacções dos jornais.

Este facto foi presenciado por mim e pelo Sr. Rocha Martins, Deputado da Nação.

Mas S. Ex.ª também ignora isto!

Sr. Presidente: o que se tem cometido neste país, em matéria de atropelo à lei, de desordem e arbítrio do poder é simplesmente extraordinário!

Referiu-se também o meu ilustre colega às origens e causas dos últimos acontecimentos, o foi filiá-las nas perseguições políticas e ódios antigos.

Tem S. Ex.ª carradas de razão.

Realmente não se pode ter neste país o rótulo de democrático, porque isso é o bastante para se ser enclausurado numa prisão.

Sob minha honra declaro a V. Ex.ª, Sr. Presidente, que sempre que eu quis, como Ministro do Interior, arrancar alguns indivíduos das prisões que não dependiam do meu Ministério, não o conseguia.

A culpa deles não era nenhuma; era simplesmente a de terem ficado vencidos por uma revolta em que nós ficámos vencedores.

Efectivamente, é a estas origens que se deve ir buscar a intranquilidade em que se vive."[65]

Libertado a 24 de Janeiro de 1919, Magalhães Lima reassumiu o seu cargo e procurou minimizar os estragos tanto materiais como morais causados ao Grande Oriente Lusitano Unido. Publicou então um manifesto onde analisava a sua prisão:

[65] *Diário do Senado*, Sessão n.º 6, de 13 de Dezembro de 1918, p. 8 e 9.

Magalhaes_Lima.indd 105 26/10/11 9:55:13

O significado de uma prisão

"Acaba o Grémio Lusitano de publicar um eloquente manifesto[66] em que a minha personalidade moral fica ao abrigo de qualquer comentário ou suspeita. Penhora-me o facto, porque o meu único mérito tem sido, com efeito, este: manter íntegra, através de todas as vicissitudes, a unidade moral da minha vida. A minha prisão injusta, arbitrária, inqualificável, se me abalou fisicamente, em nada afectou a minha honra e a minha dignidade. Os que me conhecem fizeram-me desde logo inteira justiça. Os que não me conhecem e que, arrastados por sugestões da hipocrisia e da malvadez jesuítica, porventura hesitaram um instante, hão-de ser obrigados a render-se à verdade que é eterna e que está felizmente acima das paixões humanas. Fui preso e condenado a uma rigorosa incomunicabilidade de 40 dias apenas por ser Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa. Foi este o meu único crime. Não tenho pois, de que me defender. Nem tenho que censurar-me nem consentirei que a calúnia me atinja. A minha consciência, inviolável e sagrada, está acima de todos os julgadores e de todos os julgamentos. Mas tenho certamente que protestar contra a monstruosa violência de que fui vítima que representou uma iniquidade revoltante.

O assalto ao Grémio Lusitano, que havia sido precedido pelos assaltos às Lojas do Porto, de Viana do Castelo, de Braga e ao Grémio Montanha, o arrombamento da porta da minha casa, a destruição e o roubo que ali se praticaram, tudo isto se relaciona e obedeceu ao mesmo plano tenebroso. Ódio de jesuíta não cansa. A campanha contra a Maçonaria vinha de longe. A Reacção clerical, mercê da benevolência criminosa que lhe dispensavam os poderes públicos, supunha-se triunfante. A Maçonaria afrontava-a. Era preciso dar uma satisfação ao ultramontanismo, eliminando a Maçonaria e o seu Grão-mestre. Tal era a miserável situação em que nos encontrávamos na noite trágica em que fui preso.

Com o fim consciente de desacreditar a instituição, propalou-se cavilosamente que o assassino do Dr. Sidónio Pais era maçon. E, ao redor desta afirmação, mentirosa e vil, fizeram-se correr as mais extravagantes acusações, acusações torpíssimas que davam bem a medida da perversidade dos seus autores. Eu nem sequer conhecia o referido criminoso. Apenas o vi, uma única vez, quando ele me procurou para relatar faltas graves, dizia ele, que se passavam na sua terra natal (Alentejo). Como estivesse, porém, doente de cama, não o pude ouvir; isto ocorreu na presença de duas pessoas que estavam no meu quarto. E ele mesmo se encarregou de o declarar numa carta em que afirmava que, por mais tentativas que tivesse feito, não havia logrado falar-me sabre o assunto magno. E é aqui que está o mistério. Esta carta, que procuraram relacionar com o atentado no intuito de me comprometer, foi-lhe

[66] *Manifesto do Grémio Lusitano ao Povo Português*, folha de grandes dimensões, Tipografia Comercial, Lisboa, s. d. Nela se protestava contra "os inauditos atentados de vandalismo, destruição, roubo e ataque pessoal praticados contra a Maçonaria Portuguesa, nos Templos do seu Palácio em Lisboa e nas Secções do Porto, Viana e Braga, e contra o seu insigne Grão-mestre Dr. Magalhães Lima".

Magalhaes_Lima.indd 106 26/10/11 9:55:13

encontrada na algibeira e não havia sido enviada ao seu destinatário. Admitamos que a referida carta, que durante bastante tempo esteve guardada num cofre particular, quando devia estar junta ao processo, tivesse sido na verdade encontrada no poder do criminoso. A quem era dirigida? Porque não foi enviada? O criminoso, ao praticar o crime, bem deveria supor que seria preso se não fosse morto no mesmo momento. Estava naturalmente indicado que não devia levar consigo documentos que pudessem atingir outras pessoas. Mas não o fez. Deste facto ressalta singularmente e nitidamente o propósito firme de envolver no *complot* a Maçonaria e o seu Grão-mestre. Por temperamento, por educação, pelo meu feitio idealista, abomino os atentados sejam eles contra quem for. O Sr. Dr. Sidónio Pais condenara violentamente o assalto ao Grémio Lusitano. Mas, nessa ocasião, tramava-se já na sombra contra ele e contra a República. De modo que não seria difícil descobrir a mão negra que preparou o golpe.

E assim se explica a minha incomunicabilidade, durante quarenta dias. Era preciso criar atmosfera, alimentar a campanha feroz da imprensa monárquico-clerical e ainda a que era afecta ao governo de então, unidas para o mesmo fim; era necessário, enfim, 'uma cabeça de turco' para mascarar a infâmia e dar satisfação aos vilíssimos traidores. Não havendo uma única prova que me pudesse comprometer, era natural que, dados o meu passado, os meus serviços prestados à República com a maior dedicação e o maior desinteresse, a minha longa existência de homem de bem, eu fosse posto imediatamente em liberdade.

Não sucedeu, porém, assim. E porquê? – Porque a minha vida corria perigo, dizia-se. Mas não consideraram ou fingiram não considerar que, conservando-me incomunicável, favoreciam a campanha dos miseráveis insultadores e davam satisfação aos clericais que se clamavam em altos berros a cabeça do Grão-mestre da Maçonaria.

Este facto é tremendo, porque revela a cobardia moral em que vivemos. É tremendo, porque prova que a Reacção, para saciar os seus instintos ferozes, procurava atraiçoar a República, apontando à vindicta pública maçons e republicanos. E isto passava-se, para suprema vergonha, no momento em que estava reunida a Conferência da Paz, com o fim de inaugurar a era definitiva da Democracia do mundo! Até se pensou em estabelecer a pena de morte, para eliminar de vez quem tanto os incomodava.

Com 68 anos de idade e com mais de 40 consagrados à propaganda da minha terra e dos meus ideais, passei pela maior afronta por que podia passar um homem nas minhas condições. Confesso que uma dor profunda me acompanhará no resto dos meus dias. Lamento que na minha pátria, que procurei sempre tornar admirada e amada pelo mundo fora, se me não tivesse logo feito publicamente a justiça a que davam direito o meu passado e o meu carácter e que outros países, como a França, a Itália, a Suíça, a América, etc., me não recusaram desde a primeira hora.

Fui a vítima de uma infâmia sem nome.

A República ressurge, porém, mais forte do que nunca. E todos os que sofreram, como eu, se devem, só por isso, julgar, até certo ponto, compensados das cruel-

dades por que passaram. Volto serenamente ao meu posto, mais confiante do que nunca nos destinos da minha raça e no futuro da minha pátria.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1919."[67]

Na mensagem à Grande Dieta, feita a 14 de Abril, fazia uma retrospectiva dos acontecimentos: "Toda a negra falange do mal, no intuito de ferir a Maçonaria que odeiam de morte, tentaram comprometê-la fazendo pesar sobre ela uma acusação infamante. E foi efectivamente assim que se forjaram os processos de Dreyfuss, em França, e o de Ferrer, em Espanha. Mas, acima da vil calúnia e da miserável torpeza, estavam a imortal Justiça e a eterna Verdade. O triunfo não podia, pois, ser duvidoso.

Vinha de longe o ódio à Maçonaria e obedecia a um plano tenebroso, longamente meditado. E o duelo, que se tornou mundial, entre o conservantista, sintetizado na Reacção jesuítica, e a Liberdade que tem a Democracia como suprema expressão. Assaltadas as Lojas do Porto, Braga e Viana do Castelo; atacados o Grémio Montanha e o Grémio Lusitano, o fim dos desprezíveis bandoleiros era eliminar a instituição maçónica em Portugal, como se a Maçonaria, que é universal, pudesse desaparecer. O assassinato do vosso Grão-mestre, que o medo não deixou consumar, em vez de enfraquecer as nossas fileiras, torná-las-ia, ao contrário, mais fortes. Foi sempre efémera a acção das tiranias. Quando um dia se escrever a história do ano sinistro que decorreu, o assalto ao Grémio Lusitano e a prisão do vosso Grão-mestre hão-de chumbar para sempre ao pelourinho da ignomínia os cafres que tal ousaram.

A nossa instituição passou por uma dura provação. Dir-se-ia que havíamos regressado alguns séculos atrás e que nos encontrávamos de novo em plena Idade Média. Saqueado o nosso palácio, ultrajados os nossos templos, destruídos os nossos móveis, arrombado o nosso cofre, roubada a nossa escrita, os sicários confiaram na impunidade. O acto serviu porém, para os desmascarar e constituiu um aviso salutar aos liberais para que se mantenham atentos e vigilantes"[68].

Ainda em 1919 registava-se uma nova ausência no estrangeiro. Segundo o decreto n.º 15, de 7 de Setembro, entregava o malhete ao Grão-mestre Adjunto, António Maria da Silva[69]. Em Dezembro já se encontrava em Portugal. Nos dois anos seguintes escasseiam as informações sobre a sua actividade maçónica. Desconhecem-se mensagens à Grande Dieta em 1920, mas a presença e a actuação do Grão-mestre na estrutura maçónica eram atestadas de decretos até 22 Agosto. A partir desta data e até 22 de Dezembro, foi substituído por António Maria da Silva. O desempenho do Grão-mestre Adjunto mereceu o reconhecimento de Magalhães Lima através de um decreto de agradecimento pela forma como António Maria da Silva exerceu a efectividade do seu cargo até à data em que "retomamos o malhete"[70].

[67] *O Significado da minha prisão. A lição dos factos – Para que todos aprendam e se mantenham vigilantes.* Publicado em folha solta. Reproduzido em *A Vida de um Apóstolo, Tribuno*, p. 40 a 43.

[68] *À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre*, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1919, p. 1.

[69] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 10, 20 de Setembro de 1919, p. 2.

[70] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.os 1 a 12, Janeiro – Dezembro de 1910, p. 35.

Magalhaes_Lima.indd 108 26/10/11 9:55:14

A passagem do seu 70.º aniversário foi assinalada pelo jornal *A Luz*, que publicou o seu retrato e uma biografia[71].

A fundação da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem

Na mensagem à Grande Dieta de 1921, manifesta-se receoso sobre a eventualidade de novos assaltos ao Grémio Lusitano e sublinha a campanha anti-maçónica desencadeada por alguns jornais monárquicos. Mas apontava alguns progressos registados: "A minha visita ao Porto, em que me acompanharam dedicados maçons e amigos, representantes de quase todas as Lojas ao Vale de Lisboa, deu o resultado que esperava. Os trabalhos retomaram a sua antiga actividade e a moção, aprovada entre aclamações, na grande reunião que se realizou naquela cidade, e de que já tendes conhecimento, provam bem a disposição em que estão os nossos Irmãos, tanto os do Porto como os de Braga e Viana do Castelo que se fizeram representar."[72]

A 3 de Abril de 1921, no salão do Ateneu Comercial de Lisboa, decorreu uma sessão presidida por Teófilo Braga onde foi apresentada uma nova associação: a Liga Portuguesa dos Direitos do Homem[73]. Inspirava-se na Liga dos Direitos do Homem e do Cidadão, fundada em Paris em 4 de Junho de 1898 para defender todos os que sejam ameaçados na sua liberdade. A iniciativa partiu mais uma vez de Magalhães Lima, escolhido para presidir a esta estrutura, secundado por Luz de Almeida, vice-presidente da direcção composta por sete vogais: Estêvão da Silva, Carlos de Lemos, Luís de Melo Ataíde, Agostinho Fortes, Álvaro Neves, Carneiro de Moura e Ramos Paiva. Segundo os seus estatutos, a Liga procurava reunir cidadãos portugueses, republicanos e socialistas, com o objectivo de defender e fazer vingar os princípios de liberdade e de justiça enunciados nas Declarações dos Direitos do Homem proclamadas em 1789 e 1793. Podem filiar-se nesta associação os indivíduos de ambos os sexos, com mais de dezoito anos, com profissão definida e bom comportamento moral e civil. Para realizar o seu objectivo a Liga propunha-se combater o abuso da autoridade, a ilegalidade, o arbítrio, a intolerância, o facciosismo e atentados à humanidade, tendo sempre como base que aos direitos correspondem implicitamente deveres. Poderia intervir na vida política e administrativa do Estado, sempre que o seu Directório o entendesse, nunca como comparticipante do poder executivo, mas como actuante junto dos poderes do Estado, através de representações, publicações, comícios e conferências. Comprometia-se a não inter-

[71] "Dr. Magalhães Lima. Na passagem do 70.º Aniversário do ilustre e prestantíssimo Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, *A Luz*, n.º 93, de 1 de Junho de 1910, p. 1 e 2.

[72] *À Grande Dieta. Mensagem da Grande Dieta*, folha solta, sem data nem local de impressão. Induz-se que é de 1921, pelo seu conteúdo – "Nos catorze anos do meu Grão-mestrado".

[73] "Liga Portuguesa dos Direitos do Homem", *A Luz*, n.º 110, de 16 de Abril de 1921, p. 8.

Magalhaes_Lima.indd 109 26/10/11 9:55:14

vir nos litígios em que só se discutissem interesses particulares ou de política estritamente partidária.

Esta associação, largamente animada por Magalhães Lima, perdurou durante todo o período da Ditadura Militar e do Estado Novo, sempre ligada à Maçonaria, e à oposição democrática, integrada por figuras como Barbosa de Magalhães, Barbosa Sueiro, Adão e Silva, Abílio Mendes e Nuno Rodrigues dos Santos.

Em Outubro de 1921, Magalhães Lima participou no Congresso Internacional Maçónico em Genebra, cuja presidência integrou. Nesse conclave foi fundada a Associação Maçónica Internacional, entidade à qual o Grande Oriente Lusitano Unido ficou ligado desde 1 de Janeiro de 1922[74]. Durante esta ausência no estrangeiro delegou em António Maria da Silva, mas, no impedimento deste, a direcção do Grande Oriente Lusitano Unido coube ao Presidente do Conselho da Ordem, António Augusto Curson[75]. Em Dezembro era reeleito Grão-mestre novamente, mas só reassumiu as funções em Março de 1922[76]. A mensagem à Grande Dieta deste ano incidia largamente sobre a sua participação no congresso de Genebra: "A declaração de princípios, adoptada pelo Congresso é sugestiva: 'A Franco-maçonaria, instituição tradicional, filantrópica, filosófica e progressiva, baseada sobre a aceitação do princípio que todos os homens são irmãos, tem por objecto a investigação da verdade, o estudo e a prática da moral e da solidariedade. Ela trabalha para a melhoria material e moral, assim como para o aperfeiçoamento moral e intelectual da humanidade, tendo por princípios a tolerância mútua, o respeito dos outros e de si mesmo, a liberdade de consciência.' Segue esta frase, proposta e redigida pelos maçons franceses: 'A Maçonaria tem por dever estender a todos os membros da humanidade os laços fraternos que unem os Franco-mações em toda a superfície do globo'."[77] Pela primeira vez referia o desejo de renunciar ao cargo: "Era meu propósito firme, depor o meu mandato. Obedeci, porém, às solicitações dos nossos Irmãos para não criar dificuldades à marcha da nossa Augusta Ordem. Para todos apelo, pois, a fim de que todos igualmente se compenetrem dos seus deveres e colaborem conjuntamente, solidariamente, numa obra de indispensável disciplina e de mútua conciliação e confiança. Só assim me poderei dar por compensado do meu assentimento às considerações a que me submeti, embora persista na mesma intenção."

[74] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.os 1-6, de Janeiro – Julho de 1923, p. 20 e 21.

[75] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.os 2-12, de Fevereiro – Dezembro de 1921, p. 34 – 35.

[76] Decreto n.º 8, de 21 de Março de 1922, *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.os 1-12, de Janeiro – Dezembro de 1922, p. 6.

[77] *À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre*. Folha solta, Lisboa, Tipografia do Grémio Lusitano, Lisboa.

Magalhaes_Lima.indd 110 26/10/11 9:55:14

Nova candidatura à Presidência da República

Um ano depois, a 21 de Março de 1923, em mensagem à Grande Dieta, reafirmava-se fiel aos princípios maçónicos e disposto a lutar pelos mesmos, não obstante o peso dos anos: "Quando se tem lutado por um ideal, durante algumas dezenas de anos, como eu fiz com a satisfação do dever cumprido, fala-se de cabeça erguida e pode-se bem com a responsabilidade dos próprios actos. Aos setenta e quatro anos dizia Victor Hugo: – Principio agora a minha vida. Eu poderia dizer também, depois das duas lições recebidas, que começo a viver. Amo apaixonadamente os meus princípios. Morrerei com eles, porque nunca deixarei de ser um liberal convicto e um maçon, atributo que ponho acima de todas as outras qualidades. Uma coisa fundamental separa e divide os homens: o culto da verdade e o amor da justiça. A mentira rebaixa e avilta, e o sectarismo, qualquer que seja o aspecto que revista, é odioso e torna o homem selvagem: – *homo homini lupus*.

A luta entre a liberdade e a reacção é secular. A favor da primeira empreguei todo o meu vigor físico e o meu melhor esforço moral. Não estou arrependido. Neste sentido dirigi a minha vida política, tendo sempre em vista servir os interesses dos que trabalham, dos que sofrem, dos que são explorados. A minha revolta não cessou contra tudo o que julgo iníquo e violento. O meu relativo bem-estar é mais um motivo para que me interesse pelos que lutam por um melhor amanhã, mais justo e mais perfeito. A unidade moral da minha vida foi sempre a minha principal preocupação. Nestas palavras está a alma dum maçon, a alma dum republicano."[78]

O ano de 1923 ficou assinalado pela eleição presidencial, nova oportunidade para alguns sectores maçónicos – e não só – se agitarem, em torno da candidatura de Magalhães Lima. Em Julho era divulgada uma representação dirigida ao Congresso, onde se sugeria o nome do Grão-mestre para a Presidência da República, subscrito por Teófilo Braga[79]. Esse documento procurava demonstrar as condições exemplares de Magalhães Lima para o desempenho do cargo em apreço: "Magalhães Lima nunca recebeu benesses do Estado nem aceitou cargos públicos remunerados. Tão-pouco se imiscuiu na finança ou em empresas comerciais ou industriais. É um apóstolo da democracia pura, da confraternização dos povos. Considerado no estrangeiro como nenhum outro português, ele goza no presente momento de tamanha honra. Honra que abrange todos os portugueses, qualquer que seja o seu ideal político.

Aproxima-se a eleição do supremo magistrado da República Portuguesa. Um grupo de portugueses vem sugerir ao Congresso o nome de Sebastião de Magalhães Lima que se impõe como nenhum outro cidadão por todo o seu passado honesto e pelo grande prestígio que conquistou e tem além fronteiras". Para além de Teófilo, o presidente da Comissão, os outros dois membros eram destacadas figuras da

[78] *À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre,* folha solta, Lisboa, Tipografia Rua da Atalaia, 1923.

[79] *Documentos Históricos referentes à 7.ª Eleição Presidencial e Candidatura do Senhor Dr. Sebastião de Magalhães Lima, publicados pela Comissão apresentante da mesma Candidatura*, Lisboa, Imprensa Lucas & Cia, 1923, p. 3 a 5. Também publicado em folha solta com duas páginas.

Magalhaes_Lima.indd 111 26/10/11 9:55:14

Maçonaria: Fernão Botto-Machado e Alexandre Ferreira, para além de Álvaro Neves. No *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido* foi publicada uma mensagem no mesmo sentido: Qual o maior galardão conferido na nossa democracia ao mérito superior, ao civismo superior, à idealização superior? É o da suprema magistratura; porque tal cargo pertence, de direito, ao melhor dos cidadãos. Quando a maioria da nação assim o entende, e proclama Magalhães Lima, não podem os maçons portugueses mostrar desinteresse por tal facto, mostrando um flagrante desrespeito pelo mais prestimoso dos seus Irmãos: seria não só uma injúria, mas sobretudo uma negra e inqualificável ingratidão."[80] O texto era assinado por Fernão Botto-Machado, José Januário Ferreira Pinharanda, membro do Supremo Conselho do 33.º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito (REAA) afecto do Grande Oriente Lusitano Unido (GOLU) e por João de Freitas Ribeiro, oficial da Armada, figura destacada da Maçonaria.

Em Agosto seguinte, Magalhães Lima respondia por carta ao empenhamento de Teófilo Braga na sua eleição:

> "Meu querido Amigo e Mestre
>
> Comovidamente lhe agradeço a indicação que fez do meu nome para candidato à Presidência da República.
>
> Os meus princípios de filosofia política, decerto um pouco radicais, evidentemente que excedem a orientação dada à República, que nem é dos insignes enciclopedistas de 89, nem a dos grandes homens de 48, nem sequer a que lhe imprimimos em 5 de Outubro de 1910.
>
> Mas o ter sido indigitado, para a primeira magistratura do País pelo Mestre amado; a verdadeira consagração que me tributou a imprensa estrangeira, e a manifestação calorosa com que me distinguiu o povo português, rica massa de oiro e única garantia do regime republicano, ficarão como um documento claro, afirmativo e eloquente da minha carreira política e como um diploma de honra, que é a coroa harmónica da minha coerência e da minha isenção em mais de cinquenta anos de combate pela Verdade e pela Justiça.
>
> Poucos se poderão gabar de igual título honorífico e de tamanha fortuna.
>
> Julgando-me inteiramente satisfeito com tão carinhosas demonstrações de apreço, peço-lhe, querido Mestre e Amigo, que receba os protestos do meu mais profundo e inolvidável reconhecimento.
>
> Agosto de 1923.
>
> Magalhães Lima."[81]

[80] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.os 7-9, Julho – Setembro de 1923, p. 20 e 21.

[81] *Documentos Históricos referentes à 7.ª Eleição Presidencial e Candidatura do Senhor Dr. Sebastião de Magalhães Lima, publicados pela Comissão apresentante da mesma Candidatura*, Lisboa, Imprensa Lucas & Cia, 1923, p. 30.

Magalhaes_Lima.indd 112 26/10/11 9:55:14

Tal como sucedera no passado, o Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa recebeu um voto isolado na eleição que elevou Manuel Teixeira Gomes à suprema magistratura do Estado. E à semelhança das experiências anteriores, este facto não representou uma contrariedade inultrapassável para Magalhães Lima. Pelo contrário, em Setembro participou no 2.º Congresso da Associação Maçónica Internacional em Genebra, no qual estiveram representadas 27 potências maçónicas de vários países; desse grupo, dez potências da América Latina solicitaram o apoio do Grande Oriente Lusitano Unido para ingressarem na Associação Maçónica Internacional. O Grão-mestre Adjunto, António Maria da Silva, assumiu os seus poderes durante essa permanência no estrangeiro[82]. Em Novembro encontrava-se já no exercício do seu cargo, agradecendo a António Maria da Silva o "elevado e carinhoso zelo e grande proficiência" com que desempenhou as funções confiadas[83].

A 16 de Janeiro de 1924 tem lugar a cerimónia de investidura de Magalhães Lima e de António Maria da Silva como Grão-mestre e Grão-mestre Adjunto, respectivamente. O Orador da Grande Dieta, João de Freitas Ribeiro, pronunciou um discurso de saudação a Magalhães Lima e de diagnóstico da situação portuguesa e da Maçonaria: "É necessário remover a lastimosa apatia em que mergulhou a Maçonaria Portuguesa e que é afinal o reflexo da austera, apagada e vil tristeza em que se debate o mundo profano."[84]

Na Mensagem à Grande Dieta de 21 de Março, além de considerações sobre a situação internacional e a sua participação no congresso de Genebra do ano anterior, Magalhães Lima fazia um apelo: "Na sociedade portuguesa, há muito egoísmo a destruir, muita vaidade a desfazer, muito mercantilismo a combater. Para isso é que precisamos de constituir um alto apostolado, alheio a interesses inconfessáveis e a sectarismos condenáveis, baseado na pureza dos princípios que andam esquecidos. Demasiado se há demolido: chegou a hora da reconstrução."[85]

Em Abril, era lançado mais um projecto ligado à Maçonaria, a Junta de Propaganda Liberal, instalada na Universidade Livre. O manifesto, datado de 20 de Abril, elenca como sócios fundadores Magalhães Lima, António Ferrão, Agostinho Fortes, Fernão Botto-Machado, Alexandre Ferreira, Roman Navarro e Estêvão da Silva. O seu objectivo era "combater, intensa e estranhamente a propaganda reaccionária obscurantista"[86].

A 18 de Maio, Magalhães Lima presidiu à sessão magna da Grande Dieta para solenizar a Festa da Paz, durante a qual expressava o seu apoio ao projecto do presidente Wilson da Sociedade das Nações[87].

[82] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.os 7-9, Julho – Setembro de 1923, p. 15.
[83] Decreto n.º 53, de 8 de Novembro de 1923, *Idem*, n.º 11, Novembro de 1923, p. 15.
[84] *Idem*, n.º 1, de Janeiro de 1924, p. 15.
[85] "O Grão-mestre à Grande Dieta", folha solta. Papelaria e Tipografia – Rua Nova do Almada, 59-62.
[86] Junta de Propaganda Liberal. Folheto com 4 páginas.
[87] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 5, Maio de 1924, p. 191.

Magalhaes_Lima.indd 113 26/10/11 9:55:14

No final desse mês, entre os dias 25 e 29 de Maio, participou no Congresso Maçónico Nacional, no Palácio do Grande Oriente, em Lisboa. Em Setembro seguinte deslocava-se a Bruxelas para assistir ao Congresso da Associação Maçónica Internacional, realizado nos dias 25, 26 e 27 do mesmo mês. Era substituído António Maria da Silva[88]. Por pouco tempo; em Outubro reassumia as suas funções[89].

Na sua mensagem à Grande Dieta de 21 de Março de 1925, Magalhães Lima reflectia sobre a situação nacional: "Assistimos a uma luta decisiva entre o velho mundo que procura impor os seus dogmas e os seus privilégios e uma nova sociedade que reclama pão e justiça para todos. Não pôde haver dúvida sobre o resultado final da contenda. A história o diz e afirma. Mas o combate terá de ser doloroso e prolongado.

Não é a liberdade que está em perigo. São os servidores dos princípios arcaicos que estão destinados a desaparecer, por serem incompatíveis com o espírito do nosso tempo.

Não é a República que está ameaçada. A República é o ideal supremo que se conserva no seu pedestal luminoso porque o governo da nossa razão e da nossa dignidade, como homens e como cidadãos. São os maus patriotas republicanos, traficantes dos bons princípios para seu uso pessoal, que merecem a nossa repulsão.

Condenamos todas as violências que estão fora do nosso propósito. Ninguém, por mais alta que seja a sua categoria, poderá contrariar as leis da evolução humana. E daí deriva a nossa fé de sempre, o nosso invariável optimismo e a nossa absoluta confiança nos destinos da humanidade, e que tanto monta dizer, nos destinos da Democracia."[90]

Apesar do estado de saúde e da idade, que não recomendavam grandes esforços, Magalhães Lima deslocou-se a Portalegre para instalar a Loja Humanidade, a 14 de Julho de 1925, acompanhado por outras destacadas figuras da Maçonaria. A imprensa da época é omissa quanto ao verdadeiro objectivo da viagem, mas nela surgem abundantes notícias sobre a deslocação a Portalegre de Magalhães Lima, com o pretexto de ir ali presidir a uma conferência de Armando Luís Rodrigues, acompanhado pelo coronel Estêvão Águas, senador João José da Costa, Armando Luís Rodrigues, João António Araújo, José Costa Assunção, José António Araújo e Amaral Frazão.

A 6 de Janeiro de 1926 era publicado o decreto que punha em vigor a nova constituição maçónica[91]. Na sua mensagem à Grande Dieta de 21 de Março daquele ano, advertia contra a progressão das forças conservadoras: "É indispensável impor silêncio às paixões, reduzindo cada um à sua esfera de acção. A Companhia de Jesus infiltrou-se em todos os ramos da actividade nacional. Os factos o demonstram.

[88] *Idem*, n.º 7, Julho de 1924, p. 219. A transmissão é repetida no *Boletim* n.º 9, de Setembro de 1924, p. 259.

[89] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 10, de Outubro de 1914, p. 275.

[90] "À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre", folheto com 4 páginas, sem local de edição nem de impressão.

[91] *Idem*, n.º 1, de Janeiro de 1926, p. 2 a 24.

Magalhaes_Lima.indd 114 26/10/11 9:55:15

O projecto, apresentado no Parlamento, para a concessão da personalidade jurídica à Igreja; a reorganização da Cruzada Nun'Álvares, de carácter fascista; o intento de alterar a lei do divórcio, e de introduzir o ensino religioso nas escolas, são sintomas alarmantes que nos obrigam a uma acção rápida e imediata.

Voltaram a estabelecer-se em Portugal as congregações religiosas.

A nossa união é, pois, baseada sobre motivos de moral, de patriotismo e de dignidade individual e colectiva.

Há uma obra a fazer que se impõe à nossa consciência de maçons e de republicanos: manter as reivindicações liberais, conquistadas com o nosso esforço, sacrifício e até mesmo com o nosso sangue.

Não hesitemos um instante. Sejamos dignos de nós mesmos, da nossa tradição e daqueles que nos precederam nas lutas a favor da liberdade."[92] E regozijava-se com o sucesso de vários anos de negociações que visavam a reunificação das duas grandes obediências maçónicas portuguesas, o Grande Oriente Lusitano Unido e o Grémio Luso-Escocês: "A minha alma vibra num grito de vitória. É o grito do soldado de Maratona, que teve apenas tempo para proferir a palavra Vencemos. Sim! Depois de alguns anos de luta, vencemos, isto é, venceu a Razão que é soberana contra o artifício e contra o erro. A união das duas Obediências – o Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito e o Grande Oriente Lusitano Unido – era necessária e impunha-se. Não se compreendia a dissidência entre duas colectividades que prosseguem um mesmo fim e trabalham pelo mesmo ideal. Nem é português nem republicano quem for contra a união."

A reunificação da Família maçónica portuguesa

A união[93] foi festejada a 15 de Março de 1926, com uma grande sessão congratulatória. No Palácio Maçónico compareceram mais de mil pessoas, as diversas Oficinas com os seus estandartes. "Quando, pelas 22 e meia horas, ao som da Portuguesa executada por uma orquestra, entraram no salão o venerando democrata Sr. Dr. Magalhães Lima, e o dedicadíssimo e ilustre liberal Sr. Costa Gomes, uma prolongada salva de palmas ecoou por entre repetidos e entusiásticos vivas à Pátria, à República e à Liberdade, tendo também sido imensamente ovacionados todos quantos regressavam àquela fraterna conjunção, e muito em especial o honrado e estimado republicano Sr. Luz de Almeida."[94] O Presidente do Conselho da Ordem, Santos Lima, sublinhou que "no momento em que se dá, lá fora, a cisão de

[92] "À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre", *Idem*, n.º 3 e 4, de Março e Abril de 1926, p. 86 a 88. Também publicado em folheto.
[93] Ver "A União da Família Liberal", *A Luz*, n.º 191, de 1 de Abril de 1926, p. 1 e 2.
[94] *Idem*.

Magalhaes_Lima.indd 115 26/10/11 9:55:15

um partido constitucional, a Maçonaria une-se!"[95]. Quatro dias depois realizava-se uma sessão idêntica no Porto; o cenário escolhido foi a sede do Grémio União, na Rua das Taipas, onde comparecerem Magalhães Lima e Costa Gomes, que proferiram, no meio de grande entusiasmo, apelos para a necessidade de se congregar esforços na luta contra o conservadorismo que atacava em vários países e também em Portugal[96]. Magalhães Lima continuou no Porto até ao dia 21, regressando então a Lisboa. Na estação do Rossio foi recebido por uma grande multidão e por delegações das Lojas Elias Garcia, Montanha 214, Ordem e Progresso, Montanha 428, Futuro, Liberdade, Altivez, Acácia, Liberdade e Justiça, Solidariedade, Irradiação, Fénix, Luís de Camões, Civismo, Serrania, José Estêvão, Madrugada, Obreiros do Trabalho, Rectidão, Fraternidade Colonial, Tolerância, Aliança, Paz e Concórdia, Renascença, Grémio Excursionista Civil do Monte e Centro Republicano Dr. Magalhães Lima. "Na estação viam-se velhos republicanos do tempo da propaganda, bastante emocionados com a frisante manifestação de solidariedade que se efectuava."[97] Foi um momento de grande unidade, em vésperas da tempestade que se abateria sobre o país.

Depois do 28 de Maio

Com o golpe militar de 28 de Maio de 1926 começou uma nova fase na história da Maçonaria em Portugal. Inicialmente existiu até uma certa confusão. O comité revolucionário de Lisboa era formado pelos comandantes Mendes Cabeçadas, Armando da Gama Ochôa, o capitão de infantaria Jaime Baptista e o tenente Carlos Vilhena, um grupo maioritariamente constituído por maçons, à excepção do último elemento. O coronel António Lopes Mateus, um dos organizadores do 28 de Maio, futuro ministro do Interior em 1930-1, da Guerra 1931-2, deputado e governador-geral de Angola, pertenceu à Loja José Estêvão, de Aveiro.

A situação vivida pela Maçonaria depois do 28 de Maio foi de alguma perplexidade perante a evolução dos acontecimentos. Não existem tomadas de posição oficiais, que seriam até pouco prováveis pela indefinição vivida a nível político. Mas à medida que as forças mais conservadoras vão controlando a situação, pela mão de Carmona e de Sinel de Cordes, procedia-se a uma clarificação da realidade política nacional.

[95] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.os 3 e 4, Março e Abril de 1926, p. 115.
[96] *Idem*, p. 2 e 3.
[97] "A chegada do Sr. Dr. Magalhães Lima a Lisboa", *Idem*, p. 3 e 4.

Magalhaes_Lima.indd 116 26/10/11 9:55:15

As revoltas contra a Ditadura

Embora o Grande Oriente Lusitano Unido, enquanto tal, não tenha participado ou apelado à participação nas revoltas armadas contra a Ditadura, muitos maçons pegaram em armas nas insurreições republicanas de Fevereiro de 1927. Na sublevação de dia 3, no Porto, de entre os seus mais destacados chefes estava o capitão-de-fragata Jaime Alberto de Castro de Morais, iniciado em 1909 na L. *Independência Nacional* (Luanda), *Liberdade* (1910), *Elias Garcia* (1919), o capitão Nuno Cerqueira Machado Cruz, iniciado em 1928 no Triângulo n.º 272 de Mortágua. Exilado em Espanha, regressou clandestinamente a Portugal sendo preso e deportado para S. Tomé, de onde se evadiu. Preso de novo, fugiu para Espanha, onde morreu. Com o comando rebelde instalado no Hotel Bristol, em S. Pedro de Alcântara, o seu principal elemento, o coronel José Mendes dos Reis, fora iniciado em 12 de Janeiro de 1927 na Loja Liberdade, "Marquês de Pombal": Um dos seus adjuntos era o major Viriato Sertório dos Santos Lobo, antigo governador civil de Lisboa. Ao completar o tempo de ausência ilegítima necessária para constituir deserção, foi abatido ao Exército como desertor em 12 de Março de 1927. Foi para França e depois exilou-se na Argentina, onde geriu uma casa comercial. Era detentor de numerosos louvores e condecorações, incluindo a de Cavaleiro da Torre e Espada (1919), com permissão de usar uma palma dourada sobre a fita da medalha, Oficial (1921) e Comendador (1923) da Ordem Militar de Avis e Comendador da Ordem Militar de Cristo (1923). Fora iniciado em 17 de Abril de 1912 na Loja Avante, de Mafra, com o nome simbólico de "Sertório Romano". Outro elemento destacado era o major Artur Sangremann Rodrigues, um dos sargentos de Artilharia 1 no 5 de Outubro de 1910 e igualmente maçon. Na revolta do dia 8 de Fevereiro, morreu o capitão de infantaria Américo Olavo Correia de Azevedo. Antigo membro do Corpo Expedicionário Português (CEP) em França, fora condecorado com a Cruz de Guerra e com a Torre e Espada por actos de bravura praticados durante a campanha. Feito prisioneiro pelos alemães na Batalha de La Lys (9 de Abril de 1918), só voltou a Portugal nos princípios de 1919. Foi eleito deputado pelo Funchal nas eleições realizadas em 11 de Maio do mesmo ano. Iniciado na Loja Montanha em 1901, foi membro do grupo dos Jovens Turcos e exerceu o cargo de ministro da Guerra de 8 de Maio a 6 de Julho de 1924.

Nos preparativos da chamada Revolta do Castelo fora preso, a 1 de Maio de 1928, o capitão António Augusto Franco, destacado elemento da Maçonaria. Fora iniciado a 21 de Abril de 1913 na Loja Pátria Integral, de Luanda, com o nome simbólico de "Pedro Nunes" filiou-se na Loja Lusíadas de Lubango em 10 de Junho de 1917. Nesse ano atingiu o grau 33.º do Rito Escocês Antigo e Aceito (REAA). Era Venerável honorário das Lojas Lusíadas (Lubango) e Pátria Livre (Mossâmedes). Regularizado a 20 de Outubro de 1927 na Loja Cândido dos Reis, de Lisboa, foi nomeado inspector maçónico da província de Trás-os-Montes em 31 de Dezembro de 1927. Membro do Supremo Conselho do Grau 33.º do REAA. Esteve também implicado, de novo, o capitão Nuno Cerqueira Cruz.

Na sua mensagem à Grande Dieta de 21 de Abril de 1927, Magalhães Lima afirmava: "A Reacção vê na Maçonaria a garantia da República, e daí a sanha com

Magalhaes_Lima.indd 117 26/10/11 9:55:15

que arremete contra ela. Inventam-se factos vis para a desacreditar. Propalam-se propositadamente intenções que nunca existiram, ocultando-se também propositadamente os assinalados serviços que a Liberdade lhe deve (...). Abandonem os adversários a esperança de nos desarmar. Não somos daqueles a quem se intimida ou a quem se corrompe. No nosso posto nos mantemos, no nosso posto nos conservaremos contra todos os prejuízos, contra todos os preconceitos, contra todas as superstições."[98]

A situação política não permitiu a realização do congresso maçónico agendado para Abril de 1927. Devido a nova ausência no estrangeiro de Magalhães Lima, José da Costa Pina, residente da Grande Dieta assumiu todos os poderes[99]. O Grão-mestre deslocou-se a Londres para participar na International Conference of The Press, com a presença de 25 países. Magalhães Lima presidiu às sessões do congresso e respondeu ao discurso do Lord Mayor[100]. Por razões de segurança, a partir de 31 de Agosto de 1927, todos os documentos, incluindo o *Boletim,* passaram a ostentar apenas os nomes simbólicos. O envolvimento de muitos maçons, militares e civis, nas revoltas de 1927 e 1928 contra a Ditadura intensificou a repressão que afectou o Grande Oriente Lusitano Unido e as suas instalações.

Na sua derradeira mensagem à Grande Dieta, datada de 21 de Março de 1928, Magalhães Lima referiu-se aos tempos difíceis que Portugal vivia: "Não pode apelidar-se Pátria um país minado por ódios vesgos, uma terra onde medram as ambições, as invejas, as vaidades, a ganância sórdida. Pátria é sinónimo de Liberdade. Onde está a Pátria aí está também a Liberdade. É frase consagrada.

A nossa Pátria atravessa infelizmente um período que não tem igual na História de Portugal. É mais do que uma crise moral: é uma verdadeira dissolução de costumes. E para esse espectáculo é que a Maçonaria tem de olhar com olhos de ver, a fim de evitar a sua continuação nefasta.

Não há dúvida que a crise alastra por outros países do mundo. Mas entre nós, mercê da profunda ignorância que domina os espíritos, da falta de cultura, da desagregação social, que se nota com funda mágoa, da descrença, da ausência de homens, a crise reveste um carácter especial, que se torna urgente remediar (…). Compreende-se a campanha do reaccionarismo contra a Maçonaria, que ainda hoje em Portugal é uma garantia da Liberdade e da República.

Uma instituição secular de carácter universal que se tem mantido no seu posto através dos séculos, com a mesma coerência e a mesma nobreza, está por si mesma defendida. Se assinalamos o facto da recrudescência na campanha contra a Maçonaria, é unicamente para fazer ver a todos os Maçons que se devem manter no seu posto de honra, com mais firmeza do que nunca, e que são cobardes aqueles que nesta conjuntura abandonam as suas posições e desertam dos seus lugares.

[98] "À Grande Dieta. Mensagem do Grão-Mestre", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.os 1-4, Janeiro – Abril de 1927, p. 8 a 10. Também publicado em folheto.

[99] Decreto n.º 8, de 27 de Junho de 1927, *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.os 5-9, de Maio – Setembro de 1926, p. 3.

[100] *Grande Oriente Lusitano Unido. Relatório do Conselho da Ordem relativo ao ano de 1927 (era vulgar),* Lisboa, Tipografia Minerva Peninsular, 1928, p. VII.

Magalhaes_Lima.indd 118 26/10/11 9:55:15

Se assinalamos o facto, é para chamar à ordem os que andam transviados dos princípios e do ideal maçónico. Urge fazer obra maçónica, queremos dizer obra nacional, provocando uma perfeita união entre todas as classes sociais, como medida de salvação pública. Urge despertar o espírito público, levando-o à comunhão moral que caracteriza uma verdadeira nacionalidade. Urge lembrar a cada um os deveres a cumprir, que têm andado esquecidos por muitos. Urge, enfim, libertar-nos do prejuízo, do preconceito, do fanatismo, da superstição. Urge, enfim, fazer a vida espiritual que caracteriza a nossa instituição, revivendo-a pela sua história e pelos serviços prestados à Liberdade e à Civilização e pelo seu futuro que ninguém poderá destruir por maior que seja o seu poder. A Maçonaria é imortal, como a Liberdade.

Intentar destruí-la seria o mesmo que aniquilar a própria liberdade que devemos amar com fervor, sacrificando-nos por ela até à derradeira gota de sangue."[101]

Com o agravamento do estado de saúde de Magalhães Lima, a sua actividade foi substancialmente reduzida. O último decreto maçónico subscrito pelo Grão--mestre era datado de 22 de Novembro de 1928; nesse documento autorizava-se a instalação de um Triângulo em São Tomé.[102]

Depois da sua morte, António Augusto Curson, Presidente da Grande Dieta, assumiu os poderes inerentes ao Grão-mestre e iniciou o processo tendente à realização de eleições para os cargos de Grão-mestre e de Grão-mestre Adjunto.[103]

A 8 de Janeiro de 1929 o Supremo Conselho do Grau 33.º do REAA levou a efeito uma sessão fúnebre evocativa, onde usou da palavra José da Costa Pina: "A Liberdade em Portugal tornou-se escravidão, os cidadãos numa carneirada de Panurgio. Temos que voltar aos princípios que geram o homem livre na posse de si mesmo, de contrário afundar-se-á a Pátria de tantos séculos de existência. E assim é infelizmente. Maçons portugueses, Republicanos e Liberais, acordai, clamou Magalhães Lima!".[104]

A 7 de Março de 1929, no Palácio Maçónico, decorreu uma Sessão de Pompa Fúnebre à memória de Magalhães Lima, com uma oração de Amílcar Ramada Curto, ficando a música a cargo de Júlio Cardona[105]. Foi ainda publicado um número especial do *Boletim do Grande Oriente Lusitano Único*, inteiramente dedicado ao falecido.

O prestígio do velho republicano, maçon e livre-pensador também se traduziu pela existência de duas Lojas com o seu nome. A primeira, em Salónica, do Rito Escocês Antigo e Aceito, que recebeu o n.º 341 e laborou sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano Unido entre 1911 e 1916. A segunda, do Rito Francês, que recebeu o n.º 441, foi fundada em 1929 e só abateu colunas na clandestinidade.

[101] "À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre", folheto com 4 páginas, sem indicação do editor.
[102] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 3, de Março de 1928, p. VII.6, p. 2.
[103] *Idem* n.os 11 e 12, Novembro – Dezembro de 1928, p. 4 e 5. p. 4 e 5.
[104] *Discurso proferido na Sessão Fúnebre de 8 de Janeiro de 1929 pelo irmão José da Costa Pina*, Lisboa, Tipografia Minerva Peninsular, 1929, p. 8.
[105] *Sessão de Pompa Fúnebre à memória do Sapientíssimo Grão-Mestre Dr. Sebastião de Magalhães Lima*, folheto com 4 páginas.

Magalhaes_Lima.indd 119 26/10/11 9:55:15

Capítulo IV
Magalhães Lima e a República

Magalhães Lima foi sempre um republicano federalista, embora o seu pensamento quanto ao modelo de regime a adoptar em Portugal depois da queda da Monarquia tenha conhecido alguns ajustamentos ditados pela evolução política da Primeira República.

O Federalismo

Em 1874, no mesmo ano em que saiu a lume a tradução portuguesa da obra *Do Princípio da Federação*, de Proudhon, era publicado em Lisboa, pela Nova Livraria Internacional – incluído na Biblioteca Republicana Democrática – um pequeno folheto de 64 páginas com a indicação de ser uma versão portuguesa da responsabilidade de Magalhães Lima, ao tempo um quase desconhecido estudante da Universidade de Coimbra. O opúsculo intitulava-se *Os Estados Unidos da Europa*. Quanto ao autor – que não era indicado, talvez por lapso – tratava-se de Charles Lemmoinier, uma das mais relevantes figuras do movimento pacifista europeu de então, e também um lutador incansável pela causa da união europeia. Nascido em Beauvais, Oise, a 27 de Novembro de 1806, Lemmoinier viria a falecer em 1891, pouco tempo após ter sido visitado, na sua residência em Lausanne, por Magalhães Lima. Fundador da *Revue Philosophique et Religieuse*, em 1845, suprimida no ano de 1858, foi um defensor intransigente dos direitos das mulheres e organizador do 1.º Congresso da Paz e da Liberdade, que se realizou em Berna, a 9 de Setembro de 1867, sob a presidência de honra de Garibaldi e os auspícios de Victor Hugo. Dali surgiu a Liga Internacional da Paz e da Liberdade, que se apresentava como uma "associação de homens livres e conscientes, sem distinção de nacionalidade", inspirada nas doutrinas de Kant sobre a paz e a necessidade de a política ser a aplicação da moral. Do princípio da autonomia, a Liga induzia ser necessário respeitar a autonomia e a independência dos povos. Dos princípios da liberdade e da igualdade decorria, por uma evolução progressiva, a solidariedade de interesses e a fraternidade dos homens e dos povos verdadeiramente civilizados.

A Liga, com numerosas e ilustres adesões – Mazzini, Littré, Louis Blanc... – iniciou a publicação de um periódico intitulado *Estados Unidos da Europa*, cujo número inaugural viu a luz do dia em Berna, a 5 de Janeiro de 1869. O seu

2.º Congresso, celebrado naquela cidade entre 22 e 26 de Setembro de 1868, aprovou importantes conclusões, considerando que "o sistema republicano federativo, que tem por base a independência individual e que garante de cima a baixo a autonomia das comunas e das províncias, é o único que assegura o auto governo, permitindo às populações disporem de si mesmas, e nesse sentido, nenhum princípio de liberdade, nenhum interesse social deve ser sacrificado à forma federativa". O Congresso exprimiu ainda o desejo de que os povos em situação de realizar a organização que se considerava como a condição natural da liberdade e da paz, se federassem entre eles para formar o núcleo ao qual se pudessem juntar sucessivamente outros povos, à medida que possuíssem laços que os unissem. Não existiam, assim, incompatibilidade nem impossibilidade de se constituírem novas federações parcelares na Europa, a exemplo das já existentes. Como modelo de constituição provisória, o Congresso recomendava a adopção das constituições suíça e americana.

Havia, porém, uma condição prévia para a formação dos Estados Unidos da Europa – a existência de governos republicanos nas nações que se desejassem federar, para que fosse consagrado não apenas o direito de cada nação dispor de si própria, mas também o livre exercício do sufrágio universal como meio de exercer a autonomia, O 3.º Congresso da Liga (Lausanne, 14 a 18 de Setembro de 1869), sob a presidência honorária de Victor Hugo, teve como principal objectivo lançar as bases para uma ordem jurídica internacional que evitasse a guerra no Velho Continente e regulasse os conflitos por meios pacíficos, nomeadamente com o recurso à arbitragem. Apontava-se mesmo para a formação de um Tribunal Internacional "directamente eleito e instituído pelo povo". O coroar de todo esse edifício só podia ser um: "O Congresso decide que o único meio de fundar a paz na Europa é a formação de uma federação de povos sob a denominação de Estados Unidos da Europa. Que o governo dessa união deve ser republicano e federativo, isto é, filho da soberania do povo e da autonomia de cada um dos membros da confederação."

No mesmo folheto, *Os Estados Unidos da Europa*, fazia-se uma perspectiva histórica do problema, com realce para alguns nomes tidos como fundamentais – Henrique IV, o Abade de Saint Pierre, Kant e Saint-Simon.

Noutros livros publicados posteriormente, Magalhães Lima voltou a abordar a problemática da federação europeia e do federalismo em geral. Em o *Socialismo na Europa*, publicado em 1892 com um prefácio de Benoît Malon[1], dedicava um capítulo a Charles Lemmoinier e à Liga Internacional. Em *La Fédération Ibérique*, publicado em 1892 com uma carta prefácio de Auguste Vacquerie[2], chamava à colação Pi y Margall, para declarar: "O federalismo é o único sistema de governo que pode conciliar elementos tão variados que se encontram em cada sociedade: raças, religiões, ideias, costumes, línguas, etc., e o único sistema capaz de realizar as aspirações de progresso, cujo equilíbrio produz a revolução contínua e pacífica da humanidade."[3] Mais adiante, considera que todos os esforços da democracia deviam ser orientados

[1] Magalhães Lima, *O Socialismo na Europa*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1892, p. 369.
[2] Magalhães Lima, *La Fédératiom Ibérique*, Paris, Imprimerie Gautherin, 1892, p. 310 .
[3] *Idem*, p. 20.

Magalhaes_Lima.indd 122 26/10/11 9:55:16

no sentido da constituição de uma "grande federação ocidental", republicana, a qual consolidaria definitivamente a ordem e a paz na humanidade. Essa tendência para a unidade via-a Magalhães Lima bem patente na Europa e em países como a França, Itália, Inglaterra, Alemanha, Áustria, Hungria, Rússia, Bélgica, Holanda e Suíça. A necessidade de um acordo sobre bases federativas era ainda um imperativo dos tempos modernos: "O advento do federalismo é inevitável, porque produz a única organização cujo tipo se mostra em harmonia com as condições modernas da vida social, transformada pela ciência e o desenvolvimento da indústria, ou, se se quiser, com o estado republicano, que se refere a estas condições (...). A ideia federal está infalivelmente destinada a prevalecer porque não há outra correspondente à fase histórica em que estamos inseridos: porque ela é a solução geral, a única possível". *O Livro da Paz*, publicado em 1895[4] é dedicado "À memória sacratíssima de Charles Lemmoinier. O grande e devotado amigo da paz e da justiça, apóstolo intemerato da federação e glorioso evangelista dos Estados Unidos da Europa". No capítulo VI daquela obra, Magalhães Lima afirmava: "É na federação que reside o verdadeiro fundamento da paz. Povos federados o mesmo é que povos solidários. A federação é a república aperfeiçoada, a república alargada, a república completada."[5] Referindo-se à Europa em particular, citava Novicow, utilizando a expressão "federação do grupo europeu": "Se o grupo europeu se convertesse numa federação, poderiam facilmente suprimir-se as alfândegas entre os estados."[6]

No livro *A Obra Internacional*[7], o autor reafirmava as ideias anteriormente expostas: "O sistema federativo, além de possuir a virtude suprema de conciliar os dois excelentes princípios da unidade nacional e da independência dos grupos históricos existentes, significa e representa ainda uma diminuição da autoridade."[8] A Federação Ibérica seria uma etapa para a futura federação europeia, "como esta seria, por sua vez, uma etapa para a futura federação humana"[9]. Magalhães Lima antevia a confederação ibero-americana, a Europa em "comunicação permanente com a América, suprimindo o oceano e as distâncias". Neste ponto, coincidia com Victor Hugo quando afirmava: "Um dia virá em que estes dois grupos imensos, os Estados Unidos da América e os Estados Unidos da Europa, colocados um em frente do outro, se estenderão as mãos por cima dos mares."[10] Esta perspectiva é clara: "O caminho da Europa é o da federação, é o da formação dos Estados Unidos da Europa, mas estes não seriam mais do que um meio para chegar à federação humana". No opúsculo *O Federalismo*[11] Magalhães Lima faz um pequeno resumo de tudo o

[4] Magalhães Lima, *O Livro da Paz*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand – José Bastos, 1895, p. 232.
[5] *Idem*, p, 110.
[6] *Idem*, p. 114.
[7] Magalhães Lima, *A Obra Internacional*, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1896, p. 139.
[8] *Idem*, p. 63.
[9] *Idem*, p. 74.
[10] *Idem*, p. 91.
[11] Magalhães Lima, *O Federalismo*, Lisboa, Biblioteca Popular e Orientação Socialista, Companhia Nacional Editora, 1898, p. 64. Ver também da mesma colecção e também de Magalhães Lima, *Paz e Arbitragem*, 1897, p. 64.

Magalhaes_Lima.indd 123 26/10/11 9:55:16

que escrevera sobre o tema, usando aí a expressão "Estados Unidos da Península" e "República Federal da Ibéria".

Como se vê, tanto Magalhães Lima como outros autores portugueses e estrangeiros tomaram, no século XIX, algumas posições notavelmente coincidentes com as de muitos europeístas contemporâneos, federalistas ou não. Mas também se fizeram ouvir vozes de advertência contra projectos que não respeitassem a vontade dos povos. Quando, recentemente, se discutiu em diversos países europeus, a pertinência ou não da realização de referendos para aprovação de tratados, como forma mais democrática e completa que o simples acordo dos governos, recordamos aqui as palavras de Charles Lemmoinier, transcritas por Magalhães Lima no final de *O Livro da Paz*: "A primeira de todas as condições necessárias à formação, à solidez e à duração da federação, é que esta federação seja bem compreendida e francamente querida, não só pelo governo de cada uma das nações, chamada a constitui-la, senão também pela grande maioria dos cidadãos que compõem a mesma nação. (...) A adesão dos governos não bastaria; é indispensável o assentimento explícito, o voto formal dos cidadãos, ou, pelo menos, o dos seus representantes, especialmente autorizados para esse fim."[12]

Do sonho à realidade, dos projectos à concretização, as distâncias revelaram-se enormes. Com a proclamação da República, Magalhães Lima procurou aplicar os seus ideais; o seu prestígio e a sua posição na Assembleia Constituinte, integrando a Comissão da Constituição, poderiam facilitar esse desiderato. O projecto de Constituição que apresentou traduzia, em larga medida, o seu pensamento descentralizador. Mas esse projecto não só não foi aprovado, como a Constituição de 1911, fundamento do novo regime, pouco se assemelhava aos anseios acalentados durante tantos anos pelos republicanos federalistas. Um deles, José Marcelino Carrilho, não hesitou em criticar duramente o novo código fundamental, atribuindo-lhe todos os males de que a República iria sofrer: "A Constituição actual da República foi modelada, por princípios acentuadamente antagónicos com os preceitos democráticos preconizados no velho programa do partido republicano, de 11 de Janeiro do 1891, ulteriormente confirmado no Congresso partidário de 1906; (…) dessa aristocrática Constituição nasceu o conflituoso contacto parlamentar do poder executivo com o poder legislativo; o sectário lugar de Presidente da República, o oligárquico senado, os imoralíssimos raptos parlamentares, que nem a pútrida e deposta monarquia tolerava, e ainda outras falidas excrescências, todos dias robustecedoras da alimentícia plataforma de pastas e postas, e portanto retintamente contraditórias com a República democrática proclamada unanimemente na sessão de 19 de Junho de 1911, conforme o preceituado no n.º 2 do decreto da mesma data, inserto no *Diário do Governo* n.º 141 do 20 do retro-citado mês e ano; (…) de todos estes aleijões e de outros muitos que deixamos omissos, para não fatigarmos demasiadamente a atenção dos que nos ouvem, resulta o facto incontestável de nos encontrarmos num regime viciado, que, além de essencialmente nocivo pelo seu arremedo dos processos monárquicos, se desprestigia pelo muito que tem de ridículo, com as suas

[12] Magalhães Lima, *O Livro da Paz*, citado, p. 219 e 220.

Magalhaes_Lima.indd 124 26/10/11 9:55:16

jocosas farsas protocolares e outras exibições não menos destoantes dos aprumados e altivos princípios igualitários; (…) a norma que, por todos os motivos se nos impõe, é a que dimana da República Helvética, cuja simplicidade, modéstia e barateza de processos, em toda a sua extensão, exclui o cultivo absoluto de vaidades, de ostentações, de idolatrias e de idólatras, que entre nós tanto têm corroído a vida nacional."[13] Magalhães Lima não iria tão longe, mas estaria, certamente, de acordo com algumas destas críticas contundentes.

As lutas políticas e as rivalidades pessoais não tardaram a fazer-se sentir logo após a implantação do novo regime, tal como ocorrera no Liberalismo, afectando a precária unidade do Partido Republicano. Os confrontos na Constituinte, com a formação de diversos grupos organizados acabaram por revelar uma realidade que poucos continuavam a querer ignorar: o PRP era uma confederação de correntes e de personalidades que apenas se conservaram unidos com o comum objectivo de derrubar a Monarquia. Agora, alcançado esse desiderato, a unidade era dispensável.

Reformar a República

Magalhães Lima colocou sempre em primeiro lugar a defesa do novo regime. Mas nunca deixou de criticar o que devia ser criticado. Numa carta a Emílio Costa, a propósito do opúsculo deste último, *A Magna Questão,* em que manifestava algumas reservas sobre os primeiros passos do novo regime, Lima escrevia: "A obra da República, considerada no seu conjunto, e é no conjunto que devem apreciar-se todas as obras revolucionárias, é já grande. Compete a todos nós os que nos interessamos pela sua marcha, envidar todos os esforços para lhe corrigir os defeitos."[14]

Magalhães Lima não escondia as reservas e até as críticas abertas quanto ao rumo que a República tomava, principalmente depois da experiência sidonista. As entrevistas a diversos jornais são muito significativas.

Em Agosto de 1921, o diário *O Mundo* publicava declarações de Magalhães Lima, nas quais manifestava preocupações quanto ao rumo que a República estava a tomar e propunha algumas medidas correctivas:

"Pergunta-me o [que] penso do acto eleitoral? – Nunca é demais que o diga. Os atentados eleitorais marcarão com o ferro em brasa os traficantes que os praticaram. Foi uma vergonha, no ponto de vista moral e um crime no ponto de vista republicano.

[13] Folheto *Grémio Obreiros do Trabalho. Falando Claro. Reformas indispensáveis neste momento ao engrandecimento pátrio à consolidação da República, ao crédito do País, ao sossego e ao bem-estar de toda família portuguesa*.

[14] Carta de Magalhães Lima para Emílio Costa, datada de 31 de Dezembro de 1913. Colecção do autor.

Magalhaes_Lima.indd 125 26/10/11 9:55:16

Não pode isto continuar assim. Voltamos aos tempos de Azambuja e do Peral. Este estado de coisas gerou a desilusão, a desconfiança, e, em muitos, a descrença. Ninguém acredita já nos homens políticos e a repulsão pelos agrupamentos, melhor diríamos pela exploração do Estado em proveito próprio, é completa.

A política tornou-se um negócio. A tradição republicana está ameaçada de morte. Que ninguém se iluda. Chegámos a uma hora extrema, para a qual é preciso recorrer a remédios heróicos, substituindo os homens pelos princípios. A nacionalidade afunda-se pela dissolução moral e pela falta de carácter. Muitos milhares de pessoas se dizem republicanos, e, supondo sê-los não o são. Não há coerência, não há sequer o pudor aparente que deve caracterizar os actos individuais e colectivos. Há sim, egoísmo e cinismo, porque cada um trata de si, atropelando o semelhante, e vê tudo através da sua pessoa, da sua vaidade e das suas ambições inconfessáveis. Julgo-me com autoridade de falar assim, porque, sendo um dos mais antigos republicanos, como o grande Teófilo, nunca pretendi nada da República e nada quero dela. Tenho a coragem de dizer em voz alta o que todos preferem em voz baixa. Atravessamos um período de covardia moral que repugna. Muita palavra, sem dúvida. Mas os actos não correspondem às palavras, revelando uma vida de equívoco, de ficção e de mentira.

Penso que é preciso recomeçar a propaganda definindo campos e definindo princípios. A mixórdia que nos avassala criou a confusão nos espíritos. Não há clareza e não há sinceridade. Que os monárquicos sejam monárquicos, está muito bem. Que os católicos sejam católicos, também se compreende. Mas que os republicanos, desde que se dizem tais, sejam também republicanos. Arranquemos as máscaras aos falsos republicanos. Depuremos. A obra de saneamento impõe-se. Mal vai aos que não querem ouvir. Mal vai aos que não querem ver. Digamos como Paulo Luís Courier: 'Senhores de cima, olhai para o que se passa e tende juízo se podeis!'

Os acontecimentos hão-de dar-se fatalmente. Não se compreende um regime sem base moral. Vivemos uma vida de expedientes, sem estabilidade ministerial, sem unidade de pensamento e de acção, sem coesão. Existimos, mas não vivemos. E o que se torna necessário é viver e deixar viver. A República acusa um recuo lastimável, façamos um pouco de história.

Todos se recordam ainda do famigerado padre Matos e do seu jornal *O Portugal*. Foi essa invasão do clericalismo, assenhoreando-se da administração e do ensino que mais contribuiu para a proclamação da República. Pôde bem dizer-se que voltámos a esses tempos, desde que há republicanos que tomam o compromisso de dar a prioridade aos registos religiosos do nascimento (do nascimento, note-se, que é o cadastro administrativo da população) sobre o registo civil. Tudo isto é inadmissível.

Afirma-o um velho, que contempla com profunda dor o miserável espectáculo das consciências degeneradas.

Levanto um brado de alerta, porque quero morrer digno de mim mesmo. E tenho a autorizada segurança que muitos me acompanharão. Dezenas de cartas recebidas o demonstram. Blanqui, o célebre revolucionário que com Raspail passou uma parte da sua vida na prisão, ao expirar, exclamou: 'Recomecemos'. Pois bem: apesar dos anos, recomeçarei e defenderei a verdade custe o que custar e doa a quem doer. Cabe a palavra aos republicanos, sem epíteto, àqueles que foram os verdadeiros fundadores da República e que têm direito a falar. Quem são? Como se chamam?

Magalhaes_Lima.indd 126 26/10/11 9:55:16

Pouco importa isso. São a legião anónima dos que trabalham e produzem e não se vendem. São os homens do povo.

Tenho absoluta confiança nos destinos da República, porque tenho também absoluta confiança no povo. É ele a garantia do regime. Tudo retrocedeu menos ele. É dentro desses peitos rudes que está a alma da República. Percorrerei o país e com ele organizarei a resistência. Quem me diria, há cinquenta anos, que teria para defender em plena República, os mesmos ideais do passado, de atacar rudemente os processos que na monarquia ataquei e que se renovaram.

Consola-me, porém, o encontrar-me no mesmo lugar de sempre. Só ou acompanhado é o mesmo. A alguns dos arautos de hoje, ouvi desdenhar da República, quando aos poucos que éramos nos apodavam de doidos.

Tempos idos, mas não tempos esquecidos. A tradição republicana não morrerá, asseguro-o. E o que significa essa tradição? Significa a satisfação do dever cumprido, a honra, a coerência e a isenção. Não, ó mortos queridos, a vossa lição renascerá e o vosso exemplo frutificará. Enquanto eu viver, ó mestres saudosos e insubstituíveis, as vossas memórias serão a luz iluminadora do nosso ideal. Os tempos mudaram, por certo. Mas a noção moral tem de ser a mesma. Honra-se a República, reagindo contra a dissolução, de caracteres que se tornou temerosa.

Creio que esta obra é uma obra da salvação da liberdade e de salvação da República. O meu fim directo é levantar de novo o espírito republicano, fazer vibrar a alma popular. Para isso se organizou, sem carácter permanente nem político, a União Liberal que tem um fim imediato: reclamar dos poderes públicos o estrito e rigoroso cumprimento das leis anti-congreganistas. Esta questão apaixona tanto o povo como o da vida cara. São as únicas que terão o condão de levantar o espírito público abatido. Que juízo se poderá fazer de um *regímen* onde as leis são desrespeitadas e onde o açambarcador medra impune. A indisciplina e os maus exemplos vêm de cima. É preciso impor silêncio às paixões, reduzindo cada um à sua esfera de acção. É preciso que os republicanos não façam consciente ou inconscientemente o jogo da reacção. É preciso acabar com toda a casta de sectarismo e de oligarquia. É preciso que a violência dê lugar à tolerância e ao respeito recíproco.

A fé nunca me abandonou nem abandonará, assim o espero. Houve duas fases na República: a de 1910 a 1914 e a que se lhe seguiu, a actual. Na primeira manteve-se a pureza dos princípios. Na segunda – e para isso contribuiu a guerra grandemente, – os costumes degeneraram. Este último período foi caracterizado pelo amor dos crachás; o [amor] pelo turbilhão dos negócios. Parecem uma reprodução da frase de Guisol: 'Enriquecei-vos'. Mas tudo isto é acidental. A primeira coisa a fazer é aproximarmo-nos de novo das massas populares que estão fartas de serem enganadas. A aproximação tem de fazer-se por meio de ideias, de princípios, de interesses morais, e não só em Lisboa como em todo o país. Reconstruir, educar, opondo doutrina a doutrina – eis o que se torna indispensável. Atravessamos uma crise que carece de pronto remédio. Menos declamação e mais acção, é o que se exige. A cada passo sou alvo de infamíssimas injúrias por parte dos órgãos reaccionários. Nunca tive, porém, uma indecisão e sigo o meu caminho com serenidade, com firmeza e com decisão. As ideias são tudo e os homens seus meros instrumentos. O carácter pessoal que revestiu a política portuguesa tem-na prejudicado. Urge mudar de processos e de orientação.

Magalhaes_Lima.indd 127 26/10/11 9:55:16

As sociedades modernas não se disciplinam com baionetas; a ordem derivará de uma concordância dos espíritos e não do embate da força armada.

É preciso, para restabelecer a confiança na consciência pública, que a justiça seja implacável para com todos os que prevaricam. A impunidade que tem havido para certos indivíduos gerou o defectismo em que nos afogamos. Vida nova!

É preciso que nos integremos no espírito do nosso tempo de que andamos arredados. Uma pátria não pode encerrar-se egoistamente nas suas fronteiras; tem de alargar a sua acção a uma colaboração permanente com as outras pátrias. Recomecemos, pois! Vida nova! Processos novos."[15]

Em 5 de Outubro de 1921, Magalhães Lima publicava uma pequena mas elucidativa nota no jornal *A Manhã*:

"Nunca se impôs tanto a celebração do 5 de Outubro, como este ano. O ódio contra a República, por parte dos seus inimigos, é cada vez maior, mais profundo e mais intenso! Explica-se. O sentimento republicano radicou-se no espírito do povo. Os adversários, perdida a esperança de reconquistar o poder, lançam mão dos meios mais grosseiros para combater o regime, denegrindo as melhores intenções, desqualificando os seus homens e servindo-se, para esse fim, da difamação, da calúnia, e dos mais torpes e abjectos expedientes. Durante os meus cinquenta anos de propaganda nunca hesitei um instante. Na minha longa vida, tive apenas duas paixões: a paixão da Pátria, que visiono a maior e a melhor, e a paixão da República, que desejo ver respeitada, engrandecida e prestigiada por nacionais e estrangeiros. E foi este imenso amor que me deu a crença no presente e a confiança no futuro. Cada vez acredito mais no ressurgimento da Pátria pela República."

Numa entrevista ao jornal *O Século*, anunciava uma iniciativa congregadora de boas-vontades, que pormenorizava em declarações ao *Diário de Lisboa*. Em 5 de Outubro de 1921, fazia o seu balanço de 11 anos de República e apoiava a formação do ministério de salvação pública proposto pelo Grémio Madrugada – face profana da Loja Madrugada – e elaborado por Carlos de Almeida Ribeiro, Bartolomeu Severino, Leonardo Coimbra, Manuel Ventura de Araújo e Peralta Gomes: "Só um movimento nacional, ordeiro, pacífico e constitucional, poderá alterar profundamente o modo de ser da sociedade portuguesa. O público nem quer sectarismos, nem facciosismos, nem oligarquias. Sente-se ludibriado, traído e revoltado. (…) É preciso atalhar o mal presente para se evitarem males futuros, irremediáveis, que nos ameaçam."[16] Esta advertência não deixava de ser oportuna, a cinco anos do 28 de Maio de 1926…

Em Abril de 1922, para pôr cobro a especulações e boatos que considerava falsos ou distorcidos, acrescentava mais alguns pormenores sobre a sua intervenção política no pós-guerra e as tentativas de regeneração do regime republicano[17]:

"Propositadamente esperei que os ânimos serenassem para demonstrar que não obedecia a qualquer paixão de momento. Com a maior serenidade venho, pois,

[15] "Hora extrema", entrevista publicada no jornal *O Mundo*, de 8 de Agosto de 1921.

[16] "Homens de Iniciativa – Magalhães Lima e a Situação nacional – Temos que trabalhar depressa, para que os acontecimentos nos não surpreendam", *Diário de Lisboa*, n.º 156, 6 de Outubro de 1921, p. 4.

[17] Magalhães Lima, "Em Homenagem à Verdade", *A Luz*, n.º 234, 16 de Abril de 1922, p. 1, 2 e 3.

Magalhaes_Lima.indd 128 26/10/11 9:55:16

restabelecer a verdade dos factos, lamentando que um odioso sectarismo político pudesse ter arrastado certa imprensa a um exagero, quase perversidade, direi mesmo, impróprios da missão que lhe incumbe.

De que se tratava afinal?

Tratava-se de uma campanha de fanatismo religioso, tendenciosa e sistemática. Fui acusado de ter sido chefe da Maçonaria Portuguesa, como o foram o duque de Saldanha, o conde das Antas, Passos Manuel, José Estêvão, Mendes Leal, Elias Garcia, etc. Esta fúria canibalesca acentuou-se com o assalto ao Grémio Lusitano, na época do sidonismo, redobrou com a infamíssima acusação de que fora a Maçonaria quem armara o braço do assassino de Sidónio, e renasceu em nova edição, correcta e aumentada, com a imputação que ardilosamente lhe é feita, de ter tido uma quota-parte de responsabilidade nos últimos acontecimentos. E em todas estas calúnias e difamações, fui eu apontado como cabeça de turcos ainda e sempre por ter sido Grão-mestre da Maçonaria.

Os meus inimigos ignoram absolutamente o funcionamento da humanitária instituição. As diferentes secções que a compõem são autónomas. O Grão-mestre é apenas um elemento moderador e não um agente executivo, Paira, pela sua própria categoria, sobre a própria instituição. Ódio de jesuíta não perdoa. É inveterado e cruel. E por tal forma monstruosa tem sido a campanha, que quase se poderia dizer inverosímil. É a inversão da moral e da justiça, a deturpação propositada da Verdade, para fins inconfessáveis!

Sou, por educação e temperamento, avesso a todas as violências. Repugnam-me todas as intrigas. Detesto todas as infâmias. Abomino os burlões. Mas verifico dolorosamente que a covardia moral intoxicou os caracteres. E eu, que nunca encobri os meus actos e nunca mascarei as minhas intenções, fui acusado justamente do contrário. Evidentemente, ninguém é profeta na sua terra. Julgava-me, digo-o bem alto e de cabeça erguida, pelo meu passado irrepreensível (não tenho um acto de que possa envergonhar-me), pela coerência da minha vida moral, com direito ao respeito dos meus próprios adversários. Não sucedeu porém assim. A lição, embora tardia, não deixará de me aproveitar.

Quando se tem lutado por um ideal, durante algumas dezenas de anos, como eu o fiz, com a satisfação do dever cumprido, fala-se de cabeça erguida e pode-se bem com a responsabilidade dos actos. Aos setenta e quatro anos dizia o divino Hugo: – 'Principio agora a minha a vida'. Eu poderia dizer também, depois das duras lições recebidas, que começo a viver. Amo apaixonadamente os meus princípios. Morrerei com eles, porque nunca deixarei de ser um propagandista. Uma coisa fundamental separa e divide os homens: o culto da verdade e o amor da justiça. A mentira rebaixa e avilta, e o sectarismo, qualquer que seja o aspecto que revista, é odioso e torna o homem selvagem – *homo homini lupus*.

A luta entre a liberdade e a reacção é secular. A favor da primeira empreguei todo o meu vigor físico e o meu melhor esforço moral. Não estou arrependido. Ao contrário penso, e a última guerra o demonstrou, que são os imponderáveis que governam o mundo. Neste sentido dirigi a minha vida política, tendo sempre em vista servir os interesses dos que trabalham, dos que sofrem e dos que são explorados. A minha revolta não cessou contra tudo o que julgo iníquo e violento. O meu relativo

Magalhaes_Lima.indd 129 26/10/11 9:55:16

bem-estar é mais um motivo para que me interesse pelos que lutam por um melhor amanhã, mais justo e mais perfeito.

Creio bem que ninguém poderá apodar'me de ambicioso. Nunca pretendi nada do meu país e tenho provado sobejamente a minha isenção, levada até ao mais rigoroso escrúpulo. Como foi então que alguns ousaram supor que eu ambicionasse a Presidência da República, ou tivesse qualquer outra veleidade de mando?

Há quem avalie os outros pela sua própria craveira moral, sem respeito por quem trabalhou com a maior honestidade, com o máximo desinteresse e com absoluta coerência.

Narremos os factos em toda a sua eloquente singeleza.

No Verão passado notava-se um profundo mal-estar na população portuguesa. Havia um evidente estado de revolta provocado pela crise económica, que é a origem das revoluções políticas. Desde que melhoram as condições da vida, os movimentos políticos desaparecerão por si mesmo. A fome é má conselheira. Obriga os lobos a descerem aos povoados. Algumas personalidades, civis e militares, fizeram-me ver a necessidade de se procurar uma solução a um estado de coisas que se ia agravando de dia para dia. Tratava-se de um movimento nacional, ordeiro e pacífico, e para isso se havia elaborado um programa de reclamações mínimas a realizar, que me foi entregue já impresso. A intenção não podia ser mais pura nem mais patriótica. A concordância era geral em princípio. Dependia apenas da maneira de a realizar. E foi essa divergência que obstou ao primeiro movimento. Num ponto estavam todos de acordo: – era em se evitar derramamento de sangue. Essa primeira tentativa gorou, a meu ver, por falta de direcção.

Veio depois o Grémio Madrugada que solicitou o meu concurso, para a congregação de alguns republicanos mais em evidência, a fim de se procurar uma solução à gravidade do mal, evitando-se assim males maiores. Novamente procurei intervir de uma maneira conciliadora e pacífica. Impunha-se a resolução da questão económica e financeira. Um governo nacional, saído de um movimento popular, teria por principal missão inspirar confiança ao país, pela efectivação de um programa que a opinião pública reclamava instantemente.

A esta iniciativa patriótica e que revelava pureza de intenções aderi, por se me afigurar necessária e oportuna. Fui alvo de estímulos que muito apreciei. Poderia, e fá-lo-ei se o reputar necessário, invocar o testemunho de todos os que me ouviram por essa ocasião: dos Srs. Camilo de Oliveira, Cunha Leal, Peres Trancoso, Dr. Falcão Ribeiro, o coronel Ramos de Miranda, Serrão Machado, e tantos outros, militares e civis, que seria supérfluo enumerar. Cheguei a reunir, em minha casa, personalidades em evidência para, num supremo esforço, procurarmos evitar uma provável catástrofe. Não podemos, porém, chegar a um acordo. A minha desilusão foi profunda, confesso-o. Numa declaração pública, saída da minha alma, contei eu: opinaram uns por uma propaganda intensa, estendida a todo o país, outros pela elaboração de um programa mínimo que seria apresentado a uma grande assembleia; ainda outros opinaram porque os elementos a congregar se constituíssem numa grande comissão, destinada a conciliar todas as facções republicanas. Em princípio, repito, estavam todos de acordo quanto à necessidade de se procurar uma solução pacífica e constitucional para a crise que atravessamos. Variavam, porém,

Magalhaes_Lima.indd 130 26/10/11 9:55:17

no *modus faciendi*. Faltando, assim, ao grupo a homogeneidade indispensável, a sua dissolução impunha-se.

Foi o que sucedeu. Dissolveu-se na sua primeira reunião.

Confiaram-me o encargo de organizar nova comissão. Agradeci a confiança que em mim depositaram os meus amigos, mas recusei semelhante encargo. Para a organização desses trabalhos foram muitos os obstáculos que encontrei e todos reveladores duma profunda dissolução moral. A sociedade portuguesa está minada de ódios ruins. Cada qual avalia os outros por si mesmo. Não me falta, a mim, energia física para combater. Mas não podia lutar com a lama...

Recebi, então, muitas cartas anónimas, sintoma evidente da cobardia moral. Não eram cartas incitando a um cometimento que seria honroso para todos, mas, ao contrário, para levantar a minha animadversão contra certas personalidades. Nisto se entretém a ociosidade política da nossa terra.

Fracassou a ideia por muitas razões: em primeiro lugar, por vaidades feridas de alguns que se reputavam com direito a intervir no assunto com autoridade que não tinham; em segundo lugar pela má vontade dos partidos, sem razão alguma para isso, pois que todos os líderes republicanos teriam de ser consultados e ouvidos nesta magna questão. A meu ver, o pensamento dos iniciadores deste movimento nacional foi deturpado propositadamente a fim de o tornar inviável. No fundo pode dizer-se que a ideia, por generosa e patriótica, naufragou, como naufragam ordinariamente entre nós, ideias idênticas. Entendo – dizia em 10 de Outubro ao redactor do *A Manhã* – que todos devem meditar no perigo que nos ameaça, e que tão lucidamente foi indicado pelo Sr. Presidente da República no seu apelo à Nação, em *O Século* de 5 de Outubro. Reparai: aparentemente há calmaria; mas no fundo é certo que a revolta fermenta na sociedade portuguesa. Se não houver maneira de atacar de frente os factores de desespero que trazem a população profundamente alarmada, não deverão surpreender ninguém as consequências que dali advirão. Só não vê quem não quer ver. Só não ouve quem não quer ouvir.

Esses factores são principalmente de ordem económica e financeira. Como em Portugal tudo se subordina à politiquice reles, pode ainda dizer-se que são de ordem política. A política quer dizer: o arranjinho, a vaidade, a ganância, o interesse inconfessável, entram em tudo. De modo que, bem pode dizer-se, os corrilhos em tudo aparecem. É esta, certamente, uma das causas evidentes da nossa decadência. O mal é profundo. É indispensável que todos se convençam da necessidade de mudar de processos e de orientação.

Quis, sobretudo, que esta tentativa fosse ordeira, pacífica, constitucional. Não o consegui, porque esbarrei com elementos que não cuidam senão de si, que põem as suas pessoas acima dos mais sagrados interesses da Pátria.

Asseverei, então, que abandonava actividade política, por haver reconhecido a inutilidade dos meus esforços. Foi o que fiz.

Eis, em resumo, a história irrefutável dos meus... malefícios. Uma coisa só deploro: é que alguém pudesse atribuir-me propósitos que o meu passado repelia e ao meu carácter repugnavam. São dias vividos, aqueles em que se aprende alguma coisa. E eu aprendi a conhecer os homens e a confiar exclusivamente na minha consciência.

Magalhaes_Lima.indd 131 26/10/11 9:55:17

Penso assim; sempre assim pensei. Embora desiludido, nunca serei um descrente. Espero e confio. Os outros, os intolerantes, os fanáticos, os sectários não podem, não poderão nunca compreender a liberdade que adoro e que é imortal.

Penso assim; sempre assim pensei, porque nunca abriguei no meu espírito, pela minha honra a digo, senão os sentimentos da mais absoluta isenção, do mais acrisolado amor à República, do mais exaltado patriotismo português.

Paris, Janeiro, 1922."

Estas afirmações de Magalhães Lima resultavam, em larga medida, das acusações de que fora alvo na sequência do movimento de 19 de Outubro de 1921.

Na qualidade de presidente da União Internacional da Imprensa, Magalhães Lima viajava para Genebra no início desse mês onde se encontrava aquando da "Noite Sangrenta"; saiu de Lisboa em começo de Outubro de 1921. Na imprensa conservadora apareceram, então, constantes artigos e notas atacando-o, motivo pelo qual se empenhou em esclarecer a sua posição perante os incidentes, repudiando qualquer relação entre os mesmos e a iniciativa política reformista e conciliadora que protagonizara, com declarações em larga medida convergentes com as inquietações abaixo transcritas:

"O país atravessa uma grave crise económica, financeira e administrativa que traz a opinião pública alarmada. Podemos mesmo afirmar que existimos, mas não vivemos. Assim a carestia da vida criou um estado de revolta. As circunstâncias actuais tornaram, portanto, insuportável a vida. Dezenas de pessoas, que frequentam a minha casa, contam-me casos alarmantes. Têm chegado até mim os protestos, as reclamações, os gritos aflitivos de muitas criaturas na miséria. As consequências deste estado de alma da população portuguesa a não ser conjurado imediatamente, pôde acarretar os resultados mais trágicos e mais funestos. É por isso que um grupo de patriotas se lembrou de empregar os seus melhores esforços, iniciando um movimento de carácter verdadeiramente nacional, pacífico, ordeiro e constitucional, convencido de que não lhe faltarão as adesões das personalidades mais evidentes de todo o país, nem mesmo as do ilustre Sr. Presidente da República, Dr. António José de Almeida, e do governo. Na plataforma que vai ser apresentada cabem todas as *nuances* políticas. Não é uma campanha contra um governo: é uma campanha contra o sistema administrativo que nos levou à dissolução moral e ao desbarato económico-financeiro em que nos afundamos. O fim dos promotores é, apenas, servir a Pátria e prestigiar a República, tirando-a dos embaraços que podem sobrevir.

Evidentemente o mal-estar é profundo e intenso. A desconfiança nos partidos e nos políticos é completa. Por isso a função da governação geral no momento que passa só pode e deve recair em um governo, cuja formação obedeça a princípios administrativos e a um critério de honestidade pondo-se de parte tudo o que envolva partidarismo. A um governo assim constituído é que cabe organizar e executar um verdadeiro programa de administração que possa, por completo, debelar as terríveis dificuldades da nossa vida económica. Apresentará, não um simples programa, mas soluções, medidas de resoluções imediatas destinadas a normalizar a vida da sociedade portuguesa, que está inteiramente desorganizada, indisciplinada e perturbada por toda a casta de ódios, de ambições, de interesses inconfessáveis e de paixões grosseiras.

Penso que primeiro de tudo é preciso conquistar a confiança pública pela colaboração de técnicos e sabedores, capazes de resolver as questões pendentes; segundo,

Magalhaes_Lima.indd 132 26/10/11 9:55:17

atrair a opinião do país, para que possamos valorizar-nos perante o estrangeiro e assim o compreendeu o Grémio Madrugada, do qual partiu a iniciativa, o que foi aprovado por unanimidade, propondo, em sessão de 23 do mês passado, que se nomeasse uma comissão. Desta comissão fariam parte António Luís Gomes, José de Castro, Jaime Cortesão, João de Deus Ramos, Francisco António Correia, Cunha Leal, Ramada Curto, Leonardo Coimbra, coronel Sá Cardoso, Peres Trancoso e Magalhães Lima, fazendo-se o Grémio Madrugada representar, nesta comissão, por cinco dos seus membros – para levar a efeito uma grande manifestação nacional, tendente a exigir a constituição imediata de um governo de salvação pública em condições de vida desafogada.

Dada a desorientação existente torna-se indispensável coordenar todos os esforços e congregar todas as vontades num sentido comum. Um dos motivos que mais tem contribuído para a separação da sociedade política portuguesa tem sido o divórcio entre dirigentes e dirigidos. A indiferença das massas e o desinteresse de muitos republicanos não se explica por outro motivo. A obra que se prepara poderá ter o condão de aproximar os que tão distanciados têm andado uns dos outros, estabelecendo uma pacificação nas almas, que muito poderá e deverá contribuir para a revivescência do espírito público.

As dissensões e as descrenças desaparecerão, por certo, desde que se saiba que há quem governe. O próprio governo deve compreender que a casa está desarrumada, e, infelizmente, não será ele que a poderá pôr em ordem, já pelo seu carácter partidário, já por que não tem uma maioria consistente em que se possa confiadamente apoiar. O público, evidentemente, está cansado de governos partidários e reclama um governo da nação e para a nação.

Pela minha parte estou convencido de que, perante uma manifestação nacional ordeira, será o próprio governo o primeiro a aplaudir tão patriótica iniciativa. Na reunião que se realizou no sábado, em minha casa, houve divergências sobre a maneira de levar à prática semelhante ideia. [...] Não nomearei nova comissão, estando mesmo resolvido a consagrar-me exclusivamente à propaganda das minhas ideias. Espero que será esta a minha última desilusão. Nunca pedi, para mim, coisa alguma à República, e jamais aceitarei qualquer cargo que me seja oferecido. Se perfilhei a iniciativa de um ministério nacional, foi no mero intuito de levantar o espírito republicano abatido, e de poupar ao país males irremediáveis.

Muitos foram os obstáculos em que tropecei para a organização dos trabalhos destinados à grande manifestação nacional a favor de um ministério de salvação pública, e todos reveladores de uma profunda dissolução moral. A sociedade portuguesa está minada por ódios ruins. Cada qual avalia os outros por si mesmo. Não me falta, a mim, energia física para combater, mas não se pode lutar com a lama... Durante cinquenta anos nunca hesitei, nunca vacilei na luta. Compreendo que os jornais reaccionários me combatam violentamente. Está certo: pretendem visar, no seu chefe, a instituição maçónica. Não lhes levo isso a mal, apesar das infâmias e das calúnias que vomitam contra mim, recorrendo mesmo aos mais condenáveis expedientes. Mas o que é incompreensível é que se corresponda à nobreza de sentimentos e de intenções com o egoísmo mais grosseiro, com os processos mais desprezíveis.

Pela minha parte, fica-me a consciência de ter cumprido o meu dever, de ter empregado o esforço máximo para evitar à República graves convulsões.

Penso que a condição primária para transformar uma sociedade que chegou a este estado deve ser a da modificação dos costumes, mas essa transformação não pode ser obra de um homem, nem mesmo de uma geração. Pertencerá a muitos homens e a muitas gerações.

Fracassada a tentativa que se pretendeu levar a cabo, e pondo-me eu de parte, evidentemente que uma obra de reconstrução e de pacificação republicana se impõe. E essa obra – tem de ser posta em prática quanto antes, pois que tem de ser uma obra salvadora.

Há-de fazê-la alguém, decerto inspirado no supremo ideal da Pátria e da República, e será realizada com o concurso do povo, como a História nos ensina terem tido feitas todas as obras desta natureza. O mal é profundo. É indispensável que todos se convençam da necessidade de mudar de processos e de orientação. Estou tranquilo com a minha consciência. Quis, sobretudo, que esta tentativa fosse ordeira, pacífica e constitucional. Não o consegui porque esbarrei com elementos que não cuidam senão de si, que põem as suas pessoas acima dos sagrados interesses da Pátria. Nunca serei um descrente dos princípios republicanos e democráticos, que amo apaixonadamente. A minha desilusão é dos homens e não do regime, que se salvará através de tudo.

Faço votos, por que esta missão, agora malograda pelos motivos expostos seja levada a bom termo por outros que, mais felizes do que eu, possam reunir os elementos necessários para o conseguir. O que se torna, porém, urgente, é que alguém o consiga – no supremo interesse da Pátria e da República. Senão..."[18]

Ainda em Fevereiro de 1922, Magalhães Lima fazia nova reflexão sobre a situação portuguesa numa entrevista concedida ao jornal *A Imprensa da Manhã*:

"Qual é a sua opinião sobre a crise portuguesa?

– Crise portuguesa, disse e muito bem, porque a crise que atravessamos não é só política: é uma crise da sociedade portuguesa, é uma crise nacional; a crise dos caracteres.

Apesar do meu afastamento voluntário, sigo a marcha dos acontecimentos com o amor que me inspiram a minha Pátria e a República, às quais tenho consagrado a melhor e maior parte da minha existência.

O mal não é exclusivo de Portugal. É geral, e, a meu ver, transitório! É preciso dar ao tempo o que ao tempo pertence e aos homens as responsabilidades que lhes cabem.

Nunca ficou mal a ninguém confessar os seus erros Ao contrário, é um acto que nobilita. Infelizmente, entre nós há falta de bondade e falta de justiça.

Há duas coisas que se impõem: a reorganização dos partidos e a modificação do meio pervertido pelas paixões mais grosseiras – as invejas, os ódios, as vaidades e as ambições.

Os caracteres estão intoxicados pela cobardia moral. Não existe cultura, o que é um mal tremendo. E o povo, que é admirável, e que não deseja outra coisa que não

[18] *A Vida dum Apóstolo, Tribuno*, p. 251 a 255.

Magalhaes_Lima.indd 134 26/10/11 9:55:17

seja a prosperidade da República vê-se desamparado, economicamente, com a carestia da vida, e moralmente, com a falta de instrução.

Daí o estado de revolta em que temos vivido e que continuará enquanto subsistirem as mesmas causas.

O critério a adoptar não é atribuir responsabilidades a este ou àquele homem, a este ou àquele partido, porque Todos as têm igualmente. O critério está na conjugação das vontades para uma obra comum. A política é uma concessão permanente, disse o grande estadista Disraeli. Eu acompanhei a propaganda republicana dos primeiros tempos, quando os dirigentes viviam então em perfeita comunidade de ideias e de sentimentos com os dirigidos. Conheciam-se e amavam-se.

Com a proclamação da República, a propaganda cessou, tendo-se estabelecido como que um divórcio entre os chefes e as massas. Daqui nasceu a desconfiança que se manifesta na facilidade com que se dá crédito aos boatos mais inverosímeis, às calúnias mais desaforadas.

A propaganda, a ser recomeçada, tem de revestir um outro aspecto, porque o sectarismo e o jacobinismo fizeram o seu tempo. Detestemos por igual o fanatismo branco e o fanatismo vermelho. Ambos são funestos.

Creio também que o incremento das forças monárquicas é devido à falta de uma forte organização do partido socialista, que seria, dentro do parlamento, o fiscal da administração republicana.

Não há movimento de ideias.

A falta de competência das classes dirigentes contribuiu grandemente para a situação angustiosa em que nos encontramos. Ausência de noção técnica e de noção moral, eis o pior dos males.

Todos pretendem ser o que não são. Reduzir cada um à sua esfera de acção seria acto de um reformador.

Penso que é a crise económica a origem das perturbações políticas. No dia em que melhorarem as condições de existência, os distúrbios políticos desaparecerão por si mesmo. Os outros factores – instabilidade ministerial, tendência para a violência, ditadura das direitas ou das esquerdas – repetem-se quase quotidianamente no mundo, perturbado em demanda de um melhor amanhã.

É preciso que a conjunção republicana não seja apenas um acordo eleitoral de ocasião, mas sim um facto com espírito de continuidade, baseado sobre um programa económico mínimo.

É preciso que os interesses do país se sobrelevem aos interesses pessoais e de oligarquia.

É preciso que o espírito republicano acenda de novo o patriotismo nas almas.

É preciso que a intransigência brutal dê lugar aos princípios de tolerância e de respeito recíproco que hão-de caracterizar as futuras sociedades.

É preciso que o repugnante caciquismo ceda lugar à opinião livremente manifestada, ao espírito crítico sem pelas nem coacções.

Se todos os portugueses pudessem ler o que a nosso respeito publicam diariamente os jornais estrangeiros, com certeza arrepiariam caminho, e mudariam de rumo e de processos. A eleição realizada no dia 29 do mês passado poderá ser um aviso proveitoso e um ensinamento útil.

Magalhaes_Lima.indd 135 26/10/11 9:55:17

O vício está nos costumes que urge transformar.

Quando se proclama uma república é para fazer obra republicana com uma moral nova.

Não basta mudar só o rótulo ou a etiqueta da mercadoria; é indispensável que ela possua qualidades diferentes da que fora rejeitada.

Penso que está nas nossas mãos a salvação.

Na eleição passada, uma coisa ficou bem clara: o espírito republicano que se revelou nas votações. Urge corresponder em espírito por uma remodelação económica e financeira que nos coloque dignamente ao lado dos nossos aliados.

Perante o perigo de vermos abalada a nossa integridade territorial, o nosso domínio colonial, não há, não pode haver divergência dos partidos nem de orientações diversas.

Impõe-se naturalmente uma política nacional em que todos colaborem na mesma obra e se inclinem perante a mesma bandeira."[19]

Nas páginas do jornal maçónico *A Luz,* proclamava em Maio de 1924: "Ser ou não ser – eis a questão, como dizia o Hamlet. Ou monarquia ou república. Não há meio-termo. E Portugal é uma República. Mas não basta gritar – Viva a República! É indispensável demonstrar, pelo exemplo e pela coerência, que somos dignos dela."[20]

Antes, em Janeiro de 1924, concedia uma entrevista ao Suplemento literário de *A Batalha*, órgão da Confederação Geral do Trabalho, anarco-sindicalista, bem revelador do prestígio mantido por Magalhães Lima entre as classes trabalhadoras organizadas, mesmo nos sectores hostilizados pela República. A esse periódico afirmava, sem reservas[21]:

"Acredito na acção do Povo, que é a única garantia da República. Acredito na vitória da democracia. Em Portugal estamos bem longe de uma democracia. Todo o democrata é republicano, mas nem todo o republicano é democrata. Como quer que haja uma democracia num país sem preparação para ela, sem espírito democrático? Para criar uma democracia é preciso primeiro reformar os costumes, e os nossos costumes estão viciados e corrompidos. Como quer que estejam preparados para a prática da democracia indivíduos eivados dos mesmos prejuízos dos servidores da monarquia, que são, aliás, os que usufruem os benefícios dos fundadores do regime, quase todos afastados e desiludidos?"

E recomendava a orientação a seguir: "Uma democracia ao mesmo tempo política e económica. Portugal isolou-se. Quando, por toda a parte, se observa um admirável movimento de ideias, entre nós nota-se um desinteresse criminoso. A isto nos conduziram os chamados políticos. O ressurgimento, porém, há-de vir, por um ideal novo, que não comportará nem personalismos nem oligarquias e que tornará o povo senhor dos seus destinos. Enganam-se, pois, aqueles que se julgam donos do

[19] Transcrito em *A Vida dum Apóstolo, Tribuno*, p. 267 a 269.

[20] Magalhães Lima, "Ser ou não ser…", *A Luz*, n.º 168, 1 de Maio de 1924, p. 1.

[21] "Democracia e República – A Liberdade triunfante! – A República é, para mim, uma realidade pungente – diz-nos o velho democrata Dr. Magalhães Lima", Suplemento literário de *A Batalha*, n.º 7, 14 de Janeiro de 1924, p. 5.

Magalhaes_Lima.indd 136 26/10/11 9:55:17

país. O seu poder será efémero, porque provém apenas da ignorância e da indiferença públicas."

Magalhães Lima não escondia alguma desilusão, comparando o idealismo dos tempos da propaganda com o regime instituído em 1910 e que foi abruptamente interrompido em 1926: "Nesse tempo não se perguntava a que partido cada um pertencia. Lutava-se pela República sem epíteto. (...) Quero morrer digno de mim mesmo. Penso hoje como pensei sempre: que a República tem de ser servida com isenção e por isso lamento profundamente a vaga de ambições, de vaidades e de mercantilismo que ameaçam subverter a sociedade portuguesa."

Reflexões autobiográficas

Entre os numerosos textos de Magalhães Lima demonstrativos da evolução do seu pensamento sobre a República mas também sobre os mais diversos temas, destacam-se as suas memórias. Trata-se da sua obra autobiográfica por excelência, publicada com o título de *Episódios da minha Vida*[22]. Dadas à estampa numa fase muito avançada da vida do autor, esse facto reflecte-se, sem dúvida, na estrutura da mesma, algo confusa e sem um critério claro, cronológico ou temático. É um Magalhães Lima idoso, desiludido e crítico que alinhava um conjunto de notas e de evocações a esmo, com um valor desigual. O leitor interessado terá de percorrer e folhear do princípio ao fim os dois volumes, pois estes não apresentam uma ordem interna que facilite a leitura. De qualquer modo, não deixam de ser de grande interesse para a história do Partido Republicano e da vida do autor.

O primeiro volume, que tem como subtítulo *Memórias documentadas*, evocava as primeiras viagens a Espanha, com Trigueiros de Martel, para colher informações sobre a revolução naquele país. Relatava os contactos com Pi y Margal, Emílio Castelar e Nicolau Salmeron, as suas relações literárias com Antero, Oliveira Martins, Guilherme de Azevedo, Gomes Leal, Junqueiro, Júlio César Machado, João Penha em *A Folha*. De igual forma descrevia os pontos de encontro dos intelectuais, como a livraria Pacheco & Carmo, na Rua do Ouro. Neste volume revela pormenores sobre a fundação de *O Século* e os conflitos internos ocorridos neste periódico, a sua militância republicana, os centenários de Camões, do marquês de Pombal e de Vasco da Gama, alguns processos judiciais por abuso de liberdade de imprensa cujo envolvimento o conduziria à prisão. Não deixa de referir o *Ultimatum* de 1890 e os seus reflexos na sociedade portuguesa, o relacionamento com Latino Coelho, José Estêvão e Afonso Costa, cuja defesa num processo em Coimbra foi de sua responsabilidade. Menciona as viagens ao estrangeiro, a propósito do Centenário da Índia, e os contactos com Victor Hugo, Rochefort e Max Nordau. A paixão pelo

[22] Lisboa, Livraria Universal de Armando J. Tavares, 1923, 2 volumes, com 334 e 267 p., com uma 2.ª edição em 1928; existe uma reedição da editora Perspectivas & Realidades, em 1985 (2 vol.).

Magalhaes_Lima.indd 137 26/10/11 9:55:17

jornalismo reflectia-se na abundância de informações sobre a imprensa republicana e o seu papel na divulgação do ideal democrático, salientando João Chagas e França Borges, fundador do diário *O Mundo*, "essa bela árvore que perdurará através dos tempos".

Este primeiro volume das memórias apresenta maior número de informações úteis sobre o seu combate pelo laicismo, os congressos do livre-pensamento, o feminismo, a campanha em prol do cremacionismo, e mesmo o seu entendimento sobre o federalismo, por vezes mal compreendido. Explicava, por outro lado, a sua reacção perante a Grande Guerra e os seus esforços em prol da neutralidade portuguesa. Publicava igualmente algumas notas interessantes sobre a Carbonária em Portugal e organização respectiva, constituindo uma das raríssimas fontes sobre aquela estrutura secreta.

Em plena República, referia as primeiras tentativas contra o novo regime e as manifestações de homenagens dirigidas pelos marinheiros; mas também o 14 de Maio de 1915, o derrube de Pimenta de Castro, a revolução dezembrista – apesar da sua ausência fora do país – e o advento do sidonismo.

O segundo volume das memórias, com o subtítulo *As Minhas Viagens*, abordava personalidades contactadas além-fronteiras, e com as quais se relacionou com maior ou menor intimidade: Auguste Vacquerie, Clemanceau, Alfred Naquet, Anatole France, Amílcar Cipriani, Charles Lemonnier, Kropotkine, Louise Michel. Evocava também Turati, Alves da Veiga, Gomes Leal e tantos outros.

Com todas as deficiências apresentadas pela obra, decorrentes da idade do autor e da organização algo caótica, esta obra não deixa de constituir um testemunho valioso, também assaz relevante pela análise retrospectiva feita após 16 anos de República.

Por ocasião do primeiro aniversário da morte de Magalhães Lima, a Liga Portuguesa dos Direitos do Homem editava um volume de homenagem ao autor de *Episódios da Minha Vida*. Nesse, Dias de Oliveira não se coibia a rasgados elogios sobre "o novo Isaías, que predisse a queda da Velha Jerusalém política"[23]. O seu exemplo, impoluto no quadro da vida política da I República foi menosprezado; assim, a sua voz autorizada não foi escutada, como devia ter sido, ao advertir os correligionários contra os perigos que o regime corria caso não se soubesse reformar e corrigir os erros cometidos.

A História viria a dar-lhe razão…

[23] Dias de Oliveira, "Novo Isaías", in *Magalhães Lima, Homenagem da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem no primeiro aniversário do falecimento do seu Fundador*, Lisboa, 1929, p. 29.

Magalhaes_Lima.indd 138 26/10/11 9:55:18

Capítulo V
Magalhães Lima e o Pacifismo

Uma das causas em que Magalhães Lima se empenhou desde muito cedo foi a da paz e da arbitragem.

A ideia de que os conflitos entre as nações deviam ser resolvidos através de meios pacíficos, com o repúdio activo da guerra, era antiga, mas ganhava uma nova dimensão no século XVIII, com o Iluminismo. Já nos finais da centúria anterior, William Penn escrevia o *Essay on the present and future Peace of Europe* (1693), defendendo aquela figura cimeira do movimento Quaker a constituição de uma assembleia de Estados europeus com tal objectivo. O Abade de Saint Pierre dava à estampa em Colónia, no ano de 1712, as suas *Mémoires pour rendre la paix perpetuelle à l'Europe*, ideia apresentada no Congresso de Utrecht, em 1713, com o título de *Project pour perpetuer la paix* (...). Todo o século XVIII foi atravessado por estas ideias, com propostas práticas variadas, formuladas por Rousseau, Leibniz, Goudar, La Harpe, Richard Price, Bentham, e Kant, com a sua obra *Zum Evigen Friedem* (1795)[1].

Portugal não foi insensível a esta vaga[2]; neste contexto merece especial destaque o opúsculo publicado em 1821, de Fonseca Rangel, intitulado *Projecto de Guerra contra as Guerras ou de Paz Permanente*[3]. O autor, companheiro de Gomes Freire, major do Exército, governador do Forte de S. João da Foz do Douro, deputado às Constituintes de 1821 e fugaz ministro da Guerra em 1823, morreu em Lisboa, homiziado, durante o reinado de D. Miguel.

No século XIX, caracterizado por guerras terríveis – Guerras Napoleónicas, revoluções, Guerra da Crimeia, conflitos decorrentes da unificação da Alemanha e da Itália, Guerra Franco-Prussiana, a Comuna de Paris, ou os conflitos no Novo

[1] Para uma visão geral v. Marcel Merle, *Pacifisme et Internationalisme, XVII-XXe siècles*, Paris, Armand Colin, 1966. J. B. Barbier, *Le Pacifisme dans l'Histoire de France (de l'an mille a nos jours),* Paris, Librairie Française 1966. Mais datado, mas de leitura proveitosa, Emile Faguet, *Le Pacifisme*, Paris, Société française d'imprimerie et de librairie, 1908.

[2] Martim de Albuquerque, *A Paz Universal no Pensamento Político Português*, Separata dos *Anais* da Academia Portuguesa da História, II Série, Vol. 23, Tomo II, 1976, p. 53 a 146.

[3] *Projecto de Guerra contra as Guerras ou de Paz Permanente oferecido aos Chefes das Nações Europeias,* Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1821, 24 p. O Opúsculo é assinado, no fim, com iniciais MJM-PFR: Major José Máximo Pinto da Fonseca Rangel. Transcrito por Martim de Albuquerque, *op. cit.*, p. 95 a 106.

Magalhaes_Lima.indd 139 26/10/11 9:55:18

Mundo, como a Guerra da Secessão Americana – o pacifismo traduziu-se na formação de agremiações nacionais ou internacionais que pugnavam pela arbitragem como forma de resolução dos conflitos entre os Estados. A primeira associação deste tipo surgiu em Boston, Estados Unidos, no ano de 1810: foi fundada por W. Ellery Chainning e Noah Worcerster, e conquista adeptos em outras regiões. A American Peace Society foi replicada em Filadélfia, seis anos depois, com a constituição da Universal Peace Union. Ainda em 1816, mas na Grã-Bretanha, surgia a Peace Society. Em França, cinco anos depois, era fundada a Sociedade de Moral Cristã. Em 1830, o Conde de Sellón instituía a Sociedade da Paz em Genebra. A partir de 1843, ano da organização de um congresso internacional pacifista em Londres, esses encontros passavam a realizar-se esporadicamente – Paris (1849), Frankfurt (1850) –, sempre com o objectivo de sensibilizar os governos a recorrerem à arbitragem e a repudiarem o recurso à força para resolver os diferendos internacionais.

A 30 de Maio 1867, fundava-se a Liga Permanente para a Paz, em Paris; tendo como principais impulsionadores Frederic Passy, Michel Chevalier, Arlés Dufour, o rabino Isidoro, o sacerdote católico Gratry e o pastor protestante Martin Paschoud. O seu objectivo primordial era evitar uma guerra entre a França e a Prússia, mas a eclosão do conflito em 1870 colocou em evidência a falência dos propósitos dos pacifistas. Alguns monarcas europeus procuraram cultivar uma imagem pacífica, ou de quem procurava a paz a todo o transe. Guilherme II da Alemanha, por exemplo, fazia gosto em ser apodado de "imperador da paz", enquanto Nicolau II da Rússia procurou organizar uma Conferência Internacional da Paz para a redução de armamentos e a organização das relações internacionais em moldes mais pacíficos, baseados na arbitragem. Em 1891, Roma recebia um Congresso Interparlamentar da Arbitragem e da Paz. Dois anos depois, a cidade de Haia era escolhida para a organização de uma conferência, da qual saiu um convénio para a resolução pacífica dos conflitos internacionais através da arbitragem, estabelecendo-se na mesma cidade um tribunal permanente de arbitragem e comissões internacionais de inquérito, estruturas alojadas no Templo da Paz, construído para esse efeito. Em 1907, celebrou-se a segunda Conferência da Paz, no decurso da qual a arbitragem foi declarada obrigatória.

As sociedades da paz aumentavam de dia para dia. A sua propaganda revelava uma perseverança e uma abnegação com amplos reflexos nas opiniões públicas nacionais, ou pelo menos nos sectores mais progressistas e esclarecidos. Na Alemanha coexistiam quatro sociedades e sessenta e nove grupos, à frente dos quais se encontrava o Dr. Adolfo Richter. Na Áustria trabalhavam nove agrupamentos, graças à iniciativa da baronesa de Sutiner, a autora de um livro célebre *Die Waffen Nieder* (Abaixo as armas). Na Bélgica existia uma, animada, entre outras persoalidades, pelo senador socialista Henri La Fontaine e pelo antigo ministro Lejeun. Na Dinamarca havia uma sociedade e noventa e três grupos. Em França surgiam dezasseis organizações, animadas por dedicados idealistas como Frederico Passy, Charles Richet, Gaston Moch, Edmond Thiaudière, Trarieux, Émile Arnaud, Potonié Pierre, e a princesa Wiszniewska, responsável pelo recrutamento de milhares de mulheres, sob a bandeira do desarmamento internacional. Na Grã-Bretanha eram

Magalhaes_Lima.indd 140 26/10/11 9:55:18

apenas doze, mas de grande projecção, constituídas por figuras de referência, Hodgson Pratt e Stead, cuja propaganda se estendeu à América do Norte. Na Hungria existiam duas associações e em Itália treze. Neste último país, destacava-se Theodoro Moneta, de Milão. Nos Países Baixos havia uma sociedade e oito grupos. Na Rússia apenas uma, tendo como representante Novicow; na Suécia uma e setenta e oito grupos, cuja presidência pertencia de direito ao deputado Eduardo Wavrinsky. Na Suíça o número crescia para quatro e vinte e três grupos, nos Estados Unidos da América mais de catorze.

Estas sociedades tinham como estrutura de condenação e ligação o Bureau Internacional da Paz, com sede em Berna, composto de representantes de todos os países, de que era secretário Elie Ducommun. Paralelamente a esta instituição fora criado o Bureau Interparlamentar, responsável pelas conferências interparlamentares, compostas de delegados de todos os parlamentos. Os congressos da paz, promovidos pelo Bureau Internacional, realizavam-se ordinariamente nas mesmas cidades e ocasiões das conferências interparlamentares, cuja importância está por si mesmo indicada.

Todas estas iniciativas e estes movimentos irão confrontar-se com a dura realidade das tensões internacionais (questão de Marrocos, crises balcânicas, rivalidade colonial), num crescendo encerrado com a eclosão da Grande Guerra em 1914.

Portugal não ficou à margem deste movimento internacional a favor da paz. Organizaram-se dois grupos: a Comissão Geral de Paz e Arbitragem, em funcionamento na Sociedade de Geografia, e a Liga Portuguesa da Paz que foi inaugurada para celebrar a abertura da conferência de Haia, em 18 de Maio 1899. No Congresso de Roma, realizado em Novembro de 1891, a participação portuguesa coube a José de Castro, destacado advogado, republicano e maçon, o qual deu conta do sucedido naquele conclave, em conferência proferida na Câmara dos Advogados de Lisboa, a 27 de Julho de 1892. Nela, José de Castro relatou os antecedentes da reunião, desde a ideia de realização de encontros interparlamentares, surgida em Outubro de 1888, em Paris, por iniciativa de deputados franceses e ingleses. Bem acolhida a sugestão, em Junho do ano seguinte, na capital francesa, reuniram-se 99 representantes de 9 nações e 300 adesões. O segundo congresso, ocorrido em Londres a 22 de Julho de 1890, contou com 116 representantes de 12 países, e 700 adesões. No terceiro, de Roma, em que José de Castro participou, estiveram 703 representantes de 17 Estados. Na sua conferência, para além de um relato sucinto dos trabalhos, José de Castro divulgava os principais documentos e resoluções adoptadas[4].

Apesar dessa participação episódica, não existia uma estrutura pacifista portuguesa de laboração contínua e convergente em sintonia com as que proliferavam por todo o mundo. Tal surgiria em 1899 com a Liga Portuguesa da Paz.

[4] José de Castro, Pour *l' Arbitrage International et Pour la Paix*, Lisbonne, Imprimerie Universelle, 1892, 39 p.

Magalhaes_Lima.indd 141 26/10/11 9:55:18

A Liga Portuguesa da Paz

Alice Evelina Pestana Coelho foi a grande impulsionadora da Liga Portuguesa da Paz. O seu nome figura, com plena justiça, entre as mais notáveis mulheres portuguesas da época. Natural de Santarém, onde nasceu em 1860, estudou música com Rey Colaço e mostrou, desde muito cedo, uma invulgar inclinação para as línguas, nomeadamente para o latim, o francês e o inglês. Em 1901, casou com Pedro Blanco Suarez, professor espanhol da Institución de Libre Enseñanza de Madrid. Estabeleceu residência na capital espanhola, onde leccionou francês a partir de 1913. Até à data da sua morte, ocorrida em 1929, em Madrid, as questões relacionadas com o ensino sempre a interessaram, tendo sido encarregada pelo governo português, em 1888, de visitar a França, a Suíça e a Grã-Bretanha e de estudar o ensino secundário feminino naqueles países, para se poder avaliar a possibilidade da sua aplicação entre nós.

Outro cerne da sua atenção foi o jornalismo conforme as participações na revista britânica *The Financial and Mercantil Gazette* (1877-1880), e em diversos periódicos portugueses como *Vanguarda, O Século, Diário de Notícias, Folha do Povo, O Tempo e Correio da Noite*. Dirigiu a *Revista Branca (1899-1900)* e colaborou no *Almanaque das Senhoras*. No campo da literatura publicou o primeiro livro, *As Mães e as Filhas*, em 1886, seguindo-se outras obras como *A Filha de João do Outeiro (1894), Amor à Antiga (1894), O Tio Vitorino* (1896), *Testamento de Mãe* (1900), *De Longe* (1904). Dentro das temáticas sobre o ensino em geral e o feminismo em particular, deu à estampa *O que deve ser a Educação da Mulher?* (1892), *Algunas Observaciones sobre la enseñanza del Inglés* (1912), *La Educación en Portugal* (1915), entre outras obras. Foi tradutora e escreveu *A Primeira Agonia*, acto dramático levado à cena em 1900 no Teatro D. Maria II. Usou os pseudónimos de Célia Elevani – um anagrama –, de Caïel, Eduardo Caïel e Cil. Após a sua morte, foi publicado em Madrid um volume *In memoriam*[5], com textos de Teófilo Braga, Bernardino Machado, uma longa biografia e bibliografia da malograda escritora.

O problema da paz e da guerra interessou Alice Pestana desde muito cedo. Em 1898 surgia um opúsculo em francês de sua autoria, intitulado *La femme et la paix*[6], integrado nas publicações do Quarto Centenário do Descobrimento da Índia. Em 1900 dava à estampa o livro *Comentários à Vida*[7], dedicado a Concepción Arenal e a Teófilo Braga, no qual reuniu diversos artigos sobre temas com predomínio da pedagogia, do feminismo, da necessidade de uma maior justiça social e da paz. Merecem um destaque especial os capítulos dedicados à fraternidade entre os povos, ao desarmamento, à Conferência Internacional da Paz de Haia e ao labor da Liga das Mulheres para o Desarmamento Internacional, fundada em 1897 em

[5] *Alice Pestana 1860-1929 In Memoriam*, Madrid, Imprensa de D. Júlio Cosano, 1930, 430 p. ilustrado.
[6] Caïel, *La Femme et la Paix, Appel aux Mires Portugaises*, Lisboa, Comemorações do Quarto Centenário do Descobrimento da Índia, 1898, p. 67.
[7] Caïel, *Comentários à Vida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1900, p. 147.

Magalhaes_Lima.indd 142 26/10/11 9:55:18

Paris. A grande mensagem que emerge destes textos é a afirmação da "supremacia do Direito sobre a força."[8]

A fundação da Liga e o papel de Magalhães Lima

A sessão preparatória da fundação da Liga realizou-se a 18 de Maio de 1899, na Rua dos Prazeres n.º 87, 2.º, Lisboa, residência de Alice Pestana, com a sua presença e as de Augusto Rocha, Amélia Cruz, Dr. Pedro Rocha, D. José Pessanha e o general Heitor. Justificaram a ausência Teixeira Bastos, a sua mulher, Maria Teixeira Bastos e Maria Adelaide Pessanha. Os presentes decidiram convidar o Dr. Magalhães Lima para aderir ao movimento, "dando-se-lhe nele uma situação especial, em virtude dos seus serviços à causa da paz e à consideração em que é tido no estrangeiro"[9]. De facto, como vimos, Magalhães Lima possuía um grande prestígio internacional decorrente da sua posição na Maçonaria Portuguesa e das relações mantidas com numerosas e prestigiadas figuras internacionais. Quanto ao movimento pacifista em si, publicara em 1895 um livro integralmente dedicado à questão da paz[10], no qual discorria amplamente sobre a história do movimento pacifista na América e na Europa, estabelecia a sua relação com o movimento socialista e operário, e concluía com a defesa da formação dos Estados Unidas da Europa.

Os Estatutos da Liga eram esclarecedores da sua natureza e bem assim dos objectivos a que se propunha:

"É fundada em Lisboa uma sociedade de propaganda pacífica, que toma o nome de Liga Portuguesa da Paz. Esta sociedade defenderá, por todos os meios ao seu alcance – jornalismo, conferências, publicações diversas, sessões públicas, etc. – o princípio da independência das Nações e da Liberdade dos indivíduos, garantido pelo direito internacional, reconhecido pela arbitragem e pela gradual redução dos exércitos. Procurará estabelecer com as sociedades similares do estrangeiro relações que favoreçam a realização do ideal comum: A Paz pelo triunfo do Direito. A Liga compõe-se de 20 sócios, que elegem entre si os seus diferentes cargos – presidência, vice-presidência, tesouraria, secretariado das sessões, secretariado da correspondência, os quais constituem a Mesa, à qual compete todo o expediente. A eleição repete-se todos os anos. A Liga deve realizar, pelo menos, uma sessão mensal. Os sócios contribuem com uma cotização anual a seu arbítrio. Tem a seu cargo desenvolver a propaganda e angariar os meios necessários a esse fim. A Liga considera seus Beneméritos Auxiliares todos os que contribuírem para a sua obra de propaganda com uma cotização mensal

[8] *Idem*, p. 114.
[9] "Sessão preparatória de 18 de Maio de 1899", *Boletim Mensal da Liga Portuguesa da Paz*, n.º 1, Janeiro de 1901, p. 13.
[10] Magalhães Lima, *O Livro da Paz*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand José Bastos, 1895. A capa apresenta um ramo de oliveira.

Magalhaes_Lima.indd 143 26/10/11 9:55:18

mínima de 50 réis, ou que prestarem quaisquer outros serviços à realização do seu Ideal. A Liga desenvolve a sua propaganda nas terras da província por meio de secções ou correspondentes, que estarão em relações directas com a Mesa[11].

Outros elementos preponderantes

Entre o núcleo duro de activistas da Liga importaria destacar alguns pela projecção nacional e internacional conseguida. Foi o caso do Dr. João de Paiva, juiz de Direito (Lamego, 24-1-1849 a Lisboa, 12-6-1914) considerado homem de uma honestidade e de uma integridade acima de qualquer suspeita. Ligado ao Partido Regenerador, exerceu as funções de deputado em várias legislaturas e representou o Parlamento português na Conferência Interparlamentar para a Arbitragem Internacional (1891), iniciando então uma militância pacifista, não interrompida pela mudança de regime em 1910. Deu-se o facto curioso de se ter recusado a figurar como candidato a partir de 1896 e, posteriormente, ter aderido ao Partido Regenerador Liberal, o que não diminuiu a admiração que Afonso Costa tinha por ele, mantida depois da proclamação da República. Era um reputado perito em Direito Internacional, conhecido no estrangeiro, com obra publicada sobre paz e arbitragem, nomeadamente relatórios sobre a sua participação nas conferências de Berna, Haia e Bruxelas.

Foi certamente por influência e intermédio de Magalhães Lima que a temática pacifista ingressou nas reuniões maçónicas nacionais. Em 1902, a Maçonaria adoptou o dia 18 de Maio – data do Congresso de Haia em 1899 – como efeméride de evocação da paz. O empenho de tantos maçons na Liga Portuguesa da Paz reflectiu-se na II Conferência Maçónica Nacional, realizada em Coimbra em 1903; entre as 21 teses ali discutidas, a segunda sobre a paz e arbitragem foi apresentada por Leandro Pinheiro de Melo, da Loja Simpatia e União. No Congresso Maçónico Interpeninsular, ocorrido entre 21 e 23 de Junho de 1905 no Palácio do Grande Oriente Lusitano Unido, em Lisboa, o mesmo tema foi discutido, à semelhança do sucedido na III Conferência Maçónica Nacional (Figueira da Foz, 14 a 16 de Setembro de 1906), com a tese A – "Valor científico das doutrinas pacifistas".

O momento culminante da actividade da Liga seria a organização do Primeiro Congresso Nacional da Paz, agendado para Lisboa, nos dias 18, 19 e 20 de Maio de 1906. O regulamento, datado de 5 de Janeiro de 1906, era assinado por Magalhães Lima, Armelim Júnior e José Pinheiro de Melo. De acordo com o folheto que o anunciava[12], a secretaria-geral do Congresso funcionava na Rua Bela da Rainha n.º 81, 2.º, a tesouraria na Travessa da Queimada n.º 27. O objectivo da reunião era analisar as teses apresentadas, com a recomendação aos relatores de "não se afastarem do fim e objectivo do Congresso, e de não versarem nem discutirem matéria religiosa

[11] "Estatutos", *Boletim Mensal da Liga Portuguesa da Paz*, n.º 1, Janeiro de 1901, p. 16.
[12] *Primeiro Congresso Nacional da Paz em Lisboa*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1906, p. 13.

Magalhaes_Lima.indd 144 26/10/11 9:55:18

e de política sectária"[13]. Haveria cinco secções: Paz e Arbitragem; Educação pacifista; Política pacifista; História pacifista; Imprensa pacifista. O programa divulgado apontava para a constituição de dois grupos de teses:

Primeiro grupo, com teses adoptadas pela Liga Portuguesa da Paz:

1. "História do movimento pacifista em Portugal. Origens próximas e remotas, fases e evolução deste movimento". Relator: Dr. João de Paiva[14].
2. "Educação intelectual e moral pacifista em Portugal. O que tem sido e é entre nós; o que pode e deve ser". Relator: Dr. Armelim Júnior.
3. "Uma política pacifista nacional e internacional, impeditiva das guerras e lutas internas e externas, continentais e coloniais". Relator: Dr. Álvaro Vilela e capitão Tomás Cabreira.

Segundo grupo, com teses adoptadas pela Comissão de Paz e Arbitragem da Sociedade de Geografia de Lisboa:

4. "A paz e a arbitragem perante o estado actual da ciência do direito". Relator: Dr. Sousa Queiroga.
5. "Causas que actualmente se opõem à fixação do estado jurídico entre as nações, e meios de as ir debelando". Relator: Dr. Victor Santos.
6. "Sanção para sãs decisões arbitrais sobre litígios internacionais". Relator: Dr. João Pinto dos Santos.
7. "Sendo permitida a guerra em legítima defesa, que requisitos devem dar-se para que ela possa ter-se por justificada". Relator: Dr. João Pinto dos Santos.
8. "Razões especiais que militam actualmente para que os ideais pacíficos, quase tão antigos como as sociedades, devam ter agora uma solução que honre a civilização e a humanidade". Relator: Comendador José de Paiva Soares Dinis.
9. "Memória fundamentada, dirigida à imprensa de todo mundo civilizado, expondo quais os meios de que esta deve lançar mão para que mais contínua e eficazmente contribua para a implantação do estado jurídico da sociedade internacional". Relator: José Joaquim da Silva Graça.
10. "A paz e a arbitragem perante a economia política, e meios a empregar para que, a ter de se afirmar o estado jurídico entre as nações, se evitem ou atenuem quanto possível os prejuízos que poderão advir ao comércio e à indústria na parte que mais directamente se prende com a paz armada, tal qual a mantém as nações civilizadas". Relator: Salgado Júnior.

[13] *Idem*, p. 5.

[14] João de Paiva publicara, sobre esta temática: *Relatório acerca das conferências interparlamentares respeitantes à paz pela arbitragem realizados em Haya e Bruxellas em 1894 e 1895*, Lisboa Imprensa Nacional, 1896, p. 266, e *Notícia acerca da Conferência Internacional de Paz e Arbitragem*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1904, p. 34.

Magalhaes_Lima.indd 145 26/10/11 9:55:18

Na conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, na noite de 13 de Fevereiro de 1900, Magalhães Lima recordava os seus primeiros contactos com os grandes propagandistas da causa da Paz: "Quando em 1878 visitei Paris, pela primeira vez, o meu maior desejo e a minha primeira aspiração foi estabelecer relações com alguns desses raros espíritos que a minha imaginação havia preadivinhado à distância. Entre os santos e os heróis que eu divinizara na minha mocidade, figuravam Anatole de la Forge, Augusto Vacquerie e Charles Lemonnier. Guardo do honrado apóstolo a mais grata a saudosa recordação. Foi Charles Lemonnier quem fundou em Genebra, no ano de 1867, a Liga da Paz e da Liberdade, sob os auspícios de Victor Hugo e Garibaldi, com o concurso inteligente e activo de Bakounine. Foi também o primeiro que, baseando-se na doutrina de Kant, publicou e ofereceu à discussão um tratado de arbitragem permanente entre as nações, fazendo da moral a base da política, combateu a guerra e glorificou a paz, como a expressão do direito e da justiça. Lemonnier foi um digno continuador da sua doutrina.

Ainda me parece que o estou vendo, na sua casa da rua Chaillot, próximo do Trocadero, em Paris, arrastando uma perna doente que o impossibilitava de sair de casa e que depois o levou à sepultura, insistindo comigo para representar a Liga no Congresso da Paz que se realizou em Roma, em 1892.

– Se é questão de dinheiro, não se prenda com isso, – dizia-me ele com a bonomia que caracteriza todos os evangelistas. Muito de propósito me demoro sobre Charles Lemonnier, por ter sido um dos precursores do movimento pacífico, e por ser a Liga da Paz e da Liberdade a mais antiga associação das suas congéneres, com sucursais em todas as cidades da Suíça.

O antigo adágio (*si vis pacem para belium*) se queres a paz prepara a guerra, foi-se modificando sucessivamente, segundo o critério das diversas escolas. E assim foi substituído por este outro:

– se queres a paz, prepara a paz."

Reconhecendo que podia ser acusado de utopista, Magalhães Lima não enjeitava tal epíteto, assumindo-o e confiando em que a Utopia se converteria, no futuro, em perene realidade: "Falar em guerra o mesmo é que falar em barbárie, em retrocesso, em hecatombes pavorosas, em clarões sinistros que iluminam cadáveres, na orfandade e no luto das filhas carinhosas; das mães dedicadas, das irmãs e das esposas amantíssimas, contorcendo-se na dor, estiolando numa saudade eterna, banhadas e sufocadas pelo pranto. Falar em guerra o mesmo é que falar na crise financeira que assombra, aflige e arruína os diversos países com os seus 'deficits' esmagadores. Falar em guerra o mesmo é que falar na crise económica que estabeleceu entre os homens a luta civil, a luta fratricida, luta sem piedade entre irmãos, bem mais horrenda ainda que as lutas internacionais, as lutas entre povos. Falar em guerra o mesmo é que falar em crise moral que transforma a bondade em cinismo, fazendo do homem um criminoso vulgar, um assassino e um ladrão, violando assim todas as leis da natureza e da sociedade.

Será a paz uma utopia?

São acoimados de utopistas os que professam a sublime religião da paz, o culto do amor, da concórdia e da irmandade humana. Se a utopia é sinónimo de bondade, de altruísmo, de dedicação pelo seu semelhante, aceitemos o epíteto e honremo-nos

Magalhaes_Lima.indd 146 26/10/11 9:55:19

com ele. A quimera de ontem é a realidade de hoje. A quimera de hoje será a realidade de amanhã. Todos os grandes progressos, quer morais, quer materiais, da humanidade, foram considerados quimeras no seu princípio. O telégrafo, o caminho-de-ferro, o telefone, a electricidade, a igualdade perante a lei, o sufrágio universal, a própria abolição da escravidão foram utopias na antiguidade, o que não impede que sejam hoje benefícios radiosos que todos aproveitam e todos igualmente aclamam. E se é impossível, e absurdo até, estabelecer uma distinção entre a quimera e a realidade no campo da ciência, com igual razão e igual lógica o deve ser no campo moral.

Perante a sinceridade dos corações não há quimeras nem utopias: há sim, a ascensão lenta, gradual, mas progressiva, dos simples, dos bons, dos modestos e dos humildes, para um estado melhor, para um mundo de perfectibilidade. A lenda de Cristo no Calvário, pregado à cruz, gotejando sangue pelas feridas que lhe haviam provocado os seus algozes, é instrutiva e encerra uma lição moral de alta filosofia. É que os princípios só frutificam e fecundam pelo sangue, pelo sacrifício, pelo martírio e pelo heroísmo dos seus servidores. Mas a ressurreição veio coroar a sua obra colossal e portentosa, pelo triunfo das suas ideias luminosas. Amar é poder. É este o lema da nossa bandeira, a bandeira dos pacíficos, a bandeira dos humanitários, a bandeira de todos os que aspiram a igualdade social. E o Nazareno venceu por que muito amou.

Comparai agora o Cristo, sonhador e visionário, aos grandes generais, a Alexandre, a César, a Napoleão. Estes, à semelhança de Átila, devastaram o mundo com as suas hordas assoladoras. Àquele, sem exércitos permanentes, sem marinha de guerra, sem canhões Krupp, sem metralhadoras, sem melinite, sem libras esterlinas, logrou operar nos espíritos a maior revolução moral que jamais atingiram os mais temidos, os poderosos cabos de guerra, e isto apenas pela aproximação das almas e pela identificação dos sentimentos.

Mas afinal o que querem, e que pretendem esses utopistas de que tantos desdenham e que raros compreendem? – Uma coisa muitíssimo singela: implantar no mundo o reinado do direito e da justiça.

Os utopistas dizem: se é assassino, caindo imediatamente sob a alçada do código penal, o que mata o seu semelhante, porque há-de ser aclamado como herói o que mata, ou manda fuzilar e metralhar milhares de cidadãos? Se é ladrão o que rouba um pão, muitas vezes para saciar a própria fome, porque há-de ser divinizado, com arcos de triunfo, o que rouba extensos territórios, para satisfação apenas do seu interesse, da sua ambição, da sua cupidez e muitas vezes do seu capricho?

Os utopistas dizem: se as questões entre particulares, de indivíduo para indivíduo, são reguladas e decididas nos tribunais por via jurídica, porque não hão-de ser reguladas e decididas do mesmo modo as questões internacionais, de nação para nação ou de povo para povo?

Se tudo isto são utopias, não sabemos então, em boa verdade, o que significam a razão, a dignidade individual e a independência colectiva, perante o mundo civilizado."[15]

[15] *A Paz e a Guerra. Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa na noite de 13 de Fevereiro de 1900*, Lisboa, Empresa da História de Porta, 1900.

Magalhaes_Lima.indd 147 26/10/11 9:55:19

Numa conferência em Valência, proferida já depois de proclamada a República, o velho propagandista não mostrava esmorecimento quanto ao idealismo pacifista que sempre perfilhou: "Os pacifistas afirmam que a paz é boa, que a guerra é má; que o estado de paz deve substituir o estado actual de guerra – patente ou declarada – e que o dever de todo o homem que pensa é apressurar o advento de uma civilização menos bárbara.

Em que consiste o pacifismo? Na conciliação da ideia da pátria com a ideia da humanidade. Em geral confunde-se a ideia pátria – expressão geográfica, engrandecimento territorial, com a ideia de pátria – expressão moral.

Sob o ponto de vista geográfico a pátria é para os povos o que a família é para o indivíduo: – a sua casa. Sob o ponto de vista moral: – Todos somos cidadãos do mundo.

Para um intelectual as fronteiras não existem.

O amor da família e o amor da pátria completam-se. O mesmo acontece com o amor da pátria e da humanidade, pois a pátria é uma reunião de famílias do mesmo modo que a humanidade é a reunião das pátrias.

Os povos como os indivíduos estão submetidos a uma evolução perpétua. A unidade há-de realizar-se na Europa.

Eu posso exclamar como Carlos Richet, o glorioso apóstolo: – Sou internacionalista porque amo apaixonadamente o meu país.

O génio de Victor Hugo predisse os Estados Unidos da Europa, uma federação em que cada pátria conserve a liberdade e em que cada cidadão conserve o seu patriotismo, em que a paz, a justiça, o amor substituam o nosso regime de guerra, de ódio, e de violência. O patriotismo exclusivo, que não é outra coisa que o egoísmo dos povos, é de tão fatais consequências como o egoísmo individual; ofende e divide os habitantes dos diversos países, incitando-os a fazer mútuo dano, em vez de mutuamente se ajudarem; é o pai desse monstro terrível e sangrento que se chama: – guerra. Uma sociedade que admita a guerra parece-me constituída por seres inferiores, e eu inclino-me para uma sociedade elevada a uma humanidade iminente. Sociedade sem déspotas, humanidade sem fronteiras. O pacifismo tem pois um duplo objectivo: sob o ponto de vista da humanidade, a supressão da luta das nações; sob o ponto de vista das pátrias, a sua pressão da luta de classes, que é como a primeira, a expressão da força e da violência. Dois problemas se impõem à nossa civilização: ou os resolve ou morre: – o problema da justiça social e o da justiça internacional[16]".

A actividade de Magalhães Lima como defensor da paz e da arbitragem confundiu-se com a sua militância como livre-pensador, maçon e republicano.

[16] *El Problema Internacional. El Ideal Humano. Conferéncia dada en Valéncia por Magalhães Lima, senador de la Republica Portuguesa,* reproduzido em *A Vida dum Apóstolo, Tribuno*, p. 312 a 314.

Magalhaes_Lima.indd 148 26/10/11 9:55:19

Capítulo VI

Magalhães Lima visto pelos seus contemporâneos

São numerosos os testemunhos contemporâneos sobre Magalhães Lima. Seleccionámos alguns com a preocupação de serem escritos por autores que militaram em campos políticos diferentes e até opostos.

Caras Amigas
Gente Limpa
Magalhães Lima

De todas as carrancas vermelhas da jacobinagem é a sua carranca loura, de um republicanismo furta-cores – umas vezes, rubro como o sangue das barricadas, outras marés, azul e branco como os remendos da Carta– que, há mais tempo, feriu a minha retina e a primeira, talvez, em que corporizei e colori as minhas precoces convicções de pequerrucho, uma admiração intuitiva e espontânea de fedelho preto pela sua gravata encarnada de herói notável, de grande homem nacional.

Cronologicamente foi o meu primeiro ídolo, porque, ainda de cueiros, foi na sua prosa que aprendi a soletrar e talvez por ter sido ele em política o meu primeiro chefe é que tão cedo me emancipei de chefaturas e disciplinas e, quebrando coleiras e gargantilhas de conveniências partidárias, me tenho deixado ir, vida adiante, em refractário e franco-atirador, fora de todas as fileiras, leigo de todas as irmandades, sem opa e sem libré, materialmente à margem de todas as honrarias e espiritualmente, com o coração, na vanguarda de todas reivindicações.

Foi o meu primeiro ídolo, foi o meu único chefe e, em coisas da penca, irreverências das gazetas, insolências das redacções, Magalhães Lima, que nunca insultei, que posso dizer nunca agredi, é talvez o meu único remorso porque um tempo houve em que ele foi o alvo das minhas ironias, a meta das minhas larachas – espécie de cabeça de turco da retórica jacobina, bimbalhante e cosmopolita, em que descarregávamos, insubmissos e indisciplinados os humorismos e as facécias do nosso sarampo revolucionário, demagógico e irreverente.

E confesso-o, com orgulho, confesso-o bem alto e de cabeça erguida, porque só assim, dizer hoje de Magalhães Lima, o que a consciência me dita, e o que a justiça me impõe que a verdade me obriga, eu sinto que nem o amesquinho nem me envileço, porque tendo sido sincero ontem e sendo honrado hoje, não tendo acamaradado, então, quando em troça aos seus cabelos louros o beliscava, com os que à facada o insultavam e o agrediam, não me enfileiro, agora, em homenagem aos cabelos brancos,

Magalhaes_Lima.indd 149 26/10/11 9:55:19

com os que o lisonjeiam e exploram, o bajulam e o lambem e que, fazendo degrau de antigos insultos e de velhas agressões, procuram trepar, na gratidão e esquecimento do Magalhães Lima que agrediram e insultaram – uns, à sua bênção de pontífice maçónico, outros, às suas graças de patriarca do jornalismo, uns, à babugem da sua popularidade internacional, outros, às migalhas dos seus menus cosmopolitas, e todos, todos, uns mais, outros menos, mas todos se não às larguezas da sua bolsa, que não perdoam ser intangível, pelo menos às prodigalidades da sua adjectivação, que ecoam lá fora, para além das fronteiras, como repiques de celebridade, muito de cobiçar para quem, cá dentro, entre muros da coscuvilhice das nossas ruas, nunca marinhou acima das partes da polícia.

Vá, pois, de dizer dele – o que dele sei.

Sebastião Magalhães Lima é, por atavismo, por princípios e por temperamento, um dos raríssimos republicanos que tomou chá em pequeno – o que, numa aglomeração de pés-frescos, que, garotos sorveram ranho e taludos roem as unhas, lhe imprime carácter e lhe explica a linha de nobreza, as boas maneiras e muito boa educação.

Nascido de pais portugueses no Rio de Janeiro, a 30 de Maio de 1850, veio pequerrucho, para uma terra em que, por essa época, o trovejar da eloquência tribunícia de José Estêvão ribombava, dominadora e avassalante, criando na cidade e suas redondezas uma atmosfera retórica de liberalismos e emancipações.

Em Aveiro, hoje, ainda todos falam alto, falam sempre e falam grosso mas, no tempo de José Estêvão – a quando dos primeiros anos de Magalhães Lima – todos discursavam, discursavam sempre e discursavam bem.

Demóstenes era barqueiro na Ria, Cícero tinha uma lojeca nos Arcos e o Fórum, há dúvidas – ainda não apuradas pelas investigações eruditas do Sr. Marques Gomes – se erguia as suas colunas em Esgueira ou em Calle da Villa – capital geográfica da Gafanha.

A retórica, essa, estava em toda a parte. Andava no ar. Entrava pelos poros.

A figura majestosa e afável, grandiloquente e amorosíssima de José Estêvão, dominava toda a região – e as águas límpidas e luzentes, serenas e calmas do vastíssimo e luminoso estuário do Vouga, toda essa pitoresca e radiosa bacia em que o bom Sol português vem banhar-se todas as manhãs para ir, depois, do azul tépido do nosso céu, iluminar em fulgurações de miragem e de sonho as mais adoráveis e características paisagens da nossa Holanda, essas águas espelhentas e brandas quando cortadas pelas proas císnicas dos moliceiros, certo, com mais cor e mais exactidão não refractam as linhas harmoniosas das suas embarcações, as figuras esbeltas dos seus marnotos, a leveza airosa das suas velas brancas do que, por esse tempo, a alma e a linguagem de todo o bom vareiro – gafanhões, cagaréus e murtoseiros – reproduzia e refractava na sua ingenuidade e na sua rudeza – um pouco da alma e dada retórica do grande tribuno...

No chalrar da pequenada como nas perlengas dos adultos, o culto regional do inigualável tribuno do Porto Pireu, traduzia-se, instintivamente, por frases redondas e sonoras e por platónico apego a liberalismos, a igualitarismos, a democracias.

Novos e velhos, grandes e pequenos, ricos e pobres, todos "zé-estevavam" em metáforas e apóstrofes, todos como José Estêvão, ardiam em emancipações e frater-

Magalhaes_Lima.indd 150 26/10/11 9:55:19

nidades – e se todos procuravam, como o tribuno, a fórmula vaga e indecisa de um ideal novo, todos, na imitação consciente do mestre, esmaltavam as coisas mais simples e comezinhas da vida, com a sonoridade retórica das frases solenes e domingueiras, saltando de bateira em bateira no convívio são e rude dos pescadores e mercantis da Ria ou intrometendo-se nas conversas cultas da melhor gente que nos Arcos discutia acalorada as coisas públicas, Magalhães Lima, de calça pelo joelho e fralda ao léu, foi influenciado por este meio, mordido nas suas carnes tenras, acariciado nos seus cabelos louros, por esta atmosfera de tropos e jacobinismos.

Naturalmente, insensivelmente, à sombra de José Estêvão – que cobria toda a cidade e mesmo, pelo verde macio e prateado das águas da Ria, empanava um pouco os raios luminosos do Sol – Magalhães Lima impregnou-se de retórica e deixou-se empapar pela cadência brilhante das frases feitas. De Aveiro, com uma bagagem já suculenta de palavras bonitas e períodos cheios, Magalhães Lima foi internado em Lisboa, no célebre Colégio Alemão do velho Roeder que, ao mesmo tempo que ia amanhando os preparatórios liceais segundo os programas da época, criava nos seus discípulos um núcleo de homens que, com espanto dos seus contemporâneos – todos enfrascados em humanidades e latinzes – entraram depois na vida, papagueando correntemente os seus quatro idiomas: francês, inglês, italiano e alemão. E assim, Magalhães Lima, indo caloirar para Lisboa com o *bacilius verborraico* da retórica foi-se para Coimbra a bacharelar com o micróbio poliglota do cosmopolitismo.

Coimbra, então – como ontem, no meu tempo, com Pedros, Pittas e Assizes, como hoje, com Assizes, Aires e Guilhermes, e como amanhã e sempre enquanto a velha Torre não ruir em lixo e não cair em pó o último mamarracho da Sala dos Camelos – Coimbra um forno crematório de intelectualidades e independências, mantido nas temperaturas altas da asneira, pela pesporrência conservadora e dogmática dos mestres, aquecidos, a seu turno pelas cartas de empenho, pelas cunhas, pelas dispensas e pelas atestados dos discípulos.

Simplesmente, quando Magalhães Lima, em 1870, se foi com a sua retórica e o seu cosmopolitismo, a cursar a Universidade, a Universidade batida havia pouco pela audácia viril [e] virulenta de Vieira de Castro e pela rebeldia iconoclasta de Antero, atravessava uma das suas efémeras e periódicas crises de rejuvenescimento e de progresso – tombas de civilização e meias-solas de intelectismo, com que de longe em longe e sempre a seguir a alguma proeza do Foro Académico, os remendões da sebenta tentam encobrir os cravos a desferrarem-se da própria cascaria.

Em 1870, no ano de Sedan e da Comuna, a minoria intelectual do corpo docente republicanizava, para se dar ares de caminhar com o século e lá dentro, em rebeldia ao Conselho de Decanos, na Universidade, resistente à civilização como o vácuo cerebral dos seus lentes, imutável no seu conservantismo como a cábula legendária dos seus alunos, na Universidade retrógrada, fanática e estúpida, a dentro dos doutorais, do alto da própria cátedra, Adriano Machado, em Economia Política, admirava Proudhon e em doses homeopáticas e constitucionais propinava-o aos discípulos. Emygdio Garcia republicanizava a lei dos três estados e servia, na sebenta, Auguste Comte e barrete frígio.

Perdido nas abstracções da matemática, ensimesmado na sua consciência de justo e no isolamento cenobítico da sua ciência de astrónomo, José Falcão buscava já,

na amplidão infinita dos céus, na irradiação luminosa dos astros, o feixe de raios com que, daí a meses, haveria de fulminar em nome da Justiça e em nome do Direito, o reaccionarismo sanguinolento de Thiers, nos Mártires da Comuna de Paris.

Nessa atmosfera carregada de democracias platónicas e de frases sonoras, tendo já Magalhães Lima publicado as *Actualidades* (1872), os *Padres e Reis* e o *Papa perante o Século*, brochuras companudas de ingenuidades e afirmações – uma tarde, em 1874, ao sair das aulas a estudantada, caiu nos Gerais, como um raio esta notícia fulminadora: Emilio Castellar está em Coimbra.

Foi um delírio, um assombro.

Castellar que, até à morte, foi em terras parlantes de Castela a encarnação ribombante do verbo palreiro de todas as Espanhas, então em Coimbra, o colosso máximo da oratória e da democracia, o sumo pontífice liberalismo revolucionário, o Supremo Arquitecto das metáforas vermelhas e chamejante. A Briosa, palreira e democrática estarreceu… Engulhou... Entupiu… Magalhães Lima, porém, capa traçada, cabeleira ao Vento, gesto largo não esteve com meias medidas e ele, que pela vida adiante tem sido espicaçado de ironias por falta de coragem e por falta de audácia, teve um rasgo de temeridade – de escantilhão, com a Briosa atrás, foi-se até à Baixa e em frente das janelas do Hotel Mondego atirou às faces de Dom Emilio com um repto de retórica e de jacobinismo.

Assim viu, mais uma vez a Espanha que ainda há portuguesitos valentes e Castellar, da sacada da sua estalagem, não percebeu, mas gostou. Gostou e aplaudiu.

Aplaudiu e veio à puxada, deixando cair sobre a massa negra das capas dos estudantes torrentes caudalosas da sua palavra mágica.

E tudo acabou – como é da praxe nestes regabofes peninsulares de paleio – num grande abraço dos *pueblos hermanos*.

Desde essa tarde célebre, Magalhães Lima ficou ungido tribuno da Academia, caudilho da República.

Não era para menos o caso: ministrara-lhe o viático da retórica o magno Sacerdote da Verborreia e dera-lhe a alternativa de democracias o grande espada das Constituintes espanholas.

Era o destino a imprimir-lhe carácter. Foi depois disto que Magalhães Lima, tendo fundado com Alves da Veiga e Alves de Morais a *República Portuguesa*, se bacharelou.

Formou-se.

Em Magalhães Lima, como em nenhum outro, o formar-se tem uma completa e uma rigorosa acepção.

Formou-se, isto é, ficou assim – ficou pronto.

Agora vejam:

Tendo bem-nascido e bem educado, bebido chá em pequeno, tendo mamado no leite da retórica empolada e florente e começado a papaguear as línguas logo em garoto, tendo-lhe repontado com o buço o romantismo e vindo-lhe o republicanismo ao mesmo tempo que o bacharelato, digam-me se Magalhães Lima poderia ter deixado de ser o que sempre foi, ora com a admiração lamecha das multidões, com os sarcasmos cruéis dos correligionários – e o que ainda é, como relíquia do republica-

Magalhaes_Lima.indd 152 26/10/11 9:55:19

nismo honesto e bem intencionado: um *gentleman*, uma nobre figura da democracia, palavroso, romanesco, bombástico – um pouco oco como bacharel, sempre correcto como homem – espécie de caixeiro-viajante da República, com credenciais em pacifismos e livres pensamentos, orador por temperamento, diplomata por educação, jornalista por vício, deixando-se levar às vezes – como português – ao sabor dos acontecimentos, sem rumo, sem plano e sem norte, mas navegando sempre – como mareante prático – por um mar sem baixios de infâmias, sem cachopos de velhacaria, sem recifes de pouca-vergonha, às vezes batido pelo vendaval da calúnia, outras rizando-se contra as refregas da intriga, mas bolinando sempre e de feição, pela causa da República, da Democracia, da Emancipação e do Livre-pensamento. E, depois, que diabo! O Magalhães Lima, se ainda não proclamou a República, se ainda não morreu numa barricada, estando nós todos ao fazer desta, em Monarquia e gozando desta boa saúde, não me parece quem haja por aí quem tenha feito mais do que ele… Nem tanto – vamos com Deus! Porque sendo até hoje e em última analise a obra sólida, inabalável e definitiva do republicanismo português – que, mesmo de armas na mão, gotejou no Porto, em 31 de Janeiro, mais retórica nas janelas da Câmara do que sangue na Rua de Santo António – sendo essa obra já colossal, de propaganda e de afirmações, um vasto e bem arquitectado edifício de palavras escritas em artigos e brochuras e de palavras falhadas em comícios e conferências, sendo com sermões laicos que se elevam os chefes e com arengas patrióticas que se heroicizam os tribunos, sendo, até à data, de parola inflamável a dinamite que explode nas nossas bombas e de vistoso palavreado todas as armas e munições de que – ainda sob palavra! – estão abarrotados os nossos arsenais revolucionários – não sei quem mais palavras, discursos, arengas, sermões, prelengas, conferências e brindes tenha atirado ao mundo do que Magalhães Lima, há quarenta anos, orador, gastrónomo e jornalista e que, não contente em jantar, escrever e falar pelos cotovelos a dentro das fronteiras, ainda vai, por esses mundos fora, sempre que pode e às duas por três, escrevinhar lérias, comer jantares e debitar coisas, em granadas de eloquência, em metralhas de oratória, moendo retórica petroleira em todas as águas da Democracia, com todas as pedras do Livre-pensamento e com todos os ventos da República...

E depois, camaradas, se pelos anos de serviço e pela quantidade deles, Magalhães Lima, que, após a sua passagem pela direcção do *Jornal do Comércio*, fundando, em 1880, *O Século*, foi candidato em 1881 pelo círculo 98 e fez toda a campanha inicial do centenário de Camões, que encarnou a alma lusitana em todas as refregas do tratado de Lourenço Marques e, em 1885, purgou no Limoeiro a violência dos seus artigos de fundo e na brecha tem vindo desde então, incansável, inquebrantável, irredutível na defesa dos seus princípios e das suas convicções, se Magalhães Lima ascendeu pela tarimba ao generalato do grande e aguerrido exército do partido democrático português, não sei também, em qualidade e valor, quem por aí assoalhe lista mais completa e mais benemerente.

Um tempo houve em que era da moda e dava certos ares de maquiavelismo, rir-se a gente dos planos revolucionários de Magalhães Lima, por se afirmar haver ele marcado a revolução para uma véspera de feriado – não fossem os ilustres barricadores e revolucionários de Coimbra perder o ano por faltas.

Magalhaes_Lima.indd 153 26/10/11 9:55:19

Era na época em que varões incorruptíveis – que, ao depois, venderam a consciência por um notariado – não perdoavam a Magalhães Lima ter vendido a sua parte na propriedade de *O Século*, quando todos os outros sócios haviam já tranquibernado com Silva Graça as suas quotas, no uso aliás legítimo do direito de dispor do que era seu e sem que isso lhes acarretasse deslustre ou desonra, como, à viva força e não se sabe por que bulas, era dogma que desonra e deslustre havia de acarretar sobre Magalhães Lima, que, apuradas as contas, foi quem menos ganhou e quem pior vendeu.

Mas ganhou... mas era rico...

Se perdesse era tolo e se não fora rico, sendo honesto, morreria de fome e de miséria, como esse pobre Heliodoro Salgado – inimigo pessoal de Nosso Senhor e fanático irmão do Supremo Arquitecto – enterrado com pompa e estrondo mas que eu conheci a comer rancho no Limoeiro e que, condenado às custas e selos de um processo de imprensa, depois de ter apelado para o partido, de ter batido à porta de todos os correligionários, teria de remir os selos e as custas com mais três meses de cadeia, se um amigo que quase fora antes um adversário não atirasse às goelas esfaimadas da justiça com esses cobres, magros e esverdeados...

São as únicas manchas que lhe apontam: ser rico e não ter perdido dinheiro com a República; ser retórico e em questões de pecúnia e responsabilidade não se fiar em palavreados.

Além disso, para correligionários que para serem asnos não precisaram de ir a Coimbra o ser bacharel é em Magalhães Lima também uma mácula.

Mas lembrem-se, camaradas, – só o capelo imprime carácter e está cheio de borlas e camelos o estado-maior republicano.

E quanto a não ter perdido com a República – perdoem-lho, ao menos, em honra e proveito daqueles que da República fazem modo de vida, dos que a exploram como indústria e dos que com ela especulam, talvez com maior vileza e menos pudor, do que, nos bairros sujos rufiões de melena, especulam com o amor e com a miséria das miseráveis e amorosas fêmeas de sapato de liga, de saia engomada e com número na polícia.

Varões prudentes, varões sabidos, gloriosos e ilustres varões, que os correligionários admiram, que os correligionários apoiam, que os correligionários ovacionam e que os correligionários põem nos cornos da lua, como, afinal, na lua iriam pôr, ovacionando, apoiando e admirando o próprio Magalhães Lima que, sendo incontestavelmente uma das mais nobres figuras da democracia portuguesa, o mais antigo e o mais espontâneo dos seus tribunos, o mais fecundo e o mais ponderado dos seus jornalistas, tendo na sua bagagem de propagandista um par de brócolos como *Pela Pátria e pela República*, o *1.º de Maio* e a *Fédération Ibérique*, tendo como internacionalista feito conhecer e feito respeitar Portugal em quase todas as capitais do mundo, sendo em toda a parte um homem limpo e sendo no partido republicano um homem de convicções – só teria a popularidade fetichista, que é de uso, agora, ser a aura e o culto dos chefes que o não igualam – se, para lhe perdoarem o estar-se nas tintas para encostos e *sablazos* numa tômbola entre correligionários distribuísse tantas meias coroas, como de discursos tem semeado por esses mundos além.

Magalhaes_Lima.indd 154 26/10/11 9:55:19

Mas nisso, é claro, não cai Magalhães Lima, que, retórico, palavroso brilhante de tropos, talvez oco como bacharel, talvez pueril como revolucionário Magalhães Lima que entrou rico para a República, que na República se tem mantido, e que na República, apesar das suas ruinosas empresas jornalísticas da *Folha do Povo* e *Vanguarda*, das suas viagens à estranja e dos seus banquetes a tanto por cabeça, ainda não empobreceu – Magalhães Lima, se não é um prodígio, Magalhães Lima se não é fenómeno, Magalhães Lima se não é um milagre – Magalhães Lima é um homem de bem como poucos, pobres ou ricos, o têm sido no Partido Republicano e, como ainda o não foi nenhum homem rico da República, Magalhães Lima é um homem inteligente. E tomou chá em pequeno...

O que, se, na teoria de Basco lbañez, lhe não garante o triunfo na revolução e a popularidade na República, lhe assegura, com certeza, o respeito, a estima e a simpatia de quem não for irremessivelmente e por falta de açoites maternos, um malcriado e um grosseirão e de quem, em nome da justiça e em nome da verdade, julga um dever de consciência prestar homenagem a Magalhães Lima, *gentleman* e nobre figura da democracia, palavroso, romanesco, bombástico – um pouco oco como bacharel e sempre correcto como homem – espécie de caixeiro-viajante da República com credenciais em pacifismos e livres-pensamentos, orador por temperamento, diplomata por educação, jornalista por vício, deixando-se levar às vezes – como português – ao sabor dos acontecimentos, sem rumo, sem plano e sem norte, mas navegando sempre – como mareante prático – por um mar sem baixios de infâmia, sem cachopos de velhacaria, sem recifes de pouca vergonha, às vezes batido pelo vendaval da calúnia, outras risando-se contra as refregas da intriga, mas bolinando sempre e de feição, pela causa da República, da Democracia, da Emancipação e do Livre-pensamento.

Joaquim Madureira (Braz Burity), *Caras Amigas (Gente Limpa),* Lisboa, Antiga Casa Bertrand, s. d., p. 105 a 122.

A Morte do Grande Caudilho

Quando eu tinha dezoito anos deixei-me da carreira para onde os meus me queriam lançar – deveras complicada de mecânicas e matemáticas – e decidi ser jornalista.

Alguma coisa me impelia e bem rapidamente.

A dificuldade estava no começo. Sentia-me capaz de conquistar os louros de Navarro, de Mariano, de Magalhães Lima, do Enes, as grandes penas em voga, naquele tempo em que tanto ambicionava um lugar à mesa de um jornal.

Paupérrimo, não tendo para onde me voltar, mas riquíssimo duma vontade que jamais me abandonou, decidi-me a seguir na carreira que a tudo conduz: ao poder e à glória, à miséria e ao suicídio.

Quis ser jornalista. Escolhi para me iniciar aquele idealista que morreu, há dias, e cuja cabeça encanecida albergou os mais lúcidos mas impossíveis sonhos.

Magalhães Lima morava no Salitre. Nunca o tinha visto. Nós sentíamos, naquela época, um grande respeito pelos nomes gloriosos. Passei uma noite febril,

meditando. Em casa mal sabiam o passo ousado que eu pretendia dar, a fim de sair da má situação, criada por minha rebeldia.

Confiava muito nas frases dos discursos que Magalhães Lima pronunciava; entrevia, no homem aplaudido, a alma sentimental e, num impulso – a minha vida tem sido toda feita de impulsividade – subi a escada do caudilho e disse à criada ser um estudante que desejava falar com o senhor doutor. Ao cabo de dez minutos estava na sua presença.

Sei que lhe disse, num modo arrebatado, perdida a timidez, ante a sua presença ilustre:

– Quero ser jornalista!

– Pobre rapaz! – volveu ele, com um sorriso triste por entre o bigode, ainda loiro – Jornalista?!

– Como o Navarro, como o Enes, como V. Ex.ª... Que loucura era a minha nessa hora! A juventude julga-se capaz de tudo e eu imaginava-me dotado da força singular que eles possuíam.

Que loucura!

Magalhães Lima não teve o olhar dum general que ouvisse um recruta a sonhar a glória de Bonaparte.

Deu-me um pequeno lugar na *Vanguarda*.

Em breve, éramos amicíssimos. Ele ficou sempre com uma grande ternura por mim, mesmo quando deixei o jornal republicano – o único onde colaborei – para seguir outro destino.

Jamais nos zangámos. Com Cândido dos Reis, Tomás Cabreira, Gomes da Silva, Teófilo, Arriaga, António José de Almeida, Artur Leitão, Bruno, Basílio Teles, sucedeu o mesmo. Ficámos amigos. Eu seguira outro caminho. Sem perder as minhas idealizações democráticas, entrevia na República um abalo profundo na nação. Tornei-me um profissional da imprensa. As mortes de El-Rei e do Príncipe fizeram-me, sentimentalmente, monárquico.

A proclamação da República realizou o resto. Não havia princípios. E era eu quem o dizia aos homens que governavam. Fiz-me um combatente.

Por esta época Magalhães Lima ofereceu-me um lugar diplomático.

Naquela mesma casa da Rua de S. Roque, coalhada de republicanos, ele, abraçando-me quando o entrevistei para a *Ilustração Portuguesa*, disse-me:

– Meu amigo. Quer ser cônsul no México?

– O México é muito longe e eu sou muito preciso em Portugal. Mas ainda que fosse em Madrid, em Paris, em Londres, não aceitava!

– Porquê?

– Não quero servir a República.

– Você, um democrata, um idealista, um romântico?

– Sim, Magalhães Lima, sim. Porque sou um democrata, sinto-os absolutistas; porque sou um idealista, vejo os positivos em demasia; porque sou um romântico, detesto as perseguições!

Abraçou-me. Jamais me viu sem me apertar ao peito e quando nos encontrávamos, falando largamente do passado, ele olhava tristemente o céu e dizia-me

Magalhaes_Lima.indd 156 26/10/11 9:55:20

– Realmente os homens não estão à altura do ideal! Que desilusão! Mas eu não posso emigrar. A República deve aperfeiçoar-se. Veremos!

Era um crente; eu que também sonho e visiono, achava-o sempre moço ao falar do povo, desse povo do qual crente; achava-o sempre moço ao falar do povo, desse povo do qual jamais me afastei, que defendo, de onde venho com a ancestralidade de meu avô hortelão e de meu pai soldado. Que orgulho de ser um pé fresco! dirão os meus amigos aristocratas.

Quando acusaram o ilustre jornalista de ter impulsionado o braço do assassino de Sidónio, eu defendi-o. Tenho aqui, sobre a minha cama, onde a doença me junge, a carta em que me agradece as palavras escritas a seu favor. Quis relê-la, hoje. O seu signatário já não é deste mundo e eu sinto a sua morte como a dum delicado romântico que foi um excelente amigo.

Que importa a sua qualidade de grão-mestre da maçonaria, de republicano, de batalhador?! Em Portugal, onde tudo são jacobinos – brancos ou vermelhos – mal se compreende que alguém tenha a coragem de escrever a bem acerca dum adversário político e religioso.

Eu tenho opinião contrária.

Só é criminoso e vil mentir. A verdade acima de tudo.

O homem ilustre que morreu era uma alma pura, quase infantil. Vogava num eterno sonho; cobria os adversários sob a sua égide; acreditava em Deus, num Deus como o de Victor Hugo, Todo-poderoso, Infinito, embora não amasse o seu clero. Plantava rosas; colhia cardos.

Pertencia a uma geração demolidora e era incapaz de destruir um insecto por suas mãos, de arremessar uma pedra, de ferir fosse quem fosse. Idealista e só idealista. Vi-o na acção, na luta, na batalha e acabava sempre a estender a mão ao adversário.

Os próprios que o combateram, por suas ideias, devem compreender que Magalhães Lima era assim.

Falava da sua República como duma deusa e, chorando junto ao seu altar conspurcado, ele era o mais puro dos crentes. O seu papel de grão-mestre da maçonaria atraia-lhe ódios. Todos os grandes liberais foram assim odiados, desde Gomes Freire a José Estêvão.

No fundo a justiça faz-se quando o tempo desanuvia a atmosfera e as estátuas dos malquistos surgem na praça pública.

Eu sou insuspeito ao escrever estas palavras.

Fiz justiça, há pouco, a um grande rei assassinado por balas de dois campos.

Para isso, servi-me da verdade. Ela foi, é e será a minha melhor bandeira.

Hoje, sem estabelecer comparações, nem mesmo as mais longínquas, devo pronunciar-me sobre a morte de Magalhães Lima, meu amigo de há trinta anos, como sempre escrevi e disse a seu respeito quando ele vivia.

Eu não mudei, a verdade não muda.

Somente os homens fazem dela bronze ou lama não a sabendo eternamente rebelde e altiva.

Rocha Martins, *ABC*, n.º 439, 13 de Dezembro de 1929, p. 4 e 5.

Magalhães Lima

Foi Magalhães Lima, o loiro pajem do Ideal, que das íntimas *soirées* da condessa de Magalhães trouxera para a República a comoção em bemol com que ali recitava a morte do pintassilgo, mais tarde acomodada a ré sustenido nos comícios a pedir a cabeça de reis e imperadores; foi esse ingénuo e encantador Magalhães Lima que, no período de todo o partido republicano lhe caber nas algibeiras do casaco, ao perguntar-lhe Lopo Vaz: – "Mas com quem contam os senhores se, por acaso, de um dia para outro se proclamasse a República?" – lhe respondeu angelicamente: "Com vossas excelências"; foi esse simpático e querido Magalhães Lima quem me apresentou Silva Graça, então administrador de *O Século*. Um aperto de mão e [uma] troca de palavras banais. Passa-se algum tempo e já o encontro director daquele jornal quando, na galeria da imprensa da Câmara dos Deputados, em sessão agitada, lhe peço, por me sentir muito incomodado, o favor de à noite na sua redacção me dar os apontamentos necessários. Prontamente acedeu e dentro de horas lá estava a receber das suas mãos alguns linguados de papel. Conversámos e logo entre nós se estabeleceu uma tal corrente de simpatia que instou comigo para na noite seguinte ir tomar chá à sua casa em Pedrouços. Fui, e ali, pela vivacidade do seu espírito, pela sua inteligência desempoeirada, pelas suas largas vistas jornalísticas, se abriu o caminho de uma intimidade espiritual praticamente efectivada entregando-me a direcção de *O Século de Portugal e Colónias*, cuja existência não foi longa. Mas a intimidade subiu de ponto a eu ir quase diariamente ao *O Século*, onde Silva Graça começou a desabafar comigo em todas as suas crises de que género fossem. Não passava sem mim.

Baixo, franzino, olhos azuis, pequenos e buliçosos, barbicha castanha alourada, pelos seus movimentos irregulares, pelos seus gestos desordenados – quando se irritava, um chuveiro de socos em cima da mesa –, pela articulação saltitante das suas palavras, num relanço se dava a conhecer como uma pilha embrulhada num fato de cheviote. Acima de tudo e em tudo, como guia de mão firme mas nem sempre olhando ao piso da estrada, o Excesso (com E maiúsculo) arrastava-o em muitos dos seus actos – mal comparado, seria um óptimo cavalo de corridas se não fugisse da pista. Um pequeno exemplo: durante alguns meses, para combater um torturante sofrimento dos intestinos, pesava numa balançazita portátil, descendo aos miligramas, toda a sua levíssima alimentação da qual expurgara a carne e o peixe – comer cadáveres, que horror! E esse Excesso, que o acompanhava como a Morte acompanha a Vida, levava-o muitas vezes a ver só burros e águias, e se alçava aos cimos da ternura a sua amizade àqueles em quem via lealdade e dedicação, quem lhas fazia pagava-as com capital e juros. Assim, na questão dos tabacos, o Excesso (sempre com E grande) o impeliu a consentir no seu jornal agravos de monta a pessoas de inconcussa honestidade, errando as poldras, pois a antipatia que sobre elas se pretendia lançar se tornou em maior respeito. Com a força e a larga expansão de *O Século* entendia ser ele quem havia de governar a Nação e não os seus governos – Excesso de 100 graus acima de zero – o que tentou em alguns casos com respectivos e naturais malogros, sendo o último pouco depois da implantação da República num jantar de que voltou mal ferido. Antes de ir para lá disse-me de cabeça ao alto: "Vamos a ver se ponho isto na ordem!" No regresso, cabisbaixo, aborrecido: "Não se faz nada

Magalhaes_Lima.indd 158 26/10/11 9:55:20

de gente assim! Era como que um acicate que tinha dentro de si esse Excesso e o fazia abusar das suas boas intenções, e se agora o engrandecia, em outras ocorrências o prejudicava".

Eduardo Schwalbach, *À Lareira do Passado. Memórias*, Lisboa, Edição do Autor, 1944, p. 215 a 217.

Magalhães Lima

O enterro de Magalhães Lima deu lugar a uma manifestação republicana excepcionalmente grandiosa. Por acaso o enterro fez-se num domingo, e porque o tempo estava lindo, com pouco frio e muito sol, milhares de pessoas acorreram à passagem do féretro, descobrindo-se respeitosamente, havendo nessas demonstrações de respeito muito de simpatia pessoal e de confraternização de sentimentos políticos.

Magalhães Lima não tinha inimigos e não era inimigo de ninguém.

Homem de vontade frouxa, quase sem vontade, facilmente mantinha a intransigência dos princípios no campo da doutrinação, e facilmente evitava lutas e conflitos, tanto com os adversários como com os correligionários, no campo da acção.

Era uma pessoa inteligente, de palavra fácil e quente, por vezes imaginosa, duma sonoridade que era agradável ao ouvido e tinha um grande poder de sugestão nas massas populares. Formara o seu espírito nos mais bem acabados modelos da literatura socialista e revolucionária, apaixonando-se por símbolos que tomava como realidades. Assim é que preconizava, como se fosse a coisa mais fácil deste mundo, a federação dos povos, de todos os povos que habitam, em diversos continentes, o mísero globo terráqueo, e só não preconizou urna federação interplanetária por não estar bem seguro da pluralidade dos mundos.

Como homem foi irrepreensivelmente honesto; como político foi indefectivelmente republicano.

Foi, sem dúvida, nos tempos heróicos da propaganda, um ídolo das multidões, tão querido e tão idolatrado como Manuel de Arriaga, também tribuno popular, de mais sólida cultura. Viajou muito e nas suas viagens relacionou-se com vultos políticos de grande nomeada, que tinham por ele muita estima e consideração.

Foi senador da República, raras vezes ocupando a sua cadeira senatorial, e quer-nos parecer que nunca o Senado lhe ouviu um discurso.

Fizeram-no, um dia, ministro da Instrução, lugar que ele, com certeza, não solicitou, ocupando-o por mera condescendência, sem força de vontade bastante para dizer – não quero!

Não tinha ductilidade para homem de governo, e mesmo para político de acção era, por vezes, duma ingenuidade quase infantil.

Quando o projecto de Constituição foi dado para ordem do dia, na respectiva comissão redactora assentou-se em que Magalhães Lima iniciaria o debate. Era o demónio se assim sucedesse, porque ele, homem de leis ignorante de toda a espécie de direito, poria a discussão numa altura tão modesta, que todos, na Assembleia, se julgariam competentes para nela intervirem.

Magalhaes_Lima.indd 159 26/10/11 9:55:20

Encarreguei o José Barbosa de lhe dizer, como coisa sua, que ele não devia fazer semelhante discurso, nem deveria, sequer, intervir na discussão, visto ser um dos providenciáveis e talvez o que mais probabilidades tinha de ser eleito.

Resposta de Magalhães Lima a José Barbosa:

– O Camacho tem razão. E eu a imaginar que ele embirrava comigo!

Não me valeu de nada a habilidade, porque de todos os cantos saltaram especialistas em Direito Constitucional, e a retórica de qualquer deles, com poucas excepções, não valia a de Magalhães Lima.

Na récita do seu quinto ano, Magalhães Lima recitou uma poesia escrita pelo Nunes da Ponte, médico pela Universidade de Coimbra, seu contemporâneo e seu amigo. A poesia era em quintilhas a primeira das quais, se a memória nos é fiel, dizia assim:

Irmãos, vamos partir, andorinhas da ciência
A nossa quadra estiva é prestes a findar
Mas vós heis-de volver ao berço da inocência,
Ao ninho do porvir, só nós, presos ao lar,
Não volveremos mais, andorinhas da ciência.

Desaparece com Magalhães Lima um dos mais esforçados evangelizadores da ideia republicana nos tempos da propaganda. Nada apaixona tanto como a política, a não ser a religião, e as massas populares são inertes quando a paixão as não excita e convulsiona. Um lógico, um raciocinador, se propagandeia uma causa justa fazendo-o com inteligência e com sinceridade, mesmo quando convence não arrasta; é uma voz que se ouve, mas não é uma bandeira que se segue, muito menos a um chefe em que se abdique de todo o pensar e vontade.

Procurando bem, encontra-se sempre uma ideia nos grandes movimentos da História, mas reconhece-se facilmente que ela teria sido ineficaz se lhe não dessem forma artística, forma emotiva, os seus corifeus mais sugestionadores, mais hábeis na excitação da medula que em esclarecer os cérebros.

Sob este ponto de vista, Magalhães Lima foi um dos maiores obreiros da República, quando ela era uma aspiração, e um dos seus mais débeis esteios desde que ela foi uma realidade.

Recordo-me como se fosse ontem do nosso encontro no Governo Civil, na trágica noite em que foi morto Sidónio Pais.

Quando ele chegou, preso num hotel da Baixa, serenara um pouco a tempestade que em volta de mim rugia – mata-se! Mata-se!

Reacenderam-se as fúrias homicidas à sua chegada e então os gritos que estrugiam nos corredores do Governo Civil já não era de – mata-se! mata-se! mas de – matam-se! matam-se!

Entrou no gabinete em que eu estava, com o ar de quem acorda dum pesadelo e vê realizados, ou a realizarem-se, os sucessos do seu trágico sonho.

Via-se bem que sofria, e na verdade era grande o seu sofrimento, porque tinha um enorme fleimão no braço esquerdo, tenso quase a rebentar.

– Porque o prenderam, Doutor?

Magalhaes_Lima.indd 160 26/10/11 9:55:20

– Não sei.

Tinham-no prendido por ser Grão-mestre da Maçonaria, à qual atribuíam, como mandante, a morte de Sidónio. E porque lhe encontraram na algibeira uma carta de Júlio Costa, carta banal, sem nada que comprometesse o seu autor ou o seu destinatário, achavam justo aplicar a Magalhães Lima a pena de Talião – morte por morte. Valeu aos dois, a ele e a mim, a intervenção oportuna, enérgica e decidida, do comandante da polícia, Sr. Lobo Pimentel, que barrou o caminho [à] turba assassina, fazendo-a recuar para longe de nós. Se mais dois crimes não assinalaram essa noite histórica, deve-se isso ao homem que fora um dos heróis da Rotunda, companheiro de Machado Santos, ao tempo sargento de artilharia.

Magalhães Lima recolheu à enfermaria, previamente examinado pelo Dr. Aníbal de Castro, e eu fiquei aguardando que fosse dia para sair dali, certo de que seria morto na rua, aos primeiros passos que desse fora daquela Bastilha.

O Sr. Lobo Pimentel teve a gentileza de pôr à minha disposição o seu carro para me levar onde eu quisesse ir.

Encostado a uma das ombreiras da porta principal do Governo Civil, um sujeito de aspecto facinoroso, de grande corpulência, o olhar faiscante de ódio mal contido, quando eu me dispunha a entrar no carro, tira da algibeira uma pistola, e ia a estender o braço, visando-me, quando o polícia encarregado de me acompanhar lhe grita, pondo a carabina em disposição de fazer fogo:

– Roda lá para dentro, malandro, senão queimo-te os miolos.

O homem obedeceu e eu mandei seguir o carro para o Largo do Quintela, onde havia o Hotel Duran.

– Desejo um quarto.

Sabendo quem eu era, não quiseram receber-me.

No rés-do-chão do Hotel, num quarto espaçoso, habitava o Dr. Pinto Osório, que sempre manifestara por mim grande estima, e sempre me dera provas de muita consideração. Era um dos mais assíduos leitores de *A Luta*, e um dos mais dedicados amigos de João Franco.

Tendo visto parar à porta do hotel um automóvel com um polícia armado de carabina, ao lado do *chauffeur*, acudiu a informar-se do que se passava, chegando-lhes aos ouvidos rumores de altercação.

– O Dr. por aqui?

Disse-lhe que passara a noite no Governo Civil, preso em minha casa, logo a seguir à morte de Sidónio, e que o comandante da polícia me pusera em liberdade, poucos minutos antes, pondo à minha disposição o seu carro para me levar para onde eu quisesse ir. Ali não queriam receber-me, e talvez tivessem razão, porque bem podiam os criminosos, à solta, ter faro do meu paradeiro, e decidirem prender-me novamente, mas agora de vez.

– O meu quarto é grande e chega bem para dois. Se não chegasse senão para um, ficava nele o Dr. e saía eu.

Agradeci, profundamente comovido, e pedi licença para o abraçar, traduzindo por esta forma a minha imperecível gratidão.

Magalhaes_Lima.indd 161 26/10/11 9:55:20

Abalei, metendo pelas ruas e travessas mais escusas, demandando a casa duma pessoa amiga, receoso de ser seguido por algum bufo amador que fosse dizer aos vingadores do Presidente assassinado onde eu estava.

Desde que saí de casa, preso, pouco passava da meia-noite, esperei a todo o instante a morte, a custava-me muito menos a morte, que a quase certeza de ser ela atribuída à minha cumplicidade num crime de assassínio. Assassinado em qualquer outra ocasião, pouco me importaria a morte, embora não tivesse pressa de morrer.

Nem todos os crimes me repugnam, mas a nenhum eu ligaria conscientemente, a minha responsabilidade como mandante ou como cúmplice. Três ou quatro dias antes eu tinha prevenido o Sidónio, por um amigo comum, de que se planeava a sua morte por ocasião da sua visita ao Porto.

Prendendo-me e assassinando-me logo a seguir à sua morte violenta, o facto significaria para muita gente, no presente e no futuro, que eu tinha responsabilidades certas e graves nesse crime político.

Não me preocupa o que a História possa dizer a meu respeito; mas até que o diabo me leve, esforçar-me-ei por parecer aquilo que sou, homem de consciência recta, incapaz de armar uma calúnia, regulando os seus actos pelos bons princípios da moral e pelas melhores regras da justiça.

O atentado contra Sidónio Pais teria custado a vida de muita gente, se ele, em vez de morto, tivesse apenas ficado gravemente ferido. Morto ele, os seus sequazes sentiam-se sem apoio e sem protecção, e calcularam que os crimes que praticassem, vingando a sua morte, lhes custariam a vida.

Instalei-me em casa de pessoa amiga, num quarto andar, sempre de ouvido à escuta, atento a todo o movimento na escada, sem defesa contra quem ali fosse procurar-me para me fazer as contas.

Apercebi-me dos incidentes tumultuosos que se deram no enterro de Sidónio, exagerando-os até às proporções duma tragédia que juncasse de cadáveres as ruas.

Abandonei o meu esconderijo ao cabo de poucos dias, e logo me pus a caminho de Aljustrel, nem sequer procurando informar-me do que faziam ou projectavam os políticos.

Pessoas amigas informavam-me de que os monárquicos se preparavam para fazerem a restauração do trono, fortes do alento que lhes dera Sidónio Pais, de mal com todos os republicanos, e levianamente tendo confiado aos inimigos das Instituições lugares de confiança, de grande valor estratégico no caso duma luta a tiro.

Deu-se o episódio de Monsanto; a República triunfou do golpe que, sem querer, Sidónio Pais lhe preparara, convencido de que podia haver um Estado republicano servido por monárquicos, o prestígio do seu nome e a energia da sua vontade garantindo eficazmente a segurança da República.

Deve-se justiça a todos, principalmente aos mortos, que já não podem defender-se.

Sidónio Pais foi sempre republicano e pela República arriscaria a vida, no dia em que se apercebesse de que ela ia ser estrangulada pelos seus colaboradores, a servirem-se da sua vaidade e loucura messiânica para a realização dos seus ocultos fins.

Sunn cuique.

Magalhaes_Lima.indd 162 26/10/11 9:55:20

Ainda oiço aquela vozearia de facínoras, no Governo Civil – mata-se! Mata-se! – Recrudescendo a fúria homicida, quando entrou Magalhães Lima, esbofeteado no hotel por um tenente precursor.

Brito Camacho, *De Bom Humor*, Lisboa, Guimarães & Cia, s. d., p. 145 a 153.

Magalhães Lima

Morreu um dia destes (Dezembro de 1928) Magalhães Lima, Grão-mestre da Maçonaria que teve inimigos rancorosos. Havia quem mudasse de expressão ao encontrá-lo e um meu amigo disse-me um dia – Vejo-o sempre coberto de sangue. – Afirmava-se que fora ele quem mandara matar o Sidónio – ele que era incapaz de mandar matar uma mosca.

Morava num segundo andar da Rua do Mundo, numa casa mal mobilada, meia dúzia de cadeiras e coisas insignificantes e gastas.

– Não sinto necessidade de conforto.

– Morreu mais cedo talvez por isso – por desleixo, porque não se tratou a tempo como devia ser tratado. Uma senhora que foi visitá-lo conta que quis pôr-lhe papas de linhaça e não havia em casa um lenço em termos. A criada propunha-se cortar um pedaço de lençol, mas esse homem rico só tinha quatro lençóis. Resolveram pôr-lhe as papas num papel. Vivia quase como um estudante de Coimbra. Fazia tudo num grande penico e como o penico se esbeiçasse tirou o fundo de palha a uma cadeira para se poder sentar. – Mas não tem outro.

– Não quero outro.

– Pobreza? Deixou dinheiro para comprar todos os penicos de Lisboa – mil e seiscentos contos. Para se entrar em casa subia-se por uma escada carunchosa e sem patamar, que dava a impressão de ser a escada duma velha nau a desconjuntar-se, e ao fundo da qual havia uma janela com dois vidros partidos. Quem lá entrasse apanhava pelo menos uma constipação.

– Não volto lá enquanto você não mandar pôr vidros – disse-lhe um amigo.

– Já escrevi [ao] senhorio para os mandar pôr.

Tinha um palácio na Rua do Salitre. Mas recebia a renda e era ali na Rua do Mundo que introduzia seus amigos, as suas relações internacionais que o procuravam, com um *robe de chambre* muito antigo e muito gasto e que a criada remendara com um pedaço de saia preta.

Tal era o homem a quem Junqueiro chamou caixeiro-viajante da república. Bom – um pouco fraco – bastante grave e já fora de moda – como um poeta de terceira ordem que teima em viver e em sorrir para o mundo moderno. Mesmo em novo o seu louro devia ser desbotado. Duma vontade mole, achava talento a toda a gente, o que foi suficiente para não lhe acharem a ele talento nenhum.

Raul Brandão, *Vale de Josafat. III Volume de Memórias*, Lisboa, Seara Nova, 1933, p. 249 e 250.

Magalhaes_Lima.indd 163 26/10/11 9:55:20

Dr. Magalhães Lima (1850)

Poder-se-á julgar, superficialmente, que neste insigne caudilho da Democracia existe uma tal ou qual versatilidade de opiniões, devida a uma fadiga cerebral, nada para admirar num homem que labuta há mais de cinquenta anos pelo conseguimento de todas as ideias altruístas de perfectibilidade humana, e que, sem dúvida, apavorantes desilusões terá sofrido.

Injusto erro! Magalhães Lima é hoje, como foi sempre, um contemporizador, um benévolo, desejoso de não desagradar. Só em casos de consciência não deixa de impôr-se, quando firmado nas bases sólidas do Bem, da Justiça e da Verdade. Em novo foi um idealista, quase um utopista, crente fervoroso nos altos destinos da Humanidade; hoje é o mesmo idealista, o mesmo quase utopista, ardoroso, ferrenho, indefectível!

Poderão milhares de desenganos patentear-lhe a inutilidade dos esforços para se conseguir um mundo como ele – eterno sonhador – idealiza. Mas trabalha sempre, propaga sempre, tem sempre a mesma fé numa vida futura melhor, menos egoísta e mais equitativa! É um crente da Bondade, porque é um Bom.

Na minha larga convivência com o grande propagandista de todos os ideais nobres e belos, nunca pude colher, de uma observação pertinaz, senão o firme convencimento de que só pela harmonia dos povos trabalha, sobretudo do Povo Português, que entranhadamente ama. O culto da Pátria possui em Magalhães Lima o mais veemente e entusiasta apóstolo.

É curiosíssimo o escritório do inabalável republicano! As paredes estão cheias, em toda a altura, de homenagens ao grande tribuno, de recordações e de retratos de homens, que o prezam e que ele igualmente preza. Na grande mesa em que trabalha há sempre algumas dezenas de brochuras, de cartas, de jornais, que lhe enviam regularmente de toda a parte.

Recebe centenas de visitantes, com despretensão carinhosa, naturalidade igualitária e afável, manifestando, sem excepções, um acentuado intuito de ser útil. São inumeráveis os pedidos diários que o assediam! Se pudesse não deixava uma solicitação insatisfeita! As decepções, as ingratidões, por mais amargas que sejam, retemperam-no, ungem-no para novas lutas.

Nada tiram, nem põem, certamente, estas minhas palavras de justiça, na fama que deve aureolar a fronte honrada do dr. Magalhães Lima. Fale por mim um facto só, quase desconhecido, inédito. Era Andrade Corvo ministro dos Estrangeiros, quando Magalhães Lima começou em Lisboa a sua audaciosa campanha em prol dos princípios republicanos, já brilhantemente sustentada em Coimbra. Ao notável homem público do antigo regime não passou despercebido o alcance da campanha e a valentia combativa do lutador. No primeiro ensejo fez-lhe uma prédica amável, acabando por lhe oferecer o consulado de Hong Kong, ou de Xangai, então vagos. Pintou-lhe com as melhores cores o tentador futuro, se aceitasse, como experiência, qualquer daquelas situações diplomáticas, com promessa formal de melhores cargos depois. O dr. Magalhães Lima respondeu com delicadas evasivas. Teimou o ministro, e o solicitado ficou de dar resposta definitiva.

Magalhaes_Lima.indd 164 26/10/11 9:55:20

Foi procurar o antigo condiscípulo de Coimbra, dr. Trigueiros de Martel, contou-lhe o sucedido, e acabou por afirmar: "Eu só aceitarei o oferecimento se tu quiseres para ti uma das vagas." Após leve discussão, Trigueiros anuiu, e vá de começarem os dois em afanosos estudos de Direito Internacional, de tratados, e de tudo que pudesse servir-lhes nas futuras normas diplomáticas para bem cumprirem seus deveres.

Fontes Pereira de Melo, em ocasião propícia, tentou seduzir ainda mais o indefeso democrata, chegando a malsinar o partido avançado, e a afirmar que ele era composto na sua maioria por criaturas com as quais Magalhães Lima não devia acamaradar, citando até homens e factos, como se em todos os partidos não houvesse bom e mau!

Magalhães Lima comunicou a insistência, e a malsinação do cotado ministro da monarquia ao seu amigo Trigueiros de Martel… do que resultou os dois intransigentes rapazes atirarem com toda a livralhada diplomática e com o futuro lisonjeiro... às ortigas!

Não teriam de que se envergonhar os dois adeptos da Democracia, se aceitassem, mediante concurso, os lugares, que lhes eram oferecidos. Quantos republicanos serviram a Nação no tempo da monarquia! Quantos monárquicos, incomparavelmente mais numerosos, a servem depois de implantada a República!... É que os fogosos rapazes indignaram-se por saberem deprimida a reputação dos correligionários, e não quiseram que lhes pesasse nas consciências uma sombra, sequer, de favor monárquico.

Se todos os republicanos possuíssem estas virtudes de honra patriótica, cívica, republicana... seria a República um verdadeiro céu aberto!

Em 1891, no livro *Pela Pátria e pela República*, em que Magalhães Lima expande todo o seu ardor patriótico e toda a sua dedicação pela República, encontra-se, na página 164, esta frase:

– O mais importante não é fazer a República: é torná-la querida no interior e respeitada no exterior.

Clarividente sentença, tão a tempo aconselhada, e tão descurada mais tarde!

Na sua já longa vida – quase setenta e sete anos – não aceitou nunca um lugar remunerado. Isenção patente e exemplar!

Dezenas de vezes tem ido ao estrangeiro como diplomata de largos e fecundos voos, na defesa dos interesses pátrios, que o preocupam muito mais do que os próprios.

É presidente do Grupo Amigos Defensores do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, ninguém o excede, nem sequer iguala, na propaganda do Museu, no fanatismo entusiasta com que o defende e exalta!

Várias vezes o desânimo tem vencido o fundador do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, mais novo treze anos, mas muito mais fraco para resistir a decepções, e sempre o dr. Magalhães Lima surge a tempo para incutir ânimo, para suavizar mágoas, para desfazer atritos! É um velho sempre rapaz, cuja primacial divisa é: mais honra do que honras. O veemente e impertérrito republicano acaba de publicar o primeiro volume das suas Memórias, repositório interessantíssimo de mil factos históricos, anedóticos, propagandistas de áureas aspirações; vibração das lutas porfiadas

Magalhaes_Lima.indd 165 26/10/11 9:55:21

de uma vida inteira, devotada ao serviço desinteressado de todas as ideias nobres, de todas as causas justas, de tudo, principalmente, que represente o progresso, a glória da nossa boa Terra Portuguesa. Desta boa Terra Portuguesa, deste Portugal altivo, berço multissecular de heróis, cujo poderio se alastrou por todo o mundo, e que ainda hoje se expande orgulhoso em nobre arrojo, que o torna digno de se impor à admiração e ao respeito de todos os povos.

No brasão de Armas... da Paz deste incruento batalhador em prol de todos os grandes ideais humanos bem se poderia gravar a seguinte divisa: "Sempre dentro dos bons princípios e fora dos maus fins."

Conhecidos os laços da fraternal amizade, que me ligam ao fogoso tribuno, pode supor-se que mais me inspira uma dedicação cordial do que a justiça. Sirva de sólida escora ao que escrevi uma opinião insuspeita dum monárquico indefectível, dum escritor primoroso, independente: de Macedo Papança, conde de Monsaraz.

Nos *Perfis Contemporâneos* exarou um depoimento por todos os motivos atraente e louvável. Após narrar a iminência do perigo a que estava exposto, como caloiro, à entrada da porta férrea, diz: "Nisto a voz dum homem ergueu-se acima do rugir das feras – Não lhe façam mal! É um poeta protegido por outro poeta! Respeito ao Parnaso! Não toquem no que é divino!

A tempestade serenou um momento e eu passei incólume.

Olhei para o ponto donde partia aquela voz salvadora, duma ironia afectuosa, que me escorreu bálsamo de consolação e de coragem até às mais finas ramificações dos nervos, e vi um rapaz loiro como um Apolo, bigode petulante e cabeleira revolta, que me sorria e acenava fraternalmente.

Era Magalhães Lima.

Nunca o tinha visto: ouvira apenas falar dele, que começava então a ser considerado como espírito alto e fecundo. Conhecia e praticava as línguas, escrevia artigos e contos, declamava discursos enfáticos nas aulas e nos saraus, orientado pelos princípios então em voga da liberdade e da filantropia. Desde aquele terrível quarto de hora, porém, o Magalhães Lima que sensibilizara a minha gratidão, tomou posse da minha amizade.

Pareceu-me de molde para abrir este artigo o facto que iniciou, há vinte e cinco anos, as nossas relações, porque das frases alti-sonoras com que o Magalhães me acolheu à porta férrea, ressumbram a generosidade, o entusiasmo e a sinceridade que tanto o caracterizam, elevando-lhe a cada passo a temperatura das ideias e dos sentimentos.

Toda a obra deste simpático trabalhador se cria e move em torno daqueles três eixos de oiro, numa rotação de acontecimentos que o vão levando triunfalmente pela vida fora.

Alma lavada de invejas, pairando de contínuo na atmosfera das nobres altitudes, tem sempre uma tendência ingénua para erguer e avolumar os que se amesquinham ao contacto das coisas e na apreciação dos homens.

Se a gente se descuida e lhe não corta os voos, a generosidade do Magalhães é capaz de nos fazer entrar, não só pela casa mas até pelo coração dentro, o mais desaforado patife!

Magalhaes_Lima.indd 166 26/10/11 9:55:21

A sua guerra sem tréguas, todas as energias da sua propaganda visam apenas os princípios que julga nocivos e perigosos, os preconceitos que agonizam no tempo e no espaço, as injustiças sociais, que ferem uns e afagam outros, alterando o nível comum da natureza humana. É possível que, muitas vezes, na fogosa arremetida contra o estabelecido, os seus ombros de atleta derrubem alguém para desbravar caminho; mas a índole de Magalhães Lima sofrerá num requinte de sensibilidade as rudezas do primeiro impulso e, logo a seguir, sem rancores, generosamente, quando nisso não haja quebra de dignidade ou embates de coerência, a sua mão se estenderá para ajudar a erguer o desgraçado, lisonjeando-lhe a vaidade e sacudindo-lhe o pó.

Estou, portanto, na minha simpática missão, salientando a sinceridade com que Magalhães Lima chancela todos os actos da sua vida pública.

Superiormente relacionado com os homens mais notáveis da política e da literatura contemporâneas, erguendo o voo nos congressos públicos e nas assembleias particulares do estrangeiro, sempre correcto nas afirmações do talento e da dignidade, Magalhães Lima é hoje um nome ilustre que nobilita por igual a ciência e a pátria."

O brilhantíssimo artigo de que extraí estes justos comentários tem a data de 25 de Julho de 1895. Decorreram longos 32 anos! Pois Magalhães Lima sempre na brecha por sua dama, que é a Pátria, pelo seu mais amplo ideal, que é a Humanidade, tem mantido imperterritamente a mesma linha moral inflexa, alterosa, e com um ardor, que muitos novos podem invejar, ei-lo aos 77 anos, ainda fogoso propagandista, mantendo a mesma fé radiosa e firme nos destinos da Pátria e da Humanidade.

Cruz Magalhães, *Vultos de Ontem Vultos de Hoje*, Lisboa, Livraria Universal de Armando J. Tavares, 1928, p. 141 a 156.

Magalhães Lima

Contemporâneo de António Cândido na idade e na Universidade onde ambos se formaram em Direito, com diferença dum ano entre um e outro, nascidos ambos em 1850, em Candemil (Amarante) o doutor António Cândido e casualmente no Brasil Magalhães Lima, aliás originário de Aveiro, donde eram seus pais, onde viveu e morreu seu irmão Jaime e vive ainda, felizmente, seu primo o actual arcebispo-bispo de Aveiro, D. João de Lima Vidal, antigo bispo de Angola e Congo.

Os amigos e testamenteiros de Magalhães Lima editaram a sua biografia em 4 volumes subordinados ao título de *A Vida dum Apóstolo*; e cuido que ninguém ignora o pormenor de ele, sendo fundador de *O Século* com Anselmo Xavier (que o acompanhou na Constituinte de 1911 e fez, em Janeiro de 1914, a minha apresentação ao auditório que então escutou na redacção de *A Luta* a conferência que a convite de Brito Camacho ali fiz sobre Organização Judiciária Ultramarina), se oferecer romanticamente à prisão ao ser a ela condenado em 1885 por um delito de Imprensa – tendo das prisões políticas a noção de que, anos depois, me exprimia saudando-me calorosamente à saída do cárcere aonde um equívoco policial me conduzira e ele

supunha equivaler a uma sagração apoteótica. Certo é que tais prisões não são já as que outrora ele desafiava com a sua cabeleira loura ao vento de todas as agressões à política dominante, desinteressado todavia de quaisquer vantagens pessoais no serviço público, pois só casualmente e só por dois meses geriu entre nós a pasta da instrução pública em 1915 (com Teixeira de Queirós na dos Negócios Estrangeiros) sem jamais voltar à Assembleia Nacional – como nas vésperas da República sondara, em Londres, com José Relvas o ambiente inglês para ela, como Grão-mestre, que então era, da Maçonaria Portuguesa. Interessou-o muito, sim, a propaganda de Portugal no estrangeiro, e a própria carta em que, já após o 28 de Maio, me dirige, nem sei bem a que propósito, os louvores que a sua generosidade entendeu conceder-me, é datada da Repartição de Turismo então no Ministério do Comércio e Comunicações.

Não esquecerá também o pormenor de ter pertencido Magalhães Lima, em Coimbra, ao curso jurídico de 1870-75, que foi também o de João Franco; e, reunindo-se ambos com os demais sobreviventes do mesmo curso na comemoração cinquentenária da sua formatura, haver João Franco, que fora chefe do Governo no momento do Regicídio, proclamado aquele companheiro perante os condiscípulos ali presentes (como a imprensa então registou) isento de culpa e com as mãos limpas em todos os episódios sangrentos da história portuguesa nos últimos tempos.

Referi já atrás como foi em Aveiro que ouvi Magalhães Lima, há 60 anos, discursando na inauguração do monumento a José Estêvão, onde também discursaram Veiga Beirão na cerimónia oficial e, à noite, na sessão solene, Dias Ferreira, Manuel de Arriaga, Magalhães Lima e António Cândido (que ali o definiu como orador arrebatado e arrebatador) e o próprio filho de José Estêvão, Luís Cipriano: mal diria eu então como Veiga Beirão viria a ser meu padrinho de casamento enquanto António Cândido era já um afectuoso amigo meu e Arriaga e Magalhães Lima me visitavam depois na minha casa de Lisboa, onde os recebi, e até, com minha mulher, a senhora D. Lucrécia Arriaga, esposa do ex-presidente da República depois de sermos ambos recebidos e obsequiados como o fomos em Cape Town, há 30 anos, pelo cônsul de Portugal, Manuel de Arriaga Júnior, filho e homónimo do ex-presidente. Simplesmente, os tempos mudaram tanto que das pessoas indicadas nenhuma sobrevive e a aura que Magalhães Lima então fruiu perdeu-se a ponto que o seu funeral se realizou (em Dezembro de 1928) sem pompa e até com interdição de quaisquer discursos ou semelhantes manifestações junto do féretro que acompanhei na deposição – recordo-me bem – com os generais Abel Hipólito e Roberto Baptista, ambos também defuntos a esta hora."

Caetano Gonçalves, *Grandes Nomes Pequenos Factos. Cinquenta Anos de Vida Pública. Memórias,* Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1949, p. 197 a 200.

Apêndice documental

Magalhaes_Lima.indd 169 26/10/11 9:55:21

Os textos de Magalhães Lima são inúmeros e a antologia organizada por Álvaro Neves peca por defeito. Seleccionámos apenas quatro textos de sua autoria, representativos de actividades distintas:

– A sua primeira Mensagem depois de ter sido eleito Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa.
– A conferência pronunciada em 1894 sobre a questão social, onde aborda a relação entre República e Socialismo.
– Um texto de 1909 no qual define Livre-pensamento e a sua condição de livre-pensador.
– Um texto de 1912, em que faz o elogio do internacionalismo.

Ao Povo Maçónico
Mensagem
Do Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa S. de Magalhães Lima, eleito em 22 de Março de 1907

Meus Irmãos

Ao ser investido no elevado cargo de Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, se não me acobardo ante o dever a cumprir e a responsabilidade que sobre mim impende, é certo, todavia, que mal poderia corresponder à confiança com que acabais de me honrar, se não tivesse a certeza antecipada do vosso concurso e da vossa cooperação, franca, leal e dedicada. É árdua a tarefa, bem o sei. Mas ela poderá, até certo ponto, ser atenuada pela compreensão nítida do ideal que todos servimos com igual empenho e igual fervor. Penso que a Maçonaria é uma instituição de amor, de bondade, de tolerância e de fraternidade e a que melhor e mais intensamente representa o princípio da solidariedade humana; penso que tem uma altíssima missão nacional a desempenhar, sob o ponto de vista da instrução laica e da educação cívica, e que a sua acção é, por isso mesmo, uma acção moral e intelectual, uma acção de liberdade e de justiça, de crítica, de opinião, de resgate e de emancipação social.

Magalhaes_Lima.indd 171 26/10/11 9:55:21

Pairando acima dos partidos que se digladiam em pugnas pessoais, estéreis e dissolventes num choque de egoísmos e de vaidades irritantes, a Maçonaria, que tem uma feição própria, exclusiva, sem preferências por este ou por aquele grupo, por este ou por aquele indivíduo, sob o mais rigoroso anonimato, à semelhança do mineiro que arranca da treva um mundo de luz, deve actuar no meio profano, de uma maneira eficaz e decisiva, por um combate incessante, tenaz e persistente, contra a reacção, qualquer que seja o aspecto que revista, contra o fanatismo, contra o prejuízo, contra o preconceito, adaptando-se à sua época e tornando-se assim uma instituição útil e respeitada.

Assistimos a um espectáculo consolador e fortificante. Por toda a parte se acentua a tendência para um fim determinado: a unidade espiritual da humanidade. Aparentemente separados, os espíritos criam e desenvolvem a consciência da sua unidade. Apesar de dependerem uns dos outros, encontram-se, todavia, ligados por afinidades indestrutíveis, como se fossem parentes, descendentes de uma mesma raça ou cidadãos de um mesmo Estado, alheios a todas as convenções políticas, e constituindo, para assim o dizer, como que partes integrantes de todas essas unidades, criadas pelas suas relações e pelas suas necessidades quotidianas. Sentem-se camaradas e irmãos de todos os que, como eles, lutam pela vida na esfera das suas acções.

Para quem compreende os sinais do tempo, não são, decerto, os Estados nacionais que representam as unidades económicas predominantes, nem são também as religiões que levam os homens a fraternizar uns com os outros: é a vida mundial, à qual está cada vez mais subordinado o trabalho de cada indivíduo e de cada Estado; é a ideia da humanidade harmónica, a ideia do internacionalismo, que se revela como o culto do futuro.

Acontece muitas vezes, escrevia Sílvio Pelico, há um bom número de anos, que os homens se aborrecem por não se conhecerem reciprocamente; se trocassem entre si algumas palavras, dar-se-iam as mãos uns aos outros com toda a confiança. E é precisamente para fomentar a confiança entre os homens que existe a Maçonaria, contribuindo, por uma insistente propaganda de altruísmo e de concórdia, para fazer desaparecer a atmosfera de desconfiança e de suspeição que sobre eles tem pesado, mercê de uma organização social, falsa e viciosa, afastando todas as causas que os possam separar ou dividir, e proclamando a fraternidade, como a principal base da sua doutrina. Assim como queremos o homem livre na família, a família livre na paróquia, a paróquia livre no município, o município livre na província, a província livre no Estado, o Estado livre na humanidade, assim também queremos a união dos maçons dentro de cada loja, a união das lojas dentro da Maçonaria de cada país, a união das Maçonarias, enfim, dentro da grande pátria comum – a humanidade. Só a humanidade, como associação de todas as gerações presentes e futuras, poderá ser a intérprete da lei suprema. É esta a verdadeira concepção da moral social, bem superior a todas as morais religiosas.

Que representam os heróis da Antiguidade, César, Alexandre, Napoleão, que só pela força lograram distinguir-se, comparados com os heróis do nosso tempo, os verdadeiros heróis da civilização, os filósofos, os sábios, os poetas, os jornalistas, os grandes inventores, um Victor Hugo, um Pasteur, um Curie, um Berthelot, um Edison?

Magalhaes_Lima.indd 172 26/10/11 9:55:21

Superior, muito superior ao poder efémero das baionetas dos Habsburgos, na Áustria, de Eduardo III, na Inglaterra, de Carlos V e Filipe II, em Espanha, de Luís XIV e Napoleão I, em França, está a acção moral que apregoamos, que constitui o segredo da civilização moderna, e que consiste em tornar a força impossível para uns e inútil para outros. O homem não foi feito para um eterno martírio e para repelir eternos atentados. Há uma coisa superior a essas lutas violentas: é o dever recíproco. O método racional da civilização não se conquista, porém, tão facilmente, como se conquista uma praça-forte. O que torna a guerra possível são tanto os prejuízos dos homens como o orgulho dos senhores.

As procelas, as trombas, os ciclones – dizia o ilustre brasileiro, Ruy Barbosa, num dos seus discursos famosos – devastam, mas não duram. O que não passa é o oceano de verdades eternas, indiferentes ao rugir das paixões contemporâneas e por sobre ele a imensidade sidérea das almas, que és tu, ó liberdade!

As demagogias são cataclismos passageiros. Todas as revoluções da vertigem popular naufragaram na ditadura. Só as revoluções de direito são definitivas: a que descativou a Holanda no século dezasseis, a que renovou a Inglaterra no século dezassete, a que organizou as colónias anglo-americanas no século dezoito, as que fizeram, no século dezanove, a América Latina, a Bélgica, a Itália, a Grécia.

O que é a Maçonaria?

Religião ou Escola?

Cremos que é a escola de todas as virtudes e que o seu principal objectivo é a investigação da verdade pela ciência, a conquista da liberdade pelo direito, da igualdade pela justiça e da harmonia universal pela fraternidade. Pertencemos evidentemente pelo nosso coração e pela nossa mentalidade a essa bela e gloriosa escola que, desde a sua fundação, vem lutando contra os erros do fanatismo, a favor da democracia universal, para formar de todos os povos e de todos os homens um só povo que se determine em todos os seus actos pelo princípio da fraternidade. Por isso mesmo nos damos o doce apelido de irmãos.

Ouvi a linguagem insuspeita de um primaz do catolicismo, monsenhor Ireland, celebrando, na catedral de Baltimore, o centenário da igreja americana: "Está no presente e não no passado, a nossa tarefa. O mundo encetou uma fase inteiramente nova. O passado não voltará. A reacção é o devaneio de homens, que não enxergam, nem ouvem, e, sentados à porta dos cemitérios, esquecem o mundo vivo, chorando sobre túmulos, que nunca mais se hão-de abrir."

A Maçonaria é, pois, no dizer de um dos nossos mestres queridos, Limousin, o nosso respeitável irmão do Grande Oriente de França, uma escola superior e graduada de filosofia que analisa os fenómenos de todas as ordens constatados pelo homem, e, particularmente, os fenómenos de ordem social. A sua superioridade está em poder julgar sem preocupações de interesses particulares, e com inteira independência, os actos e as acções externas. Cumpre-lhe aproximar imparcialmente as situações presentes de outras, análogas ou semelhantes, que foram registadas pela história universal. Dessas comparações resultam ensinamentos preciosos, e, numa profunda e conscienciosa análise, encontram-se os elementos constitutivos da síntese ideal e sempre perfectível de uma sociedade melhor, elemento essencial da felicidade humana.

Magalhaes_Lima.indd 173 26/10/11 9:55:21

A humanidade, por maiores que tenham sido os seus progressos, está ainda bem longe de ter atingido o seu ideal de perfectibilidade. Se nos detivermos na análise histórica, nas evoluções sociais e políticas, desde os tempos mais remotos, se compararmos os tempos idos com os presentes, necessariamente temos que registar sucessivas vitórias. Não há dúvida que é grande a diferença entre os tempos feudais, os tempos do absolutismo e os nossos tempos de livre exame e de livre crítica. Não há dúvida que é grande a diferença entre os tempos de conquista, do direito do mais forte contra o mais fraco, e o século presente de igualdade perante a lei.

Mas na prática, infelizmente, nem sempre são observados estes princípios. Os três direitos fundamentais – a liberdade de imprensa, de reunião, de associação – são, a cada passo, entravados e violados, por peias e regulamentações monstruosas e absurdas, em nome de um suposto interesse da sociedade, de um falso pretexto de ordem pública, que nos fazem recuar aos tempos mais ominosos do absolutismo. A Maçonaria, na sua levantada missão, em todo o universo, tem seguido e impulsionado, dia a dia, hora a hora, os progressos da liberdade, as conquistas da ciência e o prestígio da moral, respeitando a vontade, o pensamento e as crenças alheias, sempre que caibam dentro da razão.

Olhando o plano vastíssimo da natureza, somos levados à convicção de que possuímos alma, vida, razão e entendimento. Assim, todos temos o mesmo direito de raciocinar e em ninguém é ou pode este direito ser infalível. A nossa consciência é livre para sentir e julgar. Entre homens, nenhum tem mais razão nem mais títulos para impor as suas crenças. O estudo, a aplicação da ciência e as boas práticas da moral social contribuirão fatalmente para o bem da humanidade.

O nosso objectivo supremo é o estabelecimento da paz entre os povos. Todo o nosso empenho deverá ser, pois, educar e instruir para esse fim. Seguimos, por esta forma, o exemplo dos Grandes Orientes que mais adiantados vão na sua porfiosa viagem e que a nossa Augusta Ordem tem de continuar, tanto no velho como no novo mundo.

Pacifiquemos os espíritos, por uma acertada orientação e assim pacificaremos os povos, arredando-os de conflagrações belicosas. Nenhuma instituição se presta tanto como a Maçonaria, pelo seu carácter universal, para ser um agente de paz internacional e um campeão decidido da arbitragem e da justiça.

Todas as potências maçónicas contam no seu seio poderosos amigos da paz. A data de 18 de Maio, foi escolhida pelos grandes Orientes estrangeiros e pelo nosso, para comemorar o pacifismo, e foi este também o principal motivo por que escolhi este dia para a minha investidura.

Ocioso se torna repetir-vos o que é essa paz armada, tão funesta ou mais funesta ainda do que a guerra, que está contribuindo para a ruína completa das nações, ainda as mais ricas. Para as famílias, como para os povos, a fraternidade é o cimento mais sólido das relações humanas. A liberdade diz-vos: sede fortes; a igualdade diz-vos: sede justos; a fraternidade proclama: sede bons! Aquilo a que os cristãos chamaram caridade e os positivistas altruísmo, chamamos nós fraternidade. É, pois, no sentido da Federação humana, como a mais alta expressão do pacifismo, que todos os maçons devem orientar a sua acção e a actividade da sua propaganda.

A Maçonaria, como todas as instituições deste mundo, é a resultante de factos que nascem da vida social e têm de obedecer às condições do meio. A Maçonaria não se desenvolve em todos os pontos do globo de forma igual. Assim, as diversas autoridades

Magalhaes_Lima.indd 174 26/10/11 9:55:21

maçónicas que têm de influir nas lojas, para bem dirigir ou inspirar, hão-de necessariamente atender a circunstâncias particulares, sem perderem de vista o espírito de tolerância que as deverá guiar em todos os seus actos, obedecendo sempre a um grande sentimento de conciliação e de indulgência, ousarei mesmo dizer, para com todos os nossos irmãos. Por este modo evitaremos controvérsias irritantes e afirmaremos a necessidade e o dever de manter uma paz permanente nos nossos templos.

Convém pois, amiudar, tanto quanto possível, as visitas das lojas entre si, promover excursões maçónicas, banquetes, saraus, celebrações cívicas, leituras em comum, de modo a tornar a Maçonaria, por uma comunhão espiritual permanente, uma verdadeira família, ligada e confundida num mesmo pensamento, num mesmo sentimento e numa mesma vontade.

No nosso país, como em quase todas as nações, a Maçonaria é sobretudo progressiva, e em todos os momentos da vida social a encontramos nas avançadas dos exércitos da civilização. Se fosse possível fazer aqui, mesmo um esboço que fosse, da história dos Grandes Orientes, da Europa principalmente, ver-se-ia como a nossa Ordem tem sido, no meio de todos os povos, o mais importante elemento de regeneração moral e intelectual.

Se citássemos a Bélgica, a Itália, a Suíça, a França principalmente, na sua história encontraríamos o início, o estudo, os aperfeiçoamentos, e a realização prática das grandes teorias de liberdade que conduzem os povos à harmonia de pensar, de sentir e de trabalhar para o bem da humanidade. Se folhearmos os relatórios dos congressos maçónicos da Bélgica, de Paris e de Roma, aí poderemos estudar e admirar o colossal trabalho dos franco-maçons em tudo o que constitui as soberbas aspirações das sociedades laicas.

A luta com as congregações religiosas em França, quase terminada com a separação da Igreja, vinca na história do mundo as páginas mais brilhantes do espírito e das consciências libertadas. A Maçonaria Portuguesa, que, antes de 1898, vivia quase que especialmente entregue às suas práticas litúrgicas, entrou no convívio das potências, que, sem esquecerem honradas e gloriosas tradições, enveredaram pelo caminho das grandes reformas do ensino e da educação e da propaganda, para mais facilmente chegarem às reformas sociais, baseadas em liberdades amplas, principalmente na liberdade de consciência, e na prática da nova moral social, antinómica da moral dos padres, que escraviza os cérebros ao despotismo dos dogmas.

As conclusões aprovadas pelos congressos de Roma e de Paris, a que tive a honra de assistir, como delegado do Grande Oriente Lusitano Unido, não deixaram a menor dúvida a este respeito. O que, principalmente, se apurou na imponentíssima reunião no Grande Oriente de França, em 1905, depois do congresso, em que estavam representados, além dos franceses, italianos, belgas e portugueses, foi que a Maçonaria, assim como noutros tempos se tornou o baluarte das liberdades públicas, devia ser hoje o baluarte do livre-pensamento. O que se apurou foi que a Maçonaria tem uma nobre missão a cumprir de emancipação social.

Convém definir o livre-pensamento, como o definiram os dois referidos congressos.

O livre-pensamento, em geral, é a luta da humanidade contra as fatalidades da natureza e contra os dogmas no espírito. Noutros termos: toda a acção humana – e a

Magalhaes_Lima.indd 175 26/10/11 9:55:21

história o prova exuberantemente – não é senão a expressão deste duelo formidável – uma luta gigantesca, uma luta homérica, do homem contra a natureza, do espírito contra a matéria, da virtude contra o vício, da ciência contra a ignorância, da justiça contra a iniquidade, da liberdade contra o despotismo.

O livre-pensamento é racional, é social e é internacional. É racional (a própria palavra o diz), porque é a organização lógica dos pensamentos. Há uma ordem natural no domínio das ideias, como há uma ordem natural no domínio das coisas. É social porque, libertando o homem do dogma, aproxima-o do seu semelhante pelo espírito de fraternidade e de solidariedade, substituindo o sobrenatural pelo natural e o divino pelo humano. É internacional porque, sendo a conciliação das diversidades, é também a conciliação das pátrias, como escolas da humanidade. O livre-pensamento marcará o triunfo definitivo da paz entre os homens.

A Maçonaria portuguesa foi a esses congressos e deles trouxe ensinamentos – e o calor que é preciso se não apague, e sem o qual pararemos ou retrogradaremos. Aprendemos, portanto, com os nossos irmãos doutros países, que a principal missão da Maçonaria, nos tempos presentes, é assentar todo o seu trabalho em persistentes e fortes alicerces de instrução científica, laica, moral e cívica, tendo em vista processos de educação que se não confundem com os velhos processos de escravizar homens e consciências. Aprendemos muito e alguma coisa já ensaiámos no campo das teorias, e até da prática.

Do que vos acabo de expor, conclui-se que o meu caminho está, natural e logicamente, traçado. Procurarei, acima de tudo, respeitar a lei e torná-la respeitada. A característica da lei está em amparar a fraqueza contra a força, a minoria contra a maioria, o direito contra o interesse, o princípio contra a ocasião. A lei desaparece sempre que dela disponham a ocasião, o interesse, a maioria ou a força.

Contava a musa de Sólon, o fundador da democracia grega, que o desprezo da lei alastrava de males a cidade, ao passo que, com a sua observância, pelo contrário, tudo entre os homens se convertia em harmonia e razão.

A observância da lei há-de dar-me a força necessária que deriva da serenidade para resolver os conflitos que, porventura, possam levantar-se entre os nossos irmãos, com a maior independência e imparcialidade, alheio a quaisquer paixões ou preocupações pessoais, tendo sempre em vista o espírito fraterno e conciliador que constitui a divisa maçónica.

Porei sempre o interesse maçónico acima de qualquer outro interesse, e empenhar-me-ei: internamente, por manter a união dentro das lojas, procurando estar em permanente contacto com elas, satisfazendo as suas reclamações e ouvindo os seus queixumes; e, externamente, estabelecendo com os Grandes Orientes estrangeiros relações de mútuo e carinhoso afecto, visitando-os, com a possível frequência, porque tais relações só se tornarão sólidas e duradouras por aproximações e troca amiudada de impressões pessoais.

Contribuirei, na medida das minhas forças, por desenvolver uma larga atmosfera moral e intelectual, onde encontraremos campo aberto para as batalhas do espírito que serão sempre, no dizer do nosso respeitável irmão Feio Terenas, que tanto concorreu para imprimir à Maçonaria a feição laica e livre pensadora que actualmente a distingue, as nossas batalhas e as mais profícuas para as práticas da solidariedade que governa o mundo bem inspirando os homens.

Magalhaes_Lima.indd 176 26/10/11 9:55:21

Para tão altíssima missão temos que formar o nosso meio intelectual, acrescenta aquele nosso ilustre e dedicado irmão Littré, iniciado na respeitável loja La Clemente Amitié, dizia no aniversário da sua iniciação:

> *"Le principal devoir de l'homme envers lui même, est de s'instruire; le principal devoir de l'homme envers ses semblables est de les instruire".*
>
> "Instruídos e instruindo com mais segurança proclamaremos o direito à liberdade de pensar, com mais eficácia poderemos repelir o arbítrio e respeitar a lei.
>
> Devemos muitas vezes repetir: a Maçonaria deve recomendar-se pela persuasão e pelo exemplo, trabalhando por aperfeiçoar o indivíduo para este aperfeiçoar a sociedade. Nenhuma crença sistemática se impõe em matéria religiosa ou filosófica.
>
> Instruamo-nos, para instruir os outros; sejamos unidos para ser fortes, e sejamos fortes para servir a humanidade."

Alcibíades definiu a democracia [como] toda a organização avessa ao despotismo. A Maçonaria é, pois, uma instituição democrática, que tem por fim melhorar a vida, tornar os homens felizes, fazendo com que se interessem mais uns pelos outros, pela maior soma de bem-estar moral e material.

A felicidade, na frase de um escritor ilustre, está na doçura do bem, distribuído sem ideia de remuneração. Ou por outra, sob uma fórmula mais precisa, a nossa felicidade consiste no sentimento da felicidade alheia, generosamente criada por um acto nosso.

Esta aspiração está nitidamente esboçada nos relatórios de 1905 e 1906, apresentados à Grande Loja pelos respectivos Conselhos da Ordem. O do último ano foi exclusivamente elaborado pelo actual Grande Secretário, Dr. Fausto de Quadros, a quem me apraz tributar aqui justos louvores pela sua rara dedicação.

Para acentuar a tendência progressiva da Maçonaria desde 1898, bastará reproduzir alguns trechos do relatório que por essa ocasião, foi publicado: "À Maçonaria cumpre impelir as sociedades para todos os aperfeiçoamentos humanos, aceitando os processos evolutivos, quando os governos não contrariem a mesma evolução, por meio de repressões desnecessárias ou de violências injustificadas. Progressiva, como é, a Maçonaria professa o culto da Liberdade, Igualdade e Fraternidade e não pode esquecer que é ela o principal ponto de apoio das reformas sociais.

Os princípios da revolução francesa foram defendidos pelos franco-maçons, Mirabeau, Saint-Just, Sieyès, Camille Desmoulins, Lafayette, Danton, Boissy d'Anglas. Diderot pertencia à respeitável Loja dos Nove Irmãos, de onde saiu a Declaração dos Direitos do Homem.

Honremos, pela nossa parte, essas gloriosas tradições.

Em França, a Maçonaria é um dos principais esteios da democracia e o principal adversário do clericalismo reaccionário com que se defronta em todas as circunstâncias e ataca em todos os redutos. Por isso mesmo, poucos são os grandes estadistas desse belo país que não pertençam à nossa Augusta Ordem, a não acatem e estimem. Em Portugal a Maçonaria deveria seguir na mesma esteira para não atraiçoar a sua missão.

Magalhaes_Lima.indd 177 26/10/11 9:55:22

Torna-se indispensável alargar a nossa esfera de acção, lançando sobre o país uma vasta rede, de modo que cada malha seja um foco maçónico que, mais do que pelo número, se deverá impor pela qualidade dos membros que o compõem.

É preciso atrair os intelectuais ao nosso seio, estabelecendo uma unidade de pensamento de que há-de resultar a indispensável unidade de acção.

Disraeli, um dos mais notáveis homens de Estado da Inglaterra, definiu a política uma concessão permanente. Se o pai é obrigado a fazer concessões ao filho, o marido à mulher, o irmão à irmã, porque é que nós não havemos de fazer concessões aos nossos semelhantes?

Cada um tem o seu feitio, o seu temperamento, a sua tendência. Mas ninguém é demais. Todos são necessários e úteis, porque cada um *de per si* representa uma força a uma cooperação. E é pela federação de todas essas vontades que havemos de chegar à harmonia, que sintetiza o ideal maçónico.

A noção de justiça impõe-se, como a primeira condição dessa apregoada harmonia que não é senão a concórdia fraternal. Precisamos ser justos uns para com os outros, fazendo concessões recíprocas. Não basta pertencer à Maçonaria: é mister merecê-la, e ser digno dela.

E, para terminar, permitam-me que me socorra à opinião autorizada do nosso irmão Friedrich, Grão Mestre da Grande Loja Os Três Globos de Berlim:

> "Pensamos que, como todo o ser vivente, a Franco-Maçonaria deve pensar e agir.
>
> Que elabore as teorias do progresso, que prepare de longe as grandes reformas nos costumes, nas leis, nas relações económicas entre os homens, é já uma grande e nobre missão. É preciso também que seja a guarda vigilante de todas as conquistas já realizadas e que constantemente seja vista de pé contra o obscurantismo e a reacção.
>
> Que a estrela simbólica brilhe no céu do pensamento. Que o triângulo igualitário anuncie a justiça. Mas que também a espada flamejante, como a agulha imantada para o pólo, esteja sempre voltada contra o fanatismo e contra a tirania.
>
> Para destruir a ignorância e a mentira, para lutar contra a barbaria atávica, não bastam as teses abstractas sobre as doutrinas e as instituições. É preciso desarmar os homens nefastos que incarnam o mal social em seus apetites insaciáveis. É preciso expulsar do templo da humanidade os odiosos pontífices que enchem com as suas imposturas a alma sincera do povo.
>
> Pensar e agir!"
>
> No pensamento e na acção se resume o meu programa.

Lisboa, Tipografia Favorita de F. A. Martins de Almeida, 1907, p. 16. Também publicado no *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Maio de 1907, p. 9 a 17.

Magalhaes_Lima.indd 178 26/10/11 9:55:22

República e Socialismo

Não posso nem devo dissimular a imensa alegria de que estou possuído ao encontrar-me de novo no seio de uma associação a que, desde muito, me ligam tão gratas e saudosas recordações. Evoco no meu espírito o belo e glorioso dia em que o povo português consagrou num arranco de entusiasmo e numa festa imorredoira palpitante de vida, de amor e de patriotismo, o seu poeta querido e idolatrado; evoco na minha alma alvoroçada essa página brilhante e comovente da nossa história contemporânea que se intitulou o tricentenário de Camões; evoco, enfim, no meu coração entusiasta a hora soleníssima em que me foi dado o prazer supremo de vir aqui, em nome da Comissão do Centenário, inaugurar o Ateneu Comercial de Lisboa.

Era uma associação de rapazes, sim, mas era também uma associação de trabalhadores. O caixeiro é, como o operário, um salariado. Pertence a essa grande e poderosa família, a esse grande e poderoso exército que se chama o exército do trabalho. Permitam-me, meus senhores, que saúde os proletários do comércio, tão ávidos e tão sequiosos de moralidade e de justiça, como os outros proletários, seus irmãos. Permitam-me que saúde a mocidade trabalhadora que o sol do futuro ilumina com os seus raios dourados e a quem sorri a doce esperança no dia de amanhã!

Venho ocupar-me da questão social. O que é a questão social? Haverá só um problema social ou haverá muitos problemas sociais?

O assunto é vasto e complexo, e não caberia nas forças de um só tratá-lo e desenvolvê-lo devidamente. Por isso nos aprouve dividir a tarefa; e se me distribuíram o primeiro lugar, foi isso somente devido ao triste privilégio da idade. Sucessivamente tereis de ouvir os dois modernos apóstolos da moderna filosofia social e meus queridos amigos, os Drs. Fernando Martins de Carvalho e José Benevides, que tratarão a matéria com uma proficiência e uma erudição que eu certamente não possuo.

Intimaram-me, porém, a que desse o sinal da partida.

De todos os lados se ouvem os toques de clarim. É a alvorada de um novo dia que se desenha e refulge no horizonte. É o quarto estado que avança. É o trabalho que, por toda a parte, se afirma e impõe. É o trabalhador que, em nome da justiça, reclama o seu lugar no seio das modernas sociedades.

Deixai passar o trabalhador! É dele o futuro; é dele o triunfo! A questão social é a questão do século XIX – disse Gladstone, o venerando e glorioso estadista.

Não há só um problema social; há muitos problemas sociais – afirmou-o Gambetta, o potente e valoroso tribuno. Estas frases são sabidas e conhecidas de todos.

De que provém a crise actual? Do excesso de produção ou do excesso de consumo? Certos economistas são de opinião que a crise provém de um excesso de produção em virtude dos maquinismos introduzidos na indústria moderna. Outros, porém, sustentam que foi o excesso de consumo e de consumo improdutivo que originou o actual desequilíbrio económico.

Como quer que seja, é certo que em todas as camadas sociais se faz sentir um mal-estar profundo, precursor de uma grande e tremenda revolução. O velho mundo toca o seu termo e por toda a parte se observa um trabalho enorme de transformação e de actividade que aumenta de momento para momento e de instante para instante.

Magalhaes_Lima.indd 179 26/10/11 9:55:22

O interesse individual divorciou-se do interesse geral. O indivíduo encontra-se em luta com a sociedade. O maior número sofre dolorosamente. Dominam as oligarquias. Na política imperam os capitães-mores e as camarilhas. Na sociedade imperam o capitalismo e os grandes potentados do dinheiro. Aos mesquinhos interesses das oligarquias políticas e económicas, ambas igualmente funestas, é mister e é indispensável opor os superiores interesses da colectividade e os sagrados interesses do trabalho.

Eu sou ainda de uma época, meus senhores, em que a palavra república era sinónimo de perversão moral e em que a palavra socialismo era sinónimo de pilhagem e de liquidação social (…)

Os socialistas não querem acabar com a propriedade; o que querem e pretendem é que todos sejam proprietários com a única base legítima do trabalho. Nem o sentimento da propriedade existe ou se adquire, senão pela posse da mesma propriedade.

Onde existe a liberdade de trabalho nas modernas sociedades? Diz-se ao operário: "Procura trabalho; se o encontrares, tanto melhor, se o não encontrares tanto pior para ti". Mas de que lhe serve ser aparentemente livre, se ele não possui os instrumentos de trabalho? De que lhe servem o talento e as faculdades criadoras, se lhe é vedado realizar os seus inventos e as suas descobertas e a sua iniciativa?

Onde existe a liberdade de consumo para o operário, se lhe escasseiam o dinheiro e o crédito para poder consumir?

É por isso, e como resultado deste estado de coisas, que a luta de classes se impõe, não para fazer predominar uma classe sobre as outras, o que representaria evidentemente um retrocesso, mas como meio de chegar à completa supressão de classes.

Só pela luta poderá o proletariado chegar a semelhantes resultados. E só pela luta também poderá a paz ser assegurada no mundo.

O socialismo não nivela materialmente os homens, como sabia fazer certo imperador romano, cortando as papoilas mais altas para as nivelar.

Muita gente supõe que a igualdade, apregoada pela democracia moderna, é a igualdade material do gozo e da ociosidade. É essa, efectivamente, a igualdade dos ignorantes e dos exploradores. A República funda-se e baseia-se na igualdade jurídica, e o socialismo não reconhece outra igualdade senão aquela que deriva da capacidade e da necessidade de "a cada um segundo a sua capacidade; a cada um segundo as suas necessidades".

A fórmula geral é esta: "Liberdade para os espíritos e justiça social para os homens", ou como dizia o ilustre parlamentar Jean Jaurés – "A humanidade do futuro não pertencerá a nenhum César, nem ao César napoleónico, nem ao César germânico, nem ao César moscovita".

Mas a liberdade para os espíritos não poderá existir, enquanto a ignorância e a miséria, as duas irmãs gémeas da tirania, avassalarem as sociedades. Mas a justiça social para os homens será uma quimera, enquanto o despotismo governar o mundo.

A exploração combate-se pela emancipação. E o proletário só poderá emancipar-se de vez, pela supressão do capitalismo e do militarismo – os seus dois principais inimigos e os dois principais esteios das modernas realezas (…).

Magalhaes_Lima.indd 180 26/10/11 9:55:22

Acrescentarei ainda para edificação das gentes, que a Monarquia Constitucional nos tem levado, de 1833 até hoje, algumas centenas de milhares de contos de réis.

Junte-se a tudo isto um alimento insuficiente, as péssimas habitações, a falta de condições higiénicas que atiram anualmente centenares de vítimas para a vala comum, a paralisação do comércio, a ruína da nossa marinha mercante, a emigração sempre crescente, a miséria, a prostituição, o suicídio, e teremos completado o sombrio quadro.

A Associação Comercial aconselhava ao Governo a remodelação dos impostos, a principiar pelo imposto predial. Houve um ministro da Coroa que apresentou às Câmaras um projecto de contribuição predial, onde se desenhava uma certa tendência para a unidade do imposto. Pois esse projecto nem sequer foi discutido, porque com ele se ia ferir os poderosos e opulentos proprietários que são os grandes eleitores deste país.

Há pouco, falando com um ex-presidente de conselho e ministro da Fazenda, ponderei-lhe que só pelo imposto de rendimento poderíamos obrigar os ricos a pagar. Respondeu-me que neste país não se podia nem devia recorrer senão ao imposto do consumo. Retorqui que isso seria aumentar a mortalidade. "Ora adeus – rematou o glorioso estadista – tudo isso são teorias."

O sistema representativo é uma burla. Os deputados não se elegem – nomeiam-se. Antigamente só se nomeavam os deputados governamentais. Hoje, porém, nomeiam-se indistintamente os deputados do governo e os deputados da oposição. O resultado é o que se vê. Outrora só 'comia' o partido que estava no poder. Presentemente comem todos ao mesmo tempo. Foi este o resultado dos acordos introduzidos na política pelo Sr. Fontes Pereira de Melo. E são estes insignes varões que acham excessivas a reivindicação do dia normal das oito horas de trabalho e a reclamação da responsabilidade nos acidentes, não se lembrando que até a Rússia introduziu já na sua legislação esta segunda parte do programa operário, e que a questão do dia normal das oito horas foi, pela primeira vez, levantada em 1848, pelos operários tecelões de Paris!

Para se fazer uma ideia do que é e do que vale a iniciativa individual entre nós, basta dizer-se que tendo o Sr. Casimiro Freire fundado a Associação de Escolas Móveis, pelo Método de João de Deus, com o fim mil vezes santo de ensinar a ler e a escrever os 80% da nossa população que são analfabetos, resgatando-os da escravidão, essa Associação se encontra em circunstâncias de não poder continuar por falta de recursos. Digamo-lo para eterna vergonha nossa!

Como pois, melhorar a sorte do salariado?

Como elevar o nível moral e intelectual do país, se a instrução e a associação não existem e são ainda para mais contrariadas pelos governos. A instrução emancipa e na associação reside, para as classes operárias, a origem da sua força. Os poderes públicos sabem isto e por isso lhes não convem que o povo seja instruído ou se associe. O resultado deste estado é a anarquia que domina as consciências portuguesas. Todos se julgam aptos para tudo e todos são chefes, dirigentes e conselheiros. Poucos são os que sabem trabalhar. O emprego público é a única coisa a que aspira um português: e, quando o não alcança, dois únicos remédios se lhe antolham: a emigração ou o suicídio.

Magalhaes_Lima.indd 181 26/10/11 9:55:22

Ainda como consequência da falta de instrução, temos a inconsciência que domina as massas; a vaidade, a arrogância e a grosseria que se observa em certas camadas médias da sociedade e a completa ausência do ideal e, por conseguinte, de brio pessoal, de coerência, de seriedade e de honradez que se nota numa grande parte da nação. Rapazes de vinte anos fazem gala do seu cepticismo e da sua falta de fé. Dir-se-ia que tudo degenerou – a raça, a inteligência, o afecto: que somos um povo de degenerados.

Tive ensejo de lidar com velhos como Elias Garcia, Latino Coelho e Sousa Brandão, e o que mais admirei sempre neles foi o seu entusiasmo quase juvenil, sagrado, poderíamos talvez dizer, pelas ideias e pelos princípios. Homens sem fé são homens mortos para a política e ninguém tem o poder de ressuscitar cadáveres. Pedem-me que me ponha à frente de um movimento. Mas por cada apóstolo convicto e leal, conto cem descrentes; por cada dez homens decididos, conto mil que o não são! Suspeita-se de tudo e de todos. Não há entusiasmo, porque não há crenças. Ninguém pensa senão em gozar e em enriquecer. A vida tornou-se utilitária e mercantil. Os laços da amizade afrouxaram. A afeição trocou-se pelo interesse egoísta e material. Todos gastam mais do que podem e todos pretendem ser o que não são. Não há dinheiro para sustentar escolas; mas há dinheiro para touradas e outros divertimentos fidalgos, embora muitas vezes à custa da camisa que se deixa nas casas de prego. Chamam alguns a isto a nevrose do século. Eu chamar-lhe-ei pura e simplesmente vertigem da loucura que há-de ter o seu termo natural e lógico, quando a fome nos bater à porta ou quando a miséria nos invadir o lar.

Da crise moral derivam todas as outras crises. É por isso que Jules Guesde dizia e muito bem, na câmara francesa, e antes deles já o havia também dito Friedrich Engels, depois de Auguste Comte: ao "governo dos homens" queremos substituir a "administração das coisas".

Mas semelhante facto será impossível, enquanto se mantiver, entre nós o regime monárquico-constitucional.

Queremos, pois, e proclamamos a transformação das actuais instituições, como meio de se chegar à solução do nosso problema interno.

Queremos que o proletariado se organize em partido político. Queremos substituir o egoísmo, o privilégio e a desigualdade social pelo altruísmo, o direito, pela moral e a justiça.

Pois pode alguém acreditar que haja um governo monárquico, suficientemente enérgico para pôr um dique à onda invasora que nos ameaça, quando o que hoje mantém as instituições é precisamente essa engrenagem de parasitas que exaurindo a seiva da nação, são o amparo e o sustentáculo do mesmo *regímen*?!

Não nos iludamos. Queremos vida nova com instituições novas. Tudo o mais é uma quimera e uma fantasia indigna dos tempos que vão correndo.

Queremos e proclamamos uma República federal e socialista. Federal, sob o ponto de vista peninsular, e socialista, sob o ponto de vista do trabalho e das reivindicações operárias.

Encontramo-nos sem pão e sem liberdade.

A isto nos reduziram as oligarquias políticas e financeiras. Enquanto o regime subsistir, os resultados hão-de ser os mesmos e agravados, dia para dia, com novos

Magalhaes_Lima.indd 182 26/10/11 9:55:22

vexames, novas prepotências e novas tiranias. Eu sou republicano e socialista, porque para mim tanta responsabilidade tem nas desgraças da pátria os grandes trunfos da política como os altos senhores da finança. Ambos têm contribuído para a ruína geral, locupletando-se a si e empobrecendo o país, pelos monopólios e sindicatos de toda a espécie, e por toda a casta de negociata e de tranquibérnia.

Se a época é de interesses e só de interesses, urge dar uma direcção a esses mesmos interesses, de modo a estabelecer uma harmonia entre o bem individual e o bem geral. Enquanto, porém, predominar o capital-dinheiro e o capital-soldado, a sociedade há-de continuar à mercê do capricho e do arbítrio dos mais fortes, isto é, da riqueza que explora em seu proveito exclusivo o que é de todos e a todos devia pertencer.

O explorado é o povo que trabalha. A esse compete ordenar, por sua vez. A esse e só a esse incumbe a missão regeneradora da sociedade portuguesa.

A emancipação do povo há-de ser obra do mesmo povo.

E quando tenhamos proclamado um novo regime, afastando dele todos os homens funestos e todos os elementos viciosos, posso assegurar-lhes que a nossa prosperidade renascerá e que o país entrará francamente no caminho do seu engrandecimento moral e material. Creio que é esta a aspiração de todos os bons e leais portugueses. Em vez, pois, de passarem a vida caluniando-se e difamando-se reciprocamente, fariam bem os que se dizem apóstolos de um novo credo social, se congregassem num só empenho e numa única aspiração – o empenho de salvar a pátria em perigo e a aspiração de libertar os oprimidos das garras dos opressores. Seria, ao mesmo tempo, uma obra de patriotismo e uma obra de humanidade!

"A República e o Socialismo, conferência realizada em 13 de Maio", in *A Questão Social. Conferências realizadas no Ateneu Comercial de Lisboa*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand – José Bastos, 1894, p. 1 a 19.

Definição de Livre-pensamento

O que é, porém, o livre-pensamento ?

É o direito e o dever que tem todo o homem de pensar livremente sobre qualquer assunto, sem peias nem restrições de qualquer natureza.

É a emancipação de todos os antigos prejuízos e preconceitos, de todos os métodos autoritários, de todas as tutelas de ordem moral e intelectual, de ordem filosófica e de ordem económica. É a libertação social na sua integralidade. É a luta do homem contra as fatalidades na natureza e contra os dogmas no espírito.

O livre-pensamento é o direito ao livre-exame. No livre-pensamento há liberdade e há pensamento. Não devemos sacrificar nem a liberdade nem o pensamento.

O fim do livre-pensamento é a investigação da Verdade pela ciência, do bem pela moral, do belo pela arte. Noutros termos: o livre-pensamento dirige-se à conquista da Verdade pela ciência, da liberdade pelo direito, da igualdade pela justiça e da harmonia social pela Fraternidade. O livre-pensamento quer, ou antes, tem o direito e o dever de arrancar ao espírito clerical, retrógrado, jesuítico e ultramontano, a direcção oficial dos Estados, a direcção obrigatória das consciências, a da educação

Magalhaes_Lima.indd 183 26/10/11 9:55:22

popular e das obras de solidariedade social, pela formação integral da pessoa humana, isto é, pela formação da consciência, porque, não cessarei nunca de o repetir, há-de ser das consciências individuais emancipadas que há-de derivar a consciência colectiva ou a consciência social solidária.

A primeira preocupação do livre-pensamento é, pois, a Verdade que, da imensidade sidérea das almas, governa e dirige o mundo; a Verdade, a mãe fecunda de todas as descobertas científicas e de todos os inventos que imortalizam o génio do homem; a Verdade que matou o dogma; a Verdade que, com o seu império soberano, subjugou o erro e a mentira, com a mesma mestria com que um domador domestica uma fera; a Verdade pela qual se deixou crucificar na cruz o doce Nazareno; a Verdade pela qual foi encarcerado Galileu na Inquisição; a Verdade pela qual foi queimado Giordano Bruno, na mesma praça, em Roma, onde hoje se ergue um famoso monumento em homenagem à sua memória; a Verdade pela qual foram reduzidos a cinzas os corpos de João Huss e de Jerónimo de Praga, as quais foram depois arremessadas ao Reno; a Verdade pela qual foram supliciados tantos mártires do pensamento; a Verdade que subverteu o prejuízo e o preconceito, o fanatismo e a superstição no abismo donde nunca deviam ter emergido; a Verdade, única razão de ser da sociedade; a Verdade, a luz intensa que apavora os criminosos e que espanca as trevas da falsidade e da hipocrisia. A Verdade é para o indivíduo o que o perfume é para a flor; a essência da própria vida! A Verdade é tudo: o nosso guia, a nossa orientadora, o nosso farol, no mar cerrado da ignorância.

Seja, pois, a Verdade, a nossa noiva espiritual, a nossa noiva ideal. Amemo-la, propaguemo-la, com a mesma fé com que amamos e propagamos a liberdade. Defendamo-la até à morte.

Transformar o mundo pela Verdade é preparar a revolução dos espíritos, sem a qual não há revolução decisiva. O que seria a natureza, se o Sol a não iriasse com os seus raios de ouro? O mesmo sucederia com o homem, se a Verdade lhe não iluminasse o espírito.

O sábio, o apóstolo, o poeta, o artista não têm outro fim que não seja a propagação da Verdade.

A Verdade é inseparável da bondade, a mais legítima das soberanias, o verdadeiro brasão, superior a todos os brasões hierárquicos; a bondade sem a qual nada pode haver de belo nem de útil; a bondade, sem a qual não há tolerância nem moral; a bondade sem a qual o mundo se converteria no árido deserto do egoísmo humano, apenas destacado pelo dístico lúgubre dos representantes da Igreja – Cada um para si e todos para Deus! Ou por aquela outra legenda, não menos lúgubre e não menos terrível do Inferno de Dante: Perdei toda a esperança, ó vós que entrais!

A bondade está destinada a assinalar definitivamente o triunfo moral da humanidade.

Ser bom é ser justo. Ser justo é tocar a perfeição.

A Verdade é inseparável da tolerância, a primeira virtude de todo o homem político e de toda a sociedade culta, sem a qual a civilização se tornaria uma palavra vã.

A Verdade é irmã gémea da sinceridade que aniquila todos os equívocos, todas as reticências, todas as hipocrisias, que descobre os mistérios e denuncia a mentira e

Magalhaes_Lima.indd 184 26/10/11 9:55:22

os que a exploram e propalam intencionalmente. A sinceridade é a luz, a vida, a saúde moral.

O que tem faltado à vida portuguesa é a sinceridade. Temos levado uma vida de hipocrisia, de embuste, de falsidade, enganando-nos a nós mesmos e enganando o nosso semelhante – tal qual o que sucede com os géneros alimentícios.

Uma das razões por que me fiz livre-pensador, foi para não viver numa atmosfera de mentira que me asfixiava e que me tornava indigno de mim mesmo. Foi pois, em nome da própria dignidade, que constitui a autonomia da pessoa humana, base de toda a hierarquia social, que me fiz republicano e livre-pensador.

O livre-pensamento é, principalmente, um movimento de sinceridade das consciências que combate por igual os fetiches e os idólatras, porque põe acima das personalidades o princípio regulador das sociedades. A democracia é impessoal. Não vê homens: vê ideias.

O que distingue o livre-pensador do dogmatismo teológico e metafísico é que este considera o homem isoladamente o homem escravo, o homem autómato, o homem máquina, o homem aleijão moral, o homem ser passivo e inconsciente, ao passo que aquele considera a humanidade no seu conjunto, a humanidade como ser pensante, consciente e activo, a humanidade na sua unidade espiritual – não só a humanidade, considerada sob o seu aspecto material, a humanidade que se manifesta nas antigas catedrais góticas que se erguem altivas na majestade serena das suas torres pontiagudas, como que ameaçando o espaço; a humanidade que se revela na navegação marítima, nos caminhos-de-ferro, nos telefones, no telégrafo sem fios, no automobilismo, nos grandes canais que aproximam os mares, nos túneis que perfuram as montanhas; não só a humanidade que se manifesta na electricidade, cuja causa se desconhece, subjugando as forças da natureza; a humanidade que descobriu o balão dirigível, proclamando a paz universal; a humanidade que, transformando o homem em ave, criou o aeroplano, destinado a acabar com as fronteiras; senão também a humanidade que se revela na sua marcha ascensional e luminosa, na sua evolução lenta mas segura, numa aspiração comum, num mesmo ideal, na mesma Justiça, na mesma moral, no mesmo culto da razão e da dignidade humana, no mesmo espírito emancipador.

Nas grandes construções desaparecem os nomes dos obreiros que nelas trabalham. E, quando a gente contempla o mar e o celebra e canta e admira, não relembra um a um, isoladamente, as miríades e miríades de regatos que o formam. A sua força, a sua grandeza, a sua majestade vem do seu conjunto. Assim deverá ser entre nós neste nosso mar de alevantados ideais.

Magalhães Lima, *Livre-Pensamento, conferência realizada no Porto no grande salão da Rua do Laranjal, no dia 28 de Fevereiro de 1909*, Lisboa, A Editora, 1909, p. 45. Reproduzido em *A Vida dum Apóstolo, Tribuno*, p. 196 a 199.

Magalhaes_Lima.indd 185 26/10/11 9:55:22

Internacionalismo

E, uma vez que recebi o convite em viagem, de viagens vos vou também falar, isto é, da vida internacional, desse espírito cosmopolita em que reside o futuro da humanidade, e que, por toda a parte, nos penetra e nos envolve, num véu de gaze, num nervosismo que a máquina a vapor e a electricidade traduzem perfeitamente, numa febre, que, longe de matar, como quase todas as febres, ao contrário nos retempera e nos avigora, num banho de aço para as rudes e impiedosas batalhas da existência.

Viajar não é apenas uma variedade de sensações; é também, e principalmente, uma variedade de sentimentos.

A viagem tem, como todas as coisas da vida, a sua filosofia e as suas teorias mais ou menos complicadas. Viajam uns por *sport*, outros por snobismo, outros por distracção, outros por estudo e outros ainda por motivos de saúde. Mas, qualquer que seja o aspecto que a viagem revista, é sempre uma fonte inesgotável de boa e salutar experiência, um manancial perene de vividos entusiasmos, por tudo quanto é belo, novo e original, e uma origem fecunda de análise, de crítica, de observação.

Devem aprender a viajar todos aqueles que queiram possuir a chave da vida e o segredo da existência. Dizia um célebre escritor alemão que a vida não era outra coisa senão uma viagem em caminho-de-ferro; o casamento um choque de trens; o sono a passagem de um túnel; um negócio a passagem de uma ponte; o destino o maquinista que nos leva silencioso ao termo da viagem.

(...)

A viagem serve para despertar a iniciativa, para estabelecer confrontos, paralelos úteis. Não basta copiar, imitar: é mister nacionalizar. Não basta plagiar: é preciso criar, aplicar o nosso critério pessoal a tudo o que vemos e observamos.

Um dos grandes defeitos dos portugueses que viajam é estrangeirar, com termos e indicações exóticos, o que não souberam assimilar, quando, ao contrário, o estrangeiro nos deve servir para melhoria, para engrandecimento, para pôr em destaque, para pôr em relevo tudo o que é nosso e que devemos amar entranhadamente, como se ama uma ideia ou uma mulher, imprimindo-lhe um cunho próprio, uma feição nacional.

Haverá, porventura, país mais lindo do que o nosso amado Portugal, com os seus vergéis odoríferos, as suas laranjeiras perfumadas, os seus rios murmurantes, as suas paisagens sem rival? Haverá, porventura, povo mais heróico do que o grande povo português, dócil e meigo, como uma criança em horas de bonança, mas valente e indomável em horas de adversidade, quando, em nome da pátria, repele o inimigo nos campos da batalha; quando esmaga a traição que nos ataca pelas costas, semelhantemente à víbora que fere o viandante incauto, ocultando-se na folhagem, ou quando, em nome da liberdade, proclama, com sacrifício da própria vida, um novo *regímen*, como sucedeu na famosa manhã de 5 de Outubro?

E quem assim possui uma pátria tão linda, tão linda, que nada tem que invejar às outras, pode e deve sentir-se ufano. Precisamos de nos curar do terrível vício de dizer mal de tudo e de todos. A minha maior consolação, levada até ao enternecimento, quando viajo, é ouvir falar do meu pequeno Portugal; poder afirmar que ele

Magalhaes_Lima.indd 186 26/10/11 9:55:22

vive, que progride, que prospera. Tornar o povo português amado dos outros povos; sabê-lo digno da solidariedade das nações civilizadas, e proclamar ao mundo bem alto, para que todos o oiçam e para que todos o saibam, que há aqui, neste extremo ocidente da Europa uma pátria – a ditosa pátria minha amada – que foi grande no passado, pelas suas descobertas e pelos seus feitos marítimos, e que há-de ser maior ainda, no futuro, porque o queremos nós, e a vontade de um povo é superior a todas as ameaças, a todas as provocações e a todas as violências. Nada podemos recear, desde que saibamos querer. Podem vacilar os dirigentes. O povo nunca vacila, porque tem o instinto da própria conservação.

Com razão observa um ilustre escritor que, a despeito dos sobressaltos do espírito militarista e sacerdotal, chegámos ao período industrial, previsto por Saint-Simon, Auguste Comte, Proudhon e Karl Marx. O espírito jurídico e industrial, que há muito vencera em França e em Inglaterra, acaba de fazer a volta ao mundo triunfalmente.

Depois do Brasil, de Portugal, da Turquia, da Pérsia, da Rússia e da China, a própria Alemanha se democratiza. O direito divino cede o lugar ao direito humano. Os homens substituem os deuses.

Tudo o que é moderno, vivo, progressivo é hoje internacional. O comércio e a indústria são essencialmente cosmopolitas. São-no igualmente a navegação, os caminhos-de-ferro, os correios, os telégrafos, o telefone, e todas as grandes descobertas que constituem a glória do nosso século. O futuro pertence ao cosmopolitismo, disse Littré.

A ciência e a arte são profundamente internacionais. As descobertas de uma e as criações de outra, a todos aproveitam, e os seus progressos podem e devem considerar-se como a mais alta expressão do internacionalismo. As ideias não têm pátria e pode dizer-se que elas constituem um verdadeiro património da humanidade.

Quem poderá dizer que as fronteiras existiram para Dante, para Cervantes, para Velásquez, para Goethe, para Shakespeare, para Victor Hugo, para Pasteur, para Auguste Comte? Richard Wagner era alemão e a sua fama tornou-se universal. Ibsen era norueguês e as suas composições dramáticas são tão aplaudidas em França como na Noruega. Lev Tolstoi era russo, e os seus livros foram traduzidos em quase todas as línguas do mundo. Edison é americano, e, todavia, não há, presentemente, no universo, uma única pessoa que ignore as suas grandes invenções.

É, com efeito, no domínio do pensamento que o internacionalismo se afirma com maior intensidade, e este facto por si só bastaria para provar que o futuro lhe pertence. O livro, o jornal, a conferência são os veículos que transmitem a ideia internacional. Que significam os congressos, as exposições, os centenários senão outros tantos meios de aproximação entre os povos e entre aqueles que professam os mesmos princípios? A solidariedade dos pensadores de todos os países, que representa um progresso incontestável, tornar-se-á, no futuro, a primeira força social.

Esta solidariedade dos pensadores existiu já na primeira expansão da Renascença. A pátria ideal dos filósofos e dos artistas era então o mundo civilizado. Étienne Dolet, Erasmo, Melanchton não conheceram fronteiras. Não se viu, no século XVIII, Voltaire, secretário do rei da Prússia, em correspondência assídua com

Magalhaes_Lima.indd 187 26/10/11 9:55:23

os filósofos ingleses? Grimm e Diderot, bibliotecário de Catharina, a manterem relações epistolares com as princesas alemãs? A revolução francesa, como obra internacional, contribuiu para estas aproximações. Alfieri saudou-a na Itália e Schiller recebeu o título de cidadão com Klootz, um polaco, aquele que, sentindo o garrote do carrasco sobre o pescoço pronunciou aquela frase memorável, que representa um testamento político: "Curai-vos dos homens!", isto é – não sede fetichistas, nem idólatras, nem escravos – sede homens livres na posse do vosso destino.

A ideia venceu a força, a autoridade transformou-se em liberdade. Duas soberanias únicas: a da lei para o povo, e a da consciência para o indivíduo, e dois únicos aspectos de progresso: ser homem, pelo exercício do direito, e ser cidadão, pelo cumprimento do dever. (Victor Hugo)

Assistimos, com efeito, a um espectáculo consolador e fortificante.

Por toda a parte se acentua a tendência para um fim determinado, a unidade espiritual da humanidade. Aparentemente separados, os espíritos criam e desenvolvem a consciência da sua unidade. Apesar de não dependerem uns dos outros, encontram-se, todavia, ligados por afinidades indestrutíveis, como se fossem parentes, descendentes de uma mesma raça ou cidadãos de um mesmo Estado, alheios a todas as convenções políticas e constituindo, para assim o dizer, como que partes integrantes de todas essas unidades, criadas pelas suas relações e pelas suas necessidades quotidianas. Sentem-se camaradas e irmãos de todos os que, como eles, lutam pela vida na esfera das suas acções.

Para quem compreende os sinais do tempo, não são, decerto, os Estados nacionais que representam as unidades económicas predominantes, nem são também as religiões que levam os homens a fraternizar uns com os outros: é a vida mundial, à qual está cada vez mais subordinado o trabalho de cada indivíduo e de cada Estado; é a ideia da humanidade harmónica, a ideia do internacionalismo, que se revela como o culto do futuro.

Vida internacional. O Turismo em Portugal. Conferência realizada no Teatro da República em 17 de Abril de 1912, Lisboa, Imprensa de Manuel Lucas Torres, 1912, p. 32. Reproduzido parcialmente em *A Vida dum Apóstolo, Tribuno*, p. 266 a 269.

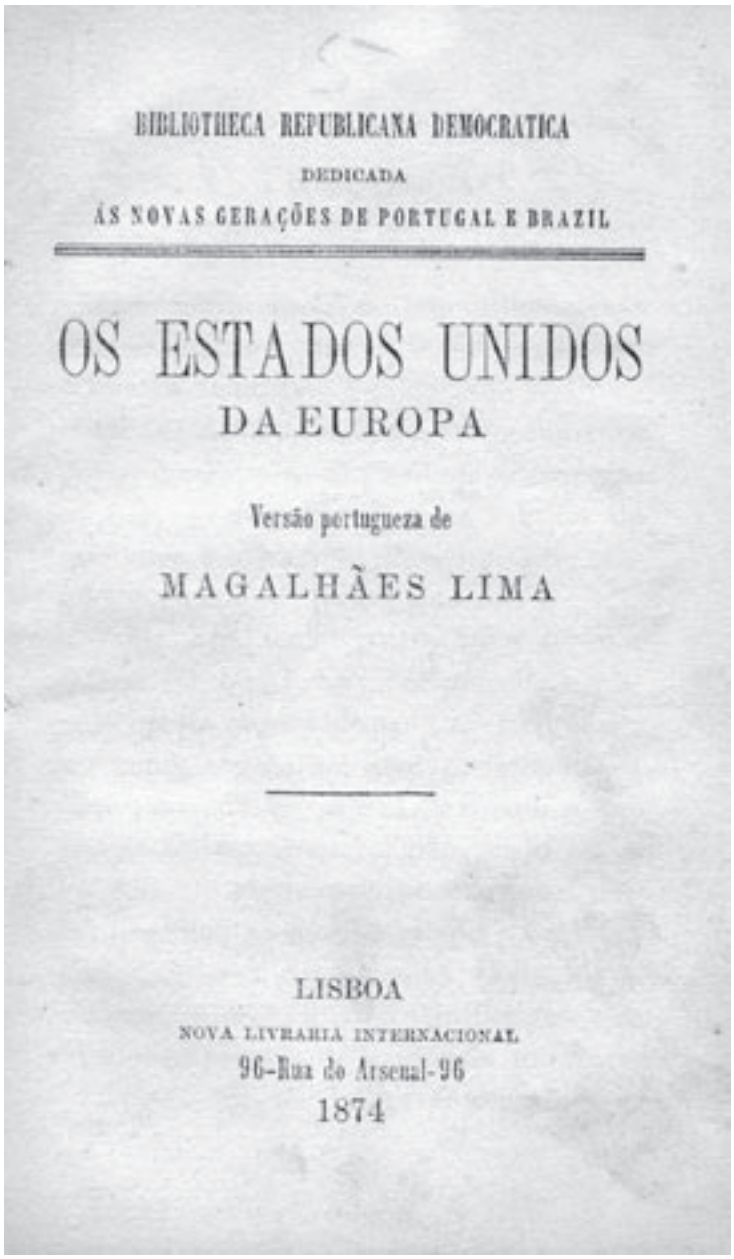
Magalhaes_Lima.indd 188 26/10/11 9:55:23

Apêndice iconográfico

Magalhaes_Lima.indd 189 26/10/11 9:55:23

Magalhaes_Lima.indd 190 26/10/11 9:55:23

Grupo de republicanos em 1884. Da esquerda para a direita de pé: Silva Lisboa, Manuel de Arriaga, Magalhães Lima, Consiglieri Pedroso. Sentados: Alves da Veiga e Emygdio de Oliveira (Spada). Postal ilustrado. Colecção do autor.


BIBLIOTHECA REPUBLICANA DEMOCRATICA

DEDICADA

ÁS NOVAS GERAÇÕES DE PORTUGAL E BRAZIL

OS ESTADOS UNIDOS
DA EUROPA

Versão portugueza de

MAGALHÃES LIMA

LISBOA

NOVA LIVRARIA INTERNACIONAL

96-Rua do Arsenal-96

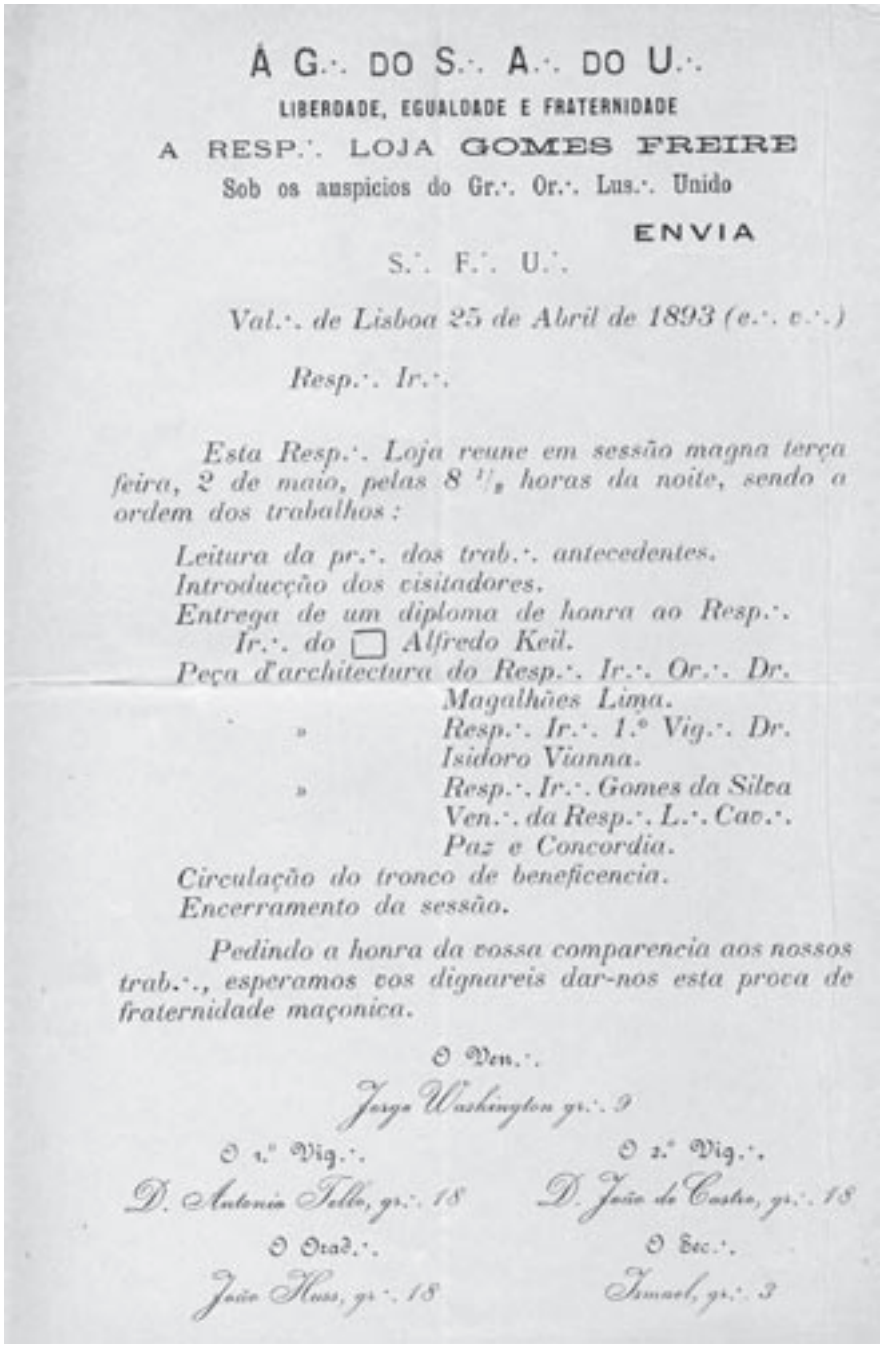
1874

Frontispício de *Os Estados Unidos da Europa* (1874).

Frontispício de *O Livro da Paz* (1895).

Frontispício de *Paz e Arbitragem* (1897).

Frontispício de *O Federalismo* (1898).



A G.·. DO S.·. A.·. DO U.·.

LIBERDADE, EGUALDADE E FRATERNIDADE

A RESP.·. LOJA GOMES FREIRE

Sob os auspicios do Gr.·. Or.·. Lus.·. Unido

ENVIA

S.·. F.·. U.·.

Val.·. de Lisboa 25 de Abril de 1893 (e.·. v.·.)

Resp.·. Ir.·.

Esta Resp.·. Loja reune em sessão magna terça feira, 2 de maio, pelas 8 1/2 horas da noite, sendo a ordem dos trabalhos:

Leitura da pr.·. dos trab.·. antecedentes.
Introducção dos visitadores.
Entrega de um diploma de honra ao Resp.·. Ir.·. do □ Alfredo Keil.
Peça d'architectura do Resp.·. Ir.·. Or.·. Dr. Magalhães Lima.
» Resp.·. Ir.·. 1.º Vig.·. Dr. Isidoro Vianna.
» Resp.·. Ir.·. Gomes da Silva Ven.·. da Resp.·. L.·. Cav.·. Paz e Concordia.
Circulação do tronco de beneficencia.
Encerramento da sessão.

Pedindo a honra da vossa comparencia aos nossos trab.·., esperamos vos dignareis dar-nos esta prova de fraternidade maçonica.

O Ven.·.
Jorge Washington gr.·. 9

O 1.º Vig.·.
D. Antonio Telles, gr.·. 18

O 2.º Vig.·.
D. João de Castro, gr.·. 18

O Orad.·.
João Huss, gr.·. 18

O Sec.·.
Ismael, gr.·. 3

Convocatória da Loja Gomes Freire (1893), de que Magalhães Lima era Orador (João Huss). Colecção do autor.

GR.·. ORI.·. LUSITANO UNIDO · GR.·. SECRET.·.

Val.·. de Lisboa, 17 de Abril de 1894 (e.·. v.·.)

C.·. e R.·. Ir.·.

Tenho a honra de vos participar que o Gr.·. Or.·. Lusitano Unido, Sup.·. Cons.·. da Maçonaria Portugueza reune, em sessão magna, no dia 22 do corrente, pelas 9 horas da noite.

A esta ses.·., que tem por fim celebrar a apotheose do nosso fallecido Gr.·. Mest.·. o Ill.·. Ir.·. **José Elias Garcia,** assiste a Ex.ma Viuva d'este benemerito maç.·. e podem assistir as senhoras de familia dos OObr.·. reg.·., em effectividade de ttrab.·.

ORDEM DA NOITE

1.º — Inauguração do medalhão com o busto do fallecido Gr.·. Mest.·. José Elias Garcia.
2.º — Discurso do R.·. Ir.·. Julio Cesar Rosalis, como orad.·. da Gr.·. L.·. Symbolica.
3.º — » » » » S. Magalhães de Lima, pelo Cons.·. da Ord.·.
4.º — » » » » José Ferreira de Almeida, como Ven.·. da R.·. L.·. Sympathia.
5.º — » » » » Eduardo de Abreu, como orad.·. da R.·. L.·. Sympathia.
6.º — » » » » Eugenio da Silveira, pelas LL.·. da Obediencia.
7.º — » » » » José Pinheiro de Mello, pelo Sup.·. Cons.·.
8.º — » » » » José Isidoro Vianna, pelos amigos do fallecido.
9.º — » » » » José Maria Pereira, pelo Asylo de S. João.
10.º — » » » » Francisco Gomes da Silva, pela com.·.

Que o Sup.·. A.·. do U.·. vos aj.·. e ill.·.

O Gr.·. Secr.·. Ger.·. da Ord.·.

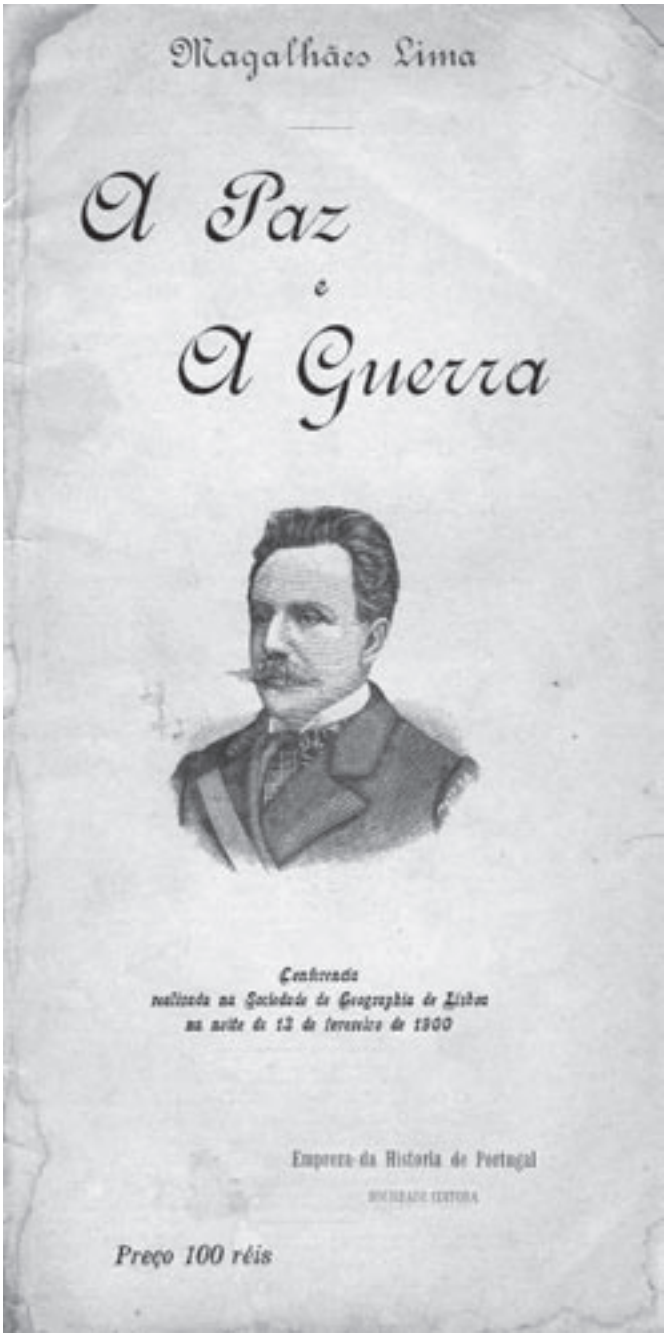
André Joaquim de Bastos (33.·.)

Pede-se a fineza de entregar esta circular á entrada.

TRAJE—Fato preto ou farda. Gravata e luvas brancas.

Homenagem a José Elias Garcia no Grande Oriente Lusitano, com a participação de Magalhães Lima (1894). Colecção do autor.

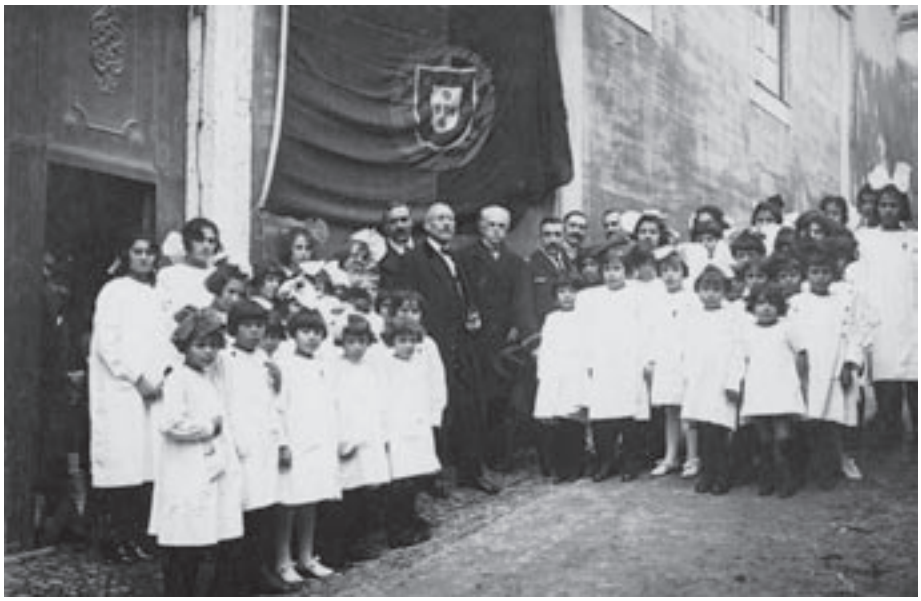
Magalhaes_Lima.indd 197 26/10/11 9:55:25



Frontispício de *A Paz e a Guerra* (1900).

Magalhães Lima visto por Alfredo Cândido (1906). Postal ilustrado. Colecção do autor.

Depois de um almoço, no Teatro D. Amélia. Magalhães Lima entre artistas, escritores e actores – Chaby Pinheiro, Rafael Bordalo Pinheiro, Júlio Dantas entre outros. Postal ilustrado. Colecção do autor. A identificação de todos pode ser vista em *Portugal – Brasil*, n.º 77, de 1 de Abril de 1902.



Magalhães Lima rodeado de crianças das escolas. Arquivo do Grémio Lusitano.

Magalhaes_Lima.indd 200 26/10/11 9:55:27

Magalhães Lima discursando, visto por Rafael Bordalo Pinheiro.
O António Maria, 19 de Agosto de 1880.

Postal ilustrado de propaganda ao diário *Vanguarda* (1904).
Edição de Paulo Emílio Guedes. Colecção do autor.

Os grandes obreiros da Paz. Quadro de Henri Danger exposto no Salão de 1890, em Paris. Magalhães Lima surge à esquerda, em segundo plano. *Ilustração Portuguesa*, n.º 248, de 21 de Novembro de 1910.

Magalhães Lima visto por Leal da Câmara. *Ilustração Portuguesa*, n.º 248, de 21 de Novembro de 1910.

Magalhaes_Lima.indd 202 26/10/11 9:55:27

Em Paris: Magalhães Lima e Alves da Veiga (sentados), Ângelo da Fonseca e Costa Amorim. *Ilustração Portuguesa*, n.º 248, de 21 de Novembro de 1910.

Magalhães Lima no seu gabinete de trabalho. *Ilustração Portuguesa*, n.º 248, de 21 de Novembro de 1910.

Magalhães Lima e Bernardino Machado. *Ilustração Portuguesa*, n.º 248, de 21 de Novembro de 1910.

Magalhaes_Lima.indd 204 26/10/11 9:55:28

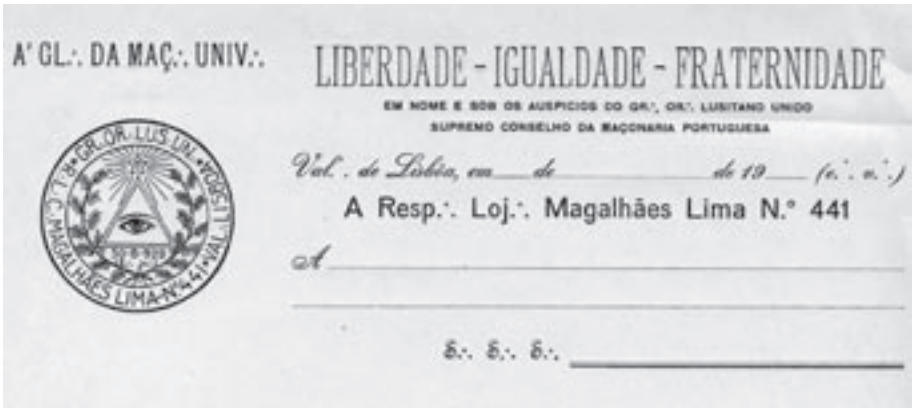
Banquete oferecido a Magalhães Lima no Coliseu de Lisboa.
Ilustração Portuguesa, n.º 248, de 21 de Novembro de 1910.

Comissão de homenagem a Rafael Bordalo Pinheiro (1903). Sentados, da esquerda para a direita: Ferreira Mendes, Larjó Tavares, Brito Aranha, Bordalo Pinheiro, Alfredo da Cunha e D. João da Câmara. Magalhães Lima é reconhecível na segunda fila. *Portugal-Brasil*, n.º 106, 16 de Junho de 1903, p. 159.

Magalhaes_Lima.indd 205 26/10/11 9:55:28

Magalhães Lima junto à sede da Associação do Registo Civil, em Lisboa. Arquivo do Grémio Lusitano.

No Hotel Central, em Paris, rodeado de jornalistas estrangeiros depois da proclamação da República. *Ilustração Portuguesa*, n.º 248, de 21 de Novembro de 1910.


A' GL.·. DA MAÇ.·. UNIV.·.

LIBERDADE - IGUALDADE - FRATERNIDADE

EM NOME E SOB OS AUSPICIOS DO GR.·. OR.·. LUSITANO UNIDO

SUPREMO CONSELHO DA MAÇONARIA PORTUGUESA

Vol.·. de Lisboa, em de de 19 (e.·. v.·.)

A Resp.·. Loj.·. Magalhães Lima N.° 441

A

S.·. S.·. S.·.

Papel timbrado da Loja Magalhães Lima, de Lisboa. Arquivo do Grémio Lusitano.

Magalhães Lima, com Luz de Almeida e Machado Santos, no jantar da Loja Montanha (1911). *Ilustração Portuguesa,* n.º 262, de 27 de Fevereiro de 1911.

Frontispício do *Almanaque 5 de Outubro para 1912*.

Magalhaes_Lima.indd 208 26/10/11 9:55:29

Magalhães Lima, caricatura de Alfredo Cândido. *Almanaque de O Zé para 1914.*

Pequena brochura publicada em 1919 pela casa Fabri, do Porto, em homenagem a Magalhães Lima.

Os iniciadores da Obra da Fraternidade Maçónica Universal, entre os quais Magalhães Lima.
Bulletin du Bureau International de Relations Maçonniques, n.º 29, Outubro-Dezembro de 1911.

Representação ao Congresso sugerindo a candidatura do Dr. Sebastião de Magalhães Lima á presidencia da República

Ex.mos Senhores Deputados e Senadores.

Em 1904 publicou-se a *Consagração* onde escritores e artistas, jornalistas, politicos eminentes de todos os partidos, homens de sciência, advogados, medicos, militares, industriais e comerciantes, prestaram homenagem ao Dr. Sebastião de Magalhães Lima. Aí, entre os principais representantes do pensamento moderno em Portugal, fulgem os nomes das altas individualidades européas reconhecendo em Magalhães Lima o seu par nesta luta de emancipação da consciencia e da libertação social. Esse homem *tem vivido para os outros mais do que para si*, convertendo toda a sua existência em um ardente apostolado, realisando perfeitamente aquela nobre frase de Mazzini.

E' facil fazer um escôrço animado da sua individualidade tam complexa pelo temperamento proselítico, pelo carácter intemerato, pela sentimentalidade que o determina, pelo fundo de imensa bondade em que equilibra a sua acção sugestiva. Acentuemos duas feições do seu carácter: a sentimentalidade tam preponderante no genio brasileiro, que se revela no lirismo dos seus poetas e na empolgante ardentia dos seus oradores: e tambem esse tino pratico de absoluta honradez com que nas lutas da vida soube manter a propria independencia pelo seu equilibrio económico. Na vida de familia, em Aveiro, teve a orientação inicial, que o levou para a democracia, como aspiração que se definiria na sua evolução politica. No estudo de Direito, libertou-se da boçalidade de sebenta catedrática apoderando-se dos livros que revelavam as doutrinas socialistas e os grandes problemas políticos e moraes que agitavam a Europa. Já o seu poder de eloqüência tribunícia se manifestava nessa agitação ruidosa da mocidade de Coimbra, e tam fulgurante era, que José Falcão o indicou para saudar Emilio Castelar, em nome de lentes e estudantes, quando o maior orador da Espanha visitou a Universidade em 1874. Encetando a advocacia, tinha uma vasta arena para os triunfos demósténicos, sobretudo como advogado criminalista. Mas outros amores o absorveram: o Jornalismo. Nesse campo, onde podia terçar armas pelo seu ideal politico, brilhavam jornalistas como Mariano de Carvalho, Emidio Navarro, António Enes e Osório

de Vasconcelos. Entre essa falange Magalhães Lima manteve-se á altura, creando *O Seculo* e depois *A Vanguarda*, sempre digno, afrontando as iniquas penalidades da lei de imprensa aplicades pelos facciosos juizes da Boa-Hora!

Como se não bastasse a actividade exgotante do jornalismo, a sua palavra calorosa deu alma aos comícios republicanos e foi-o cooperador do Centenário de Camões, do Centenário de Pombal e do Centenário do Descobrimento da India. Os ataques da imprensa estranjeira contra Portugal fiseram-lhe compreender a necessidade d'uma reivindicação do nosso crédito nesse meio hostil. Aproveitando congressos internacionais em Roma, Paris, Berlim e Londres aí defendeu o prestígio de Portugal. Por isso já o caracterisaram como o diplomata da Democracia Portuguesa. Foi quando da ditadura de João Franco surgiu uma corrente de descrédito fomentada pelo ditador nos jornais estranjeiros para justificar os átos do seu delirio político. E' um dos introdutores das ideas pacifistas em Portugal, e o primeiro que proclamou e deu disciplina á aspiração feminista. Apesar de não terem passado impunemente os anos sobre tam laboriosa existência, o seu espírito, pela noenergia, mantem-se vigoroso, animado pela indefectivel esperança no futuro da pátria e da humanidade; e nisto é organicamente um verdadeiro português.

Magalhães Lima nunca recebeu beneses do Estado nem aceitou cargos públicos remunerados. Tampouco se emisculu na finança ou em empresas comerciais ou industriais. E' um apóstolo da democracia pura, da confraternisação e pacificação dos povos. Considerado no estranjeiro como nenhum outro português, ele gosa no presente momento de tamanha honra. Honra que abrange todos os portugueses qualquer que seja o seu ideal político.

Aproxima-se a eleição do supremo magistrado da República Portuguesa. Um grupo de portugueses vem sugerir ao Congresso o nome de Sebastião de Magalhães Lima, que se impõe como nenhum outro cidadão por todo o seu passado honesto e pelo grande prestígio que conquistou e têm alem fronteiras.

Um dos homens mais prestigiosos da República Portuguesa, que lhe deu as bases legais da sua fundação, — o dr. Afonso Costa, — a propósito da apresentação da candidatura do Dr. Magalhães Lima á presidencia do regimen, escreveu:

«Tenho a maior estima e admiração por esse grande vulto da República, cujos serviços á Pátria e ás Instituições são verdadeiramente excecionaes e merecem o reconhecimento da Nação e do Estado.»

Saude e Fraternidade

Julho — 1923.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Theophilo Braga.

Manifesto de Teófilo Braga lançando a candidatura de Magalhães Lima à Presidência da República (1923). Arquivo do Grémio Lusitano.

A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Na primeira eleição que se realizou, depois da proclamação da Republica, obteve o Dr. Sebastião de Magalhães Lima dezoito mil e tantos votos. Foi o deputado mais votado em Lisboa e em todo o País. Este facto era, por si, já uma indicação clara e precisa. Se a eleição presidencial dependesse do sufragio popular, com certeza teria sido ele o eleito. A mesma corrente que então se estabeleceu em seu favor é a que predomina hoje, em que o seu nome volta a ser indicado por todas as classes sociais para exercer a primeira magistratura da Nação. Semelhante indicação, que pode e deve considerar-se uma verdadeira consagração, ainda ultimamente se provou por ocasião da Revolução de 14 de Maio. O seu nome foi aclamado como nenhum outro pelo Povo para fazer parte do Governo. E ele que nunca pensara em ser ministro, aceitou o cargo com a abnegação que o caracteriza, porque o seu patriotismo lhe impunha o cumprimento do que ele reputava um dever de honra, numa hora difícil para a Nação.

Disseram-lhe que o seu concurso era indispensavel, e não hesitou um instante, como não tem hesitado nunca quando se apela para a sua dedicação pela Republica, que vae até ao sacrificio, como bastas vezes o tem provado.

Quem é esse homem que assim goza do favor popular? — perguntar-nos-hão; é facil a resposta.

Esse homem é o republicano austero que, desde os bancos das escolas vem pugnando, com nobre altivez, com fé inquebrantavel e com ardor juvenil pelos principios democraticos, á defesa dos quais consagrou a sua existencia; é o cidadão intemerato que pôs sempre os interesses do País acima dos seus interesses pessoais; é o português valoroso que, no estrangeiro, se tornou um propagandista indefesso e acerrimo na honra e das glorias da sua Patria.

Esse homem, que do Estado nunca recebeu cousa alguma, é a verdadeira incarnação da idéia republicana em Portugal, porque não o ha nem mais simples, nem mais modesto, nem mais sincero, nem menos ambicioso, nem mais desinteressado, nem mais independente.

Ha, pois, uma divida em aberto para com ele. Saldá-la é um dever que se impõe a todos os espiritos rectos e justos.

Ninguem trabalhou mais pela Republica. Ha quarenta e tantos anos que está na brecha e sempre com a mesma coerencia e o mesmo entusiasmo.

Qual o motivo que por nossa parte nos leva a proclamá-lo candidato á Presidencia da Republica? Qual a conveniencia e a oportunidade?

O Dr. Magalhães Lima, não estando filiado em qualquer grupo politico, constituirá um penhor de imparcialidade, que deve caracterizar um Chefe de Estado. Pelo seu caracter, pelo seu temperamento, pelo seu feitio, é por igual avesso a sectarismos e a paixões. Correctissimo no seu modo de proceder, guia-o um sentimento de justiça em todos os seus actos. Se, internamente, ele nos oferece todos os predicados e todas as garantias que é licito exigir a um funcionario da mais alta categoria, que era se discute, externamente esses predicados e essas garantias aumentam com o renome que soube conquistar no estrangeiro, por uma constante evangelização dos seus ideais, que o tornaram uma personalidade amada e respeitada entre as que mais amadas e respeitadas são no mundo scientifico, literario e artistico. Por todos esses motivos, pensamos que é este o candidato que mais convem á Republica no presente momento historico. E se não podemos apelar para o sufragio universal, no qual encontrariamos certamente um apoio incondicional e seguro, nem por isso desesperamos, na nossa missão patriotica, por estarmos de antemão convencidos que o Congresso, a quem está confiada a escolha do candidato, ha de fazê-lo em plena consciencia, serenamente e patrioticamente, em harmonia com as indicações da opinião publica.

E essas para ninguem podem já ser duvidosas.

O nome que está nos labios de todos e que todos pronunciam com igual respeito e interesse é o de Sebastião de Magalhães Lima.

Durante a sua doença foi profunda a anciedade de todos os que fizeram votos pelo seu restabelecimento, por julgarem que tinha ainda uma grande missão a cumprir.

Essa missão, compreende-se bem, era a de Chefe do Estado. Chegou o momento de satisfazer tão justo e legitimo desejo com a resolução do Congresso, cuja votação recairá, certamente, no eminente propagandista, o homem a quem se fez á maior manifestação de que ha memoria em Portugal, no seu regresso de Paris, depois da Proclamação da Republica, e a quem tambem os nossos bravos marinheiros, numa outra não menos comovente homenagem, confiaram a primeira bandeira republicana que se arvorou a bordo do *Cruzador S. Rafael*; o republicano mais conhecido e estimado nos meios politicos, scientificos e literarios do estrangeiro; o português emfim, que tem honrado a sua Patria e a Republica, pela nobreza do seu caracter, por uma longa vida de civismo e coerencia, consagrada á defesa da Liberdade, do Bem e da Justiça.

O Gremio Lusitano

Comp. e imp. na Typ. Bayard. — R. do Arco de Bandeira, 410

Manifesto do Grémio Lusitano propondo Magalhães Lima para a Presidência da República [1915]. Arquivo do Grémio Lusitano.

Magalhaes_Lima.indd 214 26/10/11 9:55:31

ERGAM-SE OS CORAÇÕES

Os alunos do Centro Escolar DR. MAGALHÃES LIMA
aos seus companheiros das escolas

DISSE um escritor inglez que toda a historia de Portugal se pode resumir numa unica palavra; *heroismo*. Com effeito, desde a constituição da nacionalidade, no XI seculo; desde a tomada de Ceuta em 1415; de Ourique a Aljubarrota e ás descobertas maritimas; desde as epopeias dos seculos XV e XVI, as maiores do mundo, até ás gloriosas campanhas d'Africa e da Flandres, a nossa historia é um reflexo da grande alma lusitana, alma de heroismo e de immortalidade. A intervenção na guerra, que affirmou a nossa tradição e a vitalidade da raça, veiu demonstral-o com a solemne eloquencia dos factos.

Povo portuguez! E' o teu sangue; é a tua alma; é o espirito de sacrificio que se celebra com a apotheose dos soldados desconhecidos.

Mocidade das Escolas! Glorificai nesses bravos os martires do dever; aclamai nos dois anonimos, nossos irmãos, os simbolos de uma patria renovada, engrandecida e prestigiada pelo espirito do nosso tempo.

Mulheres, homens, crianças, velhos e novos, perpetuai a memoria daquelles que por vós derramaram o seu sangue, sem outro intuito sem outra compensação que não fossem os de bem servir a Liberdade e a Civilisação contra a tirania e a barbarie.

Abençoados desconhecidos! E' a nação inteira que vos proclama benemeritos da patria e benfeitores da humanidade.

Justiça para os que sobreviveram e que o odio torvo não logrou derrubar.

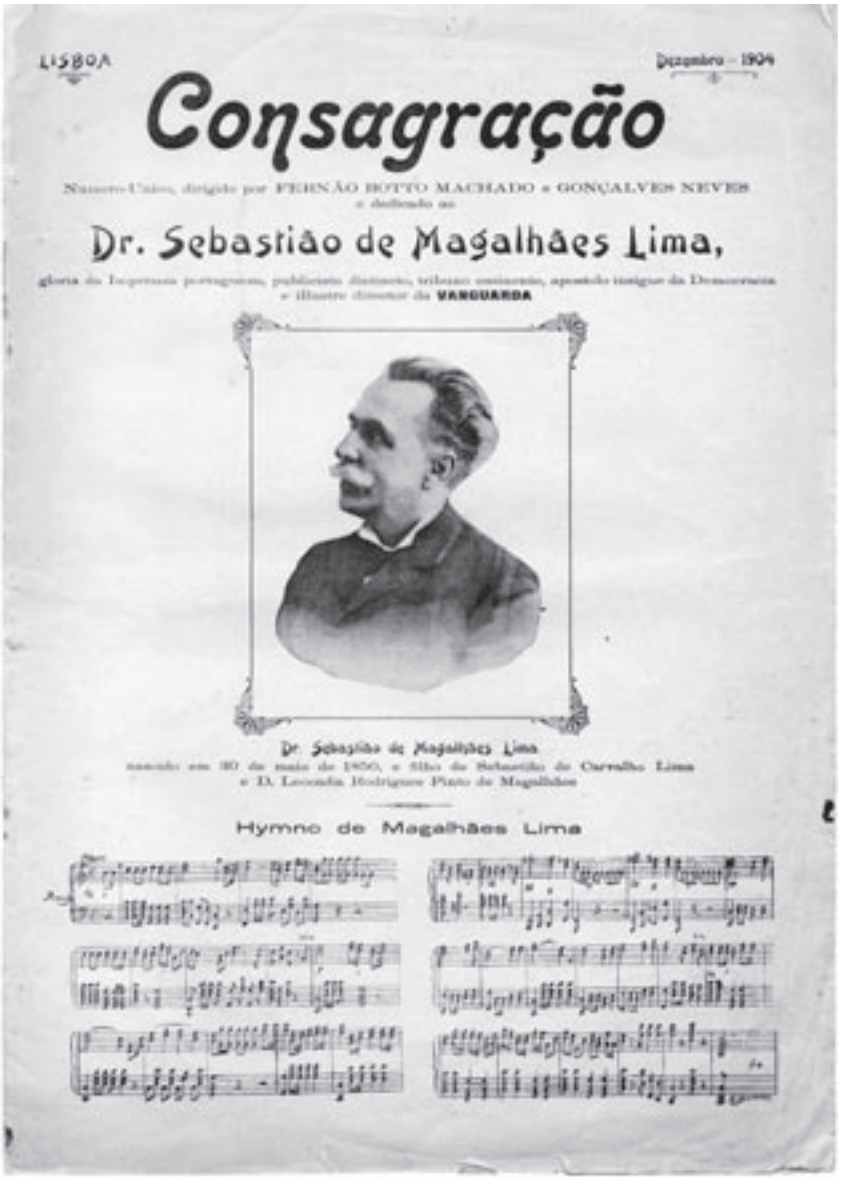
Gratidão para aquelles que, derrubados nos campos de batalha, simbolisam o resurgimento nacional no seu maior esplendôr.

Portuguezes! Inclinai-vos perante o esforço heroico dos que entram na gloria, rodeados do respeito carinhoso das mães, das noivas, das esposas, dos paes, dos irmãos, dos filhos, de todo um povo emfim, que os chora e exalta, numa suprema ancia de esperança e de futuro, de união e de solidariedade entre os representantes da mesma Patria querida e amada.

Honremos os mortos na guerra, com o exemplo das nossas vidas; correspondamos ao seu feito gigante, affirmando, perante o mundo, a vontade indomavel de viver, de progredir e de prosperar, o pensamento unico de servir a Patria e a Republica, com a mesma grandeza civica, com a mesma isenção com que *Elles* as serviram.

Amemo-nos e confiemos.

Mensagem dos alunos do Centro Escolar Dr. Magalhães Lima.
Arquivo do Grémio Lusitano.


LISBOA

Dezembro – 1904

Consagração

Numero-Unico, dirigido por FERNÃO BOTTO MACHADO e GONÇALVES NEVES
e dedicado ao

Dr. Sebastião de Magalhães Lima,

gloria da Imprensa portugueza, publicista distincto, tribuno eminente, apostolo insigne da Democracia
e illustre director da VANGUARDA

Dr. Sebastião de Magalhães Lima
nascido em 30 de maio de 1850, e filho de Sebastião de Carvalho Lima
e D. Leocadia Rodrigues Pinto de Magalhães

Hymno de Magalhães Lima

Primeira página da publicação periódica *Consagração*, (1904) dedicada a Magalhães Lima. Colecção do autor.

Magalhães Lima, caricatura de Francisco Valença. *Varões Assinalados* (1909-1911).

AO POVO PORTUGUEZ

Povo:

Tu não podes votar o Presidente da Republica mas, se tiveses voto, certamente o darias ao mais fiel dos teus amigos, ao mais velho dos teus paladinos, e ao mais illustre dos teus diplomatas—a **Magalhães Lima.**

Povo:

Tu não podes votar o Presidente mas podes lembrar aos teus representantes nas camaras, áquelles que tu elegeste, que são teus delegados e que representam a *tua* soberania, que é como quem diz, a tua vontade, os teus deveres e os teus direitos, a tua participação na vida nacional, que votem em Magalhães Lima.

Povo:

Tu precisas d'um Presidente imparcial. A maior imparcialidade reside sempre fóra dos partidos. Magalhães Lima está fóra d'elles.

Povo:

Tu precisas d'um presidente que não possa dividir em facções e em castas os cidadãos d'esta patria. Teria assim justiça mais recta, justiça mais forte, justiça mais duradora. Quem melhor t'a saberá dar, superior ás luctas politicas e aos interesses politicos será, com toda a certeza Magalhães Lima, que não pertence a partidos porque ha 40 annos que pertence á Republica.

O seu passado responde pelo futuro. Queres um pouco do passado de Magalhães Lima? Ouve, pensa e lê:

Em 1872, cursando a Universidade de Coimbra, publicou um volume intitulado *A Actualidade* onde fazia as suas primeiras affirmações socialistas. A seguir, publica, como livros de combate, *Padres e Reis* e *O Papa perante o seculo*; e, com Alves da Veiga e Alves de Moraes, funda a *Republica Portugueza*.

Em 1874, Castellar, o grande orador, na sua visita a Coimbra, abraça commovidamente Magalhães Lima que, indicado por José Falcão, fallara em nome da Academia. Em Lisboa, terminado o seu curso, Magalhães Lima escreve: *«Pela Patria e pela Republica»; O Socialismo na Europa; O Livro da Paz; A Federação Iberica; A Obra Internacional* e o *Primeiro de Maio*. Dirige o *Comercio de Portugal* e o *Seculo*. As suas campanhas originam-lhe querellas ruidosas. Bate-se em duello com Pinheiro Chagas.

Em 1890, Magalhães Lima percorre a Hespanha, a França e a Belgica. Não está inactivo: faz conferencias.

N' que realisou no *Café Riche*, em Paris, assistem eminencias como Vacquerie, Pelletan, Zorilla, Diligenti e Andrés Costa.

Em 1894, Magalhães Lima representa, em Anvers, na conferencia internacional maçonica, a maçonaria portugueza, e concorre com o seu esforço e o seu talento, para a fundação da *Associação dos Amigos da Paz*.

Para a celebração nacional da descoberta do caminho maritimo para a India, Magalhães Lima percorre a Europa e falla, por convite, em plena camara belga.

Em 1898, Degreef, reitor da Universidade Livre de Bruxellas, pede-lhe para inaugurar um curso sobre *Federalismo*.

Convidado a dirigir a *Filha do Povo*, poucos mezes depois adquiria a propriedade da Vanguarda, onde iniciou a sua formidavel campanha de jornalista insigne.

Em 1904, toma parte no Congresso Internacional da Imprensa, em Vienna, e terminadas as sessões, parte para Russia onde toma parte no grande Congresso Internacional dos Livres Pensadores.

A dictadura de João Franco obriga-o a exilar-se. De novo percorre a França e a Belgica, na sua campanha contra as violencias do franquismo. Mas não se limita a fallar. Escreve em numerosos jornaes e realisa entrevistas com inumeros jornalistas.

Membro do *Bureau International de la Presse*, do *Bureau International de la Paix* (Berne), do *Bureau International de la Libre Pensée* (Bruxellas), Official da Legião d'Honra, presidente da Associação dos Jornalistas, da Junta Federal do Livre Pensamento, da Liga da Paz e da Associação das Escolas Moveis, Grão Mestre da Maçonaria Portugueza, Magalhães Lima mereceu, de Theophilo Braga, eminente filosofo que hoje preside aos destinos de Portugal, estas claras palavras que definem o cidadão e o politico:

> «Magalhães Lima possue a sentimentalidade e tambem esse tino pratico de absoluta honradez com que nas luctas da vida soube manter a propria independencia pelo seu equilibrio economico.
>
> A opinião dos principaes homens publicos dos partidos avançados da Europa sobre Magalhães Lima, é unanime; dão-lhe plena egualdade; é um dos introductores das ideias pacifistas em Portugal, e o que primeiro proclamou e deu disciplina á aspiração pacifista, hoje superiormente systematisada.»

A sua cabeça embranqueceu nos velhos e continuos combates pelo direito e pela justiça.

Rugiram sobre elle todas as furias dos vendavaes e todas as glorias das apotheoses. Demoliu, construiu, firmou.

Povo:

Eis o teu homem.

Se elle, durante meio seculo, combateu por ti é justo que tu, durante algumas horas, combatas por elle.

E sabes como?

Pedindo aos teus deputados que votem em Magalhães Lima.

Elle foi a alma nacional, foi o pensamento emancipador, foi o verbo magnifico que rasgou fronteiras para te tornar conhecido e amado.

Povo:

Como vês, Magalhães Lima, vem ha quarenta e quatro annos batalhando por ti, pelo teu direito, pela tua justiça, pela tua carta d'alforria e pelo teu bem-estar.

Sacrificou-te familia, riquezas e saúde e só te pediu coragem, perseverança e fé!

Amou-te quando te desprezaram; defendeu-te quando te vilipendiaram.

Por ti caminhou, por ti sofreu e por ti batalhou, como um soldado e como um apostolo.

Povo:

Aquelles que te fallam num artigo da Constituição para inutilisarem o teu amigo, esquecem-se de duas coisas: Primeiro: que Magalhães Lima pertence a um *ministerio revolucionario* onde entrou por tua vontade soberana. Segundo: que ha um velho aforismo latino que diz que *salus populi suprema lex*, ou melhor: *a salvação do povo é que é a suprema lei!*

POVO: Por Magalhães Lima, presidente da Republica.

Pela Republica!—Pela Patria!

Manifesto a favor da candidatura presidencial de Magalhães Lima [1915].
Arquivo do Grémio Lusitano.

Magalhaes_Lima.indd 218 26/10/11 9:55:35

GRAN LOGIA DE ESTADO

"Peninsular"

de AA.·. LL.·. y AA.·. MM.·.

DE YUCATAN.—MEXICO.

Desde el Gran Oriente de Mérida, Yucatán, México, en que reside la Gran Logia de Estado "PENINSULAR" de AA.·. LL.·. y AA.·. MM.·. de Yucatán,

A TODOS LOS MAESTROS MASONES QUE LA PRESENTE VIEREN:

S.·. F.·. U.·.

Os hacemos saber:

Que nuestra Gran Logia con el propósito de cultivar las más sinceras, francas y cordiales relaciones, con EL GRANDE ORIENTE LUSITANO UNIDO SUP.·. CONS.·. DA MAÇONARIA PORTUGUEZA ha acordado nombrar y por el presente nombra su GRAN REPRESENTANTE cerca de dicha Potencia Masónica al Q.·. H.·. DR. SEBASTIAO MAGALHAES LIMA

Por tanto, rogamos a la indicada ALTA CAMARA, se digne acoger a nuestro Gran Representante con el fraternal afecto y cariño con que estamos dispuestos a recibir al que se dignen nombrar cerca de nuestra Gran Logia.

Dado, sellado y firmado en nuestro Templo de la Ciudad de Mérida, Yucatán, México el día ___ del mes ___ cto de la Verdadera Luz 56 ___ que corresponde al día 21 del mes de NOVIEMBRE de 19 27 e.·. v.·.

El Gran Maestro

GRAN MAESTRO.

Gr.·. Pr.·. Vig.·. Gr.·. Seg.·. Vig.·.

Gr.·. Tesorero Gr.·. Secretario

Diploma passado pela Grande Loja do Estado Peninsular, de Yucatan, proclamando Magalhães Lima garante de amizade entre aquela potência maçónica e o Grande Oriente Lusitano Unido (1927). Arquivo do Grémio Lusitano.

Magalhaes_Lima.indd 219 26/10/11 9:55:36

GRANDE ORIENTE LUSITANO UNIDO

Supr.·. Cons.·. da Maç.·. Portuguesa

SESSÃO DE POMPA FÚNEBRE

Á MEMÓRIA DO

Sap.·. Gr.·. M.·.

DR. SEBASTIÃO DE MAGALHÃES LIMA

7 de Março de 1929

(e.·. v.·.)

A'S 21 HORAS PREFIXAS

LISBOA

MP
704
Lisboa

Sessão de Pompa Fúnebre em honra de Magalhães Lima.
Biblioteca do Grémio Lusitano.

Magalhaes_Lima.indd 220 26/10/11 9:55:36

O funeral de Magalhães Lima saindo do Grémio Lusitano.
O Notícias Ilustrado, n.º 27, de 16 de Dezembro de 1928.

A passagem do funeral de Magalhães Lima junto ao Teatro Nacional.
O Notícias Ilustrado, n.º 27, de 16 de Dezembro de 1928.

Magalhaes_Lima.indd 221 26/10/11 9:55:36

Fontes e Bibliografia

Fontes

Obras de Magalhães Lima

Miniaturas Românticas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871.
A Actualidade: Estudo Económico-Social, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872.
Padres e Reis, Porto, Imprensa Portuguesa, 1873, VI.
A Sociologia Aplicada à Administração Pública: Relatório Apresentado por Uma das Comissões do Curso do 3.º Ano Jurídico da Universidade de Coimbra na Aula de Direito Administrativo. 1872-1873, Coimbra, Imprensa Literária, 1873.
Charles Lemonnier, *Os Estados Unidos da Europa*, tradução de Magalhães Lima, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1874.
O Papa perante o Século. Refutação do Ultramontanismo, Porto, Imprensa Literario-Comercial, 1874.
A Senhora Viscondessa. Romance original, Coimbra, Imprensa Comercial e Industrial, 1875.
Costumes Madrilenos: Notas de Um Viajante, Coimbra, Livraria Central, 1877.
A Questão do Banco Nacional Ultramarino. Legalidade – Moralidade – Responsabilidade, Lisboa, Livraria Pacheco e Carmo, 1879, 2 vol.
Biografia de Rosa Araújo, Lisboa, Tipografia Universal, 1881.
A Revolta. Protestos e Afirmações, Lisboa, Tipografia Nacional, 1885.
A Revolta: Processo da Monarquia, Lisboa, Tipografia Nacional, 1886.
Pela Pátria e pela República, Porto, Casa Editora Alcino Aranha, s. d. [1890].
O Socialismo na Europa, prefácio de Benoit Malon, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892.
La Fédération Ibérique, *avec lettre-préface de M. Auguste Vacquerie*, Paris, Imprimerie Gautherin & Cie, 1893.
O Primeiro de Maio, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1894.
"A República e o Socialismo, conferência realizada em 13 de Maio", in *A Questão Social. Conferências realizadas no Ateneu Comercial de Lisboa*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand – José Bastos, 1894, p. 1-94.
O Livro da Paz, com um prefácio de Émile Arnaud, Presidente da Liga da Paz e da Liberdade. Cartas de Alguns Notáveis Escritores e Publicistas, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1895.
A Obra Internacional, Lisboa, António Maria Pereira, 1896.
L' Oeuvre Internationale, Paris, V. Giard & Briere, 1897.
Paz e Arbitragem, Lisboa, Biblioteca Popular de Orientação Socialista, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1897.
O Centenário no Estrangeiro. Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa no dia 11 de Novembro de 1897, Lisboa, A Liberal – Oficina Tipográfica, 1897.

O Federalismo, Lisboa, Biblioteca Popular de Orientação Socialista, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1898.
A Paz e a Guerra. Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa na noite de 13 de Fevereiro de 1900, Lisboa, Empresa da História de Porta, 1900.
O Congresso de Roma: Conferência Realizada pelo Delegado Português ao Congresso do Livre-Pensamento, Lisboa, Tipografia de O Diário, 1904.
Livre-Pensamento, conferência realizada no Porto no grande salão da Rua do Laranjal, no dia 28 de Fevereiro de 1909, Lisboa, A Editora, 1909.
O Centenário de José Estêvão. Discurso pronunciado no Teatro de Aveiro em nome da Maçonaria Portuguesa, Lisboa, Tipografia La Bécarre, 1910.
El Libre Pensamiento Internacional, Lisboa, Imprensa de Manuel Lucas Torres, 1912.
Le Congrès de Lisbonne. Nécessité d'une entente mondiale entre les groupes maçonniques et libres penseurs, Paris, E. Müller, 1912.
Le Portugal Libre Penseur: de la monarchie cléricale à la république laïque, Conférence donnée le 9 novembre 1911 à la Maison du Peuple de Lausanne sous les auspices de la Libre Pensée Internationale, Lausanne, Libre Pensée Internationale, 1912.
La Ciencia de Internacionalismo, Lisboa, Imprensa de Manuel Lucas Torres, 1912.
A Cremação de Cadáveres, conferência realizada na Associação do Registo Civil no dia 21 de Maio de 1912, Lisboa, Imprensa Lucas, 1912.
Vida internacional. O Turismo em Portugal. Conferência realizada no Teatro da República em 17 de Abril de 1912, Lisboa, Imprensa de Manuel Lucas Torres, 1912.
Die Ziele des Freidenkertums und der Internationale Freidenkerkongress zu Lissabon, Frankfurt, Never Frankfurter Verlag G.M.B.H, 1913.
Solidariedad Internacional. Conferencia en Barcelona, Lisboa, Imprensa Lucas, s. d.
Terras Santas da Liberdade, França Imortal, Portugal Heróico. Extracto da conferência realizada no Teatro de S. Carlos e Ateneu Comercial de Lisboa, Teatro Águia de Ouro e Societé Amicale Franco-Portugais do Porto, Lisboa, Sociedade Tipográfica Editora, 1917.
L'Effort Portugais et L'Union Occidentale, introdução de Antoine Petit, Auxerre, Imprimerie Gallot, 1918.
A Cremação de Cadáveres, 2.ª ed., Lisboa, Papelaria e Tipografia Assis, 1925.
Episódios da Minha Vida. Viagens, Homens e Factos, Lisboa, Livraria Universal [1927]. Nova edição, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1985.
Rafael Bordalo Pinheiro: moralizador político e social. O Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

Obras de Magalhães Lima no âmbito da Maçonaria

À Grande Dieta Maçónica Portuguesa, Lisboa, Tipografia Favorita, 1908.
À Grande Dieta da Maçonaria Portuguesa. Mensagem do Grão-mestre, Lisboa, Tipografia Favorita, 1909.
À Grande Dieta da Maçonaria Portuguesa. Mensagem do Grão-mestre, Lisboa, Tipografia Favorita, 1910.
À Grande Dieta da Maçonaria Portuguesa. Mensagem do Grão-mestre, Lisboa, Tipografia A Liberal, 1911.
À Grande Loja da Maçonaria Portuguesa. Mensagem do Grão-mestre, Lisboa, Tipografia Bayard, 1912.
À Grande Dieta da Maçonaria Portuguesa. Mensagem do Grão-mestre, Lisboa, sem indicação da tipografia, 1915.
À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1919.

Magalhaes_Lima.indd 224 26/10/11 9:55:37

À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre, [1921], folha solta, s. d., s. l.
À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre, Lisboa, Tipografia do Grémio Lusitano, 21 de Março de 1922, uma folha.
À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre, Lisboa, 21 de Março de 1923, 1 folha.
À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre, Lisboa, 21 de Março de 1924, 1 folha.
À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre, [1925], folheto com 4 páginas, s. l.
À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre, Lisboa, 21 de Março de 1926, 4 páginas.
À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre, Lisboa, 21 de Abril de 1927, 4 páginas.
À Grande Dieta. Mensagem do Grão-mestre, Lisboa, 21 de Março de 1928, 4 páginas.
Ao Povo Maçónico. Mensagem do Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, Lisboa, Tipografia Favorita, 1907.
Centenário de Gomes Freire de Andrade. À Comissão Promotora da Celebração do Centenário, s. d., s. l., folheto com 4 páginas.
Mensagem do Grão-mestre à Grande Dieta, Lisboa, Grande Oriente Lusitano Unido, 1916.
"Mensagem do Grão-mestre à Grande Dieta", *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa,* n.º 3, Março de 1918, p. 13-16.

Prefácios

ANDRADE, Abel de, *Crítica financial; precedida de um prefácio sobre as modernas tendências sociais por Magalhães Lima*, Coimbra, Manuel Almeida Cabral, 1895.
Discursos dos ilustres deputados republicanos Afonso Augusto da Costa, Alexandre de Braga, António José de Almeida e João de Menezes proferidos no Parlamento, prefácio de Sebastião de Magalhães Lima, Lisboa, Tipografia Pereira, Vendinha & Cia, 1906.
Da Monarquia à República, prefácio de Magalhães Lima, Lisboa, 1910, Empresa de Publicações Populares.
AMZALAK, Moisés, *A Questão Pacifista,* prefácio de Magalhães Lima, Lisboa, Tipografia La Bécarre, 1911.
O 14 de Maio e a consolidação da República Portuguesa, prefácio de Magalhães Lima, Lisboa, Empresa de Publicações Populares, 1915.
Vers l'union occidentale [de] Antoine Petit : documents pour servir à l'histoire de l'intellectualité française pendant la Grande Guerre, lettre-synthése de Magalhaës Lima, Paris, Auxerre, 1917.
BOTTO-MACHADO, Fernão, *No parlamento*, prefácio de Sebastião de Magalhães Lima, s. l. : s. n., Lisboa, Tipografia Torres, 1929, Vol. VIII, L, 104.

Obras sobre Magalhães Lima

Cinquentenário da morte de Magalhães de Lima, 1850-1928. Exposição evocativa, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1979.
Cinquenta anos de propaganda. A consagração do Dr. Magalhães Lima em 1 de Junho de 1919 por Um Grupo de Liberais, Lisboa [1919], Tipografia de Eduardo Rosa.
FARIA, *Memória e Gratidão*, Lisboa Grémio Lusitano, 2005.
GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião de Magalhães Lima,* Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
LIMA, Archer de, *Magalhães Lima e a sua obra. Notas e impressões*, Lisboa, Tipografia A Editora, 1911.

Magalhaes_Lima.indd 225 26/10/11 9:55:37

Magalhães Lima, Homenagem da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem no Primeiro Aniversário do Falecimento do seu Fundador, Lisboa, 1929.
MARQUES, A. H. de Oliveira, *Magalhães Lima (1850-1928). No Cinquentenário da sua Morte*, Lisboa, Grémio Lusitano, 1978.
MARTINS, Rocha, "Doutor Sebastião de Magalhães Lima", in *Portugal nos Nossos Dias. Vermelhos, Brancos e Azuis*, Lisboa, Vida Mundial Editora, Vol. I, 1948.
NEVES, Mário (coord.) *A Vida dum Apóstolo*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1931 Vol. I, *Escritor*; Vol. II, *Tribuno*; Vol. III, *Jornalista*.
VILLAR, Antonio Iraizoz y de, *El Apóstol de la Democracia Portuguesa. Sebastián de Magalhães Lima*, Havana, Imprensa Avisador Comercial, 1929.

Outras publicações

Publicações periódicas

Os limites cronológicos indicados não representam a longevidade da publicação mas apenas o período por nós considerado para este estudo.

O Alarme, Lisboa, 1895
O Alarme, Porto, 1904-1905
Almanaque Vitória da República para 1895, Lisboa
Almanaque Cosmopolita para 1900, Lisboa
Almanaque da Democracia para 1902, Lisboa
Almanaque de A Batalha para 1926, Lisboa
Almanaque de O Mundo, Lisboa, 1909-1914
Almanaque de A Luta, Lisboa, 1910 e 1911
Almanaque Social do Livre-Pensamento, Lisboa, 1901
A Batalha, Lisboa, 1895-1899
A Boa Nova, Coimbra, 1908
Comércio de Portugal, 1879-1880
A Conquista do Bem, Coimbra, 1894; 1910
A Corja, Lisboa, 1898
O Corticeiro, Almada, 1899-1900
O Debate, Lisboa, 1895-1903
A Democracia, Lisboa, 1910-1911
O Despertar, Gaia, 1902-1905
O Despertar, Porto, 1905
Diário da Assembleia Nacional Constituinte, Lisboa, 1911
Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Lisboa, 1911-1919
Diário do Congresso, Lisboa, 1912-1915
Diário do Senado, Lisboa, 1911-1915
Diário de Notícias, Lisboa, 1897-1912
Eco Metalúrgico, Lisboa, 1895-1897
Eco Socialista, Porto, 1892-1899
Ensino Livre, Lisboa, 1897
A Era Nova, Coimbra, 1906
O Espectro de Juvenal, 1872
Federação Ibérica, Lisboa, 1900

Magalhaes_Lima.indd 226 26/10/11 9:55:37

A Federação, Lisboa, 1893-1899
A Federação, Lisboa, 1900
Folha da Tarde, Lisboa, 1901
Folha da Noite, Porto, 1899
A Folha, Lisboa, 1902
O Futuro, Lisboa, 1900-1901
O Jesuíta, Lisboa, 1901
Justiça, Lisboa, 1911-1912
A Marselhesa, Lisboa, 1896-1898
A Marselhesa, *Suplemento de caricaturas,* Lisboa, 1897-1898
A Marselhesa, Lisboa, 1901
Mocidade, Lisboa, 1901-1905
O Mundo, Lisboa, 1901-1912
O País, Lisboa, 1905-1910
A Paródia, Lisboa, 1901-1905
A República Portuguesa, Lisboa, 1910-1911
República Social, Lisboa, 1908-1909
Revista Livre, Coimbra, 1902
Revista Republicana, Lisboa, 1906-1907
Século XX, Lisboa, 1901-1902
O Século, Lisboa, 1897-1929
Vanguarda, Lisboa, 1897-1911
O Vintém das Escolas, Lisboa, 1902-1906
O Xuão, Lisboa, 1908-1909
A Voz do Operário, Lisboa, 1880-1900
A Voz Publica, 1893
Boletim Mensal da Liga Portuguesa da Paz, 1901-1903
Galeria Republicana, Lisboa, 1882

Obras de consulta

AA. VV., Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926), Colecção Parlamento, n.º 5, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000.
FERRÃO, Carlos, *História da I República*, Lisboa, Terra Livre, 1975.
História da República, Editora O Século, s. d.
MONTALVOR, Luís de (org.), *História do Regime Republicano em Portugal,* Lisboa, Ática, 1930-1932, 2 vol.
MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, 2 vol., Lisboa, Editorial Delta, 1986.
REGO, Raúl, *História da República*, Lisboa, Editora Círculo de Leitores, 1986-1987, 5 vol.

Magalhaes_Lima.indd 227 26/10/11 9:55:37

Obras específicas da época

Publicações periódicas maçónicas

A Bateria, Lisboa, 1913.
A Luz, Lisboa, 1918-1928.
Anuário do Grande Or.·. Lusitano Unido Supr.·. Cons.·. da Maç.·. Portuguesa 1903, Lisboa, 1904.
Anuário do Grande Or.·. Lusitano Unido Supr.·. Cons.·. da Maç.·. Portuguesa 1904, Lisboa, 1905.
Anuário do Grande Or.·. Lusitano Unido Supr.·. Cons.·. da Maç.·. Portuguesa 1905, Lisboa, Tipografia A Liberal, 1907.
Anuário do Grande Or.·. Lusitano Unido Supr.·. Cons.·. da Maç.·. Portuguesa 1906, Lisboa, 1904.
Anuário do Grande Or.·. Lusitano Unido Supr.·. Cons.·. da Maç.·. Portuguesa referido a 31 de Março de 1911, Lisboa, Tipografia A Liberal, 1911.
Anuário do Grande Or.·. Lusitano Unido Supr.·. Cons.·. da Maç.·. Portuguesa para 1912-1913, Lisboa, Tipografia Moderna, 1912.
Anuário do Grande Or.·. Lusitano Unido Supr.·. Cons.·. da Maç.·. Portuguesa para 1913 – 1914, Lisboa, 1913.
Anuário do Grande Or.·. Lusitano Unido Supr.·. Cons.·. da Maç.·. Portuguesa referido a 31 de Agosto de 1918, Lisboa, 1918.
Sup.·. Cons.·. dos GGr.·. IInspect.·. GGer.·. do Gr.·. 33.·. do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e suas Colónias. Anuário dos seus Trabalhos 1910 e 1911, Lisboa, Tipografia Leiria, 1912.
Sup.·. Cons.·. dos GGr.·. IInspect.·. GGer.·. do Gr.·. 33.·. do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e suas Colónias. Anuário dos seus Trabalhos no Triénio de 1913 a 1915, Lisboa, Tipografia Leiria, s. d.
Rito Escocês Antigo e Aceito. Supremo Conselho do Gr.·. 33.·. para a Jurisdição de Portugal e suas Colónias. Memória dos seus Trabalhos no Biénio 1916-1917, Lisboa.
Rito Escocês Antigo e Aceito. Supremo Conselho do Gr.·. 33.·. para a Jurisdição de Portugal e suas Colónias. Memória dos seus Trabalhos no Biénio 1918 – 1920, Lisboa, s. d.
Sup.·. Cons.·. dos GGr.·. IInspect.·. GGer.·. do Gr.·. 33.·. do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e suas Colónias. Anais dos seus Trabalhos de 1913 a 1919, Lisboa, Rua do Grémio Lusitano, 1920.

Outras publicações maçónicas

Congresso Massonico Internazional. 1.º Cinquentenario della Fondazione del Grande Oriente D'Itália Roma, XX Settembre MCMX, Roma, Tipografia dell'Unione Editrice, 1913.
Documentos e Extractos das Actas da Grande Dieta relativos à Legislatura de 1912, Lisboa, Grande Oriente Lusitano Unido, 1912.
Grande Oriente Lusitano Unido. *Memória. O Supremo Conselho do Grau 33 e o Grande Oriente Lusitano Unido*, Lisboa, 1914.
Grande Oriente Lusitano Unido, *O Conselho da Ordem a todas as Oficinas da Obediência*, 24 de Janeiro de 1917.
Suprême Conseil du 33e Degré du Rite Écossais Ancien et Accepté pour le Portugal, ses Domaines et Juridiction, Lisboa, 1926.
Supremo Conselho do 33.º Grau do Rito escocês Antigo e Aceito para Portugal e seus Domínios e Jurisdição. Comissão Central, Lisboa, Tipografia Comércio e Indústria, 1917.
Supremo Conselho do 33.º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e seus Domínios e Jurisdição. Comissão Central, Lisboa, Tip. Comércio e Indústria, 1919.

Magalhaes_Lima.indd 228 26/10/11 9:55:37

Obras coevas

ABREU, Jorge de, *A Revolução Portuguesa O 5 de Outubro (Lisboa, 1910),* Lisboa, Casa Alfredo David, 1912.
A Revolução Portuguesa, Livraria Aillaud e Bertrand, 1913.
BRAGA, Teófilo, *Os Centenários como Síntese Afectiva nas Sociedades Modernas*, Porto, Tipografia de A. J. da Silva Teixeira, 1884.
BRISSA, José, *La Revolución Portuguesa (1910)*, Barcelona, Casa Editora L. Maucci, 1913, 2.ª ed.
BOTTO-MACHADO, Fernão, *O Grupo Republicano de Estudos Sociais*, Lisboa, Tipografia de Pereira & Faria, 1896.
A Maçonaria e a Sociedade das Nações, Lisboa, Tipografia o Grémio Lusitano, 1924.
A Queda do Monstro, Lisboa, Tipografia Bayard, 1910.
A Confissão, Lisboa, Tipografia La Bécarre, 1908.
CASTRO, José de, *Pour l'Arbitrage International et pour la Paix. Conférence prononcée à la Chambre des Avocats de Lisbonne le 27 Juillet 1892,* Lisbonne, Imprimerie Universelle, 1892.
IV Congresso Nacional do Livre-Pensamento em 4, 5, 6 e 7 de Outubro de 1918 / Teses e Sub-teses a discutir, Lisboa, Tipografia Leiria, 1918.
COSTA, Emílio, *É Precisa a República?,* Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1903.
DIAS, Carlos Malheiro, *Zona de Tufões, Lisboa,* Aillaud & Bertrand, 1912.
MARTINS, Rocha, *João Franco e o seu Tempo e Comentários às Cartas d'El-Rei D. Carlos*, Lisboa, Edição de autor, s. d.
NEVES, Hermano, *Como Triunfou a República. Subsídios para a História da Revolução de 4 de Outubro de 1910*, Lisboa, Empresa Editora Liberdade, 1910, reedição Lisboa, Letra Livre, 2010, prefácio de António Ventura.
NUNES, José, *A Bomba Explosiva. Depoimentos de Diversos Revolucionários (28 de Janeiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910)*, Lisboa, Livraria Académica, 1912, reedição Lisboa, Livros Horizonte, 2008, introdução de António Ventura.
E Para Quê?, Lisboa, Tipografia Adolfo de Mendonça, 1918.
Regulamento, Relatórios e Dissertações sobre as Teses do Congresso Nacional do Livre Pensamento (...), Lisboa, A Liberal – Oficina Tipográfica, 1908, com numeração vária.
RELVAS, José, *Memórias Políticas*, Lisboa, Editora Terra Livre, 1977 e 1978, 2 vol., prefácio de João Medina e notas de Carlos Ferrão.
RIBEIRO, Aquilino, *Um Escritor Confessa-se. Memórias*, Lisboa, Bertrand, Colecção Obras Completas de Aquilino Ribeiro, 1974, prefácio de José Gomes Ferreira, reedição aumentada Lisboa, Bertrand, 2008, prefácio de Mário Soares e Aquilino Ribeiro Machado.
SANTOS, Machado, *A Revolução Portuguesa. Relatório*, Lisboa, Papelaria e Tipografia Liberty, 1911, reedição mais recente: Lisboa, Sudoeste Editora, 2007, com prefácio de António Reis.
SILVA, António Maria da, *O Meu Depoimento. Primeiro Volume – Da Monarquia a 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Documentos República n.º 4, 1974.
O Meu Depoimento. Da Proclamação da República à Primeira Guerra Mundial 1914--1918, Mem-Martins, Publicações Europa-América, s. d.
VIVERO, Augusto y Antonio de la Villa, *Como cae un Trono (La Revolución Portuguesa), Prólogo de Rodrigo Soriano, impressiones de Benito Pérez Galdós, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, Bernardino Machado y França Borges*, Madrid, Biblioteca Renacimiento, 1910.

Magalhaes_Lima.indd 229 26/10/11 9:55:37

Estudos

ALMEIDA, Luz de, "A Obra Revolucionária da Propaganda: As Sociedades Secretas" in *História do Regime Republicano em Portugal*, (dir.) Luís de Montalvor, Lisboa, 1932, Vol, II, p. 202-56.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva Histórica, n.º 2, 1989, p. 482.

A Propaganda Republicana em Portugal, Coimbra, 1991, p. 121.

CATROGA, Fernando, *Caminhos do fim da História.* Coimbra, Livraria Quarteto, 2003.

Memória, História e Historiografia. Coimbra, Livraria Quarteto, 2002.

O Céu da Memória, Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos. Coimbra, Livraria Minerva, 1998.

O Republicanismo em Portugal, Das Origens ao 5 de Outubro. Lisboa, Editorial Notícias, 1999.

Entre Deuses e Césares – Secularização, Laicidade e Religião Civil. Coimbra, Livraria Almedina, 2006.

"O Laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)", in *Análise Social*, n.º 100, 1988, p. 211 a 273.

"A Cremação na Época Contemporânea e a Dessacralização da Morte / O Caso Português", in *Revista de História das Ideias*, Vol. 8, Tomo I, 1986, p. 223 a 262.

COSTA, Fernando Marques da, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Vega, 1979.

DIAS, João José Alves, "A República e a Maçonaria. O Recrutamento maçónico na Eclosão da República Portuguesa", in *Nova História,* n.º 2, Dezembro de 1984, p. 31-73.

FERREIRA, David, *História Política da Primeira República Portuguesa (1910-1917*), Lisboa, Livros Horizonte, 3 vol., 1973-1981, p. 217, 239 e 141.

GARCIA, Chianca, *Cartas do Brasil seguidas de Os Verdes Anos da República em 1910*, Lisboa, *O Independente*, edição de Vasco Rosa, 2004.

GRAÍNHA, Manuel Borges, Hi*stória da Maçonaria em Portugal 1735-1912*, Lisboa, Tipografia A Editora Limitada, 1912.

MEDINA, João, *"Oh! A República"... Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, INIC, Colecção História Moderna e Contemporânea, n.º 6, 1990.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaios de Maçonaria*, Lisboa, Quetzal Editores, 1988.

História Breve do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e sua Jurisdição, Lisboa, Editora do Supremo Conselho dos Grandes Inspectores Gerais do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e sua Jurisdição, 1994.

A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo, Lisboa, Publicações D. Quixote, Colecção Participar n.º 5, 1975.

Guia de História da I República Portuguesa, Lisboa, Estampa, Colecção Imprensa Universitária n.º 21, 1981, reed. 1997.

A I República Portuguesa / Alguns Aspectos Estruturais, Lisboa, Livros Horizonte, Colecção Horizonte n.º 13, 1975, 2.ª edição.

História da I República Portuguesa / As Estruturas de Base, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s. d., p. 709.

Correspondência Política de Afonso Costa 1895-1910, Lisboa, Editorial Estampa, Colecção Imprensa Universitária n.º 25, 1982.

Ensaios de História da I República Portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, Colecção Horizonte Histórico n.º 11, 1988.

(dir.) *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, Nova História de Portugal, Vol. IX, 1991.

Magalhaes_Lima.indd 230 26/10/11 9:55:37

SERRÃO, Joel, *Da "Regeneração" à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

TENGARRINHA, José Manuel, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, Colecção Universitária, 1989, 2.ª edição revista e aumentada.

VENTURA, António, "A Maçonaria e a República", in *História de Portugal*, dir. João Medina, Vol. X, Lisboa, Ediclube, 1993, p. 319-334.

"Uma Obediência maçónica peninsular: O Soberano Gran Consejo General Ibérico e Portugal". Separata da *Revista da Faculdade de Letras* (Lisboa), 5.ª Série, n.os 16 e 17, 1994, p. 25-44.

Entre a República e a Acracia – o Pensamento e a Acção de Emílio Costa (1897-1914), Lisboa, Edições Colibri, 1995.

Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as Convergências Possíveis (1892-1910), Lisboa, Edições Cosmos, Colecção de História Moderna e Contemporânea n.º 5, 2000.

A Carbonária em Portugal 1897-1910, 2.ª edição, revista e aumentada, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

Estudos sobre História e Cultura Contemporâneas de Portugal, Lisboa, Caleidoscópio – Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

VENTURA, António e PEDROSO, Alberto, *Emílio Costa e o Sindicalismo. Da Formação Libertária à Casa Sindical*, Lisboa, Editora Seara Nova, 1977.

O 5 de Outubro por quem o viveu. Reportagens, Depoimentos, Relatórios, Lisboa, Livros Horizonte, 2010.

Os Homens do 5 de Outubro, Lisboa, Ésquilo, 2010.

Magalhaes_Lima.indd 231 26/10/11 9:55:37

Índice remissivo

As designações que integram o índice remissivo referem-se aos principais organismos, instituições, pessoas, locais, acontecimentos e temas que se encontram referenciados ao longo do texto.

28 de Maio de 1926 – 116, 128
31 de Janeiro de 1891 – 18, 82
5 de Outubro de 1910 – 36, 54, 55, 112, 117

A
A Batalha – 136
A Democracia – 226
A Folha – 137
A Folha do Povo – 26, 155
A Imprensa da Manhã – 134
A Luta – 161, 167
A Luz – 109, 136
A Manhã – 128, 131
A República Portuguesa – 152
Abreu, Eduardo de – 30, 35
Açores – 36
África Ocidental – 37
África Oriental – 37
Albuquerque, José Vitorino de Sousa e – 30
Alentejo – 36, 106
Algarve – 23, 36
Almada – 23
Almanaque das Senhoras – 142
Almeida, António José de – 13, 32, 156
Almeida, Artur Augusto Duarte da Luz – 28, 35, 109, 115, 207
América do Norte – 141
América do Sul – 94
América Latina – 113, 173
American Peace Society – 140
Amigos Defensores do Museu Rafael Bordalo Pinheiro – ver Grupo Amigos Defensores do Museu Rafael Bordalo Pinheiro
Amorim, José da Costa – 28
Andrade, Gomes Freire de – 97, 98, 99
Angola – 37, 70, 71, 116, 167
Araújo, Óscar – 83
Argentina – 28, 117
Armada – 13, 53, 62, 112
Arsenal de Marinha – 63
Ásia Ocidental – 37
Ásia Oriental – 37
Assembleia Nacional Constituinte – 30, 36, 51, 52, 53, 55, 60, 64
Assistência pública – 49
Associação da Imprensa (Madrid) – 88
Associação de Escolas Móveis – 181
Associação dos Artistas de Coimbra – 18, 19
Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses – 22
Associação dos Livres Pensadores – 85
Associação Escolar e Eleitoral Pinto Ribeiro – 22, 23
Associação Maçónica Internacional – 110, 113, 114
Associação Nacional dos Órfãos da Guerra – 96
Ataíde, Luís de Melo – 109
Ateneu (Madrid) – 88
Ateneu Comercial de Lisboa – 26, 109, 179
Aveiro – 17, 19, 20, 23, 31, 94, 116, 150, 151, 167, 168
Avenida da Liberdade – 12
Azevedo e Silva – ver Silva, José Francisco de Azevedo
Azevedo, Carlos Amaro Correia de – 81
Azevedo, Guilherme de – 137

B
Badajoz – 26
Baltazar, Gaspar – 33
Banco Nacional Ultramarino – 21
Bandeira Republicana – 28, 29
Baptista, Jaime – 116
Barbosa, João Tamagnini de Sousa – 103
Barbosa, José – 35, 36, 53, 54, 55, 99, 160
Barbosa, Ruy – 173
Bardez – 37
Barreto, António Xavier Correia – 69, 71, 90
Barros, João de – 28
Bastos, André Joaquim de – 92
Bastos, Francisco José Teixeira – 26, 143
Beira Alta – 36
Beira Baixa – 36
Beirão, Francisco da Veiga – 168
Bélgica – 25, 26, 70, 90, 94, 96, 123, 140, 173, 175
Bermudes, Arnaldo Redondo Adães – 12
Bernardino Machado – ver Guimarães, Bernardino Luís Machado
Bernardino Pinheiro – ver Pinheiro, Bernardino Pereira
Biblioteca Popular de Orientação Socialista – 26
Biblioteca Republicana Democrática – 21, 121
Bolonha – 32
Bombarda, Miguel – 62, 64
Bonança, João – 19
Bordéus – 32
Borges, António França – 56
Boston – 140
Botto-Machado, Fernão – 27, 112, 113
Braga, Teófilo – 22, 23, 24, 25, 28, 31, 32, 33, 109, 111, 112, 142, 213
Brandão, Francisco Maria e Sousa – 25, 182
Brandão, Raul – 163
Brasil – 17, 25, 28, 94, 167, 187
Bretanha – 32
Briand, Aristide – 66
Brito, Joaquim Maria Rodrigues de – 18
Bruxelas – 72, 80, 114, 144
Bureau Internacional da Paz – 141
Burnay, Henry – 22
Burns, John – 66

C
Cabeçadas Júnior, José Mendes – 56, 116
Cabo Verde – 37
Cabreira, Tomás António da Guarda – 30, 71, 78, 145, 156
Calçada do Carmo – 27
Camacho, Manuel de Brito – 12, 163, 167
Câmara Corporativa – 13
Câmara dos Advogados de Lisboa – 141
Câmara dos Deputados – 31, 72, 103, 158
Câmara dos Pares – 22
Câmara Municipal de Lisboa – 24
Câmara, Manuel de Sousa da – 55
Câmara, Tomás Júlio Leal da – 28, 202
Camões, Luís Vaz de – 72, 116
Campo Grande – 33
Candemil (Amarante) – 167
Cândido, António – 167, 168
Canto e Castro – ver Nunes, João do Canto e Castro Silva
Carbonária – 28, 138
Cardona, Júlio – 119
Cardoso, Alfredo Ernesto de Sá – 31, 99, 133
Carlos, Adelino da Palma – 12
Carlos, D. – 25, 103
Carmona, Óscar Fragoso – 13, 116
Carrilho, José Marcelino – 124
Carris – ver Companhia Carris de Ferro
Carta Constitucional – 24, 25
Carvalho, José Bessa de – 56
Casa de Saúde das Amoreiras – 11, 33
Casa dos Jornalistas Franceses – 32
Castelar, Emílio – 20, 21, 137
Castro, Álvaro de – 99
Castro, João Monteiro de – 103
Castro, José Joaquim Pereira Pimenta de – 13, 31, 74, 138
Castro, José Luciano de – 31, 36, 53, 54, 55, 62, 68, 69, 74, 87, 90, 91, 99, 133, 141
Castro, Luís Augusto Ferreira de – 79, 92, 93
Cemitério dos Prazeres – 12, 22
Cemitério Oriental – 23
Centenário da Índia – 61, 137
Centenário da Revolução de 1820 – 32
Centenário da Revolução Francesa – 25
Centenário da Viagem de Vasco da Gama à Índia – 26
Centenário de Alexandre Herculano – 28

Centenário de Camões – 137, 153, 179
Centenário do Marquês de Pombal – 137
Centro Eleitoral Republicano de Belém – 22
Centro Escolar e Eleitoral Democrático de Cacilhas – 24
Centro Escolar Republicano Dr. Magalhães Lima – 30
Centro Fraternidade de Lisboa – 25
Centro Fraternidade Republicana – 25
Centro Republicano 15 de Outubro de 1820 – 23
Centro Republicano de Aveiro – 23
Centro Republicano Democrático – 21, 23
Centro Republicano do Porto – 22
Cerqueira, Afonso Júlio de – 12, 13
Chagas, João – 29, 138
Chamusca – 24
Chardron, Ernesto – 22
Chaves, António Ferreira – 25
Chefe de Estado – ver Presidente da República
Chiado – 100
China – 187
Churchill, Winston Leonard Spencer – 66
Clube da Montanha – 23, 24
Clube Democrático Fernão Vasquez – 24
Clube Democrático Guilherme de Azevedo – 24
Clube Eleitoral Democrático da Freguesia de São José – 24
Clube Escolar e Eleitoral Democrático 15 de Setembro de 1820 – 23
Clube Fernandes Tomás – 22
Clube Henriques Nogueira – 22
Clube José Estêvão – 23
Clube Mouzinho da Silveira – 22
Clube Razão e Justiça – 22
Coelho, Alice Avelina Pestana – 142, 143
Coimbra – 144, 151, 152, 153, 154, 163, 164, 165, 168
Coimbra, Leonardo – 128, 133
Colégio Alemão – 17, 151
Colen, José Augusto Barbosa – 17
Coliseu de Lisboa – ver Coliseu dos Recreios de Lisboa
Coliseu dos Recreios de Lisboa – 30, 61, 205
Coloane – 37
Comércio de Portugal – 21
Comércio e Indústria – 22
Comissão das Relações Estrangeiras – 30
Comissão de Constituição – 30, 35, 54
Comissão de Legislação Operária – 30, 35
Comissão dos Negócios Estrangeiros – 35, 70
Comissão de Petições – 30, 56
Comissão Geral de Paz e Arbitragem – 141
Comissão Teófilo Braga – 33
Companhia Carris de Ferro – 12
Companhia de Jesus – 47, 114
Comte, Isidore Auguste Marie François Xavier – 151, 182, 187
Confederação Geral do Trabalho – 136
Conferência da Paz – 107
Conferência Interparlamentar para a Arbitragem Internacional – 144
Conferência Maçónica, II, Porto (1900) – 78
Conferência Maçónica Internacional – 78, 85
Conferência Maçónica Nacional, II, Coimbra (1903) – 144
Conferência Maçónica Nacional, III, Figueira da Foz (1906) – 78, 144
Congresso da Associação Maçónica Internacional – 113, 114
Congresso da Paz e da Liberdade – 121
Congresso da República – 37, 39, 41, 42, 49, 52, 53, 58
Congresso da União Internacional da Imprensa – 32
Congresso da União Internacional das Associações de Imprensa – 33
Congresso do Livre-Pensamento em Setúbal – 32
Congresso do Partido Republicano Português – 31
Congresso Internacional da Imprensa em Viena de Áustria – 27
Congresso Internacional da Imprensa em Lisboa – 26
Congresso Internacional do Livre-Pensamento – 26
Congresso Interparlamentar da Arbitragem e da Paz – 140
Congresso Maçónico Internacional – 87
Congresso Maçónico Interpeninsular – 144
Congresso Maçónico Interpeninsular, Lisboa (1905) – 78
Congresso Maçónico Nacional, Porto (1914) – 91

Congresso Maçónico Nacional, Lisboa (1924) – 114
Congresso Nacional da Paz – 144
Congresso Nacional de Educação Popular – 32
Congresso Republicano – 58
Congresso Universal de Livre-Pensamento – 25
Consagração – 27, 61, 216
Conselho Superior de Belas Artes – 74
Constituição – 30, 31, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 60, 67, 76, 91, 124
Constituintes – ver Assembleia Nacional Constituinte
Corazzi, David – 22
Cordeiro, Luciano – 20
Cordes, João José Sinel de – 116
Córdova – 31, 87
Corpo Expedicionário Português – 117
Correia, Francisco António – 133
Correio da Noite – 142
Correspondência de Coimbra – 19, 20
Cortesão, Jaime Zuzarte – 133
Cortez, João José de Mendonça – 20
Corvo, Andrade – 164
Costa Júnior, José António da Costa – 87
Costa, Afonso – 25, 27, 28, 30, 62, 92, 97, 99, 137, 144
Costa, Emílio – 125
Costa, José Júlio da – 99, 102
Costa, Maurício Armando Martins – 103
Coutinho, Albano – 20, 55
Coutinho, Carlos Viegas Gago – 12
Crédito Predial – 62
Cremacionismo – 31, 138
Cremer, William Randal – 71
Crespo, Gonçalves – 13
Cristo, Francisco Homem – 25, 101
Cruz Vermelha – 95, 101
Cruz, Luís Barreto de – 13
Cruz, Nuno Cerqueira Machado – 117
Cuba – 11
Cunha Leal, Francisco Pinto da – ver Leal, Francisco Pinto da Cunha
Cunha, Narciso Alves da – 56
Curson, António Augusto – 110, 119
Curto, Amílcar da Silva Ramada – 55, 119, 133

D
Damão – 37
Dantas, Júlio – 12, 200
Declaração de Guerra – 95
Democracia – ver *A Democracia* – 21
Derouet, Luís – 33, 65
Diário de Lisboa – 128
Diário de Notícias – 13, 142
Diderot, Denis – 177, 188
Directório do Partido Republicano Português – 13, 23, 30
Direito de propriedade – 49
Direitos das mulheres – ver Mulher
Direitos e garantias individuais – 46
Ditadura – 11, 13, 15, 27, 33, 61, 62, 79, 110, 117, 118, 135, 173,
Diu – 37
Douro – 36

E
Edimburgo – 81
Educação – 42, 47, 86, 126, 145, 175, 183
Educação Feminina – 47, 74, 75, 76, 142
Eixo – 17
El Fomento de Las Artes – 21
El Libre Pensamiento Internacional – 31
El Problema Internacional – 31
Eleição – ver Eleições
Eleição presidencial – ver Eleições
Eleições – 21, 22, 23, 37, 39, 63, 91, 93, 117, 119
Elevani, Célia – ver Coelho, Alice Avelina Pestana
Enciclopédia Republicana – 23
Enes, António – 21
Ensaios Literários – 17
Ensino – ver Educação
Ensino secundário feminino – 142
Ensino primário – 22, 47
Enterro – ver Funeral
Escócia – 81
Escola 31 de Janeiro – 27
Espanha – 19, 21, 25, 26, 31, 78, 87, 94, 96, 108, 117, 137, 152, 173
Espectro de Juvenal – ver *O Espectro de Juvenal*
Esquerda Democrática – 12
Estado da Índia – 37
Estado Novo – 110
Estados Unidos da América – 123, 141

Magalhaes_Lima.indd 236 26/10/11 9:55:38

Estados Unidos da Europa – ver Federalismo
Estêvão, José – 17, 23, 116, 129, 137, 150, 151, 157, 168
Estremadura – 36
Europa – 31, 36, 61, 62, 63, 82, 96, 122, 123, 143, 148, 175, 187
Évora – 23
Exército – 53, 62, 83, 117, 153
Exílio – 28, 33, 79, 99

F
Falcão, José – 20, 151
Federação Ibérica – 26, 123
Federalismo – 26, 36, 121, 122
Feminismo – 138, 142
Ferrão, António – 113
Ferreira, Alexandre – 12, 112, 113
Ferreira, António Bernardino de Sousa – 104
Ferreira, José Dias – 168
Ferrero, Belén Sarraga de – 27
Festa da Paz – 113
Figueira da Foz – 80, 144
Figueiredo, Cândido de – 13
Filadélfia – 140
Florença – 30, 32, 89
Folha do Povo – ver *A Folha do Povo*
Fonseca, Ângelo da – 28, 203
Fonseca, Faustino da – 55, 56, 70
Fonseca, Paulo da – 23
Fontes Pereira de Melo – ver Melo, António Maria Fontes Pereira de
Forças militares – 39, 40, 51, 83
Fortes, Agostinho José – 30, 75, 109, 113
Fortuna, João Penha de Oliveira – 13, 137
França – 25, 26, 28, 32, 59, 78, 81, 82, 84, 85, 90, 94, 96, 107, 108, 117, 123, 140, 142, 173, 175, 177, 187
Franco, António Augusto – 117
Franco, João – 13, 18, 27, 28, 62, 79, 103, 161, 168
Franco, Pádua – 32
Fraternidade Maçónica Internacional – 87
Freire, Anselmo Braancamp – 35
Freire, Casimiro – 181
Freitas, João José de – 72, 73
Freitas, José Vicente de – 13
Funchal – 12, 24, 117
Funeral – 12, 13, 33, 168, 221

G
Gago Coutinho – ver Coutinho, Carlos Viegas Gago
Galeria Republicana – 13
Garcia, José Elias – 22, 23, 24, 25, 129, 182, 197, 198
Garcia, Manuel Emídio – 19, 20
Garibaldi, Giuseppe – 80, 121, 146
Genebra – 32, 87, 132, 146
Génova – 30, 89
George, David Lloyd – 84
Goa – 37
Goethe, Johann Wolfgang von – 17, 187
Gomes, António Luís – 133
Gomes, José Carlos Alberto da Costa – 90
Gomes, Manuel Teixeira – 113
Gomes, Ricardo Pais – 70
Gonçalves, Caetano – 31, 74
Gonçalves, Reis – 30
Governo Civil – 99, 100, 101, 102, 105, 160, 161, 163
Governo Provisório – 28, 63, 65
Grande Guerra – 94, 138, 141
Grande Loja da Ilha de Cuba – 11
Grande Oriente de Espanha – 77
Grande Oriente de França – 77, 80, 85, 89, 173, 175
Grande Oriente de Itália – 94
Grande Oriente do Brasil – 77
Grande Oriente Lusitano Unido – 12, 27, 59, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 103, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 144, 175, 219
Grécia – 173
Grémio Lusitano – 11, 12, 13, 78, 91, 96, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 129, 214
Grémio Luso-Escocês – 12
Grupo Amigos Defensores do Museu Rafael Bordalo Pinheiro – 165
Guerra – 31, 34, 40, 41, 94, 95, 96, 122, 127, 129, 139, 142, 145, 146, 148, 167, 173, 174
Guerra da Crimeia – 137
Guerra da Secessão Americana – 140
Guerra Franco-Prussiana – 139
Guerras Napoleónicas – 139
Guimarães, Bernardino Luís Machado – 20, 31, 35, 62, 63, 66, 67, 69, 74, 79, 82, 99, 142, 204
Guiné – 37

H
Habeas Corpus – 50
Haia – 140, 144
Henriques, Júlio – 21
Hino da Carta – 20
Holanda – 25, 26, 90, 123, 150, 173
Hospital de São José – 102
Hotel Borges – 24
Hotel Bragança – 24
Hotel Central – 21, 28, 84, 206
Hotel de Inglaterra – 32
Hotel Frankfurt – 97, 99
Hotel Mondego – 20, 152
Hotel Royal – 59, 65
Hugo, Victor – 13, 111, 121, 122, 123, 137, 146, 148, 157, 172, 187, 188

I
Igreja de Santa Cruz – 20
Ilustração Portuguesa – 156, 202, 203, 204, 205, 206, 207
Imprensa – 9, 12, 13, 20, 29, 33, 35, 49, 61, 62, 63, 76, 104, 112, 114, 129, 132, 138, 145, 154
Inglaterra – 25, 26, 66, 81, 82, 83, 85, 123, 137, 187
Instrução – ver Educação
Internacionalismo – 88, 171, 172, 186, 187, 188
International Conference of the Press – 118
Intransigente – ver *O Intransigente*
Inviolabilidade do domicílio – 47
Itália – 30, 32, 59, 88, 94, 96, 107, 123, 139, 141, 173, 175, 188

J
Janelas Verdes – 22
Jardim da Estrela – 33
Jardim, António – 20
João Penha – ver Fortuna, João Penha de Oliveira
Jornal do Comércio – 153
Jornalismo – 18, 138, 142, 143, 150
Junqueiro, Abílio Manuel Guerra – 13
Junta de Propaganda Liberal – 113
Junta Liberal – 64, 81
Junta Patriótica de Arroios – 32

K
Kant, Immanuel – 121, 122, 139, 146

L
La Ciencia Internacional – 31
La Conciencia Libre – 27
Ladislau Piçarra – ver Piçarra, António Ladislau
Laranjo, José Frederico – 18
Largo do Rato – 23
Lausanne – 87, 89, 90, 121, 122
Leal da Câmara – ver Câmara, Tomás Júlio Leal da
Leal, Francisco Pinto da Cunha – 13, 103, 104, 130, 133
Leal, Gomes – 20, 23, 137, 138
Leal, José da Silva Mendes – 129
Lei da Separação do Estado das Igrejas – ver Separação do Estado das Igrejas
Lei das Rolhas – 23
Lei de Imprensa – 27
Leiria – 31, 80
Lemonnier, Charles – 21, 138, 146
Lemos, Afonso de – 35, 56, 71, 72
Lemos, Carlos de – 109
Lemos, Francisco Correia de – 35, 36, 53, 54, 56, 72, 73
Leote, Diogo Tavares de Melo – 30, 32, 33
Liberdade de associação e reunião – 61
Liberdade de consciência – 46, 101, 110, 175
Liberdade de imprensa – 25, 48, 174
Liceu de Maria Pia – 76
Liga Anticlerical Espanhola – 88
Liga das Mulheres para o Desarmamento Internacional – 142
Liga Internacional da Paz e da Liberdade – 121
Liga Permanente para a Paz – 140
Liga Portuguesa da Paz – 141, 142, 143, 144, 145
Liga Portuguesa dos Direitos do Homem – 32, 109, 138
Lima, Sebastião de Carvalho – 17
Limoeiro (prisão) – 24, 153, 154
Lisboa, Silva – 22, 23, 191
Livraria Pacheco & Carmo – 137
Livre-pensamento – 88, 94, 185
Lloyd George – ver George, David Lloyd

Loja Bartolomé Masó – ver Grande Loja da Ilha de Cuba
Lojas do Rito Escocês – 31
Londres – 29, 33, 82, 83, 84, 118, 140, 141, 156, 168
Loureiro, Manuel dos Santos – 33
Lucas, Bernardo – 33
Luís, D. – 25
Lusa Atenas – 18, 20
Luta – ver *A Luta*
Luz de Almeida – ver Almeida, Artur Augusto Duarte da Luz

M
Macau – 37
Machado Santos – ver Santos, António Maria de Azevedo Machado
Machado, Júlio César – 137
Maçonaria – 12, 13, 27, 33, 60, 67, 78, 81, 89, 90, 92, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 129, 144, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178
Madagáscar – 63
Madeira – 36
Madrid – 21, 25, 31, 87, 88, 142, 156
Madureira, Joaquim – 155
Magalhães, Artur Ernesto Cruz – 33, 167
Magalhães, Guilherme Pinto de – 17
Magalhães, João Evangelista Pinto de – 12
Magalhães, Leocádia Rodrigues Pinto de – 17
Maia, Eduardo – 25
Maison du Peuple de Lausanne – 30
Manuel de Arriaga – ver Silveira, Manuel José de Arriaga Brum da
Manuel II, D. – 84
Manuel, D. – 62, 76
Margiochi, Francisco Simões – 17, 22
Marquês de Pombal – 33
Martel, José Campelo Trigueiros de – 21, 137, 165
Martins, Francisco José da Rocha – 103, 105, 157
Martins, Germano Lopes – 56, 101, 102
Martins, Joaquim Pedro de Oliveira – 19, 20, 35, 56, 137
Marx, Karl Heinrich – 187
Mata, José Nunes da – 56, 71
Mateus, António Lopes – 116
Matos, Norton de – 31, 99
Medeiros, Manuel Goulart de – 56, 71, 74
Melo, António Maria Fontes Pereira de – 165, 181
Melo, José Pinheiro de – 93, 144
Mendes Cabeçadas – ver Cabeçadas Júnior, José Mendes
Mendes Leal – ver Leal, José da Silva Mendes
Mendes, Adelino Lopes da Cunha – 103
Mendes, Constantino – 11
Mendonça, Henrique Lopes de – 12
Método de João de Deus – 22, 23
Miguel, D. – 139
Milão – 32, 141
Minho – 36
Ministério dos Negócios Estrangeiros – 30
Ministro da Instrução – 13, 29, 74, 75, 159
Moçambique – 37
Monarquia – 54, 61, 62, 64, 66, 70, 75, 121, 124, 125, 127, 136, 153, 165
Monarquia Constitucional – 15, 181
Monsanto – 101, 162
Monte Estoril – 59, 65
Montpellier – 32
Morais, Alves de – 20, 152
Morais, Jaime Alberto de Castro de – 117
Morayta, Miguel – 85, 87
Mosteiro dos Jerónimos – 33
Moura, João Lopes Carneiro de – 109
Mulher – 11, 45, 47, 48, 96, 121, 140, 142
Mundo – ver *O Mundo*
Munique – 90
Museu Rafael Bordalo Pinheiro – 32, 165

N
Nação – 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 51, 58, 61, 63, 64, 66, 95, 104, 112, 124, 131, 156, 158, 165, 182
Navarro, Roman – 113, 155, 156
Neto, António Lino – 103
Neto, D. José – 71
Neves, Álvaro – 33, 56, 109, 112, 171
Neves, Gonçalves – 30
Noite Sangrenta – 132
Nunes da Mata – ver Mata, José Nunes da
Nunes, Jacinto – 22, 23, 25
Nunes, João do Canto e Castro Silva – 104

O
O Espectro de Juvenal – 20
O Intransigente – 64
O Mosaico – 21
O Mundo – 29, 32, 64, 125, 138
O Norte – ver Mendes, Constantino
O Peregrino – 18
O Pirilampo – 17, 18
O Portugal – 126
O Primeiro de Janeiro – 17
O Século – 13, 22, 23, 24, 26, 128, 131, 137, 142, 153, 154, 158, 167
O *Século de Portugal e Colónias* – 158
O Tempo – 142
O Trabalho – 19
O Tribuno Popular – 19
Oceânia – 37
Ochôa, Armando Humberto da Gama – 116
Operariado – 69, 70
Ordem Mista Maçónica Internacional – O Direito Humano – 12
Osório, Paulo – 33

P
Pacifismo – 139, 140, 148, 174
País de Gales – 81
Pais, Sidónio – 32, 97, 100, 160, 162
Países Baixos – ver Holanda
Paiva, Policarpo Xavier de – 23
Paiva, Ramos – 109
Pala, José Afonso – 35
Palácio da Mitra – 31, 74
Palácio de Cristal – 32, 81
Palácio do Grande Oriente – 114
Palácio do Trocadero – 78
Palácio Maçónico – 78, 90, 115, 119
Paris – 27, 28, 29, 31, 32, 63, 71, 72, 73, 80, 82, 83, 85, 89, 96, 97, 103, 109, 132, 140, 141, 143, 146, 156, 175, 181, 202, 203, 206
Parreira, António Landislau – 35
Partido Regenerador Liberal – 144
Partido Republicano Português – 12, 13, 23, 25, 30, 31, 35, 89
Partido Republicano Radical – 12
Partido Socialista – 12, 135
Passos Manuel – ver Passos, Manuel da Silva
Passos, Manuel da Silva – 129
Passy, Frederico – 71, 72, 140
Pasteur, Louis – 172, 187
Patriotismo – 57, 66, 69, 90, 99, 132, 135, 148, 179, 183
Patrocínio, José do – 23
Paz – 26, 40, 43, 47, 57, 72, 87, 116, 121, 122, 123, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 174, 175, 180
Pedroso, Augusto José Mendes – 24
Pedroso, Zófimo Consiglieri – 23, 24, 25, 191
Pelico, Sílvio – 172
Pena de morte – 49, 107
Peregrino – ver *O Peregrino*
Pereira, Apolinário – 78
Pereira, Pedro Januário do Vale Sá – 55
Pérsia – 187
Pestana, Alice – ver Coelho, Alice Evelina Pestana
Pi y Margall – 21, 122
Piçarra, António Ladislau – 30, 70, 71
Pina, José da Costa – 118, 119
Pinharanda, José Januário Ferreira – 112
Pinheiro, Bernardino Pereira – 23, 25
Pinheiro, Columbano Bordalo – 12
Pinheiro, Rafael Bordalo – 23, 24, 33, 200, 201, 205
Pinto, Alfredo Morais – 24, 201, 205
Pinto, João de Almeida – 22
Pinto, Silva – 20
Pires, Adriano Marcolino de Almeida – 103
Pirilampo – ver *O Pirilampo*
Poço do Bispo – 23
Poder executivo – 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 51, 109, 124
Poder judicial – 37, 40, 45, 48
Poder legislativo – 37, 39, 41, 50, 58, 124
Ponte, José Nunes da – 160
Portela, Artur – 12
Porto – 17, 18, 20, 32, 62, 73, 78, 82, 94, 104, 109, 116, 117, 153, 162
Porto Santo – 36
Praça dos Restauradores – 12
Prazeres – ver Cemitério dos Prazeres
Presidência da República – 13, 43, 44, 53, 59, 60, 63, 65, 66, 67, 95, 111, 112, 130, 213, 214,
Presidente da República – 30, 31, 41, 42, 43, 44, 53, 59, 61, 63, 64, 66, 76, 101, 124, 131, 132
Presidente da Assembleia – 30, 52

Primeiro de Janeiro – ver *O Primeiro de Janeiro*
Prisão – 24, 27, 33, 47, 48, 51, 79, 99, 100, 102, 103, 105, 106, 108, 126, 137, 167
Processo dos 21 – 27
Procurador-Geral da República – 49
Propaganda – 13, 23, 24, 25, 28, 34, 61, 63, 90, 95, 96, 107, 113, 116, 126, 128, 130, 133, 135, 137, 140, 141, 143, 144, 153, 159, 160, 165, 167, 168, 172, 174, 175
Proudhon, Pierre-Joseph – 18, 121, 151, 187

Q
Queirós, Francisco Teixeira de – 13, 23, 24, 163
Queirós, Tomé José de Barros – 33
Quental, Antero de – 18, 19
Questão dos Tabacos – 158
Questão Hinton – 62
Quinta do Ferreira – 25
Quinta dos Espadeiros – 23

R
Ramos, Gustavo Cordeiro – 13
Ramos, João de Deus Battaglia – 133
Raposo, José António Simões – 23, 25
Ravena – 30, 87
Regicídio – 28, 62, 79, 103, 168
Registo civil – 30, 32, 126, 206
Rego, Jaime Daniel Leote do – 31, 99
Reis, Carlos Cândido dos – 62, 156
Reis, Jaime Batalha – 17
República – 11, 15, 28, 29, 36, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 54, 55, 57, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 75, 76, 82, 84, 85, 86, 91, 93, 94, 97, 101, 107, 112, 114, 115, 117, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 163, 168, 171, 179, 180, 182, 206
República Espanhola – ver Espanha
República Portuguesa – ver *A República Portuguesa*
Restauradores – ver Praça dos Restauradores
Resultados eleitorais – ver Eleições
Revisão constitucional – 50, 51
Revista Branca – 142
Revolta do Castelo – 13, 117
Revolução de 14 de Maio – 13, 31, 74
Revolução de 5 de Outubro – ver 5 de Outubro de 1910
Revolução de Outubro de 1910 – ver 5 de Outubro de 1910
Revolução Francesa – 177, 188
Revolução Republicana – ver 5 de Outubro de 1910
Revue Philosophique et Religieuse – 121
Ribeiro, Aquilino – 28
Ribeiro, Carlos de Almeida – 20, 128
Ribeiro, João de Freitas – 112, 113
Rio de Janeiro – 17, 150
Rito Escocês Antigo e Aceito – 77, 79, 82, 92, 93, 112, 115, 117, 119, 150
Rocio – ver Rossio
Rodrigues, Paulo – 22
Roeder, Anton Hermann – 17, 151
Roma – 32, 61, 66, 80, 87, 88, 89, 140, 184
Rosa, Tomás de Sousa – 28
Rossio – 27, 29, 63, 100, 116
Rotunda – ver Rotunda do Marquês de Pombal
Rotunda do Marquês de Pombal – 12, 54, 161
Rua da Fé – 22
Rua de São Bento – 22
Rua do Arco da Graça – 22
Rua do Livramento – 22
Rua do Olival – 22
Rua do Ouro – 137
Rua dos Douradores – 21

S
Sacavém – 23
Salazar, António de Oliveira – 13
Saldanhada – 18
Salgado, Heliodoro – 12, 14, 154
Salmeron, Nicolau – 13, 21, 137
Salsete – 37
San Sebastian – 87
Santarém – 24, 142
Santo Antão do Tojal – 31, 74
Santos – 22
Santos, António Maria de Azevedo Machado – 9, 30, 35, 54, 55, 58, 64, 104, 161, 207
Santos, João Rodrigues dos – 22
São Julião da Barra – 98

São Rafael (cruzador) – 11
São Sebastião da Pedreira – 24
São Tomé e Príncipe – 37
Saraiva, Castelo Branco – 23
Sardinha, António – 104
Schwalbach, Eduardo – 12, 159
Século – ver *O Século*
Século de Portugal e Colónias – ver *O Século de Portugal e Colónias*
Seixas, António Ribeiro – 72, 73
Senado – 13, 31, 59, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 104
Separação do Estado das Igrejas – 66, 78, 175
Serra da Estrela – 32
Sevilha – 31, 87
Shakespeare, William – 17, 187
Sidonismo – ver Sidónio Pais
Silva, António Maria da – 30, 31, 55, 62, 95, 96, 99, 101, 108, 110, 113, 114,
Silva, Duarte Leite Pereira da – 12
Silva, Estêvão da – 109, 113
Silva, Francisco Gomes da – 23, 79, 80
Silva, José Francisco de Azevedo – 25
Silveira, Manuel José de Arriaga Brum da – 22, 23, 24, 25, 30, 55, 67, 159, 168, 191
Silveira Júnior, Joaquim Crisóstomo da – 103
Simões, António Marques – 33
Sinel de Cordes – ver Cordes, João José Sinel de
Soberania – 36, 37, 76, 122
Socialismo – 171, 179, 180
Sociedade da Paz – 140
Sociedade de Geografia – 26, 61, 71, 141, 146
Sociedade de Moral Cristã – 140
Sociedade Esperança – 87
Sousa Brandão – ver Brandão, Francisco Maria e Sousa
Sousa e Albuquerque – ver Albuquerque, José Vitorino de Sousa e
Sousa Júnior, António Joaquim de – 70, 72, 73
Sousa Rosa – ver Rosa, Tomás de Sousa
Sousa, Sabino de – 23
Suécia – 26, 141
Sufrágio – ver Eleições
Suíça – 30, 31, 87, 88, 107, 123, 141, 142, 146, 175

T
Tabacos – ver Questão dos Tabacos
Taipa – 37
Tavares de Melo – ver Leote, Diogo Tavares de Melo
Tavares, José Joaquim Ferreira – 17
Taveira, Augusto – 30
Teatro Águia de Ouro – 32
Teatro Aveirense – 23
Teatro D. Fernando – 22
Teatro D. Maria II – 142
Teatro da República – 31
Teatro das Variedades – 25
Teatro de São Carlos – 31, 32
Teatro do Capitole – 32
Teatro do Rato – 23
Teatro do Salitre – 22
Teatro dos Recreios – ver Coliseu dos Recreios de Lisboa
Teatro Nacional (Roma) – 88
Teixeira Bastos – ver Bastos, Francisco José Teixeira
Tejo – 54
Terenas, José Maria de Moura Barata Feio – 30, 55, 73, 78, 176
Timor – 37
Tomar – 23
Tomás Cabreira – ver Cabreira, Tomás António da Guarda
Tomás, Manuel Fernandes – 23
Torres, João Augusto – 24
Torrinha – 25
Toulouse – 32
Trabalho – ver *O Trabalho*
Trancoso, Francisco Xavier Peres – 130, 133
Trás-os-Montes – 36, 117
Tratado de Lourenço Marques – 22, 153
Tribunal de Arbitragem – 140, 146
Tribunal Internacional – 122
Tribuno Popular – ver *O Tribuno Popular*
Trigueiros de Martel – ver Martel, José Campelo Trigueiros de
Turim – 87, 89
Turismo – 31
Turquia – 187

U
Ultimato – 25, 61, 137
Ultimatum – ver Ultimato

União Internacional da Imprensa – 32, 132
União Interparlamentar da Paz – 71, 72
União Liberal Republicana – 12
União Sagrada – 96
Universal Peace Union – 140
Universidade – 61, 89, 151, 167
Universidade de Coimbra – 18, 121, 160
Universidade Livre – 113
Universidade Livre de Bruxelas – 26
Universidade Popular – 78, 86

V
Valência – 31, 148
Vanguarda – 13, 15, 26, 30, 98, 142, 155, 156, 201
Vasconcelos, Estêvão de – 56, 69
Vaz, Lopo – 23, 158
Veiga, Augusto Manuel Alves da – 18, 20, 22, 28, 82, 152, 191, 203
Viagem – 21, 26, 66, 81, 82, 114, 174, 186
Viana do Castelo – 94, 106, 108, 109
Viana, Isidoro – 21
Vidal, João de Lima – 167
Videira, José Carrilho – 21
Vieira, Augusto José – 101
Vieira, José Augusto de Melo – 103
Vilaça, António Eduardo – 13
Vilhena, Carlos – 116
Vilhena, Júlio de – 13
Villar, António Iraizoz y del – 11
Vitorino, António Barroso Pereira – 31, 74

X
Xavier, Anselmo – 23, 24, 56, 73, 167

Magalhaes_Lima.indd 244 26/10/11 9:55:38